

JANEIRO de 2012

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

# CEDOC DW

## Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop – Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda – Angola

### Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

### Email

cedoc.dwang@angonet.org

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates

# INDÍCE

## I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Ministério do Planeamento deplora relatório do PNUD	1
1.2	Sobe-Desce	1
1.3	Quadra festiva a realidade é que, apesar, das dificuldades do quotidiano, em Dezembro, todos vivem a euforia	2
1.4	É preciso poupar	2
1.5	Koen Vanormelingen e a problemática do IDH angolano	3
1.6	Angola cresce um 9,9% este ano	4
1.7	Ganha desempregos e continua a regredir	4
1.8	Aldeia nova procura novos rumos para sair da crise	5
1.9	Comunicado do Governo	6
1.10	Os dois bicos das análises económicas	6
1.11	Taxa de desemprego continua a aumentar	7
1.12	Executivo e Nações Unidas aos "bifes"	8
1.13	Interessa às NU em Angola que o País esteja na "cauda"	8
1.14	Realmente, dá medo, muito medo!	10
1.15	Inflação fecha o ano de 2011 abaixo da meta do executivo	10
1.16	Angola quer atrair investidores lusos em dificuldades	11
1.17	Economia cresceu 3,4% no ano passado	12
1.18	Repatriados voltam às zonas de origem	13
1.19	O estado, de uma forma geral não é um bom gestor	13
1.20	Indicadores da economia nacional para 2012	15
1.21	A livre iniciativa	16
1.22	Portugal exporta desemprego para Angola	17

## 2 MICROFINANÇAS

2.1	Crédito de campanha impulsiona agricultura	18
2.2	Nova fase programa crédito jovem arranca com meio milhão de dólares	18
2.3	Crédito agrícola estimula colheitas	19

## 3 MERCADO INFORMAL

3.1	Projecto para desinformalizar economia será implementado no segundo trimestre	20
3.2	Compreender os candongueiros	21
3.3	Incentivos às empresas	22
3.4	Vendedores e automobilistas disputam espaço	23
3.5	Saída do Roque Santeiro reduziu índice de crimes	24
3.6	Mercados improvisados crescem em Viana	25
3.7	12 milhões de kwanzas mensais	26
3.8	Mercados improvisados crescem em Viana	26
3.9	Vendedores ambulantes devem ser cadastrados	27
3.10	Passagem de testemunho	28
3.11	Cortar cabelo e coser a história	28
3.12	Os táxis e as paragens inexistentes...	29

## 4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Biblioteca virtual conectada à central de dados da FAO	31
4.2	Mais receitas na Huíla e no Huambo	31
4.3	TC violou presunção de inocência	31
4.5	Sistema tributário aperta fuga ao fisco	33
4.6	Mais receitas arrecadadas no ano passado	34
4.7	Resultados fiscais acima do previsto	34
4.8	Finanças públicas contam com novos diplomas este ano	34
4.9	GPL	35
4.10	Há inocentes e culpados?	35
4.11	Tchizé processada em Portugal por branqueamento de capitais	36
4.12	Executivo desmente desvio de 32 mil milhões de dólares do Estado	36
4.13	OGE 2012 não vai alterar a situação social degradante dos angolanos	37
4.14	FMI Exige explicações sobre desvio de 32 mil milhões das contas públicas	38
4.15	Proposta de Lei sobre o regime tributário reuniu e consenso na especialidade	38
4.16	Novo regime tributário	39
4.17	FMI diz haver interpretação errada do relatório	40
4.18	Repartição Fiscal da comuna de Calulo cobra mais receitas do que as previstas	41
4.19	FMI prepara desembolso de 130 milhões para Angola	42
4.20	Crescimento económico é mais visível	43
4.21	Economia Angolana esta no bom caminho	43

## 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	UA pondera a nomeação de relator especial para Cabinda	45
5.2	Legítimar o poder autárquico através do voto	45
5.3	País gastará mais de 100 milhões de dólares com o senso populacional	46
5.4	Administradora municipal de belas ausculta inquietações dos habitantes	47
5.5	Saudades de uma gestão transparente em Luanda	47
5.6	Administração é ampliada para preparar as autarquias	48
5.7	Especialistas portugueses formam administradores	49
5.8	Quadros de comissão administrativa tomam posse	49
5.10	Portugal apoia censo populacional em Angola	50
5.11	Portugal disposto a ajudar Angola na implementação do poder local	50
5.12	Bairros de Luanda ordenados e urbanizados	51
5.13	Nova divisão administrativa dá solução aos principais problemas dos cidadãos	53
5.14	Municípios do Cazenga e Viana podem ser subdivididos	54
5.15	Reforma administrativa devolve gestão municipal a Luanda	54
5.16	Portugal apoia censo populacional em Angola	55

## 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Sector do urbanismo garante continuidade com novas iniciativas	57
6.2	Bancos sem fundo	58
6.3	Sector imobiliário cresce em Angola	58
6.4	“Meu sonho minha casa” nos municípios	59
6.5	Bonificado até 3500 USD	59
6.6	Kilamba: aguarda regulamentação do regime geral de crédito	60
6.7	Fundo de Fomento Habitacional começa a vigorar ainda este mês	61

6.8	Novo impulso às imobiliárias	61
6.9	Mais casas para jovens sorteadas	62
6.10	Habitações para realojar deslocados construídas este ano no Waku Kungo	62
6.11	Reabilitação de edifícios para habitação ganha participação de investidor privado	63
6.12	Construção de cidades é acelerada	64
6.13	Milhares de moradias para o Bié e o Huambo	65
6.14	“Build Angola”acossada na Internet	65
6.15	Ministério da Justiça abre consulta pública para anteprojecto sobre venda de imóveis	66
6.16	Cidade do Kilamba já tem moradores	66
6.17	Lei de Alienação Fiduciária Vai à AN em Fevereiro	66
6.18	A imobiliária conta com mais de 70 mil pessoas inscritas	67
6.19	Centenas de casas sociais erguidas na vila do Dala	68
6.20	Governo constrói casas em todos os municípios	69
6.21	O estado, de uma forma geral não é um bom gestor	69
6.22	Centenas de casas sociais erguidas na vila do Dala	71
6.23	Construir continua difícil	71

## 7 TERRA

7.1	Reservas estão livres de minas	72
7.2	Construção de casa em terraço provoca litígio entre vizinhos	72
7.3	Administração da Ingombota Procura Solução para desalojados do Maculusso	73
7.4	Arrendamento de imóveis termina em litígio	74
7.5	Gestor público condenado a nove anos de prisão	74
7.6	Obras de infra-estruturas na recta final de execução	75
7.7	Engenharia militar acelera desminagem na reserva fundiária da Carreira de Tiro	75
7.8	Litígio habitacional agita Benguela	76
7.9	Habitações em áreas de risco sob ameaça de desabar	78
7.10	Administração esta preocupada com a ocupação ilegal de terrenos	78
7.11	Parlamento aprova o código Tributário	78
7.12	Autoridades apostam no relançamento da actividade pesqueira e agro-pecuária	79
7.13	Casas construídas em cima de cemitério informal	80
7.14	Infractores actuam Em grupos violentos	81
7.15	Militares na liderança	82
7.16	Criadores tradicionais de gado libertados	83
7.17	GPL Precisa de tribunais arbitral	83
7.18	Ocupações arbitrárias de terrenos no Quenguela Norte, em Luanda	85
7.19	Um terreno dois clientes	86
7.20	Ana Paula aguarda orientações	86
7.21	Camponesa fica sem terra	87
7.22	Casas construídas em cima de cemitério informal	87
7.23	Infractores actuam Em grupos violentos	88
7.24	Presos por venda ilegal	89
7.25	Autoridades põem à disposição lotes para investimento privado Construções obedecem ao plano director da nova centralidade	90

## 8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Lixo enterra operadora	91
8.2	Distribuição de água abrange 60 por cento das populações das zonas rurais do país	91
8.3	Habitantes pagam fortuna na travessia para Luanda	92
8.4	Greve na EPAL com acordo	93
8.5	Huila melhor a fornecimento de potável	93
8.6	Angola cheio de rios	94
8.7	A população de viana enfrenta drama de falta de água	94
8.8	Suspensa greve na Epal	96
8.9	Greve na EPAL termina em acordo fraudulento	96
8.10	Vila do Andulo dispõe de sistema de abastecimento	97
8.11	GPL	97
8.12	Habitantes da cidade de Ndalatando elogiaram actividades desenvolvidas	97
8.13	Falta de água provoca choro e ranger de dentes nos zangos	98
8.14	Mais água no Bengo	99
8.15	Desempregado	99
8.16	Lixo origina processo Contra governantes em Benguela	99
8.17	Proprietários vendem água não potável	100
8.18	Sistema de distribuição de água pronto a inaugurar em Cambondo	100
8.19	A administração traça acções para travar o surto de cólera	100

## 9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Policia Nacional registou 237 crimes na passagem de ano	102
9.2	Angola com 113 crimes por dia	102
9.3	A vida no Lar	104
9.4	Conflitos na família preocupam órgãos da Justiça	105
9.5	A violência doméstica	106
9.6	Índice de criminalidade em Viana dos mais altos da capital angolana	107
9.7	Interior analisa criminalidade no País	107
9.8	Polícia Nacional fecha 2011 com saldo de mais de mil detenções	107
9.9	Uma missão para policiais honestas	108
9.10	Sossego volta ao bairro da pedra	109
9.11	Polícia? só no binóculo	109

## 10 AMBIENTE

10.1	Camponeses lamentam a falta de chuva	110
10.2	Chuvas desalojam famílias	110
10.3	Falta de chuva na região compromete agricultura	111

# I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Ministério do Planeamento deplora relatório do PNUD

*Jornal de Angola*  
07 de Janeiro de 2012

O Ministério do Planeamento tomou conhecimento com indignação do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em virtude de este ter utilizado, em relação a Angola, informação estatística do ano de 2001, soube-se ontem de fonte oficial.

De acordo com a fonte, o Ministério do Planeamento considera inaceitável que uma organização prestigiada como o PNUD não pugne pelo rigor e objectividade na elaboração de um documento de tão grande responsabilidade, pelos seus reflexos na apreciação do desempenho do Executivo angolano e, por conseguinte, na percepção da sua imagem, em particular no exterior do país.

Por essa razão, o Ministério do Planeamento, enquanto órgão departamental do Executivo angolano, não confere qualquer valor ao referido relatório, apelando a essa instituição para que nos seus futuros estudos se pautem pelo rigor científico e pelo respeito e verdade da actualidade dos factos.

Ao utilizar dados estatísticos ultrapassados e que contrariam os dados patentes no recente Inquérito sobre o Bem-Estar da População (IBEP), organizado com o apoio da NICEF e do Banco Mundial, não admira que a República de Angola continue a manter a mesma classificação nos relatórios do PNUD sobre os Índices de Desenvolvimento Humano.

Por essa razão, como forma de protesto contra as informações contidas no Relatório, que se prestam a interpretações erróneas, o Ministério do Planeamento declinou o convite e o patrocínio para o acto de lançamento oficial do referido relatório no território nacional.

## I.2 Sobe-Desce

*Novo jornal*  
13 de Janeiro de 2012

### Sobe

Nem sempre o Sindicato dos Jornalistas Angolanos tem dado o ar da sua graça. Mas agora, num caso tornado polémico por obra de alguns jornalistas "camaradas", a organização sindical liderada por Luísa Rogério veio, com bastante serenidade, esclarecer a opinião pública sobre qual deve ser a postura dos jornalistas não se posi-

cionando como exigem aqueles que detêm os tostões. Na ocasião, o SJA aproveitou lembrar o Executivo sobre os compromissos legais assumidos para com a classe mas que, até aqui, não têm sido honrados, como é a questão da carteira profissional. A independência e verticalidade da direcção do SJA há muito deveria ser assumida igualmente em alguns órgãos públicos de comunicação social para bem da pluralismo democrático.

A vida está difícil para a maioria e quando se tomam decisões que afectam os cidadãos deve-se ter isso em conta e não nivelar por cima, como acontece com a tabela de multas e taxas de serviços. Sem ver o impacto que a medida teria nos bolsos quase vazios das pessoas, as administrações municipais decidiram subir drasticamente os emolumentos o que levou ao protesto dos utentes, respondido prontamente pelo PRESIDENTE DA REPÚBLICA que ordenou a suspensão do aumento até que estejam concluídos os estudos sobre os custos a cobrar. A medida podia ser alargada a outras coimas que não têm nada a ver com o rendimento dos cidadãos.

### Desce

A lisura nos actos administrativos é um processo que leva o seu tempo a dar resultados. Mas há situações que concorrem para o ambiente de suspeição que envolve alguns negócios do Estado. O MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO abriu dois concursos para um sistema integrado de informação e gestão e para a fiscalização das empreitadas de construção de bases logísticas eleitorais provinciais. Só que os concursos são de Novembro do ano passado, mas só foram divulgados há dias quando os prazos estavam mais do que expirados. Eventuais interessados ficaram a saber que já havia vencedores!

A comunicação do Governo, geralmente, vem em reacção a determinada informação. Foi o que aconteceu com o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano de 2011 do PNUD. O documento foi divulgado em Novembro e viu-se que em relação a Angola se baseava em dados de 2001!!! Só agora é que o MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO se deu conta do erro e manifestou a sua indignação, quando deveria apurar responsabilidades junto dos departamentos ministeriais quem têm a obrigação de actualizar as informações do país junto dos parceiros internacionais, a começar por um inquérito interno. Brasil, por exemplo, não teve meias medidas e no dia imediato à divulgação do relatório questionou os critérios do PNUD. Assim é que se defende o país.

### 1.3 Quadra festiva a realidade é que, apesar, das dificuldades do quotidiano, em Dezembro, todos vivem a euforia

*Jornal a capital*  
14 de Janeiro de 2012

Quase todo ao mesmo tempo: salários dos meses de Novembro, Dezembro e, claro está, o tão aguardado 13º mês. “Se pagassem mais cedo, fariamos as compras com antecedência” e, assim, se evitavam as corridas de última hora e as compras “a preços mais altos”. Agora, em Janeiro, contou a funcionária, reina impressão de que as pessoas ficam quase dois meses sem salário. Ana Miguel, também empregada na função pública, disse deparar-se com o mesmo problema. Agora que vive o “day after” da quadra festiva, lembra que “até tentei” mas, simplesmente, não conseguiu “manter-me longe das prateleiras” dos supermercados. Afinal, enfatizou, no dia da família, as nossas casas habitualmente se enchem de convidados.

“O consumismo é normal nesta fase”, reforçou, sobretudo com as ofertas que surgem. Depois, lamentou-se: “agora veio a carestia”.

Como evitar esse sufoco? Trata-se de uma fórmula que, na verdade, não está ao alcance de todos. Ana contou que, por várias vezes, já quebrou a cabeça, em busca de opções para não gastar tanto em Dezembro e ficar com tão pouco em Janeiro. A princípio tentou usar, para as compras, apenas o salário do 13º mês e guardar o outro para garantir a estabilidade alimentar em Janeiro. “Mas não deu certo”, afirmou. Ela justificou o insucesso, com os preços dos produtos praticados na véspera natalícia. Desculpas à parte, a verdade é que a sensação mais comum, é de aflição. “Um tremendo sofrimento”, comentou Emília Tavares. “Falta dinheiro para tudo e as necessidades se multiplicam, apesar dos engenhos, não se apresentam grandes resultados que garantam dias melhores em Janeiro.” “É um aperto tremendo”, reforçou Emília Tavares.

#### Saber gastar

Entre tão forte tradição consumista há quem, no entanto, tem sabido poupar em Dezembro. Engrácia Artur, professora, disse que a sua família já sabe, quando tem de apertar o cinto. Antevendo a crise habitual de Janeiro, pessoas como ela procuram conter-se para não padecer no primeiro mês de todo o ano. “É um esforço necessário”, explicou. De contrário, como disse, a situação ficaria insuportável a ponto, mesmo, de condicionar os outros meses. “Se fizer muitas dívidas para as despesas de Janeiro, depois fico sem dinheiro nos outros meses”, descreveu.

Para ela, a solução foi fechar os olhos aos anseios dos filhos, “para o bem dos mesmos”. E não é por acaso que

tomou esta decisão. Em anos passados, Engrácia passou por uma experiência, que não mais quer repetir. Dai ter decidido tomar medidas, que ela própria qualificou como sendo drásticas. “A vida não acaba em Dezembro”, lembrou.

Tal como ela, outras pessoas, a seu jeito, fazem de Janeiro um mês financeiramente estável, como os demais. “Basta planificar o que se quer para as festas”, disse Eusébio Afonso. Para esse estudante, o mecanismo utilizado pelos seus pais é o mais correcto: “eles não são de fazer super gastos em Dezembro. Compram o essencial”, constatou. E, para os demais, ficam as lições: nada de fazer agrados muito caros, pois terão o ano inteiro para o fazer. E isto vem ao caso, pelo facto de, muitas famílias, decidirem comprar electrodomésticos e outros bens apenas em Dezembro. “Quando podiam esperar pelos outros meses”, com maior saúde financeira. Mas não. “Esbanjam nas festas e depois passam dificuldades”, criticou.

### 1.4 É preciso poupar

*Jornal A CAPITAL*  
14 de Janeiro de 2012

Apesar da imensidão de gastos impostos pela quadra festiva, Lello Francisco, economista, disse ser possível encontrar soluções mais económicas para o momento. No período festivo, segundo o economista, “há um apelo sedutor” dos comerciantes ao consumismo da população que, naturalmente, face ao aumento do rendimento, neste período se predispõe a consumir “além do habitual”.

Por outra, como defende Lello Francisco, neste “day after” da quadra festiva, em função do volume da moeda em circulação, os preços aumentam em Dezembro e, no final de contas, “começa-se o ano pobre”, disse.

Por conseguinte, reforça o especialista, não existe uma fórmula, para se precaver deste período difícil. “Não há uma receita especial”, se não mesmo, apelar ao bom senso das pessoas, no sentido comprarem somente o necessário e evitar gastos supérfluos. Lello defende, ainda, a ideia de se desenvolver a cultura de poupança, “apesar dos salários não serem os desejáveis”.

### 1.5 Koen Vanormelingen e a problemática do IDH angolano

*Jornal A CAPITAL*  
14 de Janeiro de 2012

O Executivo angolano zangou-se com a fraca performance do país reflectida no relatório de Desenvolvimento humano do PNUD, lançado a 2 de Novembro em



Copenhaga, na Dinamarca.

*Qual é, sob o seu ponto de vista, a razão deste desentendimento com o Governo?*

É uma discussão que temos com o governo sobre a metodologia de cálculo dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Acho que é uma metodologia nova e nesse processo sempre temos algo que esclarecer aos parceiros. Temos a ressaltar que os dados oficiais são apenas uma das fontes de informação para o cálculo dos índices internacionais.

O cálculo destes índices obedece a várias fontes. Além dos dados oficiais, por exemplo, são considerados também os relatórios e inquéritos de outros parceiros que são submetidos a toda uma estimativa por parte de peritos. E obviamente nem todo o mundo deve estar de acordo com a metodologia. Devo sublinhar também que estamos em discussão com o Instituto de Estatística para que possamos fazer entender bem a metodologia usada. Estamos a propor o desenvolvimento de um relatório de desenvolvimento humano especificamente angolano, para actualizar os dados para que fiquemos de acordo sobre esta posição.

*Essa ideia está já em fase de implementação?*

Ainda estamos a discutir com o governo sobre esta possibilidade, usando os dados mais actualizados possíveis.

*Será uma solução que apenas diz respeito a Angola?*

Não! Existem outros países. Acho que a mesma metodologia que se usa ao nível internacional pode ser aplicada tranquilamente a nível nacional, incluindo a nível sub-regional. Se existem dados a nível provincial, por exemplo, mencionando aqui o IBEP que há três meses lançou dados a nível provincial, poderíamos tranquilamente também utilizar essa metodologia.

Mas quero aqui sublinhar uma coisa: além da metodologia, o que temos a ressaltar é que os resultados são bons! Usando esta metodologia, podemos ver que os Índices de Desenvolvimento Humano de Angola melhoraram 10 por cento desde 2001. Só para exemplificar, no ano de 2000 tinha um índice de 0,384 e em 2011 tinha um índice de 0,476. Isso mostra que o país está a fazer progressos. Em segundo lugar é bom sublinhar que está a fazer progressos mais rapidamente outros países. Então tem uma taxa de progresso mais rápida que a média dos outros países africanos.

Quero enfatizar que podemos ter discussões sobre as metodologias, dos indicadores, mas o relatório reconhece todos os esforços do país que está mostrar resultados no desenvolvimento humano.

O que explica então que Angola, com os progressos

a que se refere ter feito, não saia dos lugares que tem ocupado, o 148º lugar. *Ou seja, por que razão Angola não sai do grupo de países com baixo desenvolvimento humano?* A explicação para isso é que encontrara mais vinte países na última classificação. Porque tem novos países, por exemplo, o Sudão do Sul. Apesar do ranking de Angola não ter mudado, mas melhorou porque existem mais países por trás! O Segundo aspecto que devemos ter em consideração é que Angola ainda é um país em reconstrução. A guerra acabou apenas em 2002 e em menos de dez anos não se pode esperar uma mudança de tudo. Existem muitas por fazer e particularmente em desenvolvimento humano que depende da capacidade humana, ou seja do capital humano, essas coisas que levam gerações a conseguir. Melhorar a infra-estrutura, o comércio, isso é relativamente fácil, porque pode-se contratar, pode trazer-se a tecnologia de fora, mas para melhorar o capital humano é preciso investimento a longo prazo. Então, dez anos é pouco para medir esses progressos. Mas, além disso, reconhecemos que Angola está a fazer progressos de maneira acelerada.

Fundamentalmente ao nível da reabilitação de infra-estruturas.

Mas também ao nível do desenvolvimento humano. Estamos a falar de gerações, o que começa com a educação primária. O relatório também reconhece que o tempo por média de escolaridade duplicou desde o ano de 2000. Em 2000 estava apenas em 4,2% de escolaridade por aluno e agora está fixado em mais de 9. Isto mostra o esforço de investimento no capital humano por parte do Governo. Os outros indicadores também mostram que desde aquele ano, passou de 53 por cento de registo na escola primária a 76 % no ano de 2010. Isto é uma amostra de que Angola está no caminho certo para desenvolver o capital humano do seu país.

Já há um ou dois anos, tal como agora acontece, o Executivo angolano não se mostrou disponível para participar na cerimónia de lançamento formal de um desses relatórios.

*Estes desentendimentos vão repetir-se? Esperam-se mais comunicados, por exemplo quando forem publicados os próximos relatórios?*

Não! Nós aceitamos a preocupação do governo. Mas acho que é mais um problema de comunicação com o governo sobre a metodologia de cálculo!

Um problema de comunicação que, entretanto, tende a eternizar-se.

O governo tem toda a vontade de permitir a utilização de dados. Nós estamos em parceria com o governo nessas discussões. São pequenos desentendimentos. Pequenas discussões. Sente-se que queremos trabalhar em parceria, para o bem do cidadão angolano e para juntos atin-

girmos os objectivos de desenvolvimento do milénio. Não concorda que o Governo tenha razão quando diz que se diz que o PNUD está a usar dados de 2001? É apenas um problema de entendimento da metodologia. A metodologia usa diferentes fontes. As diferentes fontes que foram usadas para a maioria dos indicadores, são fontes actualizadas. Apenas para o Índice de pobreza multidimensional, as únicas fontes disponíveis a nível internacional e partilhadas com o governo foram os dados de 2001. Isto decorre do facto do lançamento do relatório do IBEP ter tido lugar apenas em Setembro de 2011 o que acabou por ser demasiado tarde. A isto acresce-se o facto da base de dados não ser por agora partilhada com os peritos que elaboram o Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano. Por esta razão é que para o índice sobre pobreza multidimensional foram usadas projecções dos dados anteriores.

*Já são fiáveis os dados que a Estatística local apresenta?*

Nós estamos a trabalhar juntos como Nações Unidas para melhorar a capacidade do Executivo de produzir melhores dados. Um dos exemplos mencionados pelo governo é o IBEP que recebeu o apoio das Nações Unidas através do Unicef. E estamos em parceria contínua com o Instituto Nacional de Estatística para melhorar os dados. Outro exemplo é que estarmos a apoiar de maneira intensiva os preparativos para o censo populacional que é uma das responsabilidades do Governo e faz parte de todas as discussões que temos, a boa parceria que temos com o Governo através da qual acompanhamos o processo de transição e desenvolvimento do país.

## 1.6 Angola cresce um 9,9% este ano

*Jornal AGORA*

*14 de Janeiro de 2012*

Segundo um estudo da Economist Intelligence Unit, o país será este ano a quinta economia que mais crescerá no Mundo.

Esta empresa especialista em análise económica à escala mundial fez previsões de crescimento de 9,9 para Angola, abaixo dos 12,8% do Executivo e do Fundo Monetário Internacional. A lista é liderada por Macau, com expectativa de crescimento de 15%. Mongólia 14,8 e Líbia 13,6 completam o pódio.

O crescimento da economia é basicamente assente na produção petrolífera e será impulsionado também com a exploração de diamantes, que atingiu os níveis mais baixos em 2010, mas mostrou em 2011 sinais evidentes de grande retoma, atingindo 8,600 milhões de quilates. De acordo com o ministro da Geologia e Minas e da Indústria, que falava durante a cerimónia de cumprimentos de ano novo diante de responsáveis do sector e de empresas parceiras da instituição, este ano os indicadores são animadores. Joaquim David revelou, por outro lado, que o trabalho de prospecção garantirá aumentos significativos da produção a partir do segundo semestre, tendo-se registado incrementos significativos na prospecção do ouro, fosfato, cobre e ferro.

O governante assegurou, ainda, que a aprovação do novo código mineiro e o plano nacional da Geologia garantirão o arranque de vários projectos de exploração mineira, contribuindo de forma mais significativa para a formação do Produto Interno Bruto.

Em relação à indústria transformadora anunciou a instalação de 210 novas unidades privadas, avaliadas em 800 milhões de dólares quando em 2010 resumiam-se a 180 fábricas e 478 milhões de dólares de investimento. Como consequência dos investimentos na indústria transformadora a iniciativa permitiu a criação de 9 mil postos de trabalho. As indústrias que mais contribuíram para a evolução positiva do sector foram a alimentar, bebidas, química e madeira”, realçou o titular da Indústria.

O relançamento da indústria têxtil, prevê a reabilitação da Textang II, seguindo-se acções idênticas em Benguela e Kwanza-Norte, além da instalação de uma unidade de descaroçamento e fição de algodão em Malange. O titular do pelouro estimou que, com a construção de uma fábrica de cimento no Kwanza-Sul e a nova unidade Cimangola Secil, no Lobito, o país torna-se auto-suficiente neste produto.”Este ano serão instaladas cerca de 13 novas cerâmicas e fábricas de tintas e vernizes”, rematou.

O relançamento da indústria têxtil, prevê a reabilitação da Textang II, seguindo-se acções idênticas em Benguela e Kwanza-Norte, além da instalação de uma unidade de descaroçamento e fição de algodão em Malange. O titular do pelouro estimou que, com a construção de uma fábrica de cimento no Kwanza-Sul e a nova unidade Cimangola Secil, no Lobito, o país torna-se auto-suficiente neste produto.”Este ano serão instaladas cerca de 13 novas cerâmicas e fábricas de tintas e vernizes”, rematou.

## 1.7 Ganha desempregos e continua a regredir

*Folha 8*

*14 de Janeiro de 2012*

O crescimento da economia de Angola é dependente essencialmente do sector petrolífero. A oscilação dos preços do petróleo tem sido um factor condicionante no crescimento do Produto Interno Bruto e na rescisão do crescimento ou aumento de posto de trabalho no mercado nacional.

O registo medonho do crescimento real do PIB apresentado em 2010 foi de 3,4%, após 2,4%, em 2009 muito abaixo ao suposto 13,3% verificado em 2008, pese embora apresentara – nos em 2011, 8,7% de crescimento na economia. Apesar da estabilização do preço do petróleo, o crescimento continua retrógrado através da falta

ou fraco investimento nos sectores de infra-estruturas, agricultura, energia e água, pesca, saneamento, saúde, educação, etc.

No entanto, as perspectivas para a redução de desemprego são remotas quando estes sectores são vendidos a associações estrangeiras que têm baixo poder de contratação de pessoal para o sector laboral. Os analistas falam de uma ruptura no Programa de Investimento Público, quando nota – se milhares de jovens, compreendidos entre 18 a 35 anos fora do sistema de emprego, sem quaisquer experiência laboral, pois nunca tiveram oportunidade de emprego. As análises são notáveis nos roboteiros, zungueiros, lavadores de carro, engraxadores que proliferam entre a juventude de sexo masculino e feminino, muitos até analfabetos.

A inflação tem a sua cota parte e continua a ser um grande e interminável desafio para Angola. Depois de anos de descidas insustentadas, a inflação atingiu 14,7% entre 2010 à 2011 o que foi previsto uma descida para 11,7%. Com esta governação só pode ser miragem. A falta da criação percentual de emprego no sector público e privado, impute – se na falha das cobranças de imposto que devia servir para pagar as dívidas internas da função pública entre outros encargos. Demonstra a insuficiência do PIP.

Enquanto o governo não apostar na generalidade no crescimento dos sectores em falha na economia, a inflação nunca vai atingir verdadeiramente a dois dígitos. Nem a capacidade do sector público para atrair investimento privados dirigidos aos diferentes sectores, vai deixar de ser problemático, através das super facturações ou comissões, que o governo de José Eduardo dos Santos insiste. Porém, com esta prática não vai conseguir abordar os desafios sociais e económicos. Tudo através da inexistência de recursos humanos qualificados para impulsionar o crescimento.

### **Promoção do desemprego**

No último congresso do Movimento Popular de libertação de Angola, o presidente daquele partido no governo voltou a exaltar a necessidade de mais investimento na criação de emprego e apostar em especial na juventude, mas o que parece, o seu elenco tende a despromoção de emprego, mas sim a promoção do desemprego, factor real e recente são os mais de 500 jovens afectos aos serviços de fiscalização fora do sistema de emprego por alegada reclamação do atraso salarial que prove dos 9 meses labutados.

### **Desemprego e o sobre endividamento**

Uma das melhores maneiras que o governo achou que estabilizaria a economia é a criação de micro crédito a

juventude e aos agricultores, a abertura do mercado de crédito aos angolanos multiplicaram-se as formas de concepção de crédito, por parte das instituições financeiras, cada vez mais competitivas e evolutivas num mercado cada vez mais transaccionáveis, inovador e diferenciado, o que talvez para o governo pensa haver m progresso de instabilidade financeira só que as famílias se tornam em alvos fácil de endividamento. Ao mesmo tempo que o crédito permite às famílias, dispor de um capital que não próprio imediatamente, também significa que se está a criar uma penhora futura, sem que, muitas vezes as próprias famílias se apercebam disso. Também significa para as famílias, a possibilidade de poder usufruir de bens e serviços que numa determinada situação da vida façam sentido, sem que para isso se considere um possível endividamento futuro, dado o esforço acrescido de gestão financeira.

## **I.8 Aldeia nova procura novos rumos para sair da crise**

*Jornal agora*

*21 de Janeiro 2012*

Mais beneficiários, na sua maioria militares desmobilizados, queixam-se de estarem a ser prejudicados, considerando que a sua actividade não é alorizada. Os camponeses a quem foram distribuídos aviários para produção de ovos e frangos, bovinos para o leite e terrenos para o cultivo de hortícolas, tubérculos e cereais dizem que o dinheiro auferido pelo esforço não compensa. O administrador do Waku Kungo, que segue atento o desenvolvimento do projecto, na sua área de jurisdição, entende que as reclamações dos beneficiários não fazem sentido. Isaías Luciano exemplificou que cada um dos 500 camponeses inscritos no projecto recebe, na sua conta bancária no fim do mês um valor líquido que pode chegar ao equivalente a 700 dólares depois de deduzido o preço da ração animal.

“Como se pode constatar, as reivindicações não fazem muito sentido. Além disso, os lucros dependem do camponês, pois quem mais produzir também terá maior rendimento, podendo amealhar mais de 1000 dólares mensais”, notou o responsável, reconhecendo “o mau tempo que tem, porém, os dias contados”. De todas as formas, este projecto de inspiração presidencial, onde já foram torrados mais de 70 milhões de dólares, regista uma vertiginosa queda da produção, acabando por ofuscar os objectivos inicialmente traçados, ou seja, a reintegração social de Ex-militares, reabilitação da Bacia Leiteira da Cela, fundada nos anos 60 por agricultores madeirenses, e a criação de emprego. Uma das razões que estará a atrapalhar a gestão tem a ver com os elevados custos da energia eléctrica. A depender completamente de geradores alternativos, isso encarece também

todos os serviços e resultados da produção. São erros desta natureza que a administração do projecto Cacanda, na Lunda Norte, não quer repetir. Aqui também já foram aplicados, numa primeira fase, cerca de 29 milhões de dólares e para que esse dinheiro não vá 'I por água abaixo' será construída uma pequena barragem hidroeléctrica para torná-lo autónomo em energia.

O declínio em que se encontra mergulhado o Aldeia Nova, implementado pelos israelitas da LR, os mesmos que estão na implantação do Cacanda, terá levado as autoridades a mudar a direcção e a designação do projecto Passa, doravante, a designar-se Aldeia Nova Sociedade Anónima, onde se cruzam interesses do Instituto de Desenvolvimento Agrário (Ida), sector al privado, Gesterra e a Vital Found. Para liderar este consórcio foi indicado um trio de gestores integrado por, José Carlos, Jorge Marques e Baruch Farber. Este último, ~ de acordo com as nossas fontes, representa os interesses da LR. Bons tempos. Em 2008, as receitas do projecto estavam em ascensão e previa-se, no ano seguinte, a sua subida para 1 milhão de dólares / mês. Os indicadores optimistas levaram o então director de logística, engenheiro agrónomo Joaquim Russo, a referir que iniciativas do género deviam ser alargadas a outras províncias para aumentar a produção de ovos, carne, cereais e legumes. Segundo estimativas, o país gasta anualmente com a importação de produtos agro-pecuários mais de 2 mil milhões de dólares. Apenas em ovos, as necessidades de consumo interno apontam para 400 a 500 milhões de unidades por ano.

O projecto Aldeia Nova devia produzir, aproximadamente, 22 milhões de ovos anuais, e colocar no mercado 10 mil frangos por semana e fornecer três mil litros de leite diários através de 580 vacas distribuídas em três aldeias. No mesmo ano, as receitas líquidas por família oscilavam entre 200 a 300 dólares / mês, ao passo que as vendas globais do projecto rondavam os 700 mil dólares no mesmo período mensal. Uma fábrica de rações com capacidade para fornecer 30 mil toneladas e um matadouro para o processamento de carne de frango, vaca e de porco constituem uma parte importante na manobra do projecto que hoje, porém, funciona a meio gás. Para a auto-suficiência em ração animal, o país precisa de 20 unidades fabris com a mesma envergadura do Waco Kungo. Quem viaja de Ndalatando para Malange encontrará no percurso inúmeros aviários e fábricas de rações a serem montados, traduzindo que as autoridades querem reduzir as importações neste domínio. Todavia, os 'I experts' referem que o envolvimento do Estado em negócios onde o sector privado devia tomar parte activa acabará por inviabilizar todas as boas iniciativas do Executivo. O projecto Aldeia Nova ocupa uma área de 22 quilómetros quadrados e envolve a criação de 600 fazendas familiares.

## 1.9 Comunicado do Governo

*Semanário Angolense*  
21 de Janeiro de 2012

O Ministério do Planeamento da República de Angola tomou conhecimento com indignação do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011, elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em virtude de este ter utilizado, em relação a Angola, informação estatística do ano de 2001, soube-se hoje de fonte oficial.

O Ministério do Planeamento considera inaceitável que uma organização prestigiada como o PNUD não pugne pelo rigor e objectividade na elaboração de um documento de tão grande responsabilidade, pelos seus reflexos na apreciação do desempenho do Executivo angolano e, por conseguinte, na percepção da sua imagem, em particular no exterior do país.

Por essa razão, o Ministério do Planeamento, enquanto órgão departamental do Executivo angolano, não confere qualquer valor ao referido relatório, apelando a essa instituição para que nos seus futuros estudos se pautem pelo rigor científico e pelo respeito e verdade da actualidade dos factos.

Ao utilizar dados estatísticos ultrapassados e que contrariam os dados patentes no recente Inquérito sobre o Bem-Estar da População (IBEP), organizado com o apoio da NICEF e do Banco Mundial, não admira que a República de Angola continue a manter a mesma classificação nos relatórios do PNUD sobre os índices de Desenvolvimento Humano.

Por essa razão, como forma de protesto contra as informações contidas no Relatório, que se prestam a interpretações erróneas, o Ministério do Planeamento declinou o convite e o patrocínio para o acto de lançamento oficial do referido relatório no território nacional.

## 1.10 Os dois bicos das análises económicas

*Jornal Folha 8*  
21 de Janeiro de 2012

Saíram a público ultimamente vários relatórios de análise económica abrangentes, alguns deles estendendo a sua abordagem a níveis planetários. Colhemos em dois diferentes órgãos de imprensa duas curiosas e contraditórias notícias, uma anunciando que Angola deverá ser o quinto país do mundo em termos de crescimento económico durante o ano de 2012 a outra a garantir que estamos nas ruas da amargura. A primeira assenta num

estudo feito pelo Economist Intelligence Unit (UIT). Esta empresa, especialista em análise económica à escala mundial previu para Angola um crescimento de 9,9 por cento, contra ao 12, 8 por cento da previsão do governo e do FMI. Quinto país do mundo! É obra!

A segunda notícia económica é não somente tristonha, mas também altamente surpreendente. Num outro estudo económico à escala mundial do World Economic Forum (WEF) da Suíça, baseando-se em critérios de avaliação diferentes, isto é, levando em consideração o comportamento das empresas, a sua ética em negócios e nas interações com funcionários públicos, políticos e outras empresas, como ponto de partida para calcular a qualidade e as reais capacidades de crescimento económico humanizado, numa palavra, um estudo baseado sobre a honestidade das pessoas, das empresas e, sobretudo, de todos aqueles que se encontram em postos de direcção, a começar pelo presidente da República até aos mais baixos níveis, Angola ocupa a 140.ª posição entre 142 países, quer dizer, é o lanterna vermelha no que toca à honestidade, hombridade e respeitabilidade.

De facto, para crescer é necessário especialização; a especialização requer transacções e estas exigem confiança nas pessoas e nas instituições. Segundo esse estudo, sem ética das empresas entope-se a justiça. E é isso mesmo que acontece no nosso país.

## 1.11 Taxa de desemprego continua a aumentar

*Jornal Folha 8*

*21 de Janeiro de 2012*

Embora o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ser especificamente dependente do sector petrolífero, o sector não petrolífero cresceu em média, 14% nos últimos 4 anos, o que não tem sido benéfico na criação de postos de trabalho, se o governo apostar forte e seriamente na diversificação económica. Os sectores da construção, agricultura, pecuária, saúde, educação, saneamento, entre outros, deixarão de ser fortemente dependentes do PIB, e passarão a sectores activos na economia.

Enquanto o crescimento se reflectir nos sectores com maior dificuldade de aderência ao emprego, o índice de desemprego continuará vermelho. Pois, a indústria mineira que está concentrada no petróleo e diamantes, embora haver a retoma das explorações de ouro, de minério de ferro e de cobre, por empresas estrangeiras mal instruídas no cenário financeiro de Angola, não cobre o elevado índice de desemprego, porque comércio informal foi dilacerado.

O comércio, que se desenvolveu informalmente durante décadas, foi fortemente afectado pela deslocação do mercado Roque Santeiro, até então considerado o maior mercado em Céu aberto, da África subsariana, trazendo a luz um elevado número de desempregados ambulantes. O esforço para apoiar a taxa de crescimento, em 2012, determina um elevado incremento das reservas monetárias. Para isso, é necessária uma revisão da política monetária que foi consagrada na nova Constituição, aprovada em Fevereiro de 2010.

O Banco Nacional de Angola (BNA) compartilha a responsabilidade na definição da taxa de juros e da política cambial com os ministérios do Planeamento e das Finanças. Com a recuperação do saldo orçamental e da balança corrente, em 2011, suportada pela adesão dos de outros produtos para o crescimento do PIB, podemos esperar um afrouxamento das políticas monetárias em 2012, em benefício da actividade do sector de emprego. Os programas nacionais de planeamento continuam a destacar a necessidade de uma melhor coordenação das políticas públicas e há uma clara necessidade de o governo criar políticas de inserção da juventude saída das universidades e institutos médios, para o mercado de emprego. Neste contexto estará a fazer esforço para impulsionar o sector económico e reduzir a dependência do investimento público afecto a juventude

Analizando as estatísticas, o crescimento económico ainda não teve um impacto significativo na pobreza e no desemprego de mais de 46% de jovens, que continuam a ser dossiês delicados no país.

Segundo o Executivo, em 2011, a despesa social foi superior a 30% do total do orçamento, distribuída da seguinte forma: 8% para a educação, 3,8% para a saúde, 12,8% para a protecção social, 1,3% para a cultura, 4,9% para a habitação e desenvolvimento comunitário e 0,8% para a protecção ambiental. No entanto, a incerteza permanece sobre estas verbas. Em especial, 9% do orçamento serão atribuídos a serviços de protecção social "não especificados", levando a especulações de que as análises técnicas subjacentes a estas atribuições podem não ser precisas.

Se compararmos as taxas de crescimento económico declaradas para o ano anterior e a expectativa para 2012, chegaremos facilmente à conclusão que houve uma certa desaceleração, com a economia a crescer a taxas decrescentes. Isso se deve, por um lado à conjuntura mundial que se caracterizou por uma profunda crise económica e financeira, mas por outro lado, às opções de política de desenvolvimento do Estado angolano.

## 1.12 Executivo e Nações Unidas aos "bifes"

*Semanário angolense*  
21 de Janeiro de 2012

A meio da semana passada, o país foi surpreendido com um musculoso comunicado do Ministério do Planeamento, no qual manifestava a sua insatisfação pelo facto de o PNUD ter usado dados de 2001 para calcular o Indicador Multi-Dimensional de Pobreza (Multi-Dimensional Poverty Indicator, em inglês).

Esse facto colocou Angola perto da cauda dos países no que ao índice de Desenvolvimento Humano diz respeito. Num universo de 187 países, Angola ocupa um mísero 148.º lugar numa lista liderada pela Noruega e em que o Congo Democrático é o lanterna vermelha. Penúltima nos PALOP (à frente apenas de Moçambique), Angola situa-se no último pelotão juntamente com países ou muito pobres como o Nepal e o Haiti, ou aqueles que vão atravessando períodos de instabilidade política como o Zimbabué, a Zâmbia, a RDC e a Costa do Marfim, entre outros.

Nesse comunicado, o Executivo diz não entender porque é que as Nações Unidas não utilizaram os dados do IBEP (Inquérito sobre o Bem-Estar da População) que até teve o apoio de uma das suas agências, o UNICEF, e do Banco Mundial. Feito em 2006 e 2007, paradoxalmente sob a batuta inicial da actual Coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Angola, a Sra. Maria Ribeiro, então nas vestes de Oficial de Planeamento do UNICEF-Angola, o IBEP tem dados bem mais lisonjeiros para o desempenho do Executivo, ao ponto de ter sido a grande base dos dois discursos sobre o estado da Nação que o Presidente Eduardo dos Santos dirigiu em 2010 e 2011. Por outro lado, os dados de 2001 reflectem a pior fase da história do país, aquela em que estava exaurido por uma guerra então no seu apogeu; em que cerca de 70% da população dependia de ajuda humanitária e um quarto estava deslocada; em que as infraestruturas básicas estavam quase todas destruídas e as próprias Nações Unidas quase que eram quem alimentava a Nação.

Por isso, terminava o comunicado, o Executivo declinava o convite para patrocinar o lançamento do relatório em Angola, o que em linguagem diplomática é o mesmo que dizer que para o nosso país ele não é válido. Mas não é exactamente essa a versão das Nações Unidas. Em conversa com o *Semanário Angolense*, o coordenador em exercício das Nações Unidas e representante do UNICEF, Koen Vanormelingen, minimiza a questão e diz que tudo se resume num problema de comunicação. Segundo o oficial da ONU, não foram usados os dados do IBEP porque eles apenas foram tornados oficiais em

Setembro de 2011, numa altura em que o processo já estava adiantado e não era mais possível usá-los. Diz também que não foram usados exactamente os dados de 2001 mas sim projecções a partir deles, o que não é a mesma coisa.

Questionado sobre como iriam agora resolver o impasse, diz que já propuseram ao Executivo a feitura de um Relatório de Desenvolvimento Humano só para Angola, pasme-se. Fica tipo apaziguar uma criança birrenta, pois não resolve o problema posto pelo Executivo relativo à "apreciação do desempenho do Executivo angolano e, por conseguinte, na percepção da sua imagem, em particular no exterior do país". Na realidade, os estragos na sua imagem já estão feitos.

Aliás, isso mesmo dá a entender Koen Vanormelingen quando questionado em relação à validade do Relatório para Angola, já que o Executivo quanto a isso diz que "o Ministério do Planeamento, enquanto órgão departamental do Executivo angolano, não confere qualquer valor ao referido relatório". O expatriado é peremptório: o Relatório está feito e ponto final e não tem necessariamente que ser lançado num país para ter validade ou não. Por outras palavras, o Executivo vai ter que engoli-lo com vontade ou sem ela.

Atento ao desaguisado entre as duas instituições que sempre mantiveram excelentes relações, o *Semanário Angolense* foi atrás da notícia, numa tentativa de compreender o que poderia estar por trás do desentendimento. Terá sido propositadamente que as Nações Unidas usaram dados que nivelam por baixo os índices de desenvolvimento humano de Angola? Se sim, por que motivos? Ou será que o relatório destapa uma realidade para a qual muitos analistas da nossa praça e não só vêm chamando a atenção, que é a inadequabilidade do nosso desenvolvimento de betão? São essas as perguntas que procuramos responder nas páginas que se seguem.

## 1.13 Interessa às NU em Angola que o País esteja na "cauda"

*Semanário angolense*  
21 de Janeiro de 2012

Funcionários de nível intermédio nos ministérios da Saúde, Assistência e Reinserção Social e Planeamento, assim como oficiais angolanos das próprias Nações Unidas, contactados pelo *Semanário Angolense*, falando sobre reserva de identidade, foram unânimes em afirmar que a gestão de topo da organização tem interesse em manter Angola na cauda dos países em termos de desenvolvimento humano.

Segundo eles, o escritório de Angola é dos maiores de África e daqueles que têm mais trabalhadores expatriados, os quais não estão interessados em perder os seus empregos. Ao contrário de outros países, onde os fundos são encaminhados directamente para os governos e seus parceiros da sociedade civil, em Angola, as Nações Unidas gerem directamente os fundos, fazem os seus planos e programas, entregando-os ao governo apenas para os sancionar.

Por exemplo, apresentam o programa da erradicação da poliomielite em que houve uma injeção astronómica de fundos da parte da Fundação Melinda e Bill Gates; esses fundos são geridos directamente pelo UNICEF, que a primeira coisa que fez foi recrutar “um batalhão” de expatriados, maioritariamente dos países da América Latina, em detrimento dos quadros nacionais “que até conhecem melhor a realidade angolana”, como fizeram questão de ressaltar as nossas fontes. Até as campanhas de publicidade são feitas por esses expatriados, concorrendo deslealmente com as agências nacionais do sector.

No UNICEF foi apontado um caso em que um artista gráfico com mais de 15 anos de casa foi despedido em Dezembro passado, para ser substituído por um expatriado.

Na realidade, tanto o Executivo como os doadores não estão interessados nem nos fundos das Nações Unidas nem em assistência técnica de qualidade. Mais uma vez, ao contrário do que sucede em outros países, em que as Nações Unidas recrutam assessores altamente especializados que laboram dentro dos ministérios, em Angola eles estão acantonados na sua sede, constituindo um paralelo (e às vezes uma competição) com os departamentos ministeriais, chegando às vezes a impor a sua agenda em detrimento da do Executivo. É o caso, mais uma vez, das campanhas de vacinação contra a Pólio; as NU insistem que o Ministério da Saúde despenda recursos humanos, económicos e financeiros nestas campanhas que chegam em alguns anos até ao número de quatro, quando a prioridade deste ministério é o combate ao paludismo e às diarreias agudas, assim como pelo aumento das condições de saneamento do meio.

Ora, e segundo ainda os nossos interlocutores, “para evitar confusão”, como disse um deles, esse estado de coisas só é possível porque as Nações Unidas em Angola usam dois argumentos aos quais os seus superiores em Nova Iorque e os doadores não têm como rebater: a corrupção endémica existente no país, que poderia fazer desaparecer os dinheiros das doações, e a alegada falta de quadros qualificados para garantir a qualidade dos projectos e programas. Perante esses argumentos, os chefes na sede das NU em Nova Iorque vão tolerando os elevadíssimos custos da presença de expatriados (um expatriado custa em média 500 mil dólares ano se con-

tarmos o salário, a casa e a educação dos filhos que são pagos pela organização) e os doadores continuam canalizando os seus fundos para a organização mundial, ao invés de fazê-lo através do Executivo.

Executivo esse que parece pouco preocupado com os dinheiros das Nações Unidas. “Angola nesse momento não tem problemas de falta de dinheiro. Precisa é de peritos altamente competentes para ajudar-nos a transformar o dinheiro que temos em desenvolvimento”, disse ao SA um director nacional, ao mesmo tempo que lamentava que tanto o perfil quanto a competência técnica dos quadros das NU que estão neste momento no país deixa muito a desejar. “Quase todos eles dominam menos a matéria que os nossos quadros”, acrescentou com alguma ironia.

Por sua vez, os oficiais nacionais em serviço nesta organização internacional vão mais longe e dizem mesmo que existe uma tendência para substituir quadros nacionais por expatriados, alguns dos quais nem português falam. Queixam-se que são subalternizados e a experiência acumulada através de anos de trabalho quase nunca é levada em conta. “Apenas somos chamados quando criam um kizango com o Governo, como está a acontecer agora. Aí chamam-nos para apagar a fogueira”, afirmam.

Na entrevista que tivemos com Koen Vanormelingen pusemos-lhe a questão. O também representante do UNICEF disse que o Governo expressou da forma mais inequívoca que quer a presença das NU em Angola e aprecia os moldes como ela está instalada no país. Mencionou que, tanto na reunião de revisão do meio-termo (um encontro que o UNICEF faz com os parceiros a meio do ciclo de programas normalmente de 5 anos), como nos encontros que teve com o Presidente Eduardo dos Santos, esse desejo foi reiterado. “Nos outros anos quando existem problemas, na cerimónia de cumprimentos de fim de ano o Presidente (Eduardo dos Santos) fala disso; mas esse ano nada disse, o que me faz crer que para ele este problema está ultrapassado”, afirmou. “Isso é como na vida de um casal. Não é por haver um mau entendido num determinado momento que a relação acaba. Foi um problema de comunicação e nada mais”, rematou com um certo humor Koen Vanormelingen. O mesmo em cuja agência, o UNICEF, todos os altos funcionários nacionais, alguns com cerca de 20 anos de casa, ou estão a bater com a porta ou estão a ser despedidos e substituídos por expatriados para desalento dos nacionais e dos parceiros.

Isso tudo, concluem, só se torna possível porque Angola está muito em baixo nos índices de Desenvolvimento Humano do PNUD. Porque quando o país subir, as NU

vão ter que reduzir o seu pessoal expatriado e os poucos que permanecerem terão que estar nos ministérios como assessores e não na mega ilha em que se constituiu o seu escritório na rua Major Kanhangulo à baixa de Luanda. E os fundos dos programas serão encaminhados aos ministérios para serem geridos em conjunto com os fundos próprios do país.

#### 1.14 Realmente, dá medo, muito medo!

*Semanário angolense*  
21 de Janeiro de 2012

Uma simples vista de olhos aos dados que o PNUD apresentou como sendo os mais recentes de Angola faz perceber porquê o Executivo, que se vem habituando a apresentar-se perante os outros estados como um modelo de desenvolvimento, ficou literalmente a espumar de raiva.

Se o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), parte integrante do Relatório de Desenvolvimento Humano desde 1990, consiste de uma definição mais ampla de bem-estar em três dimensões básicas de desenvolvimento humano (saúde, educação e renda) e a fazermos fé nos dados apresentados, então Angola está mal e o Executivo muito longe da performance dourada que apresenta.

No campo da Saúde, apenas 2% do PIB é destinado à saúde pública. Cento e 61 crianças em cada 1.000 morrem antes de atingir os 5 anos de idade. A esperança de vida ao nascer é de 51 anos. Por seu lado, no sector da Educação, um pouco mais (2,6%) do PIB é que é alocado às despesas públicas e a média de anos de escolaridade dos adultos com mais de 25 anos é da 4ª classe. Isso num contexto em que o PIB (Produto Interno Bruto) per capita é de USD 5.278 e o RNB (Rendimento Nacional Bruto) é de USD 4.874 por pessoa. O resultado desse cruzamento não podia ser mais catastrófico: 54% dos angolanos vivem com menos de 1 dólar norte-americano por dia, quer dizer, mais de metade dos angolanos vive em condições de extrema pobreza.

Este quadro conduz inevitavelmente à conclusão que os dinheiros que o país gera não estão a ser usados para o benefício da grande maioria da população. Mais: diz claramente que o Executivo está a gerir mal esses dinheiros, o que, acrescido aos rumores recorrentes sobre a corrupção endémica e à ostentação de enorme riqueza da parte de um grupinho de angolanos, em detrimento da grande maioria, significa tão-somente o seguinte: o PNUD passou um senhor atestado de incompetência ao Executivo e às suas políticas. Daí a "indignação" com que este recebeu o Relatório.

Koen Vanormelingen não o disse, mas deu a entender que as Nações Unidas têm tido dificuldades de acesso aos dados mais recentes na posse do Executivo, incluindo os do IBEP, que apenas foram oficializados em Setembro de 2011, numa altura em que o processo de recolha de dados já tinha acabado fazia tempo. Aliás, essa é a justificação apresentada para a não utilização dos dados deste inquérito, bem mais lisonjeiros para o Executivo.

A ser assim, o executivo foi mais uma vez vítima de si próprio e da sua mania crónica de não fornecer os dados às instituições internacionais em tempo útil. Embora seja suspeito que, sendo o UNICEF o assessor directo do IBEP, não tenha conseguido fazer passar a mensagem dos prejuízos que o país incorria com o atraso da oficialização dos dados daquele inquérito. A não ser que não estivesse particularmente interessado em fazer passar esta mensagem pelos motivos que alguns oficiais nacionais apontam.

Seja como for, o olho nu dá para ver que houve exagero pela negativa da parte das Nações Unidas. Sendo verdade que os imensos investimentos em infra-estruturas não têm sido acompanhados pelo seu equivalente na saúde e na educação; sendo verdade que acima da metade dos angolanos não tem acesso adequado à água potável e à electricidade, para não dizer à habitação; e sendo verdade que se morre demais de paludismo e diarreias resultantes de um saneamento do meio deficiente, custa a crer que se esteja tão mal, quase tão mal como no tempo da guerra. Mas como o Executivo não apresenta provas do contrário, ou, quando o faz, é tarde e má hora, não há outra saída senão aceitar os dados disponíveis. E ao Executivo não resta outra saída senão engolir mais este sapo e aprender a ser mais proactivo no futuro. Até lá, este é o Evangelho do Desenvolvimento Humano de Angola segundo o "santo" PNUD. Ainda que por esta altura o Executivo deva estar a pensar que, com santos assim, nem o Diabo falta faz.

#### 1.15 Inflação fecha o ano de 2011 abaixo da meta do executivo

*Jornal semanário factual*  
23 à 30 de Janeiro de 2012

No mês de Dezembro, a variação de preços foi de 1,73 por cento, a maior taxa registada ao longo do passado ano. Os alimentos foram os que mais contribuíram para a elevação, no último mês de 2011.

A inflação homóloga caiu 3,93 pontos percentuais entre 2010 e 2011, baixou de 15,31 por cento para 11,38 por cento, uma tendência que pode estar associada à melho-



ria dos mecanismos de controlo da liquidez na economia, isto num ano em que o Banco Nacional de Angola (BNA) aplicou um conjunto de instrumentos de política monetária para monitoramento da liquidez.

Também está associado a medidas adoptadas, no sentido da redução dos preços dos produtos básicos importados, tendo sido isentos de alguns encargos fiscais.

Em Dezembro, os alimentos registaram um aumento de preços na ordem de 2,44 por cento, o vestuário e o calçado cresceram 2,11 por cento, e os bens e serviços diversos aumentaram 2,08 por cento. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), "a variação homóloga situa-se agora em 11,38 por cento, ou seja, uma subida de 0,10 pontos percentuais, em relação à variação homóloga do período anterior, o que significa, apesar desta subida, a manutenção da tendência decrescente da variação homóloga iniciada em Novembro de 2010".

#### **Produto Interno Bruto vai crescer em 3,4 por cento**

O governador do BNA, José Massano, durante o discurso de fim de ano, adiantou que se "estima que o PIB cresça cerca de 3,4 por cento, sustentado, fundamentalmente, pela evolução positiva do sector não-petrolífero da economia".

Destacou, igualmente, que "no cumprimento da nossa missão de velar pela preservação do valor da moeda nacional, focámos a nossa actuação na implementação de medidas voltadas para o abrandamento do crescimento do nível geral de preços na economia". Indicou que o resultado animador foi, igualmente, influenciado pela estabilidade conseguida no mercado cambial, tendo a taxa de câmbio depreciado em apenas 2,8 por cento.

O BNA disponibilizou à economia, através do sistema bancário, 13,4 biliões de dólares, de Janeiro até ao final de Novembro de 2011, recursos suficientes para assegurar as transacções da economia angolana com o mercado externo.

## **1.16 Angola quer atrair investidores lusos em dificuldades**

*Novo jornal  
27 de Janeiro de 2012*

O governo de Angola quer atrair empresas portuguesas que enfrentam dificuldades graves de tesouraria devido à crise, mas que ainda têm potencial tecnológico, e apostar num mecanismo de migração selectiva, anunciou nesta terça-feira, 24, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, que falava numa conferência de imprensa conjunta com o ministro português da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira, referiu ainda a aposta do governo angolan

lano ao nível da desburocratização dos processos de instalação de empresas e "trasladação de activos de empresas que em Portugal já não possam funcionar em pleno".

O governante disse que o Ministério que dirige quer, "numa discussão aberta com o serviço de imigração, encontrar um mecanismo de migração selectiva" de empreendedores, detentores de tecnologia e conhecimento e também de capital. O objectivo é apostar nos sectores prioritários para Angola, nomeadamente agricultura, pecuária e pescas, mas também nos materiais de construção, serviços de apoio ao sector industrial, bem como aos sectores da indústria transformadora e mineira. "Queremos partir rapidamente para acções de curto e médio prazo", disse, afirmando que "a integração é parte da agenda da parceria estratégica" entre Portugal e Angola. Praticamente no mesmo dia, o economista e professor universitário da Universidade Católica de Angola, Manuel Alves da Rocha alertou que "Portugal está a exportar o seu desemprego para Angola", o que poderá provocar "fissuras sociais" e defendeu que Luanda deve reservar empregos para os nacionais. Numa altura em que governantes portugueses apontam a emigração como uma possível saída para a crise, Alves da Rocha recordou que "Angola tem uma elevadíssima taxa de desemprego", estimada em 26 por cento, e que a comunidade portuguesa no país já está avaliada em cerca de 130 mil pessoas. Trata-se, sublinhou, de uma comunidade "com uma componente técnica muito importante", que acaba por "barrar a entrada de quadros angolanos" no mercado de trabalho.

Investimento e nova lei Questionado sobre as dificuldades impostas pela nova lei do investimento privado, que exige um limite mínimo de um nuThão de dólares para empresas que queiram investir em Angola, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, recordou tratar-se de um montante "muito pouco intensivo em capital e com impacto mais ou menos pequeno". O governante acrescentou que, se uma empresa portuguesa que queira deslocalizar-se tiver activos de 500 mil dólares, pode entrar com esse valor e o parceiro angolano completará com o restante investimento em recursos financeiros. Além disso, recordou, o parceiro angolano terá acesso a financiamentos e a empresa também, desde que a posição angolana seja maioritária.

"Na mesma conferência de imprensa, Álvaro Santos Pereira reafirmou a intenção, dos governos de Portugal e Angola, de liderar um processo de integração económica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), considerando que, embora a história e a cultura comuns sejam o que une os oito membros, a economia é o que os "fará ir para a frente".

Alves da Rocha, nas declarações que fez à agência Lusa,

alerta no entanto que os "jovens licenciados [angolanos] não têm um leque de oportunidades junto das empresas estrangeiras e as empresas angolanas ainda são poucas e não têm capacidade para absorver a capacitação técnica que as universidades vão lançando para o mercado". Para o economista, compete às autoridades angolanas reservar segmentos de emprego para os nacionais, porque os jovens angolanos se confrontam com uma concorrência desleal: "Estamos a concorrer com quadros portugueses com alguma experiência, o que os nossos quadros não têm". A Lei Geral do Trabalho em vigor é bastante clara: 70 por cento dos empregos têm de ser obrigatoriamente preenchidos por angolanos, enquanto (no máximo) 30 por cento dos lugares podem ser destinados a quadros estrangeiros.

Alves da Rocha alertou também para a grande diferença salarial entre expatriados -entre os quais os portugueses - e angolanos, recordando que os estrangeiros auferem salários "duas, três, quatro vezes superiores" aos nacionais, o que pode implicar "reações sociais indesejáveis". As relações económicas entre Angola e Portugal estão num ponto de viragem e é importante que se compreenda a "nova filosofia" angolana, disse Carlos Bayan Ferreira, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola (CCIPA).

Para Bayan Ferreira, assistimos actualmente a "um momento de viragem nas relações entre Portugal e Angola", não só porque Luanda "está a mudar a sua lógica de receber o investimento estrangeiro", mas também porque o mercado angolano é visto como um destino que pode compensar as quebras provocadas pela crise europeia junto dos empresários portugueses.

Sendo assim, sublinha o responsável, "quem quer investir em Angola tem de compreender a nova filosofia do investimento angolano". Essa nova filosofia, disse Bayan Ferreira, resulta numa "angolanização positiva" da economia: "mais do que exportações, Luanda quer investimento; mais do que serem puros importadores, os angolanos querem produzir localmente; não é só instalar uma fábrica, é também formar gestores e técnicos angolanos que lá trabalhem", frisou o líder empresarial português.

## 1.17 Economia cresceu 3,4% no ano passado

*Jornal AGORA*

*28 de Janeiro de 2012*

O Fundo voltará a analisar, em finais de Março, a libertação da última tranche (130 milhões de dólares) do empréstimo de 1,4 mil milhões de dólares concedido em 2009 na sequência da redução do preço do petróleo no mercado internacional em consequência da crise financeira.

Mauro Mecagni, chefe da missão do FMI que se deslocou a Luanda este mês, disse que as finanças angolanas foram ajudadas pelo aumento do preço do petróleo e pelo facto de o Executivo ter conseguido conter o défice primário não petrolífero em cerca de 44% do Produto Interno Bruto fora da indústria petrolífera.

"As perspectivas macroeconómicas para 2012 são genericamente favoráveis com o início da exploração de novos poços, o que fará aumentar a produção para 1,8 milhões de barris por dia", disse no comunicado divulgado.

O FMI informou ainda, que a maior parte do montante de 32 mil milhões de dólares que não constam nas contas do Estado, entre 2007 e 2010, poderá ser explicada por "I operações para fiscais" efectuadas pela Sonangol.

Na semana passada, o Executivo determinou que a Sonangol deixará de funcionar como agente financeiro do Estado, com a excepção temporária do pagamento do subsídio dos combustíveis e do serviço da dívida.

Por sua vez, o ministro da Economia afastou, esta semana, a hipótese de o país voltar a receber um empréstimo do FMI, mas admitiu que a instituição internacional prestará consultoria ao Executivo.

Questionado sobre o futuro das relações de Angola com o Fundo, Abraão Gourgel garantiu que "mais do que os recursos financeiros disponibilizados, o que interessava ao Executivo, no acordo de stand by', com o FMI era o suporte, em termos técnicos, às reformas que Angola já tinha começado a fazer".

As reformas permitiram dar ao país a "credibilidade para conseguir novas condições de rating" e também reforçar o processo de estabilização macroeconómica.

"A esse nível, sim, pensamos continuar a contar com a participação do FMI, mas não necessariamente num programa com esta configuração", disse o ministro, admitindo que a colaboração passará por uma prestação de serviços.

Em Novembro de 2009, o FMI aceitou acordar um crédito de 1,4 mil milhões de dólares para ajudar Angola a reconstituir as suas reservas de divisas, depois de uma baixa do mercado do petróleo diante da recessão mundial.

Ainda sobre a indústria petrolífera, esta semana, o Executivo começou a discussão da diferença de salários entre nacionais e estrangeiros. Vista como uma situação preocupante, o ministro dos Petróleos esclareceu que as autoridades têm se batido para que o salário base seja idêntico entre técnicos do mesmo nível. A discrepância reside no facto dos trabalhadores estrangeiros terem direitos a subsídios adicionais inerentes à sua deslocação e os nacionais não.

Botelho de Vasconcelos considerou os estímulos às empresas petrolíferas uma conquista para que estas possam exercer a sua actividade sem constrangimentos. Entre os incentivos, destacou a redução dos impostos do contrato de partilha e produção, actualmente fixados em 50%, para valor idêntico ao imposto industrial, ou seja, em 30% e apontou também a isenção da obrigação de comparticipação no financiamento das despesas de pesquisa.

## 1.18 Repatriados voltam às zonas de origem

*Jornal Agora*

*28 de Janeiro de 2012*

A responsável do centro, Antónia Ferreira de Almeida, indicou que 63 refugiados já partiram para a comuna de Bela Vista (Ambriz) e Kicabo, no Dande.

Nesta quinta-feira, partiram para as suas localidades 48 refugiados, sendo as comunas de Ngombe, Kanacassala, Kicunzo e Kixico (Nambuamgongo), os destinos mais procurados.

Os refugiados receberam do governo provincial kits alimentar, de material de cozinha, bem como instrumentos de trabalho e roupa para ajudar a sua reintegração social.

Fiéis da Igreja Adventista do Sétimo Dia também prestaram solidariedade, quer na construção e levantamento das tendas e no saneamento básico do centro, como no domínio espiritual, já que muitos dos afectados deixaram na RD Congo esposas e maridos.

O pastor José Constantino, referiu que a igreja tem passado a mensagem de esperança para aqueles que deixaram cônjuges de que vão se reencontrar. "Temos enco-

raçado para uma reintegração social salutar", confessou. O centro de acolhimento do Lifune, ocupando uma área de 300 metros quadrados, possui 57 tendas, um posto de saúde, polícia, bombeiros, 48 latrinas, dois balneários, três alpendres para cozinha e seis reservatórios de água potável, com a capacidade de cinco mil litros.

## 1.19 O estado, de uma forma geral não é um bom gestor

*Novo jornal*

*27 de Janeiro de 2012*

Há quanto tempo a Delta imobiliária está no mercado? A Delta Imobiliária foi constituída em 2007. É uma empresa de direito angolano. Tem como principal foco de actuação neste momento a cidade do Kilamba. E isso já é muito trabalho, porque estamos a falar de 3180 apartamentos. Temos que ter uma equipa de trinta colaboradores para responder a este grande desafio.

Aqui na Delta, todos os colaboradores são angolanos, o único que se pode considerar expatriado sou eu embora já esteja em Angola 12 anos. Demos formação a todos e temos conseguido com esta equipa desenvolver um bom trabalho.

*Como é gerir um projecto como o Kilamba?*

É complicado porque são muitos apartamentos e isso requer muito "know-how". E ainda muita paciência o que trás algumas reclamações, insatisfações, porque nunca está tudo bem para as pessoas.

Nós trabalhamos para que tudo fique bem. Mas por vezes as coisas não estão como nós queremos.

*Quais foram os trunfos usados pela Delta para que a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), apostasse em vocês?*

Isso a Sonangol é que vos pode responder e não exactamente nós.

*Foi uma entrega directa ou participaram em algum concurso público?*

Isso não lhe sei responder exactamente. Penso que a Sonangol, para ter escolhido a Delta, de certeza que olhou para o currículo das pessoas que estavam à frente da imobiliária e achou que era a empresa que eventualmente lhe daria condições para gerir o processo. São conceitos que eu não quero abordar. Porque não tenho ideia que seja necessário concurso público porque a Sonangol Imobiliária e Propriedades é uma sociedade por quotas. O importante é a Delta prestar um bom serviço. Para além dos projectos ligados à Sonangol Imobiliária e Propriedades a Delta está envolvida em outros projectos? Não. Este é um mega-projecto e exige um grande esforço de nossa parte.

*Depois da corrida na fase inicial como é que a decorrer o processo de comercialização?*

Posso dizer que o processo tem-se desenvolvido em três fases: a primeira, foi a fase do conhecimento, onde as pessoas viam os prédios construídos e não sabiam como é que iria se desmolar o processo. Quando se desmoldou o processo foi algo extremamente trabalhoso, trabalhava-se 10 a 12 horas por dia, -atendíamos mais de duas mil pessoas por dia e obtivemos mais de 60 mil inscrições. A seguir o processo ficou praticamente parado e depois, por uma situação que não sei explicar bem, voltou novamente o "boom" de pessoas até que o promotor decidiu suspender as inscrições. Neste momento temos mais de setenta mil inscritos, que não são só para a cidade do Kilamba mas também para outros projectos onde a Sonangol Imobiliária está envolvida, mas que a Delta ainda não está.

*Quantos apartamentos já foram vendidos?*

Vendemos até agora 120 apartamentos. Porque grande parte das pessoas que foram se inscrever revelaram que não eram potenciais clientes para a cidade do Kilamba. Mas isso não implica dizer que não são potenciais clientes. São potenciais clientes. Se houver uma abertura, como me parece que está a acontecer, e uma negociação entre o executivo e os bancos para um mais fácil acesso ao crédito à habitação, logo estes clientes que estão na nossa base de dados vão nos contactar. Por outro lado ainda não houve muitos esclarecimentos sobre todos empreendimentos que o Estado está a desenvolver. Alguns deste outros empreendimentos certamente terão valores mais em conta, mais reduzidos do que os do Kilamba. Por exemplo, no Cacucaco acredito que os preços serão inferiores a do Kilamba.

*Seis meses e apenas 120 apartamentos vendidos. Não são poucos?*

Admito que sim. E mais uma volta a dizer que tem a ver com crédito. Já muitas pessoas falaram em renda resolúvel, que também não deixa de ser um crédito porque vamos pagar uma renda, só que será ao banco. A minha opinião particular é que quem deve emprestar dinheiro são os bancos, porque são eles que têm esta capacidade, de análise de risco. Aquilo que algumas pessoas falaram de ser o Estado a fazer não acho que não é o preferível porque o Estado transformar-se num senhorio gigante. Não resiste nem para o Estado nem futuram-te para as pessoas. Já vimos em outras sociedades que o Estado não é bom gestor. É natural. Isto não é só em Angola. O Estado de uma forma geral não é bom gestor. Transformar o Estado num senhorio gigante é matar o processo à nascença. Tenho a certeza que o executivo vai desenvolver o crédito à habitação. Para mim a melhor forma passava por criar um banco público e conseguir taxas de juros boas. Esta questão do crédito poderá tê-la com o Kilamba, que considero positiva.

### **Arrendamento não é solução**

Falou-se também do sistema de arrendamento no Kilamba. Até agora a Delta não tem nenhuma indicação sobre este processo de arrendamento. Do meu ponto de vista o arrendamento deveria ser com o banco como já disse. É esta a renda que as pessoas deveriam pagar.

*Não acha que projectos como o Kilamba deveriam contemplar a vertente renda, pagas ao banco ou não?*

Pode contemplar. Depende de qual foi a opção que o Executivo fez quando criou as novas centralidades. O Executivo pode, por exemplo, vender inclusive prédios inteiros em que estipula a renda ao investidor e se o investidor quiser compra o prédio. Compra e arrenda os apartamentos. Dá-me a ideia que não foi essa a intenção com que o Executivo quis desenvolver o seu projecto. A ideia que ficou é que o executivo desenvolveu o seu projecto fazendo uma cidade em que as pessoas vão lá morar e é para isso que está a trabalhar.

Com todos os defeitos que podem apontar a cidade do Kilamba é um modelo.

Quem não se inscreveu e agora está em condições de comprar um apartamento ainda o pode fazer? Pode nos propor esta situação e nós propomos à Sonangol Imobiliária, porque não temos este poder de decisão. A resposta vem da SONIP.

*Provocar o insucesso de projectos como o do Kilamba?*

Não digo provocar o insucesso. O que vai provocar é uma venda mais lenta do que aquilo que eventualmente estaríamos a espera.

*Os preços praticados no Kilamba justificam-se?*

O que posso dizer é que a Cidade do Kilamba é uma cidade com muita qualidade. Os imóveis têm boa qualidade, têm boas áreas internas, têm escolas, creches, está bem distribuído. É uma cidade que está pensada. Não se pode comparar a Cidade do Kilamba com um prédio isolado. Estamos a falar de uma cidade com administração completa. No Kilamba vendemos área útil. O que não é normal no imobiliário, onde o normal é vender área bruta. Estamos a falar de 125 mil dólares com todos os emolumentos, para um imóvel de 110 metros quadrados. O que dá qualquer coisa como mil dólares o metro quadrado por área de construção. Com estas condições não existe nada igual em Luanda. Os preços que nos foram dados no Kilamba acho que são perfeitamente acessíveis.

Agora é necessário desenvolver o crédito à habitação e todas as suas nuances. Do meu ponto de vista o problema não é o preço do apartamento em concreto, mas sim o acesso ao crédito, porque a casa em si não está cara.

*Baixar o preço das casas no Kilamba não seria uma solução?*  
De mercado que são de 3% por apartamento vendido. A Delta não funciona apenas como uma mera vendedora. Temos um protocolo com a Sonangol Imobiliária que tem um conjunto de serviços além da mera comercialização. Para ganhar é preciso vender. Estamos desde Agosto com trinta funcionários e até agora vendemos 120 apartamentos. Agora veja os custos que isso tem em termos operacionais. Não sabemos quando é que vamos vender mais. Temos lojas no Kilamba e na Mutamba, desde Agosto. Não estamos a ganhar nenhuns milhões. Também não vão perder.

Não sei. Depende. Suponha que o crédito à habitação só sai daqui a um ano. Ou seja, em um ano por exemplo vendemos 300 apartamentos, com os custos correntes com funcionários, seguros, por aí fora. Com o número de fogos que vendemos e o número de emprego que criamos não estamos a ganhar dinheiro.

Ainda não estão. Isto de certeza absoluta. Mas temos expectativas de ganhar. Não estamos cá para perder dinheiro. Estamos cá para dar o nosso melhor e assessorar a empresa que nos seleccionou da melhor forma. A Delta não é uma mera prestadora de serviços. É uma prestadora de serviços mas com alguma consultoria na área imobiliária que tem a ver com tudo o que envolve a compra do apartamento.

## 1.20 Indicadores da economia nacional para 2012

*Semanário factual*  
*28 de Janeiro de 2012*

O ano de 2012, apesar do cenário internacional negro, se apresenta favorável para a economia nacional, isto a julgar pelos números adiantado tanto pelo Executivo quanto pelas instituições internacionais. As projecções do Executivo apontam para um crescimento de 12,8% e o Fundo Monetário Internacional (FMI) destaca um crescimento de 10,80 %.

### **Em 2012, o sector petrolífero vai recuperar**

Nessas circunstâncias, avalia-se que o ano de 2012 representará um período de recuperação do sector petrolífero, depois de atravessar um período de sucessivas quedas nos três anos anteriores: estima-se uma taxa de crescimento do Produto de 12,8 por cento, com participação preponderante dos sectores petrolífero (13,4 por cento) e não-petrolífero (12,5 por cento).

Neste último, espera-se que todos os sectores tenham taxas de crescimento positivas, com particular ênfase para os Diamantes (10,1 por cento), Energia (11,8 por

cento), Construção (7,5 por cento) e Agricultura (13,9 por cento). O PIB estimado para 2012 é de 9. 844,5 mil de Kwanzas e do qual se espera que a indústria extractiva contribua com cerca de 39,7 por cento para a composição do Produto Interno Bruto (PIB), seguido pelos serviços mercantis, com cerca de 23,3 por cento, pela agricultura em cerca de 12 por cento e a construção com 8,1 por cento. Para 2012, estima-se uma taxa de inflação acumulada de 10 por cento. Este resultado irá demandar um grande esforço de gestão macroeconómica, uma vez que está prevista também uma taxa de crescimento da economia da ordem de 13,0 por cento. A queda da inflação poderá ser induzida pelas expectativas de retracção do comércio mundial e, conseqüentemente, por uma queda nos preços das principais mercadorias.

O crescimento poderá ser impulsionado pelo crescimento no Sector Petrolífero, compensando a queda dos últimos anos. Entretanto, o facto é que reduzir os níveis de inflação e, em simultâneo, promover um alto nível de crescimento económico, não são objectivos convergentes e exigirão do Executivo uma política macroeconómica rigorosa e vigilante, especialmente na perspectiva do presente calendário político que impõe as suas próprias condicionalidades na condução da política macroeconómica.

No ano de 2012 será retomada a actividade económica. Espera-se que o ano de 2012 seja um ano caracterizado pela retoma da actividade económica com o Produto Interno Bruto a registar uma taxa de crescimento real em torno do 12,8 por cento. As medidas de política no âmbito monetário e cambial, para além do grande objectivo de contenção da inflação, visarão, igualmente, a criação de condições para a retoma dos investimentos do sector privado.

O OGE/2012 tem Receitas Fiscais projectadas em cerca de 3. 760,7 mil milhões de Kwanzas. Despesas Fiscais fixadas em 3. 500,7 mil milhões de Kwanzas, do que resulta num superávit fiscal de 260,0 mil milhões de Kwanzas, cerca de 2. 697 milhões de dólares, equivalente a 2,6 por cento do PIB.

Entre os pressupostos do OGE, destaque para a produção de cerca de 662,7 milhões de barris e a produção diária de crude deverá rondar 1,8 milhões de barris. Tendo em atenção os riscos inerentes ao desempenho da economia mundial e a necessidade de se garantir a execução da despesa fixada no OGE/2012, tomou-se como pressuposto de preço médio de exportação do petróleo bruto nacional o valor de 77,00, com base no qual foi projectada a receita petrolífera.

## 1.21 A livre iniciativa

*Jornal de Angola*  
28 de Janeiro de 2012

O balanço dos dados sobre a criação de emprego no país a partir de 2009 e os resultados da formação profissional encorajam-nos a todos e demonstram que o país está em transformação.

Esta forma, ganha corpo a necessidade de aproximação entre o Estado e o sector privado, sobretudo quando para este último estão a ser criadas todas as condições para a sua expansão. Dados avançados pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social referem que em 2011 foram criados mais de 110 mil postos de trabalho e formadas 34. 227 pessoas nos vários centros agregados ao sistema nacional de formação profissional. As instituições do Estado estão a ser bem sucedidas na criação de condições para o Empreendedorismo, a livre iniciativa e o sector privado passarem a ter expressão na economia de mercado que criamos.

O Presidente José Eduardo dos Santos deu, recentemente, garantias que o Executivo está apostado em aumentar a participação do sector privado na economia nacional e em transformá-lo, paulatinamente, num dos seus motores.

O Executivo tem entre as prioridades o fortalecimento da parceria com o sector privado e a sua transformação num instrumento para a efectivação de uma economia de mercado eficiente, equilibrada e justa. Nunca a governação deu tanta atenção a um sector que está para a economia de mercado como o sangue para o corpo humano.

No fundo, o Chefe de Estado reafirmou o que naturalmente se confirma nas economias de mercado: a iniciativa privada deve gradualmente substituir o Estado em determinadas áreas e desempenhar o papel regulador. Atendendo à História recente de Angola, ela urge inverter o quadro em que o papel omnipresente do Estado suplantara o dos actores privados.

Isto significa que a nossa economia apenas é sustentável com empresários e empreendedores que saibam fazer uma correcta leitura do espaço privilegiado que o Estado proporciona.

O Encontro do Empresariado Nacional, que decorreu no Complexo Turístico Futungo II, organizado pelo MPLA, foi uma soberana oportunidade para a reflexão sobre os instrumentos de investimentos privados, como os de legislação e métodos, para garantir a execução da

Lei das Micro, Pequenas e Médias empresas, pois são estas que, quando devidamente incentivadas, acabam por proporcionar a muitos jovens o primeiro emprego. A entrada em funcionamento em alguns municípios dos primeiros centros de empreendedorismo, emprego e dos serviços de segurança social, como anunciou, na cidade do Soyo, o ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, pode servir como catalizador no fortalecimento da iniciativa privada.

Os jovens que saem destes centros de empreendedorismo podem dar um contributo importante na criação de empregos, "Podemos criar capacidades locais, tendo um sector empresarial privado dinâmico e cada vez mais capacitado e que nalgumas áreas vá substituir o Estado na produção", salientou o Presidente da República recentemente.

Como sucede em qualquer economia de mercado, a iniciativa privada deve estar salvaguardada, ser incentivada e devidamente regulamentada pelo Estado. A classe empresarial angolana tem motivos para se sentir tranquila com a garantia do Presidente da República que sublinhou que "estão a ser finalizados os documentos que vão orientar a actividade do sector privado na economia e, neste quadro, estão previstos reajustamentos aos instrumentos de implementação dessas políticas".

Numa altura em que se pretende reajustar a política empresarial e outros instrumentos para potenciar a iniciativa privada, podemos dizer que a preparação do caminho está a ser bem feita..

O Executivo, com os centros de formação móveis, integrados de emprego e formação profissional, que têm preparado milhares de jovens, vai conseguir transformar os ganhos que daí advêm em mais-valias para a economia. Angola precisa de sair do ciclo em que se encontra, ainda caracterizado pela elevada taxa de importação de bens que pode produzir internamente, o que não é situação que agrada a nenhum angolano, pois toma país, de certo modo, vulnerável.

Mas, aos poucos e poucos, mesmo assim bem mais depressa do que alguns imaginavam, o país caminha com passos seguros em direcção à meta que todos ambicionamos atingir.

Artigos há, alguns dos quais de primeira necessidade, que já são produzidos no país em quantidades suficientes para o consumo interno e até para exportação. Que a iniciativa privada saiba responder aos esforços d

## 1.22 Portugal exporta desemprego para Angola

*Jornal AGORA*

*28 de Janeiro de 2012*

Numa altura em que governantes portugueses apontam a emigração como uma saída para a crise, o economista recordou que “Angola tem uma elevadíssima taxa de desemprego”, estimada em 26%, e que a comunidade portuguesa no país já está avaliada em cerca de 130 mil pessoas.

Trata-se de um grupo com uma componente técnica muito importante, que acaba por “barrar a entrada de quadros angolanos” no mercado de trabalho.

Defendeu que o Governo português está a tentar encontrar na emigração “uma saída para diminuir as tensões sociais” decorrentes da crise, alertando também que o país poderá sofrer as consequências dessa aposta.

“As relações com Portugal vão acabar por agravar a situação do desemprego em Angola”, afirmou, em declarações à Agência Lusa.

Professor na Universidade Católica de Luanda, Alves da Rocha confirmou que a instituição já está a sentir este efeito: OS nossos jovens licenciados não têm um leque de oportunidades junto das empresas estrangeiras e as empresas angolanas ainda são poucas e não têm capacidade para absorver a capacitação técnica que as universidades vão lançando para o mercado”.

Compete às autoridades reservar segmentos de emprego para os angolanos, porque se confrontam com uma concorrência desleal: Estamos a concorrer com quadros portugueses com alguma experiência, o que os nossos quadros não têm”.

A grande diferença salarial também é outro problema com os estrangeiros a auferirem salários “duas, três, quatro vezes superiores” que os nacionais, pode implicar reacções sociais indesejáveis.

Tudo isto gera fissuras sociais, quando o que se pretende é que haja uma cooperação salutar, em que as pessoas que falam a mesma língua se possam entender.

Criticou ainda as linhas de crédito que existem em Angola, nomeadamente a brasileira, recentemente aumentada para 5 mil milhões de dólares, chinesa e a portuguesa.

“São linhas de crédito que servem as empresas portuguesas, brasileiras, chinesas, e não as empresas angolanas”, disse, defendendo que esta situação “tem de ser mudada”.

O financiamento para aquisição de equipamentos será

positiva quando uma linha de crédito financia a importação de bens de consumo finais, Angola contrai dívida e não tem património, stock de capital fixo, que possa ser introduzido para pagar essa dívida.

Trata-se de uma situação que mesmo as autoridades portuguesas têm de rever, apesar de considerar natural que Lisboa queira apoiar as empresas portuguesas.

“Toda a linha de crédito destinada a salvar as produtoras de bens de consumo final da situação de crise em Portugal é um canal de transmissão da crise para Angola”, alertou. Competindo ao Executivo definir os limites de utilização dessas linhas de crédito.

Ainda sobre as relações económicas entre Portugal e Angola, lamentou que continue a prevalecer uma atitude comercial em prejuízo de investimento, embora reconheça que tem havido um aumento do capital privado português em Angola.

## 2 MICROFINAÇAS

### 2.1 Crédito de campanha impulsiona agricultura

*Jornal de Angola*  
05 de Janeiro de 2012

A cedência de crédito de campanha aos pequenos e grandes agricultores, associados em cooperativas, está a impulsionar a actividade agrícola no município da Jamba, província da Huíla, assegurou, no Lubango, o administrador municipal.

Miguel Cassela informou que, desde o início do processo, em Janeiro do ano passado, os agricultores receberam alfaias agrícolas no valor de 14 milhões de kwanzas, dos 30 milhões previstos. Acrescentou que o programa de crédito de campanha contemplou 144 camponeses, do município da Jamba.

O administrador disse que o processo prossegue para beneficiar mais agricultores. O crédito é reembolsável em 10 meses, com juros bonificados.

Miguel Cassela sublinhou que os camponeses da Jamba, que já tiveram acesso ao crédito, receberam charruas, gado bovino, para tracção animal, carroças, sementes diversas e fertilizantes.

O administrador disse que os camponeses aproveitam as condições posta à disposição pelas autoridades para apostarem na diversificação da produção alimentar, através do cultivo de milho, feijão, mandioca, batata-doce, gergelim e outros produtos. Miguel Cassela acredita que, se se mantiver a regularidade das chuvas, o município da Jamba pode perspectivar boa safra. "A actividade económica do município da Jamba não está reduzida à exploração mineira. As famílias exercem actividade no campo, não só para subsistência, mas também para a comercialização do excedente", disse o administrador.

A aposta da administração da Jamba, disse Miguel Cassela, é incentivar os camponeses a cultivar hortícolas. Frisou que o município precisa de introduzir novos sistemas de rega, para acelerar a produção de couve, tomate, cebola, cenoura, alho e alface.

O administrador da Jamba convidou os empresários nacionais e estrangeiros a investirem no município, com vista ao desenvolvimento da agricultura mecanizada. "A entrada dos empresários no município vai transferir tecnologias para os pequenos agricultores, que ainda não dispõem de tractores e outros instrumentos modernos", disse.

Miguel Cassela argumentou que, além da mineração, o sector da agricultura tem potencialidades para desenvolver a economia local e da província da Huíla.

### 2.2 Nova fase programa crédito jovem arranca com meio milhão de dólares

*Jornal de Angola*  
21 de Janeiro de 2012

A segunda fase do Programa "Crédito Jovem" na Huíla começa, em Fevereiro, com um pacote disponível de 540 mil dólares, revelou, ontem, no Lubango, o secretário para a informação e associativismo do conselho provincial da Juventude.

Bernardino Gabriel disse que o programa conta com um remanescente de 340 mil dólares da primeira fase, decorrida de 2008 até 2011, e 200 mil adicionais aprovados pelo Banco Poupança e Crédito (BPC) para esta etapa.

A iniciativa do Ministério da Juventude e Desportos em parceria com o BPC, afirmou, abrange jovens associados em cooperativas nos sectores das pescas, agropecuária, comércio e prestação de serviços de construção civil, seralharria, mecânica, electricidade.

Cada cooperativa, constituída por cinco jovens, referiu, pode receber créditos entre oito e 12 mil dólares para dinamizar pequenos negócios e promover o auto emprego.

O comité técnico provincial de avaliação das iniciativas de jovens empreendedores, frisou, está preparado para a recepção de propostas de candidatos aos empréstimos.

O comité técnico é constituído por representantes da direcção provincial de Juventude e Desportos banco BPC, Conselho provincial da juventude, direcção da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e a empresa SINFIC.

O secretário para a informação e associativismo lamentou que alguns jovens que beneficiaram de crédito entre 2008 a 2011 não tenham cumprido os compromissos assumidos.

Das 60 cooperativas beneficiadas, disse, apenas 20 estão a fazer os depósitos regulares do valor de reembolso. Bernardino Gabriel declarou que uma avaliação feita com as agremiações juvenis revela que há falta de acompanhamento das associações e dos elementos da comissão técnica e que essa é uma das causas para falta dos reembolsos.



Para acautelar situações do género, anunciou, a comissão técnica vai passar a visitar as cooperativas de jovens credores.

O conselho provincial da Juventude, disse, mantém o diálogo constante com os jovens sobre a importância de cumprirem os compromissos assumidos.

“O crédito abrange toda a província. As associações não acompanham de perto os filiados e, isso, além de dificultar o trabalho da comissão técnica, impede o alargamento do programa a outras localidades e jovens empreendedores”, lamentou.

O secretário para a informação e associativismo do conselho provincial da juventude na Huíla recordou que a iniciativa de financiamento é aberta a todas as agremiações de carácter juvenil legalizadas e que o conselho realiza actividades que vão além da concessão de crédito, envolvendo também acções de educação patriótica, prevenção rodoviária, educação moral e cívica, combate a grandes endemias, contra a criminalidade, assim como de desencorajamento ao consumo de álcool e de droga.

## 2.3 Crédito agrícola estimula colheitas

*Jornal de Angola*

*30 de Janeiro de 2012*

Um montante de 637 milhões de kwanzas foi emprestado em 2011 pelos bancos de Poupança e Crédito (BPC) e Sol na província do Bié, no âmbito do programa de micro-crédito destinado ao fomento da agricultura nesta região.

A informação foi avançada na sexta-feira à imprensa local, na cidade do Cuito, pelo director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Marcolino Sandema. O valor permitiu dar assistência a 463 associações do interior do Bié.

De acordo com o responsável, o crédito disponibilizado beneficiou 3.843 famílias das comunidades rurais e facilitou a aquisição de fertilizantes, gado para tracção animal e charruas.

O coordenador da comissão técnica de acompanhamento do crédito agrícola na província do Bié, José Bento, mostrou-se confiante no aumento da produção agrícola na campanha 2011/12, nesta comunidade. O responsável, que falava à imprensa local, disse estar optimista quanto à obtenção de bons resultados na presente campanha.

José Bento salientou que o processo de concessão do crédito agrícola, lançado em 2010 na província do Bié,

pelo Executivo, decorre dentro do cronograma traçado e as metas estão a ser atingidas. Nesta perspectiva, o responsável prevê melhorias nas colheitas de milho, feijão, batata rena, batata-doce, mandioca e outros cultivos no âmbito do programa de fomento da agricultura.

O director-geral adjunto do Instituto de Desenvolvimento Agrícola (IDA), na província do Bié, Miguel Pereira, reconheceu terem surgido, durante o ano passado, algumas dificuldades na concessão do crédito, mas fruto de um encontro de esclarecimento e concertação com administradores, responsáveis comunitários e bancários, a situação está a ser ultrapassada, notando-se, até, fluxos aumentados de crédito.

## 3 MERCADO INFORMAL

### 3.1 Projecto para desinformalizar economia será implementado no segundo trimestre

*Jornal de Economia e Finanças*  
03 de Janeiro de 2012

O Ministério da Economia elaborou um programa específico para a desinformalização da economia em 2012 com o propósito de diminuir o grau de informalidade da economia no país, que deverá ser implementado ainda no segundo trimestre deste ano.

A informação foi avançada, na passada quarta-feira, 28, em Luanda, pelo ministro da Economia, Abraão Gourgel, durante a habitual cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano.

Segundo o ministro, o programa visa promover a transformação de actividades informais em actividades formais, contribuir para a segurança dos negócios actualmente praticados, contribuir para o combate à fome e à pobreza, promover o emprego, contribuir para a melhoria da arrecadação fiscal do Estado, bem como contribuir para o aumento do índice de bancarização do país.

O governante fez saber que, já esta em curso uma pesquisa de campo, em regiões escolhidas como amostra, de forma a se responder questões como: *Qual é a dimensão do sector informal? E quais são as características básicas do sector informal?*

#### **Lei das MPME**

O ministro da Economia disse que a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, publicada a 13 de Setembro de 2010, vai entrar em vigor a partir de Janeiro deste ano.

O titular da pasta da Economia frisou que o programa foi elaborado na sequência da avaliação feita pelo Presidente da República em termos da urgente priorização que devera ser dada às Micro, Pequenas e Médias Empresas, tanto pela abrangência e volume de emprego que criam, quanto pela sua disseminação por todo o país.

Contudo, o ministro lembrou que estão abrangidas por esta lei as empresas que reúnam os pressupostos legais tornando possível o alcance de algumas das metas do Governo, assim como, o fomento e desenvolvimento de MPME no sector privado em todo território nacional, a formalização da economia, a promoção de emprego, aumento da competitividade, entre outros aspectos.

Abraão Gourgel sublinhou que o Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Em presas está voltado para o incentivo da iniciativa privada nacional e visa contribuir para a diversificação da economia, o aumento da produção interna e da oferta de bens essenciais, a redução das assimetrias regionais, o fomento do emprego, o combate à fome e à pobreza e o aumento da competitividade entre os parceiros da África Subshariana.

#### **Crédito Agrícola**

De acordo com o ministro, outro ponto de concentração que mereceu especial atenção do ministério, foi o Crédito Agrícola de Campanha que assenta num sistema de crédito solidário e conta com um fundo avaliado em 150 milhões de dólares americanos.

Dados fornecidos pelos quatro bancos operadores, nomeadamente o BPC, Banco Sol, BMF e BCI, o Crédito Agrícola de Campanha atingiu em finais de Novembro um volume de créditos de 67,5 milhões de dólares, tendo beneficiado 35. 146 pequenos camponeses, residentes em mais de 50 por cento dos municípios de 17 das 18 províncias do país.

Com efeito, as perspectivas para a campanha agrícola 2011/2012, quanto ao valor a disponibilizar e famílias camponesas a serem beneficiadas, são boas, visto haver dinheiro disponível nos bancos operadores, ao mesmo tempo que os primeiros beneficiários já começaram a repor o crédito recebido.

#### **Crédito Agrícola**

Quanto ainda ao crédito agrícola, o ministro frisou que todas as condições foram criadas e já teve o arranque efectivo do segundo pacote do Crédito Agrícola, em que o Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) assume o papel de banco gestor, utilizando para o efeito recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

Sendo assim, dos 200 milhões de dólares norte-americanos que constituíram a tranche até agora disponibilizada pelo Ministério das Finanças para o FND, até 100 milhões de dólares foram reservados para o Crédito de Investimento.

#### **ZEE**

Quanto à publicação do regime jurídico da Zona Económica Especial (ZEE), Luanda-Bengo, através do Decreto Presidencial 49/11 de 19 de Março, entraram em produção oito das 70 unidades adquiridas pelo Executivo, sob coordenação e gestão da Sonangol.

Abraão Gourgel disse que recentemente foi feita uma visita de trabalho composta por técnicos do Depart-

mento de Acompanhamento do Sector Produtivo à ZEE. Segundo o ministro, no encontro foi debatido o estado actual dos trabalhos de legislação e contratos por realizar.

### 3.2 Compreender os candongueiros

*Jornal de Angola*

*08 de Janeiro de 2012*

“Candongueiros e Kupapatas” é o livro que investigador social Carlos Lopes acaba de publicar em Lisboa, pela mão da editora “Principia”.

O autor dá destaque à “acumulação, risco e sobrevivência” dos actores sociais (motoristas, cobradores e proprietários dos veículos) “na economia informal em Angola”, numa altura em que o Governo pensa em formalizar o chamado mercado paralelo.

Carlos Lopes sustenta na introdução da obra que “em resultado do conflito militar prolongado e das transformações políticas e económicas que tiveram lugar nos últimos 35 anos em Angola, em Luanda e no Huambo, houve um declínio da oferta formal de transporte urbano que permitiu o desenvolvimento acelerado de formas de transporte não oficial. E com elas apareceram também novos actores, novas formas de exploração e organização de actividade, novos tipos de relações laborais e novas formas de organização social”.

Lopes recorda que “descrever e caracterizar sinteticamente esse interessante e multifacetado processo de transformação, identificando os principais actores nele envolvidos, o tipo de relações estabelecidas e os padrões de funcionamento da actividade constitui o objectivo fundamental do projecto de investigação cujos resultados são publicados neste livro”, socorrendo-se dos métodos de pesquisa da “observação directa sistemática e a realização de entrevistas a informadores em situação privilegiada no contexto em causa (que) serviram de base a este trabalho, contribuindo decisivamente para uma melhor compreensão das características e especificidades de cada um dos processos de transporte em estudo”.

No prefácio que abre o livro, o Prof. Dr. Ives-A. Fauré, coordenador do programa de cooperação (França, Brasil, Portugal, Angola, Moçambique) sobre a descentralização e o desenvolvimento local nos dois referidos países dos PALOP afirma que “à semelhança do que acontece em todo o mundo, seja em consequência de dificuldades favoráveis, sociedades africanas evoluem e transformam-se, as formas de produção e de troca modificam-se, as populações deslocam-se, os bens que produzem circulam, o mapa das aglomerações humanas

renova-se continuamente, as distâncias reduzem-se ou aumentam com regularidade. Em suma, a ideia falsa da fixação e do imobilismo, à qual estariam associadas as sociedades do continente africano no imaginário ocidental e que o célebre e lamentável discurso do presidente francês em Dakar lembrou até a caricatura – deve definitivamente substituir-se pelo conceito de uma África empenhada num processo diversificado de mobilidade”.

O prefaciador sublinha que “vários estudos de ciências sociais, africanos e africanistas, propostos principalmente por geógrafos e, em menor grau, por sociólogos, foram consagrados a diferentes vectores físicos desta mobilidade e, em particular, aos meios de transporte das pessoas e bens num e noutra país, numa ou noutra região”, avançando que “redes de autocarros, táxis urbanos, táxis da savana, camiões, moto táxis, constituírem o objecto de observação e análise, bem como os comboios africanos, que um recente livro publicado em França acabou oportunamente de lembrar as dificuldades que enfrentam e, simultaneamente, as vantagens que oferecem na melhoria das condições sociais das populações e na dinamização das economias”.

O Prof. Dr. Fauré destaca que o presente estudo “fez-nos conhecer, de maneira extremamente pormenorizada e muito inteligente, a situação dos transportes informais em vigor nas duas grandes cidades de Luanda e Huambo”, observando, fundamentalmente, que “candongueiros e kupapatas assinam e fazem viver estas duas grandes cidades”.

“O autor retoma” – insiste o apresentador – “prolonga e aprofunda trabalhos que tinha efectuado anteriormente, de forma total ou parcial, sobre esses táxis urbanos que não podem ser já qualificados como meios de transporte “paralelos”, uma vez que a sua existência está ligada à possibilidade de as cidades angolanas e das suas populações sobreviverem e se desenvolverem”.

O especialista destaca dois méritos da obra, nomeadamente, “podemos dispor, finalmente, de conhecimentos objectivos e sérios, tanto quantitativos como qualitativos, sobre as condições do exercício, sociais, administrativas e técnicas, neste sector de actividade e sobre os seus resultados económicos e financeiros” e “o de equacionar sistematicamente a actividade dos táxis informais, para lhe dar um sentido, no contexto englobante das dinâmicas urbanas respectivas e das suas rápidas evoluções demográficas”. Ele realça ainda que o autor “tem também a capacidade de se transformar em sociólogo e em politólogo, ao oferecer-nos análises muito subtis e muito justas do jogo dos actores”, designadamente os profissionais em acção e os seus representantes, as lógicas que governam a acção dos poderes públicos que enquadra o sector, o comportamento das

autoridades intervindo de forma tão oficial como paralela e subterrânea, junto dos motoristas e dos proprietários dos táxis”, reforçando que “o autor não esquece que a ciência do desenvolvimento e assunto de saberes académicos e que interpela também a nossa imaginação mais operacional, não hesita em evocar cenários que poderão caracterizar a evolução do sector económico e do seu meio profissional e propõe pistas susceptíveis de melhorar o funcionamento e, eventualmente, de assegurar uma regulação mais eficaz”. Finalmente, o Prof. Fauré frisa que “muito mais do que um simples estudo socioeconómico, trata-se, neste livro, de um verdadeiro projecto socioeconómico, sustentado por uma sensibilidade institucional e convencional, que dá ao leitor as chaves para uma maior (e melhor) compreensão de um sector crucial para as populações, para as cidades e para as economias não só de Angola, mas também, sem dúvida, de outros países africanos”.

O glossário sobre as expressões usadas pelos operadores e utentes dos candongueiros e kupapatas constitui uma mais-valia que só valoriza o brilhante trabalho de levantamento de campo, pesquisa e de argumentação teórica empreendido pelo autor.

### 3.3 Incentivos às empresas

*Jornal de Angola*  
10 de Janeiro de 2012

O Executivo está apostado no desenvolvimento da actividade das micro, pequenas e médias empresas, às quais vão ser dados incentivos diversos, na perspectiva de se atingirem vários objectivos, entre os quais a diversificação da economia e o aumento da produção interna e do nível de competitividade da economia.

O arranque das micro, pequenas e médias empresas vai constituir um salto significativo na revitalização do tecido empresarial, esperando-se que os angolanos venham a ter, como empresários Maior protagonismo na economia, mais consentâneo com as necessidades do país, que precisa de actividades produtivas contínuas para gerar empregos e riqueza.

E intenção do Executivo que haja muitos angolanos no sector produtivo a contribuírem para alavancar a economia, surgindo o Estado a apoiar projectos, implantados em várias regiões do país. E pretensão do Executivo que esses projectos venham a esbater as assimetrias regionais para o crescimento e o desenvolvimento do país serem uma realidade em todo o território nacional.

Há potencialidades em várias regiões do país e é do interesse das autoridades que elas sejam transformadas em

bem-estar das populações. Para esse esforço conta-se com o concurso de angolanos empreendedores que optaram por abraçar a vida empresarial e têm capacidade para dirigir e desenvolver unidades de produção.

Já existe felizmente no país legislação que regulamenta a atribuição de incentivos às micro, pequenas e médias empresas, prevendo-se que este ano se venham a verificar sinais encorajadores de uma actividade empresarial centrada na produção interna.

Entrou recentemente em vigor o regime jurídico dos referidos incentivos e espera-se que a sua aplicação venha a traduzir-se em avanços efectivos do empresariado nacional, que deve constituir-se em factor impulsor da economia real (de bens e serviços).

Estão definidas as regras nos termos das quais se hão-de conceder os incentivos. Que elas sejam rigorosamente observadas, para que os objectivos pelos quais foram criados sejam alcançados.

Sabe-se, por exemplo, que o programa de incentivos às micro, pequenas e médias empresas vai contemplar apenas as tenham capital detido maioritariamente por angolanos, pretendendo-se claramente que se desenvolvam unidades de produção com essa natureza.

O regime jurídico dos incentivos vai ao ponto de definir micro, pequenas e médias empresas, tendo o legislador querido que houvesse muita clareza na classificação das unidades de produção.

A lei considera micro empresas as unidades que empregam até dez trabalhadores e/ou tenham uma facturação bruta anual não superior ao equivalente em kwanzas a 250 mil dólares. As pequenas são as que empregam até cem trabalhadores e cuja facturação bruta anual vai até aos três milhões de dólares. As médias podem ter até 200 trabalhadores e uma facturação bruta anual de até dez milhões de dólares.

Estabelecido o quadro jurídico-legal regulador dos incentivos, resta agora uma atribuição que venha a produzir bons resultados, pois queremos todos que daqui a algum tempo haja muitas unidades de produção disseminadas por todo o país e que estejam realmente a funcionar.

Há muita esperança que as micro, pequenas e médias empresas venham a contribuir para a resolução de muitos problemas das populações, como o da pobreza e do desemprego.

Que os angolanos empreendedores e com espírito inovador não hesitem em aproveitar as oportunidades de

negócios que lhes são oferecidas com as facilidades e incentivos que o Estado vai conceder nos termos da lei. É inegável a importância que no país é dada às micro, pequenas e médias empresas e isso deve-se ao facto de esses agentes económicos serem indispensáveis, podendo contribuir para que sejamos auto-suficientes em produtos diversos e tenhamos até excedentes para exportar.

Um empresário angolano foi enfático quando afirmou que “são as micro, pequenas e médias empresas que mais postos de trabalho criam, que diversificam a produção, que distribuem riqueza e que desenvolvem o consumo”. Que os nossos empresários estejam à altura das responsabilidades que recaem sobre si na procura de soluções que ajudem a economia a crescer e a melhorar as condições de vida das populações. Depositamos toda elevada confiança na capacidade dos empresários nacionais concretizarem os seus projectos produtivos em benefício de toda a sociedade.

O desenvolvimento do país passa, não só pela intervenção do Estado na economia, mas também pela actuação do empresariado nacional, que, por via da criação e consolidação de unidades de produção, proporcionam ao mercado bens e serviços de que todos necessitamos. Que saibamos superar dificuldades e avançar, com organização e persistência, para as micro, pequenas e médias empresas.

### 3.4 Vendedores e automobilistas disputam espaço

*Jornal de Angola*  
10 de Janeiro de 2012

Vendedores ambulantes a correr de um lado para outro a fugirem do agente da polícia de ordem pública e automobilistas a travarem bruscamente para evitar atropelamentos, é o cenário que se vive todos os dias na zona de São Paulo e na Rua Lino Amezaga, próximo ao mercado dos Congolenses.

Nestas duas ruas de Luanda é notório o “combate mortal” entre vendedores ambulantes e automobilistas pelo domínio da estrada. Os vendedores ocupam os passeios\_ mas invadem a faixa de rodagem das ruas, para aproximarem os produtos dos clientes.

O duelo entre vendedores ambulantes, automobilistas e Polícia Nacional é um filme que parece não ter fim à vista e promete cenas surpreendentes nos próximos capítulos, na medida em que a desorganização que se verifica neste tipo de comércio começa a ser um desafio para as autoridades administrativas da cidade de Luanda.

“Proibida a venda ambulante neste local. O não cumprimento será punido nos termos da Lei 10/87”, assim está escrito num letreiro à vista de todos que circulam na Rua Cónego Manuel das Neves. Infelizmente tem sido ignorado por todos que deviam cumprir e fazer cumprir esta orientação da lei.

A reportagem do Jornal de Angola, assistiu ontem a mais um triste capítulo deste duelo. Aumenta a insatisfação dos moradores, transeuntes e automobilistas perante o crescimento vertiginoso e desorganizado do comércio informal.” Isto assim não pode ser. A situação está cada vez pior. A venda ambulante está a ganhar contornos alarmantes, que um dia as autoridades não terão como resolver este problema se não tomarem medidas urgentes”, disse um automobilista.

Sofia de Oliveira, ao volante do carro, estava zangada com o que considerou de “inércia” das autoridades administrativas de Luanda, a quem acusou de “fingirem não ver o problema embora os factos no terreno falem por si. Todo o mundo vê, mas infelizmente ninguém faz nada. E o nosso péssimo hábito de deixar andar, como se nada de mal houvesse nisto, numa altura em que o cenário começa a tomar contornos preocupantes”.

O funcionário público Carlos António pede às autoridades para adoptarem políticas concretas no sentido de estancar o crescimento dos mercados informais, uma vez que todos os dias surgem novos focos de venda ambulante.

“Sabemos que estes vendedores estão atrás do ganho-pão, mas não podemos continuar a assistir a estas situações que em nada dignificam a imagem da cidade. Aqui chamo à atenção do Governo da Província de Luanda para tomar medidas concretas no sentido de organizar estas pessoas colocando-as em locais apropriadas”, disse Carlos António, perplexo com a situação.

Florbela dos Santos disse que é muito difícil acabar com a venda ambulante, porque os vendedores, mesmo depois de serem colocados em locais vocacionados para o comércio, voltam sempre para as ruas por considerarem ser aí onde se encontram os potenciais clientes. O comércio de proximidade tem êxito. Basta ver os vendedores correndo atrás dos clientes que param e arrancam nos engarrafamentos, entregando a mercadoria, recebendo dinheiro, devolvendo o troco.

“É preciso que a venda e compra de bens na rua seja reprimida. Penso que as pessoas deviam recusar comprar produtos na rua, pois só assim estaríamos a contribuir para estancar este mal que chega a pôr em causa a saúde pública, na medida em que estes locais não têm condições para comercializarem produtos”, disse Florbela dos Santos, também muito agastada.

Muitas avenidas e ruas de Luanda têm beneficiado de obras de reabilitação e ampliação e sinalização, o que tem facilitado o tráfego rodoviário na cidade capital. O problema está nos locais onde antes existiam passadeiras e que agora desapareceram. Os peões reclamam da falta de respeito dos condutores que não respeitam quem atravessa as ruas na passadeira. Para complicar ainda mais o caos, entram em cena os vendedores e os taxistas.

### **Mercados com carros**

Uma espécie de "duelo" pela via pública está instalado. De um lado estão os vendedores informais, geralmente mulheres, e do outro, os automobilistas. Se a estrada está reservada aos automobilistas, há claramente um hiato que faz com que isso não se aplique na plenitude.

As vendedoras ao longo da estrada de Viana, Congolenses, 21 de Janeiro e Senado da Câmara, ou no antigo quintalão do Petro, junto às bomba de combustível, são agressivas e há muito que perderam a noção de perigo. Face a este cenário, são os automobilistas que têm de ser cautelosos até ao limite. As bancadas improvisadas, cheias de tabuleiros, caixas ou bacias estão colocadas a um ou dois metros da faixa de rodagem. Para os automobilistas resta apenas uma passagem estreita, ladeada de gente, que compra, passa e vende. Há tantas pessoas a vender num curto espaço, que leva outras a encontrar alternativa na berma da estrada, sem medir os riscos.

"Temos de lutar pela vida. Não podemos ficar em casa de braços cruzados quando temos de sustentar as crianças. Nós sabemos que vender aqui não está bom. Podem atropelar-nos mas também temos de ficar de olho por causa da polícia", referiu a vendedora Amélia Domingos, a vender na estrada de Viana há quase três anos.

O grave é que não ocupam apenas um lado da estrada. Geralmente, ocupam os dois." Isto tudo também causa engarrafamentos, porque temos de passar aqui como se estivéssemos num cortejo. Elas não se preocupam muito se lhes vamos pisar o pé ou lhe damos um empurrão com o pára-choques ou mesmo com o retrovisor. Nós é que temos de pedir que se afastem ou retirem a quitação", diz o taxista, Amaro Manuel.

A paisagem sugere desordem. O espaço é diminuto e a fala constante das pessoas, associadas ao "pregão" repetido dos negócios, são apanágio de pracinhas, que vão nascendo um pouco pela cidade e periferia. Estes mercados ganham mais vida à noite, um caso típico dos da Gamek, Viana na antiga

### **Confiança nos travões**

Percorrer a via que vai do Largo da Independência até a Viana tem sido para quem conduz e tem de ir para

aquela zona, uma tarefa difícil. O percurso está preenchido de pracinhas que "consomem" descaradamente parte da estrada, tomando o trânsito difícil e saturado. As paragens são constantes porque ceder passagem ao peão é obrigatório, mesmo quando há uma clara ausência de sinais e passadeiras." É incrível como as pessoas atravessam a estrada sem medo. Acho que confiam muito na atenção dos automobilistas e na eficácia dos travões dos nossos carros", desabafa, um condutor, no momento em que uma vaga de pessoas atravessava a Estrada de Catete. Se na zona dos Congolenses existe uma ponte aérea que permite aos peões atravessarem a estrada em segurança, na longa estrada de Viana há apenas uma ponte aérea, pintada de amarelo. Mesmo com estas passagens, existe sempre quem não tenha paciência para as curvas que aponte tem.

Porquê não passas pela ponte? A esta pergunta, a vendedora Joaquina Sanguete, suada e com a caixa de frutas a cabeça, respondeu que fica distante, pois do ponto em que se encontrava até à passagem aérea era preciso percorrer 300 metros. Percorrer esta distância é complicado para Sanguete. Por isso, optou pela simplificação, que nem sempre acaba bem. No intuito de constatar a razão que leva muita gente a não usar a passagem aérea, deparamo-nos com a ausência de higiene nos corredores da ponte, causada pelas vendedoras, que viram no local, uma oportunidade para fazer as vendas de pequena monta." Não sei se tomo a passar nesta ponte. É suja, principalmente a entrada. Existem pessoas que ali vivem e ali fazem também as necessidades", disse a estudante, Kiese Gomes. Se Kiese Gomes lamenta pela sujidade na ponte, Eva Maria, que também fez uso dela pela primeira vez, disse que não vai tomar a passar nela por causa da altura." Está muita alta e senti tonturas, até tive de me agarrar à minha neta. Olhar para baixo e ver carros em todo lado pôs-me tonta", referiu.

## **3.5 Saída do Roque Santeiro reduziu índice de crimes**

*Jornal de Angola*  
12 de Janeiro de 2012

O comandante geral da polícia nacional, Ambrósio de Lemos considerou ontem que a retirada do mercado Roque Santeiro é um dos factores que mais contribuíram para a redução substancial dos índices de criminalidade no município do Sambizanga.

"A criminalidade que andava aqui concentrada espalhou-se por outros municípios", disse. A retirada do Roque Santeiro, embora afectando o ganha-pão de muitos, "veio também dar tranquilidade às populações", sublinhou. Ambrósio de Lemos, que falava à imprensa no final

de uma visita à 9a e 11 a esquadra e ao posto policial do bairro dos Ossos, pertencentes à Divisão do Sambizanga, garantiu que a corporação vai proceder ao emprego de novos meios de patrulhamento, incluindo meios motorizados, para mais fácil acesso às vias terciárias do município.

“Neste momento, o combate ao banditismo é bastante forte. Estamos a ser agressivos de maneira a reduzirmos substancialmente os índices de criminalidade e dar tranquilidade às populações”, frisou.

O comandante-geral da Polícia Nacional salientou que este ano é decisivo para a corporação, tendo em conta as próximas eleições que se aproximam. “Temos de redobrar os esforços para que as eleições decorram num ambiente de tranquilidade e segurança”, afirmou.

Ambrósio de Lemos solicitou Empresa de Distribuição Electricidade (EDEL) para fazer uma maior cobertura de iluminação pública ao município, “para que a Polícia possa desenvolver as suas acções no período nocturno com maior eficácia e uma presença contínua”.

O comandante geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, considerou de precárias as condições de infra-estruturas e de trabalho das esquadras do município.

“Actualmente, algumas infra-estruturas não estão convenientemente à altura da Polícia, isto é, apresentam pouca capacidade de albergar os nossos efectivos e o seu estado não é dos melhores”- disse.

Ambrósio de Lemos considerou necessário equacionar os problemas reconheceu que ainda há muito mas da Polícia Nacional a nível das infra-estruturas próprias suportadas pelo Estado, afirmou.

O comandante da Polícia Nacional reconheceu que ainda há muito a ser feito e que este ano é de muito trabalho, particularmente na área das infra-estruturas. Referiu que o Executivo angolano está pronto a viabilizar a construção de novas unidades policiais, em todo país.

### 3.6 Mercados improvisados crescem em Viana

*Semanário angolense*  
21 de Janeiro de 2012

O município de Viana tem registado um crescimento exagerado de mercados improvisados em locais proibidos, algo que tem preocupado as autoridades locais que prometem acabar com a venda ambulante nas vias circundantes. A anciã Isilda Domingos de 60 anos de idade, vende-

dora de alimentos perecíveis nas imediações da estrada da estalagem, diz que comercializa os seus produtos na orla da via porque carece de um lugar para acomodar o seu negócio.

Ciente do perigo que corre, mamã Ilda, como é carinhosamente tratada pelos mais próximos, afirmou que a sua permanência naquele local não significa desobediência às autoridades, mas por falta de lugar para vender prefere ficar ali.

Por sua vez, Madaleno Francisco, diz que o seu negócio não andava no mercado da Sanzala onde trabalhou sete anos. Depois surgiu-lhe a ideia de abandonar a referida praça para se dedicar a venda ambulante nas proximidades da universidade Jean Piaget, bairro do Capalanca numa zona proibida pela administração local.

Contou ainda que diversas vezes a sua mercadoria foi levada pelos fiscais do governo provincial de Luanda, mas a atitude dos zeladores não lhe retira a vontade de vender em locais não autorizados porque, como disse, os produtos andam mais nesses lugares.

Outra interpelada pela nossa reportagem é a jovem Rita que há nove meses comercializa roupas usadas numas das vias circundantes da vila de Viana, explicou que vendia no antigo “Roque Santeiro”, mas com o encarceramento do mesmo foi encaminhada para a praça do 30, onde infelizmente não foi contemplada com um lugar no mercado.

Passados alguns meses a procura de lugar para vender, contou a nossa interlocutora, deparou-se com uma antiga colega que a convidou a vender naquele local. Quem também insiste em vender nas ruas de Viana é a “Kinguila” Vitó Cassule que afiançou que o tipo de negócio que exerce, a troca monetária, só pode ser efectuado na via pública, tendo em conta o fluxo de pessoas nesses locais. “As notas só podem ser vendidas ou trocadas em locais com maior afluência de pessoas, como por exemplo próximo dos bancos, lojas e nas vias de maior circulação, senão o negócio não se torna rentável”, considerou.

#### Administração promete acabar com a prática

Indagado sobre o assunto, Domingos Adriano, responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana, afirmou que está em marcha um plano para acabar com os mercados improvisados naquela circunscrição de Luanda.

Para concretização dos objectivos, segundo Domingos Adriano, a Administração Municipal vai levar a cabo uma campanha de sensibilização que terá como missão

desencorajar o exercício desta actividade em locais impróprios.

O responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana sublinhou, entretanto, que esta prática atrapalha a circulação normal de pessoas, bem como ameaça a saúde pública.

Quanto a venda e ocupação de terrenos por indivíduos que se fazem passar por fiscais, fez saber que os interessados devem acorrer à Administração municipal para se inteirarem dos procedimentos a seguir.

### 3.7 12 milhões de kwanzas mensais

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

Na administração do mercado, O ra PAÍS encontrou apenas dois funcionários, que surpreendidos com o pedido de reportagem ao administrador, disseram que ele não se encontrava no local. "Ele saiu para uma reunião na administração municipal", acrescentaram. Aconselharam a equipa de reportagem a não tentar no dia seguinte, porque, segundo eles, o administrador também estaria ocupado na sede do município. No interior da administração chamava a atenção uma das funcionárias que contava o dinheiro arrecadado naquela dia. A mesa estava preenchida de notas que variavam de cinco a dois mil Kwanzas.

Estima-se que perto de quatro mil pessoas vendem e operam no mercado. Fontes da administração apontam para contribuições diárias na ordem dos 400 mil Kwanzas e um total de 12 milhões em cada mês.

Uma fonte ligada a Administração Municipal de Benguela contou que uma parte do dinheiro devia destinar-se para a manutenção do próprio mercado e outra para subsidiar os voluntários de serviços na Caponte. E uma terceira para nos cofres do estado. A fonte acredita que o processo não ocorra desta forma, porque o registo de vendedores feito pela administração local não se mostra eficiente. Não tem havido prestação de contas com todos os tramites possíveis.

O funcionário da Administração Municipal de Benguela diz mesmo que gostaria de ver todos os vendedores do mercado cadastrados e usarem um cartão de comerciante, para melhor controlarem as receitas. Com isso poder-se ia aplicar condigna mente as receitas na resolução de alguns problemas imediatos do local e do município.

Enquanto se questiona sobre a gestão do mercado da

Caponte, no local cresce também de forma assustadora o número de vendedores ambulantes. Que é tido por alguns como a forma de se fugir ao pagamento das contribuições diárias impostas aos comerciantes.

### 3.8 Mercados improvisados crescem em Viana

*Semanário angolense*

*21 de Janeiro de 2012*

O município de Viana tem registado um crescimento exagerado de mercados improvisados em locais proibidos, algo que tem preocupado as autoridades locais que prometem acabar com a venda ambulante nas vias circundantes.

A anciã Isilda Domingos de 60 anos de idade, vendedora de alimentos perecíveis nas imediações da estrada da estalagem, diz que comercializa os seus produtos na orla da via porque carece de um lugar para acomodar o seu negócio.

Ciente do perigo que corre, mamã Ilda, como é carinhosamente tratada pelos mais próximos, afirmou que a sua permanência naquele local não significa desobediência às autoridades, mas por falta de lugar para vender prefere ficar ali.

Por sua vez, Madaleno Francisco, diz que o seu negócio não andava no mercado da Sanzala onde trabalhou sete anos. Depois surgiu-lhe a ideia de abandonar a referida praça para se dedicar a venda ambulante nas proximidades da universidade Jean Piaget, bairro do Capalanca numa zona proibida pela administração local.

Contou ainda que diversas vezes a sua mercadoria foi levada pelos fiscais do governo provincial de Luanda, mas a atitude dos zeladores não lhe retira a vontade de vender em locais não autorizados porque, como disse, os produtos andam mais nesses lugares.

Outra interpelada pela nossa reportagem é a jovem Rita que há nove meses comercializa roupas usadas numas das vias circundantes da vila de Viana, explicou que vendia no antigo "Roque Santeiro", mas com o encerramento do mesmo foi encaminhada para a praça do 30, onde infelizmente não foi contemplada com um lugar no mercado.

Passados alguns meses a procura de lugar para vender, contou a nossa interlocutora, deparou-se com uma antiga colega que a convidou a vender naquele local. Quem também Insiste em vender nas ruas de Viana é a "Kinguilá" Vité Cassule que afiançou que o tipo de



negócio que exerce, a troca monetária, só pode ser efectuada na via pública, tendo em conta o fluxo de pessoas nesses locais.”As notas só podem ser vendidas ou trocadas em locais com maior afluência de pessoas, como por exemplo próximo dos bancos, lojas e nas vias de maior circulação, senão o negócio não se torna rentável”, considerou.

### **Administração promete acabar com a prática**

Indagado sobre o assunto, Domingos Adriano, responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana, afirmou que está em marcha um plano para acabar com os mercados improvisados naquela circunscrição de Luanda.

Para concretização dos objectivos, segundo Domingos Adriano, a Administração Municipal vai levar a cabo uma campanha de sensibilização que terá como missão desencorajar o exercício desta actividade em locais impróprios.

O responsável da repartição de Fiscalização da Administração de Viana sublinhou, entretanto, que esta prática atrapalha a circulação normal de pessoas, bem como ameaça a saúde pública.

Quanto a venda e ocupação de terrenos por indivíduos que se fazem passar por fiscais, fez saber que os interessados devem acorrer à Administração municipal para se inteirarem dos procedimentos a seguir.

## **3.9 Vendedores ambulantes devem ser cadastrados**

*Jornal Semanário factual  
23 à 30 de Janeiro de 2012*

O Estado vem perdendo muito nos impostos que deveriam ser adquiridos por meio de cobrança de uma taxa diária aos ambulantes. Numa primeira fase, a ideia seria a aprovação de uma norma que regulasse e estipulasse locais exactos para a venda ambulante, para que, posteriormente, todos os vendedores tivessem o conhecimento das regras antes do cadastramento. A venda ambulante, a nível das províncias, em particular a de Luanda, pode servir como fonte para a angariação de receitas que poderão ajudar administrações municipais em resolver casos pontuais, nos quais não haja a necessidade de intervenção dos governos provinciais. Embora seja uma prática que não vai ao encontro da lei angolana, a venda ambulante tem sido o principal meio de sobrevivência de uma boa parte das pessoas, devido às dificuldades sociais, como o desemprego, a pobreza, a ausência de oportunidades de ensino, entre outros factores.

Desde muito cedo, é visível notar, em pontos estratégicos

de Luanda, a movimentação de pessoas que, de um lado para o outro, vão à procura do ganha-pão para a família, acabando, muitas vezes, por nada levar, devido à apreensão das mercadorias por parte dos fiscais.

### **Ambulantes madrugam**

O trabalho do vendedor ambulante começa nas primeiras horas do dia, com a compra das mercadorias nos armazéns; posteriormente, a rapidez e a eficiência tornam-se aliadas para conseguir vender o maior número de artigos possível até ao fim do dia. Muitos aproveitam ainda o cair da noite para ganhar mais alguns valores.

Em Luanda, são vários os locais com grande fluxo de vendedores ambulantes, como a rotunda da Cuca, a zona do Grafanil/BCA e a avenida Ngola Kiluanje, município do Cazenga.

No município do Rangel, a rua Lino Amezaga regista um fluxo enorme, enquanto, no Sambizanga, a situação caótica se regista nos arredores do mercado de São Paulo. Neste local, o aglomerado de pessoas deve-se à existência de armazéns.

No sentido de se evitarem alguns actos repugnantes que se têm constatado entre os vendedores ambulantes e os fiscais do Governo Provincial de Luanda, e mesmo agentes da ordem pública, é necessário que se criem mecanismos específicos que salvaguardem o direito das pessoas que procuram por meios de sobrevivência.

O Factual constatou, durante uma pesquisa que Lenin Pires, doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (Brasil), apontou nos seus trabalhos mecanismos que ajudaram à reacção da venda ambulantes em Buenos Aires, capital da Argentina. Segundo o doutor Lenin Pires, em Buenos Aires, o código da venda ambulante estabelece os pontos de venda na rua, bem como nos bairros.

Os vendedores pagam uma taxa e podem estabelecer-se. Isso garante direito, o que se significa, fundamentalmente, que o vendedor ambulante, uma vez legalizado, não pode sofrer abuso, nem coacção da Polícia.

A concessão é legal, mas a actividade não, o que significa que as pessoas podem ser removidas de determinado ponto, em função do interesse público, porém isso será objecto de negociação e de realojamento, de acordo com a previsão de conversas a serem estabelecidas entre o poder público e as representações dos ambulantes.

A fonte declarou, em Buenos Aires, que, na época da pesquisa, havia dois sindicatos que representavam os vendedores ambulantes. No estado de São Paulo, no

Brasil, o comércio ambulante também é regularizado administrativamente.

### **Venda ambulante é anárquica**

Quanto à realidade de Angola, quase nada se vê sobre o decreto nº 29, de 02 de Julho de 2000, sobre o comércio ambulante, especificando, no seu artigo três, que “Compete às administrações municipais autorizar o exercício da venda ambulante, mediante emissão do cartão de vendedor, válido apenas para a área dos respectivos municípios e por um período de um ano”.

Isso não acontece e o resultado é a anarquia actual nas ruas de Luanda. O Estado perde milhares de Kwanzas que poderiam servir para a resolução de problemas pontuais das comunidades.

## **3.10 Passagem de testemunho**

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

Na Caponte a equipa deste jornal encontrou ainda um outro grupo de pessoas que deixaram os empregos porque dizem não estar habituados a esperar 30 dias para receber o salário.

Duas histórias marcantes envolvem pessoas que nasceram e foram alimentadas com os lucros das vendas de arroz e feijão. A primeira tem a ver com uma jovem de 28 anos de idade, que preferiu falar sob anonimato, contando única e simplesmente que está a um ano de terminar o curso de contabilidade gestão e Marketing em Luanda, graças a actividade que a mãe desenvolve na praça há 26 anos.

Quando está de férias, a rapariga dedica o período da manhã para auxiliar a mãe, atraindo os clientes com a sua beleza, reforçada com os conhecimentos que traz das carteiras da faculdade.

A jovem pensa abrir uma loja para a mãe no futuro, mas pensa continuar a sua vida na capital do país, onde já frequenta alguns estúdios para trabalho e está prestes a casar.

Não muito diferente é o caso de Emília Natália, moradora do chamado bairro do Quatro, nas imediações do aeroporto 17 de Setembro, que se viu obrigada a substituir a mãe por esta se encontrar numa idade não recomendável a muitas caminhadas. O pai também é comerciante, mas nos últimos tempos mandou construir um armazém, no mercado, também conhecido como casas de processo, onde são guardados os produtos dos vendedores que não levam o negócio à casa. Assim, Emília

Natália e os irmãos mais novos têm duas responsabilidades e estão divididos, para facilitar o andamento dos dois sectores.

Na bancada da mãe, a jovem vende sacos de arroz, açúcar, caixas de óleo, massa alimentar e omo, por sinal o produto com mais saída, por causa dos retalhistas.

Segundo os vendedores contactados pela nossa reportagem, cada dia de trabalho contribuem financeira com 100 Kwanzas, alegadamente para a limpeza e segurança do mercado. “Mesmo assim não faltam alguns assaltos e roubos”, queixaram-se, tendo revelado que não possuem nenhum cartão e nem recebem uma ficha depois do pagamento.

Outra questão levantada por muitos tem a ver com a falta de informação sobre o destino real das contribuições diárias, já que, segundo disseram, a limpeza não é convincente e a segurança apresenta muitas é insuficiências.

## **3.11 Cortar cabelo e coser a história**

*Jornal o país*

*27 de Janeiro de 2012*

O velho João Baptista Canguembo considera-se o fundador da área de corte de cabelo, um mérito que não encontra oposição entre os actuais colegas da actividade, muitos deles há mais de 10 anos no mercado. O ancião leva mais de 30.

Com o rosto consumido pelo tempo e pelas peripécias que a vida lhe vem impondo, o velho Canguembo, como é conhecido naquelas paragens, não soube precisar a sua idade, deixando a estimativa entre os 60 e 70 anos. Uma faixa etária que, a julgar pela sua condição física, fica ultrapassada.

O barbeiro disse que quando começou a desempenhar actividade era em troca de dinheiro ou alguns alimentares, roupa e calçado. Na altura, a sua barraca, feita à base de pau e coberta com panos de cores variadas, distava cerca de 300 metros da própria praça, ainda ao lado da cerâmica.

O corte de cabelo alimentou a família durante a década de oitenta, pois não tinha concorrência, até porque as pessoas julgavam que ele tinha autorização dos agentes dos serviços comunitários do município, que também se deslocavam ao posto do velho Canguembo para melhorar a aparência.

“A partir dos anos 90 começaram a surgir jovens no ofício e os cortes modernos estavam na moda, então passamos a cortar apenas os mais velhos do nosso tempo, que não se desfaziam dos panques, carecas e cabelo

curto”, narrou João Canguembo, lembrando que foi com a entrada do segundo milénio que o gráfico dos seus lucros começou a decrescer.

Em 2000, os congolese começaram a invadir o mercado do corte e arranjo de cabelo sem limitações de género. Foi aí que o idoso viu seus quatro amigos e companheiros de percurso a desistirem, deixando-o completamente só. A solidão já o teria obrigado a remover a barraca, não fosse uma crente de uma igreja tocoísta, nas proximidades do mercado, que passou a recomendar as jovens da sua confissão religiosa a entregarem o cuidado do seu cabelo às mãos experientes do velho Canguembo.

Reanimado com a oferta, que já dura dois anos, o carismático barbeiro da Caponte conta hoje com uma clientela tipicamente feminina e alguns amigos de longa data.

Actualmente, as receitas da profissão já não conseguem suportar as despesas de casa, mas o ancião dá graças a Deus por ter filhas mais velhas, que o ajudam a superar algumas dificuldades.

O morador do bairro Chingoma, que agora vê na distância para o mercado um obstáculo de percurso diário, é ocupado por muitos para contar algumas histórias do maior mercado da província de Benguela.

João Canguembo tem a sua versão sobre a origem do mercado. “Antigamente isso não era uma praça, mas sim uma zona de aquisição de produtos a preços baratos”, contou.

“As pessoas vinham da zona das Bimbas e da ENAMA com os produtos nos carros e eram cercadas aqui na estrada da Caponte, antes que chegassem ao mercado municipal. Depois estes compradores permaneciam aqui algum tempo, trocando (ou vendendo aquilo que constituísse excesso para o consumo)”, narrou.

Passado algum tempo, as peixeiras vindas das praias do Quiosque, Goa, Casseque e Navegantes, com os seus cestos à cabeça, passavam pela cidade adentro e paravam aqui na Caponte para venderem o peixe restante, explicou o ancião, acrescentando que as comissões de venda das antigas ENGROSBAL e ENGROSBIND (Empresas Grossistas de Bens Alimentares e de Bens Industriais) começaram a ter a Caponte também como o principal palco dos produtos desviados.

“Assim, o mercado passou a ter e de tudo um pouco, comida, roupa, calçado, materiais gastáveis”, citou. Anteriormente, os electrodomésticos, combustíveis, mobílias e materiais ou serviços de electricidade, mecânica e construção não eram permitidos nas praças.

### 3.12 Os táxis e as paragens inexistentes...

*Semanário factual*

*28 de Janeiro de 2012*

Desde que Luanda viu aumentar o número de taxistas (vulgo candongueiros) pelas ruas da capital, também notou o aumento da sua população, agora que a movimentação de pessoas e bens é uma realidade palpável. Porém, sabe-se que, apesar de grande, a cidade de Luanda tem ruas estreitas, de apenas dois sentidos. Assim, e para a movimentação de táxis, manobras mil têm de ser feitas, de modo a acolher mais passageiros. E neste sentido que os taxistas se vêem e desejam para trabalhar folgadoamente, sem interrupções, pois, além de fazerem parte dos engarrafamentos persistentes, fazem “mbaias”, ou seja, andam fora da linha, sempre que possível, para passar à frente.

Na hora de deixarem um passageiro aí começa a sua preocupação: as inexistentes paragens.

Se determinado taxista estacionar a sua viatura para deixar alguns passageiros, logo vem o agente de trânsito comunicar que “aquí não se pára”, deixando o condutor atónito. Na persistência, o candongueiro vê a multa, ou então, a “gasosa”, tão famosa no meio policial.

E o estranho é que os pensadores de Luanda, ao gizarem a rota dos taxistas, não contemplaram paragens, tal como acontece com os autocarros que seguem o mesmo diapasão, parando onde pode haver possibilidade.

Daí a “confusão” subsequente, pois todos têm pressa, e as paragens inexistentes são uma contribuição perniciososa. A própria regulação do trânsito também complica e não se sabe se os agentes estão destacados para regular ou apenas para dificultar, ainda mais, as tarefas dos taxistas. Sabendo-se que, pelas ruas e avenidas de Luanda circulam diariamente milhares de viaturas de todos os tipos, se imaginem os transtornos pelas bruscas paragens dos taxistas, o caos no trânsito e mesmo acidentes causados por automobilistas distraídos.

No entanto, há paragens definidas, mas estas não são obrigatórias, em que o grosso da população espera pelo transporte, o que faz que, ao longo das vias, onde existem paragens, os candongueiros estacionem onde um passageiro se decide a descer, às vezes frente a agentes de trânsito que clamam: aqui não se pára. Assim, correm o risco de serem multados ou darem “gasosa”, o habitual entre taxistas e agentes de trânsito.

Portanto, não sabendo onde parar, muitos candongueiros procuram por rotas ínvias, de modo a escapar à pressão da polícia e trabalhar mais calmamente, mas

prejudicando as suas viaturas, pois passam sobre pedras, buracos e charcos de água putrefacta, onde cacos de garrafa pregos e objectos pontiagudos esperam pelo incautos.

Junto à praça de São Paulo, no Sambizanga, por exemplo, a confusão é total: táxis e táxis parados, a mando da Polícia de Trânsito, são impedidos de sair por pararem de qualquer maneira.

Uns buzinando insistentemente e outros rogando aos agentes para que os deixem partir, enquanto os passageiros, irritados e cansados, a transpirarem copiosamente, se mantêm sentados à espera da solução encontrada entre o taxista e o agente.

E um quadro nada abonatório para a cidade capital, onde vendedores ambulantes também pululam junto aos táxis, a fim de angariarem compradores para os seus produtos.

São questões a verificar pelas autoridades, porque qualquer projecto obedece a regulamentos: os taxistas têm, igualmente, de ter paragens específicas ao longo das vias, para que não parem abruptamente às chamadas de um passageiro sempre que o solicite.

Porque, de outro modo, jamais o tráfego será ordenado, e os utilizadores das vias vão notar que, sem paragens, nada pode ser conseguido para disciplinar o trânsito.

Por enquanto, fica a critério do taxista a paragem de dois em dois metros e de 20 metros, de acordo com a vontade do passageiro.

Mas, se perto estiver um agente de trânsito, de motorizada, lá se vai a diária ou uma multa.

Portanto, o desassossego permeia os taxistas que trabalham ansiosos perante o aparecimento de agentes cuja expressão irritante é: aqui não se pára.

Neste sentido, deve ser a própria Viação e Trânsito a assinalar as paragens dos taxistas, de 50 a 50 metros ou menos, porque as paragens bruscas também acabam por deteriorar os veículos que são necessários para o transporte de passageiros de Luanda, de lés-a-lés. Essa medida seria bem vinda para todos os que utilizam os táxis como ganha-pão, e daria outra imagem de Luanda, onde a anarquia no trânsito há muito faz morada.

## 4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

### 4.1 Biblioteca virtual conectada à central de dados da FAO

*Jornal de Economia e Finanças*  
03 de Janeiro de 2012

A criação de uma biblioteca virtual, por parte do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MINADERP), permitirá uma interligação directa com a livraria central do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que possui mais de 60 mil obras.

A afirmação é do representante da FAO em Angola, Mamoudou Diallo, referindo que a biblioteca central da FAO vai permitir aos decisores, formadores de políticas, técnicos e vários profissionais aceder directamente a informações ligadas a todas as áreas do sector, nomeadamente a agricultura, florestas, pescas e gestão de recursos naturais.

O responsável, que falava por ocasião do encerramento de um curso intensivo sobre técnicas de manuseamento de bibliotecas virtuais, destinado a 23 funcionários do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, acrescentou que matérias relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento rural, também, fazem parte desse pacote.

“Uma das vantagens dessa biblioteca virtual é a conexão directa com a biblioteca central da FAO”, enfatizou, salientando que a importância para Angola, do domínio das tecnologias de informação e computação, é a, gestão de um centro bibliográfico virtual de documentação. Segundo Mamoudou Diallo, a iniciativa possibilitará o armazenamento de uma maior quantidade de informação, o rápido acesso aos documentos armazenados e um maior intercâmbio com outras bibliotecas do género, podendo-se criar uma rede nacional de livrarias virtuais com acesso à rede internacional.

Entretanto, o ministro Afonso Pedro Canga, afirmou que a criação da biblioteca virtual do ministério que dirige ajudará a digitalizar as informações inerentes ao sector e conectá-lo à livraria da FAO, que conta com mais de 60 mil títulos.

De acordo com Pedro Canga, a biblioteca permitirá a informatização do acervo bibliográfico do Minaderp,

das instituições de investigação de Luanda, do Instituto de Investigação Pesqueira, do Instituto de Investigação Veterinária, do Instituto de Investigação Agronómica e de outros centros de pesquisa existentes no país.

### 4.2 Mais receitas na Huíla e no Huambo

*Jornal de Angola*  
04 de Janeiro de 2012

A delegação provincial das Finanças da Huíla arrecadou para os cofres do Estado, durante 2011, um montante superior a 6, 8 mil milhões de kwanzas, informou ontem, no Lubango, o delegado local, Sousa Dala. Ao fazer um balanço das actividades desenvolvidas no ano passado, o responsável disse à Angop que houve um aumento de 6,985 milhões de kwanzas.

As receitas arrecadadas resultam do pagamento dos impostos de selo, industriais, rendimento de trabalho e taxas diversas. A delegação provincial das finanças realizou também diversas actividades de fiscalização, com destaque para sete inspecções de âmbito geral, quatro verificações pontuais e 14 peritagens contabilísticas, cujos objectivos incidiram no desenvolvimento das actividades financeiras e orçamentadas. Um montante avaliado em 29,78 milhões de kwanzas foi arrecadado pela Repartição Fiscal do município de Cachiungo, província do Huambo, contra os 20 milhões em igual período de 2010, o que representa um acréscimo de 43 por cento.

O chefe da Repartição Fiscal, Pedro Augusto, disse à Angop que os valores arrecadados para os cofres do Estado são provenientes do pagamento de impostos industriais, mercados, emolumentos de registo civil, luz e multas de trânsito. Preconiza-se o reforço das medidas de controlo da fuga ao fisco.

### 4.3 TC violou presunção de inocência

*Jornal O PAÍS*  
06 de Janeiro de 2012

As estruturas competentes do Estado que superintendem as actividades de várias instituições públicas deviam ser notificadas pelo Tribunal de Contas sobre os processos de responsabilidade financeira de que são alvos os seus representantes, disse a O PAÍS uma fonte do Ministério da Administração do Território.

Falando sob anonimato, o também jurista reagia a propósito do comunicada do Tribunal de Contas tornado público a 28 de Dezembro último em que cita responsá-

veis de algumas administrações municipais de Luanda e outras do interior do país, bem como de governadores de províncias, que organicamente dependem do Ministério da Administração do Território.

“O que está em causa é o modo como o Tribunal de Contas actuou. Em parte alguma do mundo se deve anunciar um caso desta natureza numa mensagem de fim de ano, quanto muito devia notificar as entidades do Estado sobre o assunto”.

Na extensa lista divulgada pelo próprio Presidente do Tribunal de Contas, Julião António, as administrações municipais e governos de províncias, que, têm superintendência do Ministério da Administração do Território, surgem em maior escala relativamente aos restantes gestores públicos.

O jurista diz que o presidente do Tribunal de Contas não devia tratar o caso numa cerimónia de cumprimentos de fim de ano, uma situação que acabou por “induzir em erro a população”, na medida em que “passou-se a mensagem de que todos roubaram, o que não foi o caso.”

Ao apresentar o caso da forma como fez, o Tribunal de Contas deu a entender à sociedade tratar-se de um caso anormal, quando na verdade prende-se com uma actividade enquadrada no seu objecto social que é a de fiscalizar a actividade financeira dos gestores públicos. Da forma como agiu, disse, o Tribunal de Contas está a usurpar competências atribuídas à Polícia Económica, que não é esse o seu papel. Sem pretender fazer defesa de “alguma dama”, a nossa fonte, reconhece haver em alguns processos relacionados com a má utilização de recursos, má gestão do erário público, mas o que está em causa “é o modo como foi tratado. É preciso não misturar as coisas”.

Em sua opinião, o Tribunal de Contas feriu a honra dos visados, visto que em alguns casos há gestores cujos processos estão em fase de julgamento e foram tratados como se tivessem cometido crime ao afirmar que “locupletaram-se do erário público”, quando o dinheiro foi usado em outras actividades não cabimentadas.

“O TC violou um princípio sagrado que a presunção de inocência, porque há processos que não transitaram em julgado e os respectivos gestores foram expostos na praça pública”, disse.

Segundo o pensamento da fonte de O PAÍS, o caso despoletado pelo Tribunal de Contas “derivou de uma interpretação estanque, ortodoxa das contra partidas de gestão, porque a gestão é um processo muito dinâmico”. “Há casos constantes desse processo do Tribunal de Contas que não têm nada a ver com o roubo de dinheiro, como amiúde se fez crer, mas são tão-somente alguns

casos relacionados com concursos que não obedeceram aos procedimentos normais”, disse a propósito a fonte de O PAÍS. Citou o caso de alguns governadores de províncias também indiciados no processo de responsabilidade financeira sancionatória mimoseados com multas, quando em seu entender utilizaram o dinheiro em actividades e não em proveito próprio como diz o documento do TC.

Como formadereconhecimento da “trapalhada” cometida, no dia seguinte à divulgação da lista, o Tribunal de Contas emitiu um comunicado em que tenta clarificar as coisas e no fundo acabou por piorar a situação, pois apresentou nomes que não constavam da primeira lista. Os administradores implicados Dos 17 gestores e responsáveis acusados de má gestão de fundos públicos com processo de responsabilidade financeira reintegratória em julgamento, dois deles respondem pelas administrações municipais do Rangel e da Samba. Trata-se de Maciel Neto “Makavulo” e de Pedro dos Reis Fançony, ambos já afastados dos respectivos cargos.

Carlos Alberto Cavuquila, até então administrador de Cacuaco, agora com funções no Governo Provincial de Luanda, José Manuel Moreno (Viana), José Francisco Correia (Kilamba Kiaxi) e Manuel “Marta” (Maianga) foram julgados e condenados em primeira instância a um processo de responsabilidade financeira reintegratória. Foram ainda aplicadas multas aos ex-governadores de Cabinda, Arubal Rocha e do Namibe, Álvaro Boavida Neto, num processo que envolve ainda José Vinhamba, administração municipal de Nancova (Quando Kubango) e Miguel Serrote Gio, administração municipal de Caculama (Malange). Há ainda a registar o caso do administrador municipal do Uíge, cujo processo não chegou a julgamento por ter pago voluntariamente um montante, que entretanto não foi revelado.

### **A génese da condenação**

O tribunal de Contas diz que a responsabilidade financeira reintegratória decorre do alcance e do desvio de bens e de dinheiro público, da sua afectação legal e corresponde na reintegração (devolução) ao Estado destes bens e ou valores indevidamente locupletados. Por seu turno, a responsabilidade financeira sancionatória decorre da violação de determinadas normas legais (sobre execução orçamental, patrimonial e financeiro) correspondente à aplicação de facto ou de direito pela prática ou omissão do acto.

Segundo o Tribunal de Contas, já estão agendados em tabela d julgamento mais cinco processos de gestores públicos, cujos julgamentos estão previstos para o primeiro trimestre do presente ano.

### Quem fiscaliza TC

O exercício financeiro do Tribunal de Contas devia também ser alvo de uma rigorosa inspecção de um outro órgão de justiça, para se certificar se existe ou não transparência na sua gestão, sugeriu a fonte de O PAÍS.

O jurista que vimos citando afirma desconhecer um acto público de prestação de contas do TC, sugerindo por isso a criação de uma autoridade independente que possa auditar a gestão financeira e patrimonial daquele órgão de soberania.

Quem controla as contas dessa entidade, interrogou o jurista para quem “o Tribunal de Contas não é nenhum santo”, visto que arrecada muito dinheiro resultante de emolumentos de contratos que segundo disse não são controlados. “O Tribunal presta contas a quem?”.

Sem revelar montantes, o nosso interlocutor afirma que o Tribunal de Contas arrecada muito dinheiro resultante de cobranças de emolumentos do qual dez por cento desse valor se reverte a favor dessa entidade.

“Já imaginaste quanto fica com o Tribunal de Contas, em cada dez por cento que arrecada” interroga-se mais uma vez a fonte de O PAÍS para acrescentar que essa entidade devia realimentar o Orçamento Geral do Estado.

Estando a pronunciar-se acerca dos gestores e responsáveis julgados e condenados com processos de responsabilidade financeira reintegratória, o jurista questionou mais uma vez sobre aonde e a quem. deverá ser feita essa devolução.

“A devolução do dinheiro deverá ser feita aonde? No Tribunal de Contas, no Tesouro Nacional, na Conta Única do Governo Provincial de Luanda?”, finalizou.

## 4.5 Sistema tributário aperta fuga ao fisco

*Jornal AGORA*

*07 de Janeiro de 2012*

Foi a pensar no aumento da exportação ilícita de capitais, contrabando, descaminho de mercadorias e no não pagamento de impostos, por parte de unidades produtivas públicas ou privadas e entidades individuais, que o Executivo introduziu novos códigos fiscais a vigorar já em Janeiro.

São normas que possibilitarão às autoridades suspender contribuintes inactivos ou instituições que não regularizarem a sua situação fiscal junto da Direcção Nacional dos Impostos (Dni), nos primeiros dias de 2012.

O objectivo será o de criar disciplina tributária e aumentar as receitas do Estado, estimulando o crescimento económico e a eficiência da actividade empresarial. O diploma reduzirá a inépcia da Polícia Fiscal que não consegue, em muitos casos, travar a exportação ilícita de divisas através das nossas fronteiras e aeroportos.

O comissário-chefe da Polícia Paulo de Almeida, defendeu a instalação de meios próprios nos pontos de entrada para reduzir a permeabilidade e susceptibilidade do cometimento de infracções económicas, tráfico de seres humanos e até imigração ilegal. A recente apreensão de 7 milhões de dólares no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro revelou a fragilidade das instituições e o grau de corrupção que impera no seio dos agentes fiscais. A progressiva melhoria da eficácia da administração fiscal nos últimos dois anos não foi suficiente para melhorar os métodos de actuação e incentivar que as entidades singulares ou colectivas para pagarem as suas contribuições em função do respectivo exercício económico. A Dni revelou ao AGORA que as dívidas fiscais das empresas representam um valor muito alto do total das receitas tributárias.

Dívidas. Inédito no quadro geral é também o número médio de processos de execução fiscal que cada contribuinte enfrenta, revela o último relatório do Programa Executivo da Reforma Tributária (Pert) onde se avalia a eficácia do nosso sistema fiscal na recolha de impostos. Todos os anos, as estatísticas mostram que Angola não cobra entre 15 e 20 biliões de dólares de dívidas fiscais. O valor corresponde a 45% da riqueza produzida num ano, e daria para pagar 80% da dívida pública e investir mais em projectos sociais, particularmente na saúde e educação.

Lançado em 2010, o Pert levará à introdução de três novas peças legislativas: Código Geral Tributário, Código de Processo Tributário e Código de Execuções Fiscais para normalizar as cobranças. O objectivo é “alcançar uma necessária modernização do enquadramento legal e sistema tributários”, grande parte do qual não é actualizado desde o tempo colonial.

Projecção. A Economist Intelligent Unit (Eiu) no recente relatório sobre Angola, adianta que o Executivo acredita que a reforma planeada terá um impacto positivo no crescimento económico, através de um aumento da eficiência.

Com uma duração de cinco anos, a reforma prevê ainda a introdução de um Imposto de Valor Acrescentado (Iva) e de outro sobre os rendimentos, sendo que a taxa sobre os rendimentos empresariais deverá manter-se em 35%. A taxação dos sectores petrolífero e diamantífero foi sempre prioritária para as autoridades, mas a das actividades não-petrolíferas mereceu menos atenção, até

porque gerava receitas inferiores, premissa essa que não convence o economista e deputado Manuel Júnior. “Uma reforma fiscal abrangente pode assim ajudar a colocar as finanças públicas num terreno mais vasto e estável”, reconheceu.

Mas o processo apresenta vários desafios em primeiro lugar o facto de a economia informal ter ainda um peso maior do que a formal, o que significa que foge a qualquer tipo de tributação, mas com a criação da figura de feirante, o Estado pode arrecadar mais receitas. Também o mercado da habitação é apenas “esporadicamente regulado”, os bens de consumo são muitas vezes transaccionados de forma paralela e a especulação é a nossa melhor marca. A formalização destas actividades vai depender, em parte, da criação de mais empregos pelo sector formal da economia, que até agora não tem sido totalmente capaz de absorvê-las. O país aprovou em Novembro um Orçamento Geral do Estado para 2012 supostamente equilibrado, prevendo despesas de 46,7 mil milhões de dólares, centralizadas no Executivo e com prioridade nos sectores da Saúde e Educação, com a Defesa e Segurança a consumirem 13%.

O crescimento económico no próximo ano deverá rondar 12,8%, um forte incremento em relação aos 3,4% de 2011, liderada pelo sector petrolífero, que deverá crescer 12,5%, beneficiando da tendência positiva da produção de petróleo, maior fonte de receitas do país.

#### 4.6 Mais receitas arrecadadas no ano passado

*Jornal de Angola*  
9 de Janeiro de 2012

A delegação provincial de Finanças do Huambo arrecadou, no ano passado, mais de 4, 6 mil milhões de kwanzas, o que representa um aumento de 33 por cento em relação a 2010, disse, à Angop, a responsável do sector.

Victória Diogo afirmou que a delegação de finanças arrecadou, em 2010, mais de 3, 4 mil milhões de kwanzas e que o pagamento do Imposto sobre Rendimento de Trabalho (IRT), cerca de 1,5 mil milhões, foi o que mais receitas gerou.

O Ministério das Finanças, referiu, disponibilizou para este ano, para a província, quase de 51,9 mil milhões de kwanzas para despesas com pessoal, bens e serviços contra 54, 9 mil milhões em gastos em 20 11.

#### 4.7 Resultados fiscais acima do previsto

*Jornal de Angola*  
10 de Janeiro de 2012

A repartição fiscal da Cela no Wako Kungo arrecadou, no ano passado, mais de 160 milhões kwanzas para os cofres do Estado, um aumento de cerca de 143 milhões em relação ao previsto, anunciou uma fonte oficial.

O chefe da repartição fiscal mencionou a colaboração dos contribuintes e a adopção de mecanismos que permitiram a formalização de impostos nos municípios que constituem a região fiscal da Cela como a razão para o registo daquele resultado.

Para o ano económico de 2012, disse António Silveira ao Jornal de Angola, as previsões apontam para a arrecadação de mais de 160 de milhões kwanzas, mas a verba pode aumentar, tendo em conta as crescentes solicitações para a constituição de pequenas e médias empresas na região fiscal da Cela.

A falta de quadros, frisou, continua a ser a maior preocupação da repartição fiscal, pois, no ano passado apenas foram admitidos dois dos quatro técnicos necessários. Quanto à fuga ao fisco, garantiu que “tem os dias contados” devido à fiscalização permanente da repartição fiscal, que tem o apoio das administrações municipais.

#### 4.8 Finanças públicas contam com novos diplomas este ano

*Jornal continente*  
13 Janeiro de 2012

Ministério das Finanças perspectivou para este ano (2012) a aprovação e implementação de leis que vão consolidar os regulamentos da dívida pública directa e indirecta. De acordo o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes “que falava recentemente, em Luanda, de igual modo, o sector prevê neste ano a consolidação de mecanismos de intervenção da política fiscal no domínio das parcerias público-privadas, do sector empresarial público, dos fundos de garantia de créditos à habitação e das micro, pequenas e médias empresas. Segundo o governante, para este ano, espera-se também a aprovação de diplomas que vão dar forma ao novo regime de impostos directos e indirectos, visando consolidar os princípios universais da incidência dos impostos directos na razão directa do valor do rendimento e do património e da incidência dos impostos indirectos sobre o consumo de bens e serviços na razão inversa da sua essencialidade para as famílias.



Constitui ainda um desafio para as Finanças, a implementação da legislação que visa modernizar e ajustar os códigos fiscais à nova dinâmica dos fluxos financeiros da economia angolana, com particular destaque para a pauta aduaneira dos direitos de importação e exportação segundo o sistema harmonizado versão 2012.

Outro aspecto importante aludido por Carlos Alberto Lopes, são os trabalhos destinados a dotar o Mercado de Capitais de um corpo normativo e regulador orientado pelas mais modernas normas prudências, capazes de proteger os investidores e os operadores dos riscos de mercado.

## 4.9 GPL

*Jornal continente*  
13 de Janeiro de 2012

A semana passada, viu-se qualquer coisa que não tem explicação. As administrações locais ou agora como se chama os Distritos, a publicarem uma taxa que não tem nada a ver com a condição social dos cidadãos de Luanda, pois aquilo de um atestado de residência custar Kz 6. 000. 00, isto nem no sonho teria passado, pois este documento é básico para tratar passaportes, solicitar empregos, etc., etc.

Mas seja como for, alguém pensou e apresentou para aprovação, só por isso foi caucionado. Mas, mais do que isso, quem projectou, pensou primeiro que ganhos teriam as administrações com a medida e na possibilidade dos interessados o adquirirem. Quem deixou passar isto, para chegar o ponto de se anular tudo?

## 4.10 Há inocentes e culpados?

*Jornal a capital*  
14 de Janeiro de 2012

Trata-se, pois, de uma situação pouco comum na sociedade angolana, o facto deste tribunal, presidido por Julião António ter publicado a lista dos "maus gestores". Quanto ao procedimento utilizado para que esses nomes viessem à ribalta, apesar de ser contestado pelos visados, nada há questionar, segundo juristas, pois, no quadro da verificação regular de gestão financeira, é um procedimento normal. Só que, explicou o jurista Lindo Bernardo Tito, é preciso olhar para o TC, como um tribunal que julga os actos financeiros de gestores públicos, mas não os actos que se circunscrevem na gestão financeira e os meios públicos que estes dispõem.

Para ele, alguns actos dos gestores mencionados foram considerados irregulares, não porque têm a ver com desvios de fundos, mas sim com procedimentos, pois, a

título de exemplo, pode se dar o caso em que "um determinado gestor celebrou contrato com uma empreiteira, sem consultar o Tribunal de Contas".

Mas, nos casos em que um gestor público se enriquece ilicitamente, sobre ele pesará a mão da Procuradoria-geral da República. "Mesmo assim, nessas condições, o acusado se beneficia do princípio da presunção da inocência", assegurou. Quando se levanta um processo-crime, esclareceu, deve obedecer-se os princípios fundamentais, "porque não basta que um acto seja culpável ou crie danos, mas tem de haver pressupostos criminais, porque um determinado acto pode ser ilegal, mas não ilícito.

## Indignação

O anúncio de nomes de gestores, defendido pelos juristas como sendo legal, não agradou os visados, por razões manifestas em situações de género. Até alguns que se assumem inocentes, já falam em processar o TC. Uma viva reacção neste sentido veio do antigo administrador de Viana, José Manuel Moreno Mendes, ou simplesmente Zeca Moreno, com o processo de responsabilidade financeira reintegratória julgado e condenado em primeira instância. Em declarações à imprensa, afirmou ter havido uma má interpretação, dos casos em que estão envolvidos alguns gestores públicos. Isso fez com que se sentisse beliscado com a forma como o Te tratou o assunto.

Esses casos, precisou, devem ser tomados públicos, depois de serem publicados no Diário da República. "Nós temos a nossa imagem a preservar; logo que nos digam, o que se está a passar exactamente", exigiu.

Quem também não se sentiu bem, foi Maciel Jacinto Neto Makavulo, antigo Administrador Municipal do Rangel, que passou a quadra festiva, numa situação "desabonatória" para a sua imagem. Para ele, cujo processo de responsabilidade financeira reintegratória está em julgamento, a sua imagem ficou manchada pelo procedimento do Tribunal de Contas.

"Tem sido um transtorno do ponto de vista psicológico e familiar, porque está em causa o meu bom nome", afirmou, para depois dizer que, não obstante tal situação, se sente tranquilo, porque não desviou "nem sequer um níquel", como angolano que participa no processo de reconstrução nacional. Está feito. Agora, Maciel Neto que é também Secretário Municipal do MPLA no Rangel, fez saber que vai aguardar, porque confia no Executivo e nas instituições.

Dos 42 elencados pelo TC, apenas 15 responsáveis de instituições foram objecto de multa, cujos processos não transitaram a julgamento por terem pago, volun-

tariamente, as suas respectivas multas. Dentre elas destaca-se o Ministério das Obras Públicas, as embaixadas de Angola na África do Sul e em Cuba.

À outras seis figuras, incluindo as dos ex-governadores de Cabinda José Aníbal Rocha, e do Namibe, Álvaro Boa Vida Neto, foram, no quadro da responsabilidade financeira sancionatória, aplicadas multas, mas até ao momento não efectuaram os respectivos pagamentos, segundo fontes do TC.

### **Agir com base em indícios**

Para aqueles que se solidarizaram com o recente ‘show’ do Tribunal de Contas, defendem que se trabalhe também sobre indícios, “por uma questão de prevenção de males maiores”. Essas investigações, defendem, devem ser feitas à volta daqueles servidores públicos, cujo salário é conhecido, mas passado algum tempo se tomam multimilionários ou milionários, “porque podem estar a fazer negócios proibidos por lei; entre outros, a venda de drogas e de órgãos humanos”.

### **Lei da probidade à parte**

Ousou-se pensar que, a publicação de alguns nomes de gestores e responsáveis pela gestão de fundos públicos com processos em julgamento ou condenados em primeira instância, fosse corolário do cumprimento da Lei de Probidade Administrativa, mas, afinal, não tem nada a ver.

O jurista Lindo Bernardo Tito foi peremptório, em afirmar que esta lei ainda não está ser cumprida, como devia ser. Além disso, “é uma lei muito mais ampla do que a verificação judicial que o Tribunal de Contas está a fazer”. Acrescentou que na Lei da Probidade administrativa, os crimes são de fórum comum e de jurisdição dos tribunais criminais; “enquanto os actos financeiros são de responsabilidade do TC”.

## **4.11 Tchizé processada em Portugal por branqueamento de capitais**

*Jornal Agora*

*17 de Janeiro de 2012*

O activista Cívico Rafael Marques depôs, nesta quinta-feira, num “processo de averiguação preventiva” relacionado com branqueamento de capitais, envolvendo vários dirigentes angolanos, que decorre no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (Dciap).

O também jornalista informou à Lusa que depôs, como testemunha no processo n.º 85/11-PG, interposto por um angolano residente em Portugal que pediu para não ser identificado.

Este cidadão apresentou queixa contra uma longa lista, que inclui membros da família presidencial entre os quais Welwitschia José dos Santos (conhecida como “Tchizé” dos Santos), uma das filhas do Presidente da República.

De acordo com Rafael Marques (RM. ), os visados são ainda vários dignitários, entre os quais Manuel Vicente, presidente do Conselho de administração da Sonangol E. P., e o general Hélder Manuel Vieira Dias Júnior (Kopelipa), ministro de Estado e chefe da Casa Militar da Presidência da República.

A queixa visa cerca de 20 individualidades com investimentos e propriedades em Portugal, acusando-as de “branqueamento de capitais”, acrescentou RM., que diz ter sido chamado a depor como testemunha no processo pelo que tem investigado sobre a corrupção no país. “Fui prestar declarações. Acho importante que haja preocupação das autoridades judiciais portuguesas em apurar os factos sobre investimentos angolanos em Portugal”, declarou.

Em menos de dois meses, RM apresentou, na Procuradoria-Geral da República, duas queixas-crime contra altos quadros angolanos, incluindo ‘Kopelipa’ e outros gerais, e o PCA da Sonangol.

“Inundaremos a Procuradoria-geral da República de queixas. É uma questão de princípio. Todos os dias os dirigentes angolanos saqueiam este país. Então, todos os dias deve haver queixas até que haja mudanças”, concluiu.

## **4.12 Executivo desmente desvio de 32 mil milhões de dólares do Estado**

*Jornal continente*

*20 de Janeiro de 2012*

O executivo reagiu terça-feira, 17, através de um comunicado, a uma notícia veiculada por alguns órgãos de comunicação social nacionais e internacionais, segundo a qual o FMI estaria surpreendido com o “desaparecimento misterioso” de cerca de 32 mil milhões de dólares das contas públicas do Estado angolano, entre 2007 e 2010.

Segundo o Jornal de Angola, o documento nega tal desaparecimento e garante que “nada no último relatório desse organismo permite tal leitura ou interpretação”. Esclarece que, contrariamente ao difundido, o relatório do FMI afirma que o Ministério das Finanças já lançou as bases para a “monitoria aprimorada de todas as fontes e usos de fundos relacionados aos recursos petrolíferos”, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2010.

O comunicado refere que ficou apurado que um dos principais motivos para a existência do saldo residual, no valor e período referidos se deve “à transferência de fundos para contas de garantia no estrangeiro em montantes acima do serviço da dívida a que se destinam tais contas” ou “à falta de registo adequado das operações parafiscais realizadas pela SONANGOL ou outras entidades fora do governo central”.

No documento, o Executivo afirma haver uma discrepância de registo contabilístico nas contas nacionais, mas também considera que esta “resulta fundamentalmente do insuficiente registo dos usos da receita petrolífera, sobretudo da receita da concessionária SONANGOL – EP em razão do seu não recolhimento integral na Conta Pública do Tesouro”. Consta-se, com efeito, que parte considerável da receita petrolífera não é paga directamente ao Tesouro Nacional, por cobrir despesas por conta do Estado pagas pela SONANGOL – EP, sendo este montante apurado.

Como um saldo residual (discrepância), registado em tais contas como financiamento Interno Não Bancário ou Financiamento Não Monetário. No mesmo documento, o Executivo adianta que foi criado um grupo de trabalho que tem por missão efectuar o “pleno esclarecimento da discrepância verificada, ao abrigo do Programa “Stand-By Arrangement” com o FMI e na sequência do Decreto Presidencial n058/11, de 30 de Março. O referido grupo de trabalho procede à apresentação das respectivas estatísticas fiscais, monetárias, cambiais e da balança de pagamentos devidamente conciliadas com este organismo.

a, O Executivo angolano lamenta, no entanto, a “leviandade e sensacionalismo” com que o assunto foi abordado por alguns órgãos de imprensa, Considerando que “as especulações e te acusações de um pretenso desvio de fundos públicos por parte do Executivo se insere nas habituais campanhas de sectores já identificados, na sua desesperada tentativa de descrédito dos dirigentes e instituições angolanas”.

#### 4.13 OGE 2012 não vai alterar a situação social degradante dos angolanos

*Jornal O PAÍS*

*20 de Janeiro de 2012*

O Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Assembleia para o presente ano de 2012, não vai alterar a situação social degradante em que vive a maioria das populações de Angola, defendeu Fernando Heitor, o coordenador do governo sombra, unidade técnica

criada pela UNITA que fiscaliza os actos do Executivo angolano, quando balançava o mês de existência daquela estrutura.” Já sabemos que se irá esbanjar muito dinheiro na campanha eleitoral, muitas, consciências serão compradas, muitas pessoas serão enganadas, outras ameaçadas vai-se fazer muito alarido, e depois, se o MPLA voltar a ganhar as eleições, tal como sempre nos habituou, tudo ficará na mesma ou ainda pior para os angolanos”.

Dizendo-se apologista do diálogo aberto, abrangente, frontal e fraterno, aquele economista, defende o direito dos angolanos discutirem os problemas, dando contribuições para se encontrarem boas soluções. Por isso recusa-se a aceitar “a marginalização dos rendimentos e das oportunidades gerados pela economia país que está em franco crescimento”.

Responsabiliza o Chefe do Executivo angolano pelas más políticas do seu elenco governamental, que faz com que o cidadão angolano se sinta, o do processo de crescimento do país, ou discriminado por factores de ordem subjectiva, apontando como exemplo o que chamou de fanatismo partidário. “Quando uma mãe manda matar o seu próprio filho por ela ser da OMA/MPLA e o filho ser da UNITA, nesta altura do campeonato, é porque muita coisa vai mal, no que tange a educação político-partidária e cívica no seio dos militantes do MPLA”

Denunciou, por outro lado, a continuidade de actos que violam os direitos humanos mais elementares e completamente inadmissíveis num Estado que se pretende de direito democrático, apontando como exemplo o desalojamento e destruição brutal de casas de varias famílias no Miramar, transferidas para o zango, bem como o julgamento e condenação de jornalistas em hasta pública por outros jornalistas dos media estatais, acto que condena e considera bárbaro e retrógrado.

Na sua leitura, as manifestações pacíficas continuam a ter tratamento discriminatório, sublinhando que aquelas que apoiam o governo, bem como Presidente, são autorizadas, financiadas e publicitadas pelos media estatais, enquanto aquelas que revelam indignação, descontentamento face às injustiças e abusos de poder são arbitrariamente rechaçadas pela administração pública e, ou, pela policia.

Por outro lado, lamentou a cultura do medo que o MPLA, através do seu governo, insiste em impor aos angolanos, apesar dos 10 anos sem guerras nem ameaças internas armadas. Bem como a persistência do problema das matrículas na educação que, afirma, continua a ser um bico de obra. Virando para sector agrícola critica o irrisório investimento feito no sector, sobretudo no

crédito de campanha agrícola, argumentando para tal:”o ministro da Economia, Abraão Gourgel informou-nos que dos 150 milhões prometidos para o crédito agrícola de campanha, pouco mais de 67 milhões foram utilizados, o que beneficiou 35. 146 camponeses.

Ora, isto perfaz a irrisória quantia de Akz. 1. 906 por camponês. E só fazerem a conta de dividir! Cada camponês recebeu menos de 2 mil Kwanzas.”No que toca ao crédito agrícola de investimento, lembra que terá sido prometido para o ano de 2011 a quantia de USD 200 milhões, porém somente foram disponibilizados 100 milhões.

Olhando para aquilo que considera a maior promessa eleitoral do MPLA, considera que o programa de crédito para a compra de habitação continua adiado, sem os prometidos mecanismos de bonificação assegurados, além da centralidade do Kilamba, inaugurada há mais de 6 meses continuar inabitada.

#### **Samakuva adere ao registo eleitoral**

O presidente da UNITA aderiu ao processo de actualização do registo eleitoral, num acto ocorrido no posto de registo junto à Rádio Nacional. Samakuva fez-se acompanhar por vários membros da direcção do partido do galo -negro.

#### **4.14 FMI Exige explicações sobre desvio de 32 mil milhões das contas públicas**

*Jornal angolense*

*20 de Janeiro de 2012*

Nicholas Staines representante do FMI em Angola disse a imprensa que a missão é dirigida pelo director do FMI para Angola, Mauro Mecagni e deve permanecer em Luanda até ao dia 20 ( ontem ), prevendo-se encontros com altos representantes do Executivo e, sobretudo, com responsáveis dos Ministérios da Economia, Finanças e Planeamento.

Além disso, a missão do FMI prevê manter contactos com o Banco Nacional de Angola (BNA), representantes do sector financeiro, do sector privado, da comunidade académica e do corpo diplomático.

Nicholas Staines indicou que, no fim da missão, a instituição pode desembolsar, a favor de Angola, uma quantia de 95,9 milhões de Direitos Especiais de Saque (SDR, sigla inglesa), a unidade de conta do FMI que equivale a 1,66 dólares.

Na quinta revisão, realizada em Outubro, o FMI consi-

derou necessárias”mais reformas e esforços para aumentar a diversificação da economia, com realce para a agricultura”. Naquela ocasião, as autoridades angolanas e a equipa de técnicos do FMI discutiram a elaboração de um mapa para: reduzir a vulnerabilidade do país à volatilidade do preço do petróleo e assegurar uma grande estabilidade na aplicação de investimentos públicos.

O Executivo angolano assumiu, naquela altura, o compromisso de executar a sua”Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Privado”, concebida pelo Ministério da Economia para ser aplicada a partir do início do ano em curso. Este programa inclui medidas para facilitar o acesso ao crédito e reduzir os custos administrativos para a criação de empresas.

Por outro lado, os representantes angolanos disseram que, como parte dos esforços para promover a transparência, a Sonangol haveria de continuar a publicar no seu sítio na Internet as auditorias externas às suas contas a semelhança do que fez em Setembro último com as contas relativas a 2010. Os técnicos do Fundo Monetário Internacional felicitaram o Executivo angolano por ter adoptado para 2012 um orçamento conservador em relação às receitas do preço do petróleo no mercado mundial.

Mas esta última visita de peritos do FMI está ser marcada pela denúncia de escândalo financeiro angolano denunciado pela HUMAN RIGHTS sobre um buraco financeiro das contas do Estado de cerca de 32 mil milhões de USO.

#### **4.15 Proposta de Lei sobre o regime tributário reuniu e consenso na especialidade**

*Jornal agora*

*21 de Janeiro de 2012*

A proposta de Lei que aprova o novo Código Geral Tributário, que vai substituir o actual de 1969, foi aprovada na especialidade neste quinta-feira, por unanimidade, pelos deputados das comissões em razão da matéria, após introduzidas algumas alterações de fundo e de forma.

Os deputados das comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais deram o seu parecer favorável durante a reunião orientada pelo presidente da primeira, Diógenes de Oliveira, e presenciada por membros do Executivo.

O relatório apresentado pelo deputado Sérgio do Santos, fundamenta que a proposta de lei, que vai para aprovação definitiva na próxima sessão plenária do Parlamento, será

a base da reforma em curso no sistema fiscal, essencialmente, na administração e justiça tributária. Em relação à reforma da administração tributária, o documento prevê a transferência de funções actualmente desempenhadas pela Direcção Nacional dos Impostos, pelo Serviço Nacional das Alfândegas e pelas respectivas repartições fiscais e aduaneiras para uma entidade administrativa tributária, que irá unificar aquelas unidades.

Quanto à mudança no sistema tributário, a proposta de lei apresenta um novo modelo de regulamentação da relação tributária, revogando o Código Geral Tributário de 1969.

No que a justiça tributária diz respeito, o projecto de código estabelece novas normas relativas às infracções tributárias e o seu respectivo regime processual.

Como novidades, o diploma apresenta ainda um "forte" fundo social, de modo que a tributação do rendimento das pessoas singulares deve observar o princípio do mínimo de existência.

Já quanto à tributação do consumo, deve ser adequada às necessidades do desenvolvimento político, económico e social do país, desagravando os bens e consumos de primeira necessidade onerando os de luxo.

Consagra o princípio do "Non olet" (sem cheiro), porquanto se determina que o carácter ilícito da obtenção de rendimentos não obsta à aplicação de incidência tributária.

Durante a reunião, os deputados das referidas comissões aprovaram igualmente a proposta de Lei de Autorização Legislativa para atribuição de Incentivos às Empresas Petrolíferas Angolanas, o projecto de Resolução que Aprova a Proposta de Alteração dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional, bem como o Projecto de Resolução que Aprova o texto do Acordo de Cotonou revisto.

Para fundamentar os documentos estiveram presentes os ministros das Finanças, Carlos Alberto Lopes, dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e da Justiça, Guilhermina Prata. •

#### 4.16 Novo regime tributário

*Jornal de Angola*  
*21 de Janeiro de 2012*

Ao reconhecerem a importância de adaptar a legislação fiscal angolana às melhores práticas internacionais e dotar o país de um sistema tributário actual e actuante, os legisladores deram o primeiro passo na especialidade.

A aprovação na especialidade de um novo Código Geral Tributário, que vai substituir o actual de 1969, é a efectivação do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) que pretende, entre outros objectivos, conferir dinâmica de funcionamento da Administração Fiscal. Não há dúvida que, passado que foram mais de 50 anos, o actual código tributário deixou de responder a um conjunto de actos e de obrigações fiscais.

Finalmente, os deputados foram capazes de reunir unanimidade para a votação de um importante diploma, depois da introdução de algumas alterações de fundo e de forma.

O relatório parecer apresentado fundamenta que a proposta de lei, que vai para aprovação definitiva na próxima sessão plenária do Parlamento, passa a ser a base da reforma em curso no sistema fiscal, essencialmente, na administração e justiça tributária.

Trata-se de um ganho relevante, atendendo que estes esforços vão permitir que tenhamos uma Administração Fiscal de excelência, na medida em que deve conseguir responder aos desígnios da política fiscal é permitir ao Estado uma maior arrecadação de receitas. Somos de opinião que a proposta do novo Código Geral Tributário traz muitas inovações que permitem corrigir eventuais excessos ou omissões que ainda se observam.

Como escreveu um jurista, "com o referido diploma, pretende-se introduzir alterações bastante substantivas ao ordenamento jurídico-tributário, com a entrada de vários regimes jurídicos novos". E o causídico passa descrever as alterações de fundo que subscrevemos como sendo as novidades, designadamente: a imposição à administração Fiscal de prazos para decidir sobre as petições dos contribuintes, maior densidade das garantias dos contribuintes relativamente ao Código em vigor; a definição do conceito de residente fiscal, a obrigatoriedade de nomeação de representante, em caso de não residentes que obtenham rendimentos no país não tributáveis com base na retenção na fonte, o desenvolvimento da disciplina dos benefícios fiscais e a (consagração do novo do regime dos contratos fiscais como um dos mecanismos para atribuição de benefícios fiscais, o regime da responsabilidade civil dos gerentes, administradores e membros de órgãos sociais pelas dívidas fiscais da sociedade (reversão fiscal), clarificação, do regime dos juros compensatórios e juros de mora devidos pelos contribuintes em caso de atraso na liquidação ou pagamento do imposto e dos juros indemnizatórios devidos pela Administração Fiscal em caso de manifesto erro na liquidação do imposto que leva o contribuinte a pagar imposto a mais do que é devido, clarificação do regime da caducidade e prescrição da dívida fiscal.

Anima-nos também o facto do futuro diploma apresentar um forte fundo social, de modo a que a tributação do rendimento das pessoas singulares deve observar o princípio do mínimo de existência. Concordamos plenamente que quanto à tributação do consumo, deve ser adequada às necessidades do desenvolvimento político, económico e social do país, desagrandando os bens e consumos de primeira necessidade.

Pelo contrário, os bens de luxo devem, naturalmente, conhecer um agravamento. Acreditamos que estão a ser criadas todas as condições para Angola ter uma Administração Fiscal que sirva de forma efectiva e consistente o actual estágio de desenvolvimento em que o país se encontra. As atenções passaram a estar centralizadas na formação contínua de técnicos para funcionarem na Administração Fiscal e corresponderem aos desígnios da política fiscal. Ainda bem que a Escola Nacional de Administração (ENAD) está capacitada para formar técnicos em áreas como Fiscalidade Angolana, Contabilidade, Auditoria Fiscal, Teoria Geral dos Impostos, Ferramentas Informáticas e Procedimento e Processo Tributário.

Ao todo, 120 técnicos licenciados em várias áreas, que podem vir a fazer parte, nos próximos tempos, da Administração Fiscal angolana, passaram já por uma acção de formação técnica especializada no ENAD. Auguramos que o novo regime tributário, além de proporcionar uma dinâmica renovada, venha conferir transparência, justiça social e credibilidade às instituições do Estado. Para isso é necessário que os deputados, na próxima sessão plenária, aprovem, na generalidade e com a mesma unanimidade da sessão anterior, o novo Código Geral Tributário.

#### 4.17 FMI diz haver interpretação errada do relatório

*Jornal de Angola*  
21 de Janeiro de 2012

O Fundo Monetário Internacional considera haver má interpretação do relatório da quinta revisão das contas fiscais sobre os investimentos do Executivo, declarou em Luanda, em conferência de imprensa, o chefe da missão do FMI em Angola.

Mário Megagni lamentou que isso tenha resultado na especulação, por certos órgãos de comunicação social angolanos e estrangeiros, sobre um alegado desvio de 32 mil milhões de dólares. Trata-se, garantiu, de uma interpretação errada do trabalho da quinta revisão, visto haver valores de investimentos, entre outros, em estradas e ferrovias, que não foram plenamente reflectidos no Orçamento Geral do Estado (OGE).

“Foi um trabalho de esclarecimento das contas fiscais. Resíduos não explicados é algo muito diferente de recursos financeiros desaparecidos. Há partes que não são muito abrangentes, pelo que se devem melhorar os registos dessa informação e dos dados sobre as operações fiscais não incluídos nas estatísticas. É isso que explica o relatório”, sublinhou.

Angola depende do petróleo e, por motivos históricos, de grande parte das chamadas receitas das operações quase fiscais, lembrou, referindo-se, entre outras obras, à reabilitação de ferrovias, de estradas, de infra-estruturas, cujos investimentos não foram plenamente reflectidos no OGE.

“O problema é importante, pois os resíduos saem das receitas, das despesas e das fontes de financiamento. As autoridades estão a envidar esforços para melhorarem as estatísticas e a trabalharem na reconciliação de dados, inclusive com a empresa de petróleo”, afirmou sem especificar, mas referindo-se à Sonangol. As autoridades, disse, estão a fornecer explicações e na próxima revisão do Fundo Monetário Internacional vai dar resposta.

“Com certeza vão haver excelentes explicações técnicas”, frisou, afirmando que já se verificam mudanças nas contas fiscais de Angola. Mauro Megagni disse esperar que a maioria desses resíduos possa ser explicado, não como dinheiro desaparecido, mas como gastos em infra-estruturas que não foram registados nas contas, por se tratarem de valores investidos fora do orçamento, designadamente receitas oriundas do petróleo. “Quando falamos sobre fundos desaparecidos é uma interpretação errada do trabalho da quinta revisão”, advertiu.

“O trabalho feito mostra que já houve muitos progressos, mesmo tendo apenas dados preliminares por enquanto”, disse, confirmando que a vinda da missão chefiada por si a Angola se deve a este assunto.

A informação sobre os 32 mil milhões de dólares alegadamente em falta nos fundos governamentais de Angola foi publicada no dia 25 de Dezembro, pelo Fundo Monetário Internacional.

No seu relatório, segundo a Human Rights Watch, o FMI revelou que os fundos governamentais, equivalentes a um quarto do PIB do país, que se crê estarem relacionados com a Sonangol, foram gastos ou transferidos entre 2007 e 2010 sem terem sido devidamente documentados no orçamento.

#### Transparência

Mauro Megagni afirmou que a transparência na gestão dos fundos públicos dos governos é um dos objectivos do seu organismo, através do “Stand By Agreement” (acordo de crédito contingente).

O responsável do FMI pediu aos governos; em particular ao de Angola, que sejam transparentes na gestão do dinheiro do erário, pois esse comportamento favorece a responsabilidade fiscal, sobretudo num país que aspira a participar, como mercado emergente, na economia Mundial.

“Por que é importante a transparência? Primeiro, pelo direito à informação, em segundo porque favorece a responsabilidade fiscal e isso tudo num país que aspira a participar, como mercado emergente, na economia Mundial”, disse o responsável em conferência de imprensa conjunta com o ministro das Finanças. É preciso garantir aos mercados, prosseguiu, que “o orçamento é utilizado para melhorar os países e que afinal as contas do Governo são colocadas na Internet, tal como o balancete do banco central [BNA], as medidas legislativas e as contas da petrolífera nacional [Sonangol]”.

Mauro Megagni anunciou existirem relatórios de produção e exportação de petróleo, que estão em conformidade com os mais altos padrões internacionais publicados na Internet, à semelhança do relatório trimestral sobre o orçamento de Angola. Em resumo, disse, são esse os objectivos do Stand By Agreement e já se vêem melhorias claras.

Ao particularizar o caso de Angola, afiançou que os créditos que o país está a receber são inferiores ao esforço que tem feito. Na conferência, estiveram também presentes a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, peritos do Fundo Monetário Internacional e responsáveis de bancos comerciais angolanos.

#### **Missão é positiva**

O ministro das Finanças, Carlos Lopes, considerou positiva a missão de nove dias do Fundo Monetário Internacional (FMI) a Angola, circunscrita na avaliação Stand By Agreement entre o Executivo e aquela instituição financeira.

“Em princípio, a missão terminou e a avaliação preliminar que se faz é positiva. Vamos aguardar pelos desenvolvimentos que vão ditar a elaboração do relatório final a ser submetido ao Board (Conselho de Administração) do FMI”, disse o ministro na conferência conjunta.

“Consideramos muito importante esta sexta avaliação do SBA com o FMI, porquanto, ao abrigo desse programa que começou em 2009, é a última em termos de avaliação do SBA em si, mas o mais importante é que para a certeza que o seu resultado vai ditar o bom ou mau desempenho do programa no seu todo”, salientou. Carlos Lopes referiu que do lado de Angola, o programa foi executado com muita responsabilidade e que, inde-

pendentemente do resultado final que emergir da avaliação, o Executivo pretende, desde já, manifestar a satisfação pelos efeitos positivos no processo de reorganização das finanças públicas no país.

Para a realização dos trabalhos, em conjunto com o staff do FMI, o Executivo mobilizou-se a dois níveis: criação de uma equipa constituída por secretários de Estado, vice-ministros e directores nacionais que trabalharam mais directamente com os elementos da delegação internacional e outra composta pelos ministros da equipa económica. Este último grupo, disse Carlos Lopes, desempenhou o papel de coordenador e de orientador da equipa técnica angolana.

#### **4.18 Repartição Fiscal da comuna de Calulo cobra mais receitas do que as previstas**

*Jornal de Angola*

*24 de Janeiro de 2012*

A repartição fiscal de Calulo, município do Libolo, Kwanza-Sul, arrecadou para os cofres do Estado, durante o ano fiscal de 2011, mais de 57,2 milhões de kwanzas, muito acima dos contra 31,7 milhões inicialmente previstos.

As receitas resultaram de cobranças sobre 1.703 contribuintes, repartidos pelas classes A, B e C, do imposto de rendimento de trabalho, imposto predial urbano e industrial. O chefe de Repartição Fiscal de Calulo, Carlos Calei, considerou positivo o saldo das arrecadações e apontou a colaboração dos contribuintes e a adopção de mecanismos que permitiram a agilização das cobranças de impostos no município do Libolo como estando na base dos resultados satisfatórios do exercício económico de 2011.

A realização do montante arrecadado é fruto da demonstração e empenho por parte dos funcionários da Repartição Fiscal, bem como dos organismos intervenientes na arrecadação de receitas do Estado.

Quanto às previsões, o chefe da Repartição Fiscal anunciou, para os próximos tempos, a introdução do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), em curso no país, para permitir o alargamento da base tributária, a racionalização dos incentivos fiscais ao investimento, aumento do controlo do pagamento voluntário dos impostos, implantação de um efectivo sistema de cobrança coercivo, simplificação do sistema legal e burocrático e penalização das infracções tributárias de forma a combater a fuga ao fisco.

Carlos Calei disse tratar-se de um processo que vai possibilitar a melhoria das condições de funcionamento da administração fiscal, bem como estreitar a aproximação entre o contribuinte e os serviços. O chefe da Repartição Fiscal de Calulo anunciou que, no âmbito da aplicação das Linhas Gerais da Reforma Tributária, a instância leva a cabo encontros de esclarecimento sobre as alterações do sistema tributário.

#### 4.19 FMI prepara desembolso de 130 milhões para Angola

*Semário factual*

*28 de Janeiro de 2012*

Segundo o comunicado do FMI, a equipa internacional teve discussões bastante produtivas com as autoridades angolanas, focalizando o desempenho no âmbito do acordo SBA ao longo de 2011.

“A missão e as autoridades angolanas chegaram a um acordo técnico sobre as políticas que apoiariam a conclusão da avaliação do SBA. O acordo requer a aprovação da Direcção-geral e do Conselho de Administração do FMI. Está prevista para o fim de Março de 2012 a discussão do acordo pelo Conselho. A conclusão da avaliação permitirá a Angola receber o último desembolso ao abrigo do SBA, no montante de cerca de 130 milhões de dólares”, adiantou a fonte.

O Fundo destaca que “a economia angolana continua a recuperar-se das crises orçamental e da balança de pagamentos ocorridas em 2009. Apesar de algumas dificuldades na produção de petróleo, estima-se que o PIB real tenha crescido 3,4 por cento em 2011, em virtude da forte expansão do sector não petrolífero, e com a inflação a recuar para 11,4 por cento no fim do ano. Beneficiada pela subida dos preços do petróleo, a conta corrente externa registou um excedente de sete por cento do PIB, enquanto as reservas externas alcançaram o equivalente a 5,3 meses de importações no final de 2011”.

Estabilidade do câmbio facilitou objectivo da inflação  
Acrescenta que “a estabilidade do câmbio, em termos gerais, facilitou o alcance do objectivo de inflação das autoridades. Atrasos na transferência das receitas do petróleo para o Tesouro impuseram um ónus financeiro imprevisto ao orçamento até o fim de Setembro, mas o ritmo destas transferências acelerou no quarto trimestre; uma nova correcção no início de 2012 deve garantir que os níveis de financiamento orçamental sejam adequadamente contidos”. Considera que as autoridades mantiveram a orientação prudente da política macroeconómica em 2011 e frisa que “o saldo orçamental registou um excedente de 12,5 por cento do PIB, frente a sete por cento em 2010”.

Salienta que o défice primário não petrolífero foi contido em cerca de 44 por cento do PIB não petrolífero. Por outro lado destaca que “as autoridades estão a investigar o I a n d avultado saldo residual observado nas contas orçamentais no período 2007 – 2010, cerca de 32 mil milhões de dólares”.

Enquanto prossegue esta investigação, os dados preliminares indicam que as operações quase-fiscais realizadas pela estatal petrolífera em nome do Executivo, financiadas a partir das receitas petrolíferas mas não registadas nas contas orçamentais, podem explicar grande parte da discrepância. Uma análise mais profunda será realizada ainda este ano.

Perspectivas são sensíveis à evolução dos preços do petróleo Para o FMI, “as perspectivas macroeconómicas para 2012 são favoráveis na generalidade”, porém indica que o início da exploração de novos campos de petróleo deve elevar a produção para mais de 1,8 milhão de barris por dia”.

Contudo, as perspectivas são altamente sensíveis à evolução dos preços mundiais do petróleo. A aplicação dos planos orçamentais do Executivo deve produzir um decréscimo significativo do défice não petrolífero e ajudar a baixar a inflação para um dígito. Dadas as excepcionais incertezas que continuam a pairar sobre a conjuntura mundial, as autoridades estão empenhadas em aumentar ainda mais as reservas externas para reforçar a protecção contra a volatilidade da receita do petróleo.

A Fundo realça que medidas importantes foram tomadas para garantir que as receitas do petróleo sejam transferidas para o Tesouro de forma previsível e atempada. Destaca o decreto recente que determina a eliminação gradual da: operações quase-fiscais da empresa petrolífera estatal em 2012, salvo as relacionadas aos sub-9 dias aos combustíveis e ao serviço de algumas linhas de crédito externas. Recordar-se, o Acordo Stand-By (SBA) do FMI com Angola foi Aprovado em Novembro de 2009. O SBA tem a duração de 27 meses e prevê financiamento no montante de cerca de 1,4 mil milhões de dólares, dos quais já foram desembolsados cerca de 1,2 mil milhões de dólares.

#### **FMI encontrou-se com diversas entidades**

Durante a visita a Luanda, a missão, chefiada por Mauro Mecagni, reuniu-se com a Ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o Ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, o Ministro da Economia, Abraão Pio dos Santos Gourgel, o Governador do BNA, José Lima Massano, outras altas autoridades, membros da Assembleia Nacional e representantes das comunidades bancária, empresarial, diplomática e académica.



## 4.20 Crescimento económico é mais visível

*Jornal de Angola*  
30 de Janeiro de 2012

O presidente do Tribunal de Contas, Julião António, afirmou que os indicadores do crescimento que o país regista desde o alcance da paz são cada vez mais visíveis em todos os domínios e defendeu maior fiscalização dos recursos financeiros públicos para que sejam utilizados de forma adequada.

Julião António afirmou que o Executivo trabalha tendo em conta a definição de que o crescimento económico significa desenvolver o país e investir para criar riquezas: “investir para a reconstrução das estradas destruídas pela guerra, a reconstrução ou construção de pontes e edificação tudo quanto foi demolido no país”.

Julião António teceu esta consideração em declarações à Angop, antes da missa de abertura da assembleia-geral da Associação Cristã de Gestores e Dirigentes da Igreja Católica, que decorreu sob o lema “o crescimento económico e a pessoa humana”.

O presidente do Tribunal de Contas acrescentou que o mundo reconhece os avanços em Angola.

## 4.21 Economia Angolana esta no bom caminho

*Jornal de Angola*  
30 de Janeiro de 2012

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que a economia angolana continua a recuperar da crise Internacional e o saldo orçamental, no ano passado, registou um excedente de 12,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

Num comunicado divulgado em Washington, na sequência da visita a Angola, na semana passada, de uma equipa chefiada por Mauro Mecagni, o Fundo Monetário Internacional afirma que as autoridades angolanas mantiveram, no ano passado, uma orientação prudente da política macroeconómica.

Em 2009, fruto da crise económica e financeira internacional, as receitas do Estado caíram drasticamente, como consequência da quebra dos preços do petróleo. Na sua visita a Luanda, a equipa chefiada por Mauro Mecagni conduziu a sexta e última avaliação do Acordo Stand-by (SBA) do FMI com Angola, aprovado pelo fundo em 10 de Novembro de 2009, que prevê o financiamento de 1,4 mil milhões de dólares, dos quais já foram desembolsados 1,2 mil milhões.

O comunicado esclarece que a missão e as autoridades angolanas chegaram a um acordo técnico sobre as políticas de avaliação do Acordo Stand-by, quer requer a aprovação da Direcção-Geral e do Conselho de Administração do FMI. Está prevista para o fim de Março deste ano a discussão do acordo. A conclusão da avaliação vai permitir a Angola receber o último desembolso, no montante de 130 milhões de dólares.

Beneficiada pela subida dos preços do petróleo, a conta corrente externa registou um excedente de 7,0 por cento do PIB. As reservas externas alcançaram o equivalente a 5,3 meses de importações, no final do ano passado. O FMI aconselha os países a garantirem, no mínimo, reservas equivalentes a três meses de importação.

Apesar de algumas dificuldades na produção de petróleo, sublinha o comunicado, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) real tenha crescido 3,4 por cento no ano passado, em virtude da forte expansão do sector não petrolífero e com a inflação a recuar para 1,4 por cento no fim do ano. A estabilidade do câmbio também facilitou o alcance do objectivo de inflação das autoridades. Comparado com 2010, afirma o comunicado do FMI, o saldo orçamental subiu 5,5 pontos percentuais e o défice primário não petrolífero foi contido em cerca de 44 por cento do PIB não petrolífero.

### Boas perspectivas

O Fundo Monetário Internacional considera que, para Angola, as perspectivas macroeconómicas para este ano são favoráveis. A aplicação dos planos orçamentais do Executivo deve produzir um decréscimo significativo do défice não petrolífero e ajudar a baixar a inflação para um dígito.

O início da exploração de novos campos de petróleo deve elevar a produção para quase dois milhões de barris por dia. As perspectivas são altamente sensíveis à evolução dos preços mundiais do petróleo.

“Dadas as excepcionais incertezas que continuam a pairar sobre a conjuntura mundial, as autoridades angolanas estão empenhadas em aumentar ainda mais as reservas externas para reforçar a protecção contra a volatilidade da receita do petróleo”, acrescenta o comunicado do FMI sobre a situação da economia angolana, garantindo que “medidas importantes foram tomadas para garantir que as receitas do petróleo sejam transferidas para o Tesouro de forma previsível e atempada”.

### Correcção nas transferências

Atrasos na transferência das receitas do petróleo para o Tesouro impuseram um ónus financeiro imprevisto ao orçamento até o fim de Setembro passado, mas o ritmo das transferências acelerou no quarto trimestre. Uma

nova correcção no início deste ano, acrescenta o FMI, deve garantir que os níveis de financiamento orçamental sejam adequadamente contidos.

O FMI faz ainda alusão ao decreto recente que determina a eliminação gradual das operações quase fiscais da Sonangol, este ano, salvo as relacionadas com os subsídios aos combustíveis e ao serviço de algumas linhas de crédito externas.

No comunicado do Fundo Monetário Internacional explica ainda que as autoridades angolanas estão a investigar o saldo residual de 32. mil milhões de dólares, observado nas contas orçamentais no período de 2007a 2010. Durante a estada em Luanda, a missão do FMI reuniu com a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, o ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, o ministro da Economia, Abraão Gourgel, o governador do BNA, José Lima Massano, e outras altas autoridades, membros da Assembleia Nacional e representantes da banca comercial, empresarial, diplomática e académica.

## 5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 UA pondera a nomeação de relator especial para Cabinda

*Novo jornal*

*06 de Janeiro de 2012*

A UNIÃO AFRICANA (UA) manifestou-se disponível para analisar a pertinência da eventual nomeação de um relator especial para investigar uma série de queixas apresentadas pela Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC-FAC), liderada por Henrique Nzita Tiago, contra o Governo de Angola. Esta decisão foi tomada durante a 10.ª Sessão Extraordinária da Comissão Africana, que teve lugar em Banjul, capital da Gâmbia, de 12 a 16 de Dezembro último.

Na primeira queixa submetida ao Secretariado da Comissão Africana de Direitos Humanos e Direitos dos Povos (ACHPR), a 29 de Setembro de 2006, o grupo independentista de Cabinda, contestava o direito legal de Angola à soberania dessa província, fazia referência a execuções extrajudiciais e reclamava o facto de mais de 90 por cento das receitas do petróleo explorado no território não ser usado em benefício das populações locais. Desde então o consultor jurídico da FLEC-FAC, Jonathan Levy, da firma de advogados Brimstone & Co., com sede em Washington, que apresentou “um pedido urgente de intervenção” em nome do seu cliente, tem desenvolvido uma intensa actividade de “lobby” nesse sentido, incluindo junto da organização continental africana.

Na altura da apresentação da petição da FLEC-FAC há mais de cinco anos, o jurista sénior do ACHPR, Robert Eno, considerou que este caso Ré uma situação muito rara, uma vez que está relacionada com o direito aos recursos, mas estes direitos estão abrangidos pelos estatutos da União Africana. “Em declarações públicas, Eno, actualmente escrivão do Tribunal Africano, em Arusha, Tanzânia, afirmou que a petição seria analisada pelo ACHPR, tendo, no entanto, advertido que qualquer resultado não seria legalmente obrigatório.

“Podemos fazer recomendações, pedir ao Governo [angolano] para investigar e dar início ao diálogo. Isto dependerá da boa vontade do Governo”, adiantara na ocasião.

O ACHPR é um órgão da UA, criado a partir da Carta Africana dos Direitos Humanos e Direitos dos Povos, que entrou em vigor a 21 de Outubro de 1986 e que tem a responsabilidade de promover e proteger os direitos humanos no continente. Esta agência é tutelada pelo Gabinete da ONU para Coordenação dos Assuntos Humanitários. Segundo Jonathan Levy, o ACHPR tem até 20 de Fevereiro de 2012 para tomar uma decisão sobre se deve ou não designar um relator especial para investigar alegações de violações dos direitos humanos e a distribuição injusta dos recursos minerais em Cabinda. Esta posição da UA constitui um dos desenvolvimentos de realce na questão de Cabinda desde que o executivo angolano assinou o memorando de entendimento p’ara a paz, em Agosto de 2006, com António Bento Bembe, antigo líder da FLEC-FAC e presidente do Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) – um corpo representante dos movimentos separatistas do enclave, que inclui grupos da sociedade civil e representantes da igreja católica. Apesar dos esforços do executivo angolano, a situação militar no enclave permanece indefinida, razão pela qual o chefe das Forças Armadas de Angola, general Geraldo Sachiengo Nunda, declarou no dia 26 de Dezembro passado que a pacificação da província de Cabinda era um dos seus objectivos para 2012.

### 5.2 Legitimar o poder autárquico através do voto

*Jornal AGORA*

*07 de Janeiro de 2012*

Esta questão das autárquicas foi, entretanto, remetida para reapreciação na próxima sessão do Conselho da República (CR), apazada para o primeiro semestre do próximo ano. De acordo com o Presidente Eduardo dos Santos, que discursava na abertura da última reunião deste ano do CR, na passada segunda feira, 20, deve definir-se entre “realizar as eleições autárquicas em todos os municípios de uma só vez ou (.) fazê-las por fases, começando apenas por uma parte deles”

Se assim vier a suceder, a escolha não será tarefa fácil, dado o país possuir 165 municípios com a criação dos dois últimos de Catumbela e Belas.

O processo de eleições faseadas tem sido observado em Moçambique nos últimos anos, tendo a Frelimo já perdido o importante município da Beira a favor da Renamo.

No caso angolano é muito provável que o MPLA não vença em vários municípios onde, por força da influência regional, Partidos com o PRS e a UNITA poderão vencer os pleitos eleitorais.

“As estratégias das oposições seria de ‘ cercar o MPLA a partir do interior para ir diminuindo o seu poder demasiado dominante”, defendeu uma fonte da oposição.

No Uíge, por exemplo, reduto natural da FNLA, podia admitir-se os irmãos vencerem no município da capital, mas com o Partido feito numa manta de retalhos é demasiado prematuro antecipar cenários.

O censo populacional será de suma importância para a realização das primeiras eleições autárquicas, calculando-se em cerca de 19 milhões o número de habitantes no país.

O processo autárquico ficará, ainda, facilitado com o apuramento do número de votantes nas eleições gerais de Setembro do próximo ano.

Outro factor a levar em conta é o calendário (2012-2014) poder vir a revelar-se apertado para se passar a eleger os administradores municipais na base do sufrágio universal.

Quanto aos governadores provinciais, quando anos atrás se começou a debater esta questão na Assembleia Nacional não se chegou a consenso entre os partidos com assento parlamentar se eles deveriam ser igualmente eleitos. Convém notar, no entanto, que em diferentes regimes democráticos já se vão extinguindo os cargos de governadores civis ou a isso equivalente, justamente por não possuírem legitimidade democrática conferida pelo voto do cidadão.

### 5.3 País gastará mais de 100 milhões de dólares com o censo populacional

*Jornal AGORA*

*07 de Janeiro de 2012*

O demógrafo revelou que sem o censo fica difícil planificar, decidir as melhores áreas para investimentos e projectar o futuro em benefício dos cidadãos.

José Ribeiro acredita que a realização do censo populacional, apazado para 2013, facilitará o processo de avaliação dos programas de investimentos é ferramenta importante em todo o processo de planificação. “Os riscos que corremos em fazer planificação sem a perspectiva de um censo são os mesmos que, por exemplo, uma empresa corre ao ser gerida sem uma contabilidade organizada e a qualquer altura podemos fracassar”, sublinhando que “O Executivo teve sempre em consideração a necessidade de realização do censo. Não foi realizado até aqui, porque o país estava em guerra”.

Para a realização do cadastro sem grandes constrangimentos sustenta ser precisa uma boa base de preparação em recursos humanos como financeiros. “O essencial em todo este processo é que houve sempre vontade política do Executivo para que na devida altura as coisas fossem feitas e cá estamos finalmente com as indicações de 2013”.

Este alto funcionário do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social clarifica que a ONU aponta que o país possui 19 a 20 milhões de angolanos, mas o Instituto Nacional de Estatística (Ine) trabalha com uma estimativa mais baixa, cerca de 16 a 17 milhões de habitantes, adquirida com a base dos dados do recenseamento eleitoral de 2008. “Os resultados que achei indicam que vivem em Angola cerca de 20,9 milhões de habitantes e só o censo poderá confirmar a verdadeira estrutura populacional do país”.

De igual modo o Ine poderá utilizar a estrutura montada pela Comissão Nacional Eleitoral (Cne) como ponto de partida para a realização do censo, mas o especialista alerta que não será suficiente para o processo. “Vamos precisar de mais de 40 mil recenseadores e da experiência da Cne, com maior predominância para a experiência logística”.

O docente universitário defende que a cartografia das cidades deve estar actualizada entres seis e oito meses antes do censo com a colocação de nomes de rua e a criação de zonas censitárias o mais breve possível.

Quanto às infra-estruturas de apoios devem ser criadas estruturas administrativas em condições a nível das províncias e comunas. “Da mesma forma que há uma Cne, também deve ser criada uma para o censo, com as suas representações, quer ao nível das províncias, quer dos municípios e comunas. Portanto, esse é um trabalho que agora tem de correr, porque estamos atrasados na preparação”.

Formado em demografia e estatística José Ribeiro, em entrevista ao semanário Expansão, admitiu que deve existir uma planificação dinâmica e cada momento crítico o Executivo estar preparado para às devidas alterações do orçamento. “Não tenho dúvida que o país gastará mais de 100 milhões de dólares para a realização do censo, porque há custos que não estão ainda imputados na actual proposta orçamental”

## 5.4 Administradora municipal de belas auscultas inquietações dos habitantes

*Jornal de Angola*

*11 de Janeiro de 2012*

O grande amontoado de lixo existente na comuna do Mussulo, em Luanda, deve acabar até ao fim do mês de Janeiro. Esta é uma garantia saída do encontro mantido entre a administradora do município de Belas, Joana Quintas, autoridades tradicionais do Mussulo e parceiros sociais.

A administradora municipal de Belas auscultou as principais preocupações que afligem os habitantes da comuna do Mussulo, como a reparação das escolas, postos médicos, sistema de abastecimento de água potável, energia eléctrica e saneamento básico, fundamentalmente a recolha de lixo.

Joana Quintas manifestou preocupação pelo grande amontoado de lixo existente na comuna do Mussulo. A administradora sublinhou que a resolução do problema de fornecimento de água potável, energia eléctrica e a reparação de escolas e centros de saúde está inserida no Programa de Investimentos Públicos e Programa Integrado Municipal de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza para o ano de 2012.

Joana Quintas garantiu que num prazo de seis meses esses trabalhos de reparação são realizados, para o bem-estar dos habitantes da comuna do Mussulo. Joana Quintas disse que a questão do transporte marítimo para a comunidade do Mussulo está igualmente inserida no programa da administração. Reconheceu que os municípios gastam muito dinheiro na travessia.

A responsável referiu que a resolução dessas questões não passa somente pela administração municipal e prometeu remeter a questão a nível do governo provincial. “Vamos levar à consideração superior as preocupações que afligem a comunidade do Mussulo”, disse.

Durante a sua estada na comuna do Mussulo, Joana Quintas visitou o quartel dos bombeiros, a secção da Elisal, o posto de registo e identificação civil, a escola do ensino primário 10 11 e o centro de saúde.

Com uma extensão de 45 quilómetros e uma população estimada em dois mil habitantes, a comuna do Mussulo dispõe dos bairros Ponta da Barra, Contra Costa da Ponte da Barra, Prior, Cambanje-zangaDya Nzenze, Mussulo Centro, Contra Costa do Mussulo Centro e Macoco.

Trata-se da primeira visita de campo de Joana Quintas desde a sua nomeação em Novembro, no âmbito da nova divisão administrativa de I Luanda, que extinguiu os municípios 1 pios da Maianga, Ingombota, Rangel, Sambizanga e Samba e deu corpo ao município de Luanda. A província de Luanda é constituída pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Icolo e Bengo, Viana, I Belas e Quissama.

## 5.5 Saudades de uma gestão transparente em Luanda

*Jornal continente*

*13 de Janeiro de 2012*

Todos nós ficamos expectantes, quando José Maria dos Santos foi nomeado Governador da Província de Luanda, não pensando ser alguém que caiu de pára-quedas, nas lides políticas porque conhecíamos a sua performance no parlamento angolano, na província do Kuando Kubango e em actividades filantrópicas, mas sim pela sua juventude. Entretanto o jovem político não deixou os seus créditos em mãos alheias e na altura arregaçou as mangas e deixou, feitos e realizações que deixam saudades, o que obriga os seus sucessores a se empenharem bastante para fazerem melhor do que ele, já que os bons feitos são para serem recordados.

A província de Luanda, ou seja, o Governo da Província de Luanda no ano de 2011 deu provas e exemplos de uma gestão transparente, virada para uma governação de proximidade ao cidadão. Recordamos todos os esforços empreendidos pela gestão do antigo governador da província de Luanda, José Maria dos Santos e a sua equipe, que cumprindo com as orientações do Chefe do Executivo, Eng. ° José Eduardo dos Santos, lançou um programa de correcção à má gestão encontrada na arrecadação de receitas e idealizou a aplicação de um modelo novo de arrecadação mais rigorosa, transparente e responsável, eliminando as várias contas existentes e criando um sistema único e centralizado de arrecadação de receitas, quer ao nível local como comunitário. Desta estratégia, o governo da província de Luanda, como estamos todos recordados, porque foi tomado público, arrecadou em 2011, valor equivalente a mais de USD. 700. 000. 000. 00 (setecentos milhões de dólares), o que 1 demonstra sem sombra de dúvidas que estavam na direcção certa se compararmos a média de receitas arrecadadas em igual período dos anos anteriores / à 2011.

Com essas medidas acreditamos que o GPL de Luanda arrecadaria muito mais em um, dois ou quatro anos e as condições sociais dos cidadãos com certeza, continuariam a melhorar cada vez mais. Esse exercício e de forma periódica, era considerado pelos observadores como

um exemplo de governação participativa. Ainda nesta senda de governação transparente e com a visão virada sempre para melhoria do nível de vida das populações, fazendo jus a máxima do Presidente Neto segundo a qual, "O mais importante é resolver os problemas do povo", o Governo Provincial de Luanda no ano de 2011, no âmbito do seu programa de investimentos públicos e do pacote de acções extraordinários, lançou uma cartilha de projectos no domínio social com destaque para a construção, recuperação e apetrechamento de infra-estruturas escolares, hospitalares, de polícia e segurança pública, de abastecimento de água potável, etc. das quais destacamos as seguintes concretizações: construção de uma escola TIO no bairro Pracinha Kicolo; reabilitação da escola T12 no Neves Bendinha; construção da escola T12, 6020 Angola e Cuba; construção da escola T12 Lar do Patriota; construção da escola T12 no Havemos de voltar; reabilitação e ampliação da escola do Ramiro; construção da escola T6 na Funda Sede; construção de uma escola T12 no Neves Bendinha; construção de uma escola T12 no Km 9 Viana; reabilitação da escola 3016 prédio do livro; construção de uma escola T12 nos Mulenvos de Baixo; construção de uma escola T6 no Mata-gato; construção de uma escola T12 no Ngola Kiluanji; construção de uma escola T12 no Zango TII; construção de uma escola T2 no Km 12 Viana; construção de uma escola T12 no km 30 em Viana; construção de uma escola T12 no bairro popular; construção de uma escola T12 no bairro Cariango; construção de uma escola T12 no mercado do Kicolo; escolas do mesmo modelo no, Catambor, bairro Primavera na Frescangol; reabilitação da escola 2022 do Sambizanga reabilitação da escola 4022 na zona do Ngola Kiluanji, reabilitação da escola T6 nos Ramiros.

No domínio da saúde: centro de saúde de referência no Zango III, apetrechamento do Hospital municipal do Sambizanga, construção do depósito provincial de medicamentos, construção do centro de saúde do Catinton, construção do canil e gatil de Viana, construção do cemitério do Benfica, construção e apetrechamento da Morgue de Viana e de Cacucaco, construção de I uma nova Morgue no Hospital Josina Machel, aplicação e construção de um novo edifício para a maternidade Augusto Ngangula, reabilitação das duas residências protocolares e centro de saúde de Calumbo e reabilitação do hospital dos Mulenvos. Construção dos Postos Policiais dos Bairros: Paraíso, Chimbicato, Faroldas Lagostas, Terra Nova, Ecocampo e Bairro Mundial. a Construção do sistema de abastecimento de água potável no bairro dos antigos combatentes em Viana. Elaboração do projecto de modernização da Zona Verde do Alvalade, construção da casa de trânsito para presos no Tribunal Provincial de Luanda, reabilitação e construção dos acessos às novas escolas e hospitais, reabilita-

ção do centro social de S. Paulo, concepção e elaboração de projectos para a construção de nove passagens aéreas para peões em várias áreas críticas da cidade, reabilitação da direcção provincial dos serviços de registos, manutenção do sistema de captação de água da mesma zona.

Aquisição de motorizadas-auto especiais para a polícia nacional, no sentido de facilitar a locomoção destes em zonas de difícil acesso e de meios de transporte para apoio ao sector da saúde, educação, administrações municipais, autoridades tradicionais, etc. A par das acções acima referenciadas, registou-se no referido ano muitas outras acções, dizem os observadores, com destaque para projectos que visaram a valorização dos idosos de terceira idade, das crianças e da juventude, tudo na visão de uma governação interactiva e participativa. O estilo de governação de José Maria dos Santos, foi recorda-se, apoiado massivamente pela população luan-dense principalmente, pelas mães, e pelos jovens, que o digam os habitantes da zona do Patrício que várias vezes viram o Governador de Luanda daquele ano, mesmo a chover, partilhando com os mesmos as dificuldades porque passavam. Este tipo de governação é que Luanda precisa e esperamos que outros sigam o exemplo com vista à uma Luanda e um país melhor e mais justo.

## 5.6 Administração é ampliada para preparar as autarquias

*Jornal de Angola*  
17 de Janeiro de 2012

O Executivo vai criar, ainda este ano, o Campus do Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) para melhor aproveitar das parcerias e acordos científicos e contribuir para a preparação dos governadores, vice-governadores, administradores municipais, comunais e adjuntos.

A revelação foi feita, ontem, pelo ministro da Administração local do Território na abertura do ano de formação do- 2012 do IFAL. Bornito de Sousa disse que a ampliação da instituição tem a ver com a preparação das autarquias locais.

Além de ampliar as estruturas físicas da instituição, afirmou, uma das novidades é a introdução do curso de gestão e administração autárquica que tem como principal objectivo preparar os candidatos locais para a participação e bom exercício no quadro das eleições locais. O ministro elogiou as várias parcerias existentes com o centro de pesquisas de governação local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, com quem estão a ser organizados cursos de pós-graduação em

administração e governação local e o curso de mestrado em governação e gestão pública.

Além disso, há parcerias com outras instituições, como a Agência Espanhola de Cooperação, com quem também são organizados cursos de formação de instrutores.

O objectivo, referiu, é aumentar a cobertura na área da formação de quadro regionais e locais e promover o ensino regular, designadamente o curso médio de administração local e autárquica.

## 5.7 Especialistas portugueses formam administradores

*Jornal de Angola*  
18 de Janeiro de 2012

Administradores municipais de Luanda vão receber formação de especialistas portugueses, à luz da nova divisão administrativa, disse ontem o governador da província, Bento Bento, no final de uma audiência que concedeu ao presidente da Associação das Municipalidades de Portugal, Fernando Cruz.

Bento Bento disse que a cidade de Luanda está a viver um período de reorganização administrativa que termina em Junho e “alguns serviços que eram de responsabilidade do governo vão passar a ser feitos pelas administrações municipais. Por isso, por orientação do Ministério da Administração do Território, os administradores vão ser formados”.

Bento Bento disse que Luanda foi construída para albergar uma população de apenas um milhão, mas hoje tem quase oito milhões de pessoas, com os municípios do Cazenga e de Viana como os mais populosos. Fernando Cruz, que está na presidência da Associação há 22 anos, disse que Angola deve aplicar um planeamento próprio e não precisa copiar de outros países. “Aplicar o modelo de Portugal em Angola é um erro, porque cada país tem as suas especificidades, geograficamente são todos diferentes”, alertou, para dar um exemplo. “Há países que possuem as suas cidades mais próximas umas das outras, com o número de habitantes inferior a outras, enquanto outros países têm cidades com 500 quilómetros de distância.”

O presidente da Associação das Municipalidades de Portugal, que esteve acompanhado pelo seu secretário-geral, Artur Piedade, disse que Angola tem condições para iniciar um processo de descentralização e, em sete anos, concluir com êxito, para que os cidadãos tenham uma melhor qualidade de vida.

“Portugal precisou de 25 anos para que hoje ao nível de abastecimento de água potável, das distribuições de electricidade, escolas, redes sanitárias, estarmos acima da média e prestarmos um bom serviço”, disse.

## 5.8 Quadros de comissão administrativa tomam posse

*Jornal de Angola*  
20 de Janeiro de 2012

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda pediu ontem aos quadros da instituição responsabilidade e espírito de entrega e dedicação ao trabalho, “no sentido de se tornar a circunscrição territorial boa para nascer, viver e prosperar”.

José Tavares Ferreira, que falava na cerimónia de tomada de posse dos responsáveis da Comissão Administrativa, realçou que a nova missão exige sacrifícios, dedicação, abnegação, coragem e lealdade.

José Tavares Ferreira afirmou que a organização da circunscrição impõe a conjugação de esforços e solicitou criatividade e trabalho permanente, devendo os quadros pautarem-se pela ética do bem servir.

Foram empossados Luís Filipe Pinto Furtado de Carvalho, assessor de Gestão Urbana, António Manuel Fiel, assessor de acompanhamento dos distritos urbanos e desenvolvimento local, Tadeu de Almeida Coelho Fortes, assessor administrativo, político e social, Sayonara Djamiá Guise Martins, secretária do gabinete do presidente, e Domingos João Lourenço, secretário municipal da cidade de Luanda:

No cargo de directora do Gabinete do presidente da Comissão Administrativa Municipal de Luanda tomou posse Naulila Masisa Fernandes André e no de directora adjunta do mesmo gabinete Noelma Soares da Cunha. Na chefia do Gabinete de Estudos e Planeamento tomou posse João Miguel Venâncio da Silva, do Gabinete de Fiscalização e Inspecção, Nazaré Francisco Campos Alexandre, e do Gabinete de Comunicação e Imagem, João Dombaxi Sebastião.

Joana Mateus Sousa Neto tomou posse no cargo de directora da repartição de Educação, Saúde, Afra Marina Castelo Baltazar João, Registos, Organização do Território e Modernização administrativa, José Etelvino do Espírito Santo, e Gestão Urbanística, Construção e Habitação, Josina Maria da Costa Martins.

Na repartição municipal dos Serviços Comunitários tomou posse como director Gabriel Nongo Likita,

no Ambiente, Energia e Aguas, Manuel António da Costa, e na repartição municipal do Comércio, Paulo Domingos Sebastião.

Como director da repartição municipal da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas foi empossado Frederico Laurindo.

Edilson Saede Moreira é o director da repartição municipal de Tráfego e Mobilidade, Maria Antónia dos Santos Luís, da Acção Social, e Juvenal Santos da Costa da repartição do Turismo, Transportes e Serviços.

Os chefes de secção também tomaram posse, Amélia Augusto João, Recursos Humanos e Sistemas de Informação, Esmeralda Henda Flávio Tavares, Família e Promoção da Mulher, Pedro Prazeres Gaspar dos Santos Cardoso, Logística e Património, Bruno Luvovicueno Dissidi, Assessoria Jurídica, Cláudio César Ribeiro de Oliveira, Administração e Protocolo, e Luís Diogo do Nascimento, Documentação e Imagem.

O município de Luanda é constituído pelos distritos do Sambizanga, Kilamba Kiaxi, Samba, Maianga e Ingombota.

A província de Luanda é actualmente composta por sete municípios, nomeadamente, Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Belas, !colo e Bengo e Kissama..

## 5.10 Portugal apoia censo populacional em Angola

*Jornal O PAÍS*

*20 de Janeiro de 2012*

A República de Portugal disponibilizou -se a ajudar Angola na realização do censo populacional a realizar-se no próximo ano, uma intenção manifestada por Miguel Relvas, ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares de Portugal que terminou nesta Sexta -feira uma visita de cinco dias a Angola.

Para materialização desta intenção segue nos próximos dias a Portugal uma equipa técnica do Instituto Nacional de Estatística para analisar com técnicos portugueses aspectos práticos para cooperação nos trabalhos de preparação do censo populacional e habitacional no país. Anunciou a titular da pasta do Planeamento. Ana Dias Lourenço, em declarações a imprensa. Referindo-se ao encontro que manteve com Miguel Relvas, a ministra do Planeamento disse a imprensa que o encontro serviu para analisar de forma pragmática como ambos países podem obter mais valias e otimizar a colaboração que existe entre os dois institutos de estatística.

Para o segundo homem na hierarquia do Executivo português a parceria, centra-se na troca de conhecimento recíproco entre técnicos portugueses e angolanos. “Temos boas oportunidades para trabalharmos em conjunto, aprender com os angolanos uma nova realidade, uma nova visão e para também transmitir a nossa experiência”o do desporto, Portugal, disponibilizou os centros de treinamento de alto rendimento para acolher o estágio de preparação da delegação angolana que ira participar nos jogos olímpicos de Londres, Inglaterra, garantiu Miguel Relvas, num outro encontro com o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba. Na audiência concedida ao governante português, ficou ainda acordada a realização de um torneio de futebol, com participação das três melhores equipas angolanas e portuguesas, e seus melhores jogadores, no mês de Maio, em Luanda, além de acordarem cooperar na área da formação de lideres juvenis.

## 5.11 Portugal disposto a ajudar Angola na implementação do poder local

*Jornal Semanário Factual*

*23 à 30 de Janeiro de 2012*

O ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares Portugueses, Miguel Relvas, manifestou, quarta feira, 18, em Luanda, a disponibilidade de Portugal, a fim de ajudar Angola no processo de implementação do poder. Miguel Relvas participou numa conferência internacional denominada “O Poder Local na Organização do Estado”, uma iniciativa conjunta da News Hold, dos jornais Sol e Expansão.

O governante português, que realizou uma visita de trabalho de cinco dias a Angola, com uma agenda recheada de encontros, lembrou aos participantes que o poder local “é a consolidação final da democracia” nos países. “Não há verdadeira consolidação da democracia sem que o poder local tenha papel significativo, desde logo, pela proximidade que tem com as pessoas, a proximidade que tem com os problemas, a capacidade que tem de transformar problemas em soluções e a capacidade que tem de ultrapassar obstáculos”, referiu.

Segundo o mesmo, Portugal tem mais de 30 anos de experiência sobre o poder da administração local, podendo, através do que fez “de bom e de mal”, evitar que Angola cometa erros neste processo.

“É esta lição e experiência que podemos dar a Angola, sobre aquilo que foram os últimos 37 anos em democracia em Portugal, por parte da administração local”, disse, reiterando que os portugueses querem que os angolanos “sigam outro caminho”.



O ministro português defendeu, igualmente, que a administração local vai ter papel determinante no desenvolvimento de Angola, salientando ser o “clique” necessário para que o país cresça.

“Porque vai passar a ter uma visão de Angola no seu todo. Hoje, ainda é uma visão global com muitas nuvens; ainda há muito território de Angola que não está ocupado; os angolanos têm dificuldade de saber quantos são e como estão”, afirmou. O ministro angolano da Administração do Território, Bornito de Sousa, apresentou o historial do poder local em Angola, reconhecendo que, nos tempos actuais, “não se consegue um Estado Democrático que não contemple a consagração constitucional da descentralização em menor ou maior grau”.

“Angola caminha, decididamente, para a materialização da descentralização prevista na Constituição e tem horizonte temporal para o início da criação das autarquias locais, nomeadamente com a eleição dos órgãos locais, incluindo autarcas e representantes e órgãos executivos locais”, afirmou Bornito de Sousa.

## 5.12 Bairros de Luanda ordenados e urbanizados

*Jornal de Angola*

*25 de Janeiro de 2012*

No aniversário de Luanda quisermos saber em que situação está a reconversão urbanística dos bairros. Cazenga, Sambizanga e Rangel vão ganhar uma nova imagem nos próximos anos. O director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana dos Municípios, Bento Soito, diz que o projecto está a ser executado desde o ano passado pelo Executivo, com o objectivo de urbanizar as áreas e garantir conforto aos moradores. Nesta fase estão a ser implantadas as infra-estruturas técnicas, para posteriormente começar a construção de dois mil fogos e de equipamentos sociais como escolas, hospitais, bibliotecas, áreas de lazer, espaços verdes, culturais e desportivos. A mudança é completa!

*Jornal de Angola – Depois da reconversão do Cazenga, Sambizanga e Rangel os constantes problemas de abastecimento de água e energia, de saneamento básico e acessibilidades ficam definitivamente resolvidos?*

Bento Soito – Quando falamos de reconversão, estamos a falar de uma mudança completa da situação actual. Estamos a falar de uma área completamente degradada, sem quaisquer infra-estruturas, em que é preciso mudar completamente o cenário, implantando novas infra-estruturas como redes técnicas de abastecimento de água, energia, saneamento básico, drenagem, comunicações. E equipamentos sociais como escolas, hospitais, bibliotecas, áreas desportivas e culturais, espaços verdes.

Tudo aquilo que no fundo conforma uma cidade.

JA – *As obras no bairro do Sambizanga estão executadas a 80 por cento. O que já foi feito até ao momento?*

BS – Tudo o que tem a ver com redes de abastecimento de água, energia, telecomunicações, drenagem, saneamento, rede viária e os loteamentos. Isto é que já foi feito a 80 por cento e nas áreas definidas para a primeira fase. E preciso perceber que se vai intervir sobre a área completa de uma só vez. É uma intervenção gradual e por sectores. Falta iniciar as obras de construção dos edifícios habitacionais e dos equipamentos sociais.

JA – *Quantos edifícios são construídos no Sambizanga?*

BS – Não vou falar no número de edifícios, mas no número de fogos. Sambizanga, Rangel e Cazenga têm à volta de dois mil fogos cada um, nesta primeira fase.

JA – *Em quantas fases é executado o projecto?*

BS – O número de fases vai depender do programa de execução do processo de reconversão. Aquilo que o programa sugerir e em função também da disponibilidade financeira para a execução das fases é que dita o número. Porque em determinada altura, se definirmos uma área, qualquer que ela seja, e o investimento necessário para cobrir essa área não for suficiente, temos que reparti-la em duas ou três partes. Se esta área antes estava definida como uma só fase, vai acabar por constituir mais duas ou três fases. Tudo depende do plano e da disponibilidade financeira que o programa tiver para a sua execução.

JA – *Com quantos fogos fica Cada área depois da reconversão?*

BS – Estamos na fase final de contratação da empresa Urbana de Singapura, que é a responsável pela reconversão urbana de Singapura, um dos exemplos de maior sucesso a nível mundial. Esta empresa vai trabalhar connosco na elaboração do plano director, na definição das infra-estruturas e no modelo de gestão e de desenvolvimento do processo de reconversão. Após a elaboração do plano director, que pensamos iniciar em Fevereiro, temos dimensionado o número de fogos e de densidade habitacional dos três municípios. Não queremos avançar agora uma estimativa que depois venha a desajustar-se.

JA – *Como decorrem as obras no Cazenga?*

BS – Estão a 40 ou a 45 da sua execução, porque a área definida para a primeira fase do Cazenga é superior a do Sambizanga.

Essa diferença de área acaba por determinar a diferença no plano do executivo. Portanto quanto menor é a área mais rápida se consegue cobrir a execução. Falta agregar as escolas, hospitais, bibliotecas, áreas verdes, as habitações.

JA – *Quando é que as obras de reconversão terminam?*

BS – Até a fase conclusiva, provavelmente nem eu estarei a dirigir o projecto. Porque reconverter o Cazenga e

Sambizanga no seu todo, incluindo o Rangel, pode levar, no mínimo dez anos. A primeira fase começou no ano passado e tem a previsão de conclusão em 2013. vamos ver como decorrem as fases seguintes. Onde pudermos acelerar o processo de reconversão vamos fazê-lo.

JA – *A medida que decorrem os trabalhos são identificadas novas áreas?*

BS – Temos vindo a identificar novas áreas para reconverter. Por exemplo, os eixos principais que atravessam os três municípios, como a Rua dos Comandos, a Ngola Kiluange, a Via Expressa Cacuaco-Kifangondo, a 7ª avenida, a Estrada de Catete a Via Expressa de Luanda.

JA – *A reconversão vai implicar a transferência de famílias, enquanto decorrem as obras. Como decorrem esse processo?*

BS – As habitações sociais que forem construídas na primeira fase vão servir para acolher a população das áreas adjacentes, onde posteriormente se vai intervir. Construímos num sítio, transferimos para lá a população e assim sucessivamente. Cada vez que fizermos essas intervenções vamos certamente ganhar quase o dobro da área previamente definida, porque a maior parte da construção das habitações vai ser em altura.

JA – *A população desses bairros está sensibilizada?*

BS – Estamos a sensibilizá-la. Até agora não temos encontrado dificuldades, embora seja a fase mais delicada. Primeiro porque é o princípio. Segundo, porque a maior parte da população a ser realojada, ainda não está no local da primeira fase, onde decorrem as obras.

JA – *Onde é feito o realojamento da população?*

BS – O realojamento está a ser feito porque é necessário implantar as infra-estruturas. E preciso abrir vias, implantar condutas de água, colectores de esgotos, redes técnicas de electricidade e outras. Onde temos que fazer obras para lançar essas infra-estruturas, somos obrigados a realojar a população e deslocá-la para o Zango ou para a Sapú.

JA – *Esses moradores retornam à sua zona de origem?*

BS – Sim. Quando construirmos as habitações. Mas só vai retomar quem é proprietário da casa principal. Os que vivem nos anexos não.

JA – *Qual tem sido a reacção desses moradores?*

BS – Temos uma equipa do Departamento Social, que faz o registo sensibilização e explica a todos o projecto. No início há sempre uma resistência, porque as pessoas ficam muito agarradas à casa. Não é fácil desfazerem-se dela de um momento para o outro. Mas depois acabam por compreenderem colaboram. Estamos a preparar mecanismos que vão permitir ao município interagir permanentemente connosco, aperceber-se das fases de exe-

cução de todo o processo de reconversão, e contribuir no processo, definindo connosco o tipo de equipamentos sociais que deve ser implantado.

JA – *Houve uma consulta pública, antes da execução do projecto?*

BS – No Cazenga e no Sambizanga fizemos um referendo em toda a área adjacente à primeira fase para sabermos quais os equipamentos sociais que a população queria que fossem implantados. Obtivemos os dados e passámo-los ao projectista. Isto vai ser contínuo e abrangente.

JA – *Estão a usar os meios de comunicação?*

BS – Vamos também usar os Media e a Internet, através do site do Gabinete Técnico de Reconversão, para que todos os angolanos e até amigos de Angola, mesmo fora do país, possam aceder e obter informações sobre o processo, dar contribuições e, naqueles momentos em que eventualmente não tenhamos verbas para fazer tudo, definir connosco as prioridades. Queremos que levem o projecto às costas connosco, de forma que o produto final seja algo que espelhe a vontade colectiva.

JA – *O referendo realizado revelou o essencial da vontade dos municípios?*

BS – Revelou-nos que pretendem no município infra-estruturas básicas. Que não querem ter problemas com a drenagem, energia e água. Que querem espaços culturais e áreas de lazer, onde possam conviver e praticar desporto. Querem aquilo que no fundo é o normal numa área urbana, confortável e digna para viver.

JA – *Porque razão o Rangel foi integrado mais tarde no projecto de reconversão?*

BS – Quando começamos a trabalhar no Cazenga e no Sambizanga percebemos que o Rangel era uma área que estava enclausurada entre os dois bairros. Logo, não fazia sentido proceder à reconversão do Cazenga e do Sambizanga, e deixar o Rangel, que também é uma zona degradada. Então sugerimos que se incluísse o Rangel no plano de reconversão. Mesmo do ponto de vista do planeamento, era muito difícil deixar o Rangel, visto que ele está entre o Cazenga e o Sambizanga.

JA – *O que já foi feito no bairro Rangel?*

BS – Nada. Porque, como disse, só muito mais tarde percebemos que era necessário incluí-lo no plano de reconversão. Quando o Gabinete Técnico arrancou já estavam definidas as primeiras fases do processo de reconversão. Estamos a programar o seu planeamento em simultâneo com a elaboração do plano director.

JA – *O projecto de reconversão do Rangel é similar ao do Cazenga e do Sambizanga?*

BS – É também uma reconversão. Mas não significa que

o tipo de casa no Rangel seja igual ao do Cazenga. Em termos de infra-estruturas, o que é padrão vai ser igual. O plano director define as linhas mestras e as matrizes. Os planos de pormenor elaborados à medida que o projecto se for desenvolvendo, têm cada um a sua estética, a sua forma de expressão urbanística e técnica, para não tornar a cidade monótona.

Queremos diferenciar cada área e ter o prazer de encontrar em cada município uma peça arquitectónica diferente da outra.

JA – *Quanto é que o Executivo vai gastar com o projecto de reconversão?*

BS – Este é um projecto muito oneroso, que ainda nem sequer está dimensionado, nem completamente elaborado. O plano director vai ser elaborado a partir de Fevereiro e as infra-estruturas são implantadas, tendo em conta o plano. Não sabemos ainda se vão ser implantadas redes viárias ao nível do solo ou ao nível aéreo. Não sabemos que obstáculos vamos encontrar na abertura das redes técnicas. Do ponto de vista técnico e estético, quanto mais elaborado, mais oneroso fica o projecto. Por isso, não sabemos quanto é que o projecto de reconversão vai custar ao Executivo. Não temos condições de o fazer agora, nem tão cedo.

JA – *Os custos da primeira fase estão() previstos?*

BS – Na primeira fase, podemos falar em mais de cem milhões de dólares para cada área. Mas não sabemos ainda quanto é que o projecto vai custar na sua totalidade.

JA – *Que obstáculos têm encontrad, o nesta primeira fase?*

BS – As vezes temos que deitar abaixo alguns equipamentos como fábricas ou empreendimentos privados de grande valia, habitações de nível médio e alto. No Cazenga temos que remover o centro emissor, que está justamente na área de implantação da primeira fase.

JA – *Quanto tempo vai levar a remoção do centro emissor?*

BS – Esse trabalho pode levar um ano. Porque não podemos simplesmente desmontar e montar noutra sítio. Primeiro tem que se montar outro para poder desactivar este, porque não podemos interromper o sinal durante meses. São acções que levam o seu tempo, e que para nós constituem um obstáculo. O nosso desafio é encontrar soluções para todos esses obstáculos.

JA – *Esta situação torna mais longo o prazo de execução das Obras previstas?*

BS – Sim. Porque se estamos a contar executar as obras em dois anos e acabamos por executar em dois anos e meio ou três, devido a um obstáculo que não estava previsto, o prazo também alarga.

### 5.13 Nova divisão administrativa dá solução aos principais problemas dos cidadãos

*Jornal de Angola*

*26 de Janeiro de 2012*

A nova divisão política e administrativa em vigor na província de Luanda visa dar maior celeridade à resolução dos principais problemas que afectam os cidadãos, disse, na terça-feira, o vice-governador provincial para a Área de Organização Administrativa, Graciano Domingos. Graciano Domingos, que falava no quadro das celebrações dos 436 anos da cidade, assinalados ontem, reforçou que é objectivo do Governo reduzir a extensão dos municípios para tomar célere a resolução dos problemas, aproximar mais os serviços aos cidadãos e, gradualmente, transformá-los em autarquias locais, onde os habitantes têm a oportunidade de escolher os seus próprios governantes.

O vice Graciano Domingos referiu que, à excepção da nova urbanização do Kilamba, a actual divisão político-administrativa já existia no tempo colonial, subdividida, em Agosto de 1975, em 20 zonas, que vigorou até 1980. Por razões de proximidade, as localidades da Quissama e de Icolo e Bengo foram integradas na província, de Luanda, de modo a beneficiarem de maior apoio do Governo central. “Antes da actual divisão, havia uma certa confusão sobre a localização da capital da província e do país, facto que, doravante, fica ultrapassado com a clarificação da questão”, disse o vice-governador. De acordo com a nova divisão política e administrativa, a província de Luanda conta com sete municípios, nomeadamente, Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Quissama, Luanda e Viana. Devido à sua extensão e complexidade, o município de Luanda passa a ter um estatuto especial.

Neste contexto, tem uma comissão administrativa dirigida por um presidente, que é coadjuvado por dois vice-presidentes para as áreas políticas e económicas. Administrativamente, o município de Luanda passa a ser autónomo, à semelhança do que acontece com as urbanizações de Kilamba e Talatona, que dependem directamente do governador da província, apesar de as duas áreas zonas estarem integradas ao município de Belas. Os municípios extintos passam a ser distritos urbanos.

#### Capital da cidade e do país

O vice-governador para a Organização Administrativa explicou que Luanda passa a ter também o estatuto de capital da cidade, pelo facto de a sede do Governo da Província de Luanda (GPL) se situar no seu espaço geográfico, sendo simultaneamente capital do país.

Graciano Domingos admitiu que, se as instalações do GPL funcionarem num outro município, a capital do país é transferida para este local.

Em relação à divisão dos distritos, evitou entrar em pormenores “porque ainda estão a ser produzidos diplomas para os regular”, mas acredita que, pela grandiosidade, os municípios do Cazenga e de Viana venham a ser subdivididos.

“Até ao mês de Junho, vão ser já nomeados e empossados todos os responsáveis da cidade de Luanda, para, posteriormente, se dar sequência nas outras centralidades que têm estatutos iguais aos da capital”, avançou. Ao GPL, afirmou, compete velar por questões de âmbito provincial, enquanto o município trata apenas de questões locais, assim como os distritos urbanos.

#### 5.14 Municípios do Cazenga e Viana podem ser subdivididos

*Novo Jornal*

*27 de Janeiro de 2012*

A nova divisão administrativa de Luanda visa dar maior celeridade à resolução dos principais problemas dos cidadãos, sublinhou o vice-governador provincial de Luanda para a Área Política e Administrativa, Graciano Domingos, que presidiu à palestra sobre o tema “Nova Divisão Política e Administrativa de Luanda, admitindo que no futuro possam vir a ser feitas mais alterações.

A palestra, que teve lugar terça-feira, enquadra-se nas festividades dos 436 anos da cidade, assinalados no dia 25 de Janeiro.

Segundo Graciano Domingos, com excepção da nova centralidade do Kilamba, a actual divisão político administrativa já existia no tempo colonial, subdividida em Agosto de 1975, em 20 zonas e que vigorou até 1980, com a existência, naquela altura de uns distritos mais desenvolvidos do que os outros, assim como regedorias. “Por razões de proximidade, as localidades da Quissama e do Icolo e Bengo foram anexadas a Luanda, por forma a beneficiarem de maior e melhor atenção do Governo”, afirmou, acrescentando que, antes da actual divisão, havia uma certa confusão sobre a localização da capital da província e do país, facto que doravante fica ultrapassado com a clarificação da questão”.

O vice-governador provincial para a Área Política e Administrativa explicou também que pelo facto da sede do governo provincial se situar na cidade de Luanda esta é, ao mesmo tempo, a capital do país e da cidade.”Se porventura, as instalações do GPL funcionarem noutra

município, a capital do país será transferida para esse local”, especificou, admitindo que, pela sua extensão, os municípios do Cazenga e de Viana poderão ser subdivididos.

Para a cidade de Luanda, pela sua extensão e complexidade, foi nomeado um presidente da comissão administrativa, que será coadjuvado por dois vice-presidentes, um para a área política e outro para a área económica e será administrativamente autónoma, à semelhança do que acontece com Ta loto na e Kilamba, apesar de estarem dentro do município de Belas.

“Os municípios extintos passam a denominar-se distritos urbanos”, clarificou.

#### 5.15 Reforma administrativa devolve gestão municipal a luanda

*Jornal o país*

*27 de Janeiro de 2012*

A alteração da política administrativa de Luanda, actualmente em curso, visa essencialmente o relançamento da vocação da gestão municipal da cidade de Luanda, assegurou o vice governador para a área Administrativa e Modernização, Graciano Domingos.

Ele explica que o objectivo passa por restituir à cidade uma instituição que se ocupe somente da gestão da cidade de Luanda, além de outra que se ocupe da província, tendo em conta que a gestão de uma cidade envolve competências técnicas que necessitam de aprimoramento.

“Com a alteração que se verificou, Luanda vai poder formar quadros que vão contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida” destacou o governante.

Afirmou que Luanda é na actualidade uma cidade em franco progresso e competitiva em termos de investimentos. Progresso que espera que continue, sublinhando, para tal, que quando as cidades investem na saúde, saneamento, infra-estruturas e noutras áreas de serviços, tornam-se atractivas para o mundo e, consequentemente, para o investimento.

“Penso que Luanda deve continuar a melhorar a prestação de serviços nestes domínios para que seja uma cidade boa para se viver” disse Graciano Domingos, garantido, de seguida, que em parte a reforma surgiu como resposta a este desafio.

No que se refere às novas centralidades, explica que estas surgem acompanhadas de reformas políticas e administrativas, mas para o caso de Luanda, por exemplo, não se verificou uma procedência de alteração política, razão

porque se teve de criar uma administração específica, conferindo-lhes autonomia do resto das administrações municipais. As cidades do Kilamba e Talatona, por exemplo, possuem gestão autónoma em relação ao município de Belas, onde se encontram situados

Na verdade, de acordo com a explanação do vice-governador, trata-se de medidas que estão mais próximas da criação das autarquias locais. E avançou que as primeiras eleições autárquicas deverão acontecer em 2014, conforme data indicativa saída no último Conselho da República. “Cidades que serão geridas de forma própria, com recursos próprios, com autonomias administrativa, patrimonial e financeira”, sublinhou.

Anunciou para breve a nomeação dos dois vice-presidentes da Comissão Administrativa Municipal de Luanda (CAML), bem como dos administradores dos distritos urbanos da capital. Avançou também o prazo de seis meses como o horizonte temporal para a conclusão das reformas em curso, principalmente a CAML.

Reforma administrativa poderá encurtar províncias  
No futuro, Angola tenderá para uma política administrativa que tornará as províncias territorialmente mais reduzidas, o mesmo será extensivo aos municípios, revelou Graciano Domingos.

Referiu que em termos territoriais, “Províncias muito extensas apresentam maiores dificuldades em termos de administração”, sublinhando para tal um exemplo: “isto é do domínio público, anualmente, em termos de OGE, a média destinada a cada província ronda os 25 a 26 milhões. Se tivermos por exemplo a província do Kuando-Kubango, ou a do Moxico, divididas em mais três províncias, ou mais quatro, vamos ter cada uma destas a receber 20 milhões para poder investir.

O Kuando-Kubango que tem um território vasto recebe em termos de recursos o mesmo que a província do Kuanza Norte”

Esta opção, que poderá vir a ser adoptada, vem em resposta à necessidade de a administração pública estar mais voltada para a administração de pessoas, até porque uma das principais tarefas do executivo visa governar para gerar bem-estar às pessoas.

a vice de Luanda particularizou a questão dos municípios cuja redução só deverá acontecer caso tenham força económica. No território em causa deverá ser desenvolvida actividade económica, geradora de receitas, que impulsionem o desenvolvimento destas localidades.

### Visão mercantil na gestão do lixo

No tocante ao saneamento básico, afirmou que a equação foi encontrada tendo em conta que os modelos já estão devidamente definidos, faltando apenas a respectiva implementação. “Por exemplo, no domínio do saneamento há um plano director da província de Luanda, sobretudo na drenagem das águas pluviais, em que estão identificados os principais canais de drenagem natural das águas, bem como para o saneamento interno estão identificadas as áreas onde serão construídos os novos colectores, tendo em conta o aumento da densidade e ocupação para a construção”.

Não obstante, reconhece que a escassez de recursos poderá constituir um obstáculo à materialização destes objectivos. Porém, “os programas já foram concebidos, além de as áreas afectadas também já estarem ma peadas ou identificadas”, avançou.

A executivo de Luanda, na sua estratégia, identificou quatro eixos de actuação, em que os primeiro e segundo correspondem às zonas urbanizadas, enquanto os restantes correspondem às periferias da cidade, onde a circulação de camiões de recolha de lixo não é possível, tendo em conta o desordenamento nas construções, sendo que populações aí residentes devem transportar o lixo para locais acessíveis ao carro de recolha.

a sucesso desta estratégia, em principio, passa pelo investimento na reciclagem de latas de gasosa, papel e garrafas, disse, o vice-governador, que entende que a população, ao ter esta visão, passará a recolher para comercializar o lixo reciclável, acabando por contribuir para eliminar os amontoados que existem.

Esta nova visão mercantil do lixo é uma medida que o GPL defende que seja incorporada num futuro próximo, tendo em conta que poderá gerar efeitos positivos e, sobretudo, emprego, ou rendimentos para as pessoas.

## 5.16 Portugal apoia censo populacional em Angola

*Jornal O PAÍS*  
20 de Janeiro de 2012

A República de Portugal disponibilizou -se a ajudar Angola na realização do censo populacional a realizar-se no próximo ano, uma intenção manifestada por Miguel Relvas, ministro-adjunto dos Assuntos Parlamentares de Portugal que terminou nesta Sexta -feira uma visita de cinco dias a Angola.

Para materialização desta intenção segue nos próximos dias a Portugal uma equipa técnica do Instituto Nacional

de Estatística para analisar com técnicos portugueses aspectos práticos para cooperação nos trabalhos de preparação do censo populacional e habitacional no país. Anunciou a titular da pasta do Planeamento, Ana Dias Lourenço, em declarações a imprensa. Referindo-se ao encontro que manteve com Miguel Relvas, a ministra do Planeamento disse a imprensa que o encontro serviu para analisar de forma pragmática como ambos países podem obter mais valias e otimizar a colaboração que existe entre os dois institutos de estatística.

Para o segundo homem na hierarquia do Executivo português a parceria, centra-se na troca de conhecimento recíproco entre técnicos portugueses e angolanos. “Temos boas oportunidades para trabalharmos em conjunto, aprender com os angolanos uma nova realidade, uma nova visão e para também transmitir a nossa experiência” do desporto, Portugal, disponibilizou os centros de treinamento de alto rendimento para acolher o estágio de preparação da delegação angolana que irá participar nos jogos olímpicos de Londres, Inglaterra, garantiu Miguel Relvas, num outro encontro com o ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba. Na audiência concedida ao governante português, ficou ainda acordada a realização de um torneio de futebol, com participação das três melhores equipas angolanas e portuguesas, e seus melhores jogadores, no mês de Maio, em Luanda, além de acordarem cooperar na área da formação de líderes juvenis.

## 6 URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Sector do urbanismo garante continuidade com novas iniciativas

*Jornal de Economia e Finanças*  
03 de Janeiro de 2012

O Executivo angolano vai construir, a partir deste mês, oito novas centralidades nas províncias do Bengo, Zaire, Malanje, Kuando-Kubango, Namibe, Benguela, Huíla e Lunda-Sul na perspectiva de diminuir o défice habitacional no país.

A informação foi avançada pelo ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, quando falava na habitual cerimónia de cumprimentos de final-de-ano.

O governante frisou que o Executivo aprovou vários instrumentos legais para facilitar o acesso dos cidadãos ao crédito habitacional e a normalidade dos procedimentos para quem pretenda ter casa própria.

Assim, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, está em curso a construção de mais 300 mil casas sociais em todo o país, materializando desta forma o compromisso que o Executivo assumiu na criação de casas condignas.

“Está em fase adiantada, com a intervenção directa das administrações locais, a preparação de condições para a construção de 200 fogos por municípios, o que eleva claramente o nível de execução dos projectos, no quadro do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação”, disse. Para a implementação deste projecto, o ministro convidou os parceiros a participarem na construção de infra-estruturas e habitações de diferentes tipologias previstas para estas centralidades e, deste modo, permitir-se o aumento de fogos. Já no âmbito da parceria público-privado, está em curso a construção de 100 mil fogos habitacionais em projectos sob a responsabilidade de execução da Sonip e da Kora Angola.

“O Executivo reafirma o seu compromisso com a habitação social, mas intervêm, igualmente, na habitação da renda média, em defesa da dignidade desta classe, nem sempre beneficiada pelas opções já feitas”, refere.

Por outro lado, Fernando da Fonseca anunciou que o Fundo de Fomento Habitacional começa a vigorar este mês, com base num protocolo de garantia financeira, no qual intervêm nove bancos comerciais que operam em Angola. O Fundo de Fomento Habitacional assegura 80 por cento do valor do imóvel, exercendo o papel de intermediação dos interesses em presença, finalizou o ministro.

#### Cidade do Kilamba

A Nova Cidade do Kilamba surge de uma parceria público-privada e abrange a edificação de vinte mil apartamentos espaçosos dos tipos T2, T3 e T4, 24 creches e Jardins infantis, nove escolas primárias e oito secundárias, parques de estacionamento, paragens para transportes públicos e lojas.

Consta igualmente do projecto, a construção de arruamentos com sistema de esgoto e drenagem residual, redes de água e telecomunicações, estação para tratamento das águas residuais com capacidade para 35 mil metros cúbicos/dia e subestações de energia para abastecer todo o quarteirão. Está, igualmente, prevista a criação de uma estação para tratamento de água potável e redes de distribuição de electricidade, postos de combustível, esquadras policiais, quartéis de bombeiros, igrejas, cemitérios, instituições financeiras, centros de saúde e museu.

Na centralidade, oito blocos com 218 novos edifícios estarão concluídos até Dezembro deste ano, isto já no âmbito da segunda fase da implementação do projecto, em curso desde o início de 2007. Desta fase, serão, igualmente, entregues às autoridades angolanas oito jardins-de-infância e seis escolas entre primárias e secundárias.

#### Centralidade do Dundo

Cerca de 20 mil apartamentos estão a ser erguidos em quatro fases distintas e vão compor a nova centralidade do Dundo, província da Lunda-Norte, cujo projecto está a ser implementado pela empreiteira chinesa PAN China, sob a fiscalização da TPF.

Numa primeira fase, iniciada em finais de 2009 e com término previsto para Setembro de 2012, estão a ser erguidos 419 edifícios, compostos por cinco mil e quatro apartamentos, além de um hospital para 95 camas, uma creche com 24 salas e uma escola para mil e trezentos alunos.

Fazendo uma estimativa de cada apartamento albergar cinco pessoas, disse que nesta primeira fase poderão beneficiar directamente do projecto cerca de 30 mil cidadãos angolanos, maioritariamente jovens.

Nos edifícios de cinco pisos há apartamentos de T5, com 150 metros quadrados; nos outros, temos apartamentos T4 com 140 metros quadrados.

O trabalho envolve 2.375 chineses e cerca de 1.900 angolanos, alguns dos quais já ocupam cargos de destaque, como operadores de máquinas e soldados, entre outros.

## Cacuaco

Na centralidade de Cacuaco, que ocupa uma área de 1.718.881 metros quadrados, além de habitações, serão, igualmente, edificadas zonas de serviços, comércio, restauração, equipamentos sociais, de turismo, infra-estrutura urbana, indústria, armazéns e infra-estruturas rodoviárias, entre outras. Com quatro fases de entrega dos 426 edifícios ao proprietário, SONIP Sonangol Imobiliária e Propriedades Lda., a conclusão da primeira está prevista para Dezembro próximo. As obras da nova centralidade de Cacuaco terminam em 2012 e estão orçadas em 855 milhões de dólares americanos. A mesma albergará mais de 60 mil famílias.

## 6.2 Bancos sem fundo

*Novo jornal*

*06 de Janeiro de 2012*

Os bancos comerciais que assinaram o acordo com o Fundo de Fomento de Garantia Habitacional para que este funcionasse como avalista para os interessados em comprar uma casa social, recorrendo ao crédito bancário, ainda não estão a implementar o mecanismo que poderia facilitar a vida de muitos angolanos.

O programa de crédito para compra de habitação deveria arrancar este mês, mas até agora os bancos comerciais não têm os mecanismos criados e estão com dificuldades em dar resposta às solicitações dos potenciais compradores.

O acordo assinado em Novembro do ano passado, com o Ministério das Finanças, estabelece que o Fundo pode assegurar até 80% do valor do imóvel em regime bonificado e os restantes 20% ficam com as taxas de juros praticadas no mercado. Estipula ainda que os oito bancos, que subscreveram o protocolo, nomeadamente, BPC, BAI, BFA, BCI, BPA, Sol, BNI e Keve, recebam às candidaturas dos interessados.

“O cliente deve dirigir-se ao seu banco e candidatar-se. O banco, por sua vez, apresenta a candidatura ao Fundo de Fomento de Garantia Habitacional, que tem a missão de intermediar a relação entre os bancos comerciais e os credores habitacionais”, disse Carlos Panzo presidente do Fundo aquando da assinatura do acordo entre a sua instituição e os bancos signatários.

A verdade é que passados mais de um mês os bancos comerciais não estão a implementar o acordo e em alguns casos os funcionários bancários mostram-se surpresos ao lhes ser solicitada informação relacionada.

A nossa reportagem esteve em diferentes agências dos bancos abrangidos no acordo e a única coisa em comum foi “dirigem-se a sede porque aqui não temos nada”.

Na agência do BPC do Maculusso a “sim pática” funcionária explicou-nos que o único crédito que têm, relacionado com habitação, é pago em três anos. “Não sabemos nada sobre este fundo nem estamos a receber candidaturas”.

No seu vizinho BFA, o desconhecimento também é nota dominante. Embora aqui o crédito habitação ainda pode ser pago em 20 anos dependendo da idade do cliente. “Ainda não nos mandaram nada. Se calhar estão a trabalhar para fazer bem às coisas”, disse a “zelosa” funcionária, tentado justificar a falta de conhecimento e aplicação do acordo que o seu banco assinou com o Ministério das Finanças.

No Banco Keve, a justificação foi a mesma, “dirija-se a Sede”, como se de um conto encenado se tratava que se estendeu também aos balcões dos Banco Privado do Atlântico, BAI, BCI, SOL e BNI. Perante este quadro, a solicitar alteração, dificilmente os bancos funcionarão como dinamizadores do sector imobiliário, contrariando às expectativas do ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, aquando da assinatura do acordo que pretende “facilitar” a compra de casa aos cidadãos.

“Os bancos devem procurar estimular esta dinâmica, criando parcerias e oportunidades com as cooperativas habitacionais, para que possam desempenhar um papel de ajuda ao Executivo nesse sentido, para habitação social”, conclui.

## 6.3 Sector imobiliário cresce em Angola

*Jornal de Angola*

*05 de Janeiro de 2012*

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino defendeu em entrevista ao Jornal de Angola a necessidade de se elevarem os níveis de utilização de materiais de construção de produção nacional para incentivar o crescimento de fábricas deste sector no país.

O presidente da AIA notou que o sector imobiliário tem sido, até agora, umas das alavancas da economia nacional, numa altura em que cresce exponencialmente o número de projectos habitacionais em quase todo o país, com realce para a capital angolana, Luanda.

“O sector imobiliário tem sido a alavanca da economia de Angola mas é preciso que se utilizem mais materiais de construção de produção nacional”, referiu.

Para tal, defendeu a necessidade de haver mais cimenteiras, siderurgias e mais fábricas de material ferroso, lembrando, entretanto, que a isenção do imposto à impor-



tação travou o desenvolvimento e provocou uma certa retracção de investimentos no sector.

“Os investidores chegam a questionar-se se convém instalar uma fábrica de tinta ou qualquer outra no país, quando há mais vantagens do lado de quem importa”, sublinhou o presidente da AIA.

No que toca a competitividade na região da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), José Severino disse ser necessário que se baixe os impostos.

“Para sermos competitivos na região tem de se baixar os impostos. Se forem baixos, as empresas predispoem-se a pagar e se forem altos, como é óbvio, tentam fugir ao fisco”, reconheceu. José Severino disse que o interesse do Estado e do sector privado colidem e dificilmente se harmonizam.

No caso do mercado informal, a questão é mais complexa, sobretudo por haver uma grande resistência” dos informais” em colocarem o dinheiro à disposição dos bancos. Com esta atitude pretendem actuar sempre à beira da fiscalidade, evitando no máximo qualquer exposição que permita ao sistema fiscal identificá-los e por via disso exigir que paguem impostos.

“Tudo isso leva a que haja muita circulação de dinheiro fora do sistema financeiro, fazendo com que o mercado informal faça a sua própria gestão, o que redundará na visível redução dos níveis de inflação”, notou o presidente da AIA.

De acordo com José Severino, deve haver um mercado activo com alguma competitividade e concorrência na qualidade e nos preços na região, e para isso é necessário que se reforce o investimento em Angola, já que há uma clara intenção do país integrar a Zona de Comércio Livre da SADC. Sobre o paradoxo dos produtos nacionais serem mais caros que os importados, disse que tal acontece pelo facto de não existirem infra-estruturas suficientes para acompanharem o crescimento das iniciativas de produção local” Produz-se com os meios insuficientes que há, o que torna o produto nacional caro”, explicou.

## 6.4 “Meu sonho minha casa” nos municípios

*Jornal de Angola*

*05 de Janeiro de 2012*

O Ministério do Urbanismo e Construção anunciou ontem a construção de sete mil casas sociais na província do Uíge, no âmbito do “Meu sonho minha casa”. O projecto, que tem início ainda este mês, contempla 4. 500

moradias no município do Uíge e 2. 500 no de Negage. Segundo uma nota de imprensa divulgada ontem pela Angop, para a concretização do projecto procedeu-se recentemente à consignação da obra entre o Ministério do Urbanismo e Construção e a empreiteira Kora Angola.

O “Meu sonho minha casa” está igualmente em execução nas províncias do Bié, Huambo, Luanda e Moxico. O projecto arquitectónico e urbanístico contempla a construção de moradias geminadas de tipo T3 (casas com três quartos) e edifícios de dois, três e quatro pisos. Numa primeira fase, cada habitação custa 55. 600 dólares.

A Kora Angola, parceira do Executivo neste projecto, é responsável pela construção, incorporação imobiliária e comercialização de 40 mil fogos habitacionais, distribuídos pelas províncias do Bié (sete mil), Huambo (12 mil), Moxico (três mil) Kwanza-Sul (cinco mil), Uíge (sete mil) e também Luanda (seis mil).

O programa habitacional do Executivo prevê a construção de um milhão de fogos habitacionais, para reduzir o défice de habitação no país.

## 6.5 Bonificado até 3500 USD

*Novo jornal*

*06 de Janeiro de 2012*

As famílias que ganham mais de 361 200 kwanzas (3 600 USD) não poderão ter acesso ao crédito bonificado para o financiamento de construção ou aquisição de uma habitação.

De acordo com o regulamento do crédito à habitação publicado recentemente pelo Diário da República, os agregados familiares que tenham um rendimento mensal superior a 42 salários mínimos, estão excluídos da bonificação, deixando para os mais carenciados esta “facilidade” “Não podem aceder ao crédito bonificado os agregados familiares cujo rendimento mensal seja superior ao salário mínimo da função pública multiplicado por 42 meses”, atesta o documento.

Com este instrumento o governo pretende limitar esta “facilidade”, a uma franja da sociedade com rendimentos médios e que muitas dificuldades têm encontrado para compra da casa própria devido aos juros praticados pela banca comercial no crédito’ habitação. A questão que se coloca é saber como é que os bancos que operam no país vão proceder com base nesta orientação, defende um economista da nossa praça.

“Os juros bonificados são aplicados a financiamentos concedidos a pessoas com idade até os trinta anos devido ao

desembolso do mesmo. E sabemos que grande parte dos nossos jovens não têm um rendimento que chegue 3500 dólares, mesmo juntando o da esposa ou esposo”, conclui.

Por isso o economista pensa que a “bonificação deveria ser feita tendo como base 2 000 dólares de rendimento mensal do agregado”

A bonificação dos juros tem sido uma medida utilizada em outras economias para que às habitações fiquem mais baratas para os compradores até uma certa idade, privilegiando sobretudo os jovens.

## 6.6 Kilamba: aguarda regulamentação do regime geral de crédito

*Jornal O PAÍS*

*06 de Janeiro de 2012*

A tardia aplicação da Lei do Regime Geral dos Créditos, por alguns bancos comerciais, apresenta-se como o principal empecilho para o sucesso de vendas das habitações da centralidade do Kilamba, segundo o responsável do Delta Imobiliária, Paulo Cascão.

Paulo Cascão sublinha a importância desta lei, porque permitirá aos bancos comerciais que se comprometeram na cedência de crédito definirem as taxas dos créditos habitacionais, um acto que vai impulsionar a venda dos fogos habitacionais.

O responsável da imobiliária contratada pela Subsidiária da Sonangol Holding, a Sonip, augura que a implementação da lei seja para breve, porque apresenta-se como o elemento chave que vai ultrapassar a dificuldade que o processo apresenta actualmente.

Quanto ao processo de comercialização, Paulo Cascão revela que desde Dezembro que se verifica a redução na procura dos clientes que deslocam-se às lojas de vendas para obterem casas ou ainda informação inerente ao processo de aquisição das mesmas.

A Delta Imobiliária prepara-se para entregar as primeiras 80 residências aos primeiros habitantes daquela nova centralidade, todas elas vendidas a pronto pagamento. Actualmente a imobiliária efectua os últimos preparativos para entrega que pode acontecer dentro de alguns dias. Maioria dos mais de 70 mil pessoas cadastradas na fase de inscrição, que concorre para um tecto naquela centralidade, depende em parte de um crédito habitacional para obterem as casas. A dinâmica foi acompanhada pelos bancos comerciais envolvidos neste processo, mas a falta de regulamentação da matéria obrigou a que a entrega seja feita apenas àqueles que efectuaram pagamento da íntegra.

O Executivo tomou algumas iniciativas em relação a aquisição das casas. Reduziu o valor real das casas em 12 por cento, baixou o valor do CISA de 10,8 para 10 por cento, os emolumentos notariais para 50 por cento e reduziu o imposto de selo de cinco para três por cento. O ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes, disse na abertura do seminário. “A justiça face ao desenvolvimento do sector imobiliário”, em Dezembro último, que é intenção do Executivo aprovar a Lei da Alienação Fiduciária para resolver a problemática do crédito à habitação.

Carlos Alberto Lopes enfatizou na ocasião que a medida gizada, a princípio enquadra-se no Programa Nacional de Habitação, além de garantir que a Lei da Alienação Fiduciária facilita a entrada de capitais externos para financiar a compra de habitação bem como desobrigar o Estado de grandes volumes de subvenções aos financiamentos.

Por outro lado, quando implementada, a referida lei vai permitir a arrecadação de mais impostos, fortalecer o crédito imobiliário e incentivar o aumento da indústria nacional ligada ao sector imobiliário.

O ministro acredita que a lei irá conferir maior mais garantias nas operações imobiliárias, diminuir de forma drástica o incumprimento e aumentar a concorrência entre os bancos e a consequente redução dos juros. Carlos Lopes afirmou que se impõe a adopção de medidas legislativas que assegurem às instituições financeiras, públicas ou privadas, o pleno acesso aos mecanismos e instrumentos legais, sem qualquer privilégio ou restrição, na protecção dos seus activos no mercado imobiliário.

“Tais medidas são fundamentais para o país, pois elas não se destinam somente à protecção dos bancos, mas sim à defesa da saúde e da eficiência da actividade de intermediação financeira” defendeu o ministro.

Na cidade de Luanda, além da cidade do Kilamba, estão a ser erguidas as cidades do Cacuaco, no Quilómetro 44, bem como casas em Kapari, perfazendo aproximadamente 120 mil fogos.

O cidadão que por qualquer motivo não quiser comprar ou ainda não tiver capacidade financeira de comprar na cidade do Kilamba, pode optar por outras centralidades, até porque a Delta tem providenciado a base de dados de registos para aqueles que desejam casas noutras centralidades e outros projectos.

A centralidade do Kilamba tem disponível na primeira fase três mil e 180 apartamentos, que começaram a ser

comercializados 43 dias depois da inauguração com preços que variam entre 125 e 200 mil dólares.

## 6.7 Fundo de Fomento Habitacional começa a vigorar ainda este mês

*Jornal de Angola*  
07 de Janeiro de 2012

O programa funciona com base num protocolo de garantia financeira assinado com nove bancos comerciais que operam no país: Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco Angolano de Investimentos (BAI), Banco Bic, Banco de Fomento Angola (BFA), Banco de Negócios Internacionais (BNI), Banco de Comércio e Indústria (BCI), Banco Privado Atlântico (BPA), Banco Sol e Banco Keve.

O protocolo estabelece que o Fundo de Fomento de Garantia Habitacional serve de avalista a que pretenda comprar casa através de crédito bancário, assegurando até 80 por cento do valor do imóvel.

Em Novembro, na assinatura do documento com os bancos comerciais, o coordenador do fundo, Carlos Panzo, revelou o modelo para adesão.

O cliente deve dirigir-se ao seu banco comercial que apresenta a candidatura ao Fundo de Fomento de Garantia Habitacional.

O Fundo, referiu, tem a missão de intermediar a relação entre os bancos comerciais e os credores habitacionais.

O Executivo aprovou alguns instrumentos legais para facilitar o acesso ao crédito habitacional e a normalização dos procedimentos para quem pretenda ter casa própria. “O surgimento deste instrumento vem acompanhar a dinâmica do sector da habitação que vê crescer, de forma acelerada, a oferta no nosso país que, ainda assim, continua a registar défices assinaláveis neste domínio”, referiu o ministro do Urbanismo. Fernando Fonseca disse esperar que os bancos contribuam na dinamização do sector imobiliário:

“Os bancos devem procurar estimular esta dinâmica, criando parcerias e oportunidades com as cooperativas habitacionais para que possam desempenhar um papel de ajuda ao Executivo”.

### Disciplinar os preços

Para disciplinar os preços no mercado, o Executivo decidiu que o crédito para aquisição de casas deve ser feito tendo como referência a taxa LUIBOR, que é a média resultante das taxas de juro cobradas pelos bancos comerciais nas operações entre si.

O BNA anunciou a taxa média de juros a vigorar para empréstimos concedidos pelos bancos comerciais e que o programa habitacional do Executivo prevê, até este ano, a construção de um milhão de fogos em todo o país para reduzir a grande procura de casas.

## 6.8 Novo impulso às imobiliárias

*Jornal AGORA*  
07 de Janeiro de 2012

A abertura da linha de crédito para a habitação permitirá que os operadores imobiliários baixem os preços dos imóveis, respondendo assim às aspirações do Executivo em oferecer habitações sociais a custos baixos, minimizando, desta forma, as carências habitacionais.

De acordo com a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (Apima), os grandes promotores do imobiliário terão mesmo de se reposicionar para encontrar rumos equilibrados, visto que o segmento da construção cara esgotará em breve.

Os dados disponíveis no mercado de escritórios e residências apontam para a existência de um défice considerável que pode ser colmatado com a abertura dos bancos na concessão de crédito bonificado, embora numa primeira fase será dada prioridade aos cidadãos de baixos rendimentos.

A Apima reconhece que se trata de um desafio que poderá ser concretizado já no próximo ano, logo que esteja aprovada a lei sobre a alienação fiduciária. Apesar dos avisos que deixa aos intervenientes do mercado imobiliário para a necessidade de estarem atentos ao esgotamento do segmento mais alto, este é um atraente mercado.

O Estado luta contra o tempo para cumprir a promessa de 2008 da construção de 1 milhão de casas até 2012, anunciada pelo Presidente da República. O mercado existe para todos os intervenientes e de forma muito interessante, mas é fundamental que exista travão na euforia que se vive e que o preço do petróleo não sirva de padrão do custo de vida no país. Nos próximos dois a três anos poderá existir outro modelo imobiliário desde que as autoridades mostrem interesse de criar a lei que satisfaça os interesses de maiores segmentos populacionais.

“Esse ritmo de crescimento alucinante do mercado imobiliário não será registado, mas haverá maior equilíbrio nos preços e as vendas dos imóveis deixarão de ser burocráticas”, defendeu a Apima, sublinhando que mercado continua muito interessante, visto que existe muito espaço e oportunidades de negócio ainda por explorar.

Grande parte dos empreendimentos construídos em Luanda são ainda para faixa de renda alta e, se estes imóveis continuarão a ter o seu espaço, falta começar a descer às classes onde se encontram uma infinidade de oportunidades que o mercado resposta. Ao que parece os segmentos mais altos da sociedade com maior capacidade aquisitiva tende a esgotar com relativa rapidez, ainda por cima aliado a factores macroeconómicos que não contribuem para a confiança deste tipo de investidores.

Um dos exemplos que leva a quebra de confiança é a compra dos imóveis mais caros tender a ser feita ainda na planta, acontecendo que esses empreendimentos demoram ou acabam por não se concretizar.

Alguns dos mais importantes, normalmente edifícios de vários pisos, são colocados à venda por preços que ultrapassam 1 milhão de dólares, havendo casos de 2 a 3 milhões por apartamento. Isto leva a que as rendas dos apartamentos do tipo T2 possam atingir, na maior metrópole do país, em média entre 4 a 6 mil dólares, passando-se o mesmo com os escritórios.

A consultora Colliers International Angola num estudo publicado em 2010 apontava que noutros escalões as oportunidades são muitas. Grande parte da resposta visará outro tipo de lotes e diferente padrão de construção.

Angola tem um número muito considerável de habitantes que anseiam por ter habitação própria e os construtores e promotores imobiliários, por força da razão vão ter de se posicionar também para esse tipo de necessidades. Haverá um posicionamento do mercado e a crise na Europa ajudará a repensar os projectos e a empurrar-nos para outro tipo de solução e de oferta.

É fundamental descobrir formas de construção e de promoção que visem outro estilo habitacional que não tem sido tão visado até aqui. No entanto, existe uma realidade incontestável: a procura permanece maior que a oferta.

O primeiro programa de crédito para a compra de habitação será lançado em Janeiro, envolvendo nove dos 23 bancos comerciais que operam actualmente no mercado. A concessão de crédito será feita com base num protocolo de garantia financeira, rubricado em Novembro último entre aqueles bancos e o Fundo de Fomento Habitacional, criado em 2009. Intermediarão interesse dos potenciais compradores com os bancos, assegurando até 80% do valor do imóvel e funcionando como avalista dos empréstimos.

Os bancos que aderiram ao programa de concessão de créditos são os de poupança e crédito (Bpc), Fomento Angola (Bfa), Comércio e indústria (Bci), Negócios Internacional (Bni), Africano de Investimentos (Bai), Internacional de Crédito (Bic), Sol e Keve. O sector imobiliário está em franca expansão, sobretudo na capital, com a construção de novos pólos habitacionais por empresas chinesas.

## 6.9 Mais casas para jovens sorteadas

*Jornal de Angola*  
10 de Janeiro de 2012

Uma comissão constituída por líderes religiosos e jornalistas de Benguela realizou, naquela cidade o sorteio público de 85 casas sociais, do Programa Angola Jovem, construídas no bairro Nossa Senhora da Conceição.

As casas destinam-se a militares e jovens distinguidos por mérito estudantil e profissional.

O director provincial da Juventude e Desportos em Benguela, Pedro Garcia, disse que a cerimónia oficial de entrega das casas se realiza no dia 23, no bairro onde foram construídas, e recordou que o reembolso do financiamento, equivalente a 40 mil dólares, tem de ser feito em 20 anos, com prestações mensais de cerca de 26 mil kwanzas.

As casas, cada uma com 450 metros quadrados, têm três quartos, sala, cozinha e casa de banho.

## 6.10 Habitações para realojar deslocados construídas este ano no Waku Kungo

*Jornal de Angola*  
10 de Janeiro de 2012

A construção de 33 casas, no Waku Kungo, município da Cela, província do Kwanza-Sul, para realojar as populações que vivem na condição de deslocadas na fazenda Palmeira, começa antes do fim do primeiro trimestre deste ano.

O coordenador do projecto, Bartolomeu Sunglês, adiantou na quinta-feira, no Waku Kungo, que a edificação das residências está avaliada em três milhões de dólares e o projecto inclui uma área para a agricultura.

Recentemente, as entidades ligadas ao sector formaram cerca de 3.490 agricultores, aos quais foram distribuídas parcelas de terra na região da Zâmbia, localidade do município da Cela.

### Projectos de desenvolvimento

O programa das autoridades provinciais reserva também a construção de unidades sanitárias e escolas no meio rural e é desenvolvido numa parceria com a Universidade Santa Cruz do Sul (Unisc) do Brasil. Pretende-se que no período de cinco anos sejam criados mais de 50 mil novos postos de trabalho. A partir deste trimestre está previsto o início de um projecto de suinicultura na área da Zâmbia, investimento do grupo Probang, avaliado em 700 milhões de dólares, que vai absorver uma força de trabalho estimada em 520 trabalhadores. A comuna do Condé, município do Ebo, está também contemplada com um projecto de produção de cana-de-açúcar e a implantação de uma fábrica de refrigerantes, com 2. 150 funcionários e que vai ser tutelada pelo grupo Refriango, que desembolsa 82,3 milhões de dólares.

O município da Quibala vai dispor de um centro de saúde, estimado em 60 mil dólares.

O coordenador do projecto disse que está prevista a adequada formação de jovens e adultos, dentro dos padrões exigidos no mercado de emprego, nos níveis básico e médio. Prevê-se também a qualificação dos gestores no sector agrónomo e no processamento dos produtos agro-pecuários, com especialização em mestrado, na província ou no Brasil.

## 6. II Reabilitação de edifícios para habitação ganha participação de investidor privado

*Jornal de Economia e Finanças*  
10 de Janeiro de 2012

O grupo empresarial Sical vai investir 60 milhões de dólares norte-americanos para a reabilitação e modernização do edifício, Infante Dom Henriques, vulgo treme treme, localizado junto à marginal de Luanda, no município da Ingombota. Em declarações ao JE, o administrador do grupo, Miguel Andrades avançou que as negociações para o arranque das obras estão na fase final.

“Tudo indica que as obras arrancam a partir do segundo semestre do corrente ano” frisou.

De acordo com o responsável, o grupo empresarial Sical prevê reabilitar todo o edifício, sendo que a antiga estrutura será adaptada para apartamentos de tipologias T1, T2 e T3 bem como a inovação na estrutura dos apartamentos.

O projecto contempla a construção de duas torres para estacionamento de viaturas com capacidade para albergar até 300 veículos. Para facilitar o estaciona-

mento no edifício, a empresa prevê montar elevadores automatizados.

O empresário assegurou que parte do investimento aplicado vai ser direccionado para a construção de uma zona residencial, onde serão alojados os moradores do edifício.

“Vamos construir um edifício com 17 andares aproximadamente junto da fábrica de farinha de trigo Kwaba, no bairro da Estalagem, em Viana, para alojar os moradores”, disse.

O grupo empresarial actua em vários sectores da construção civil, especialmente na promoção e manutenção imobiliária. No segmento da construção civil, o grupo desenvolve projectos em todos os domínios, desde a concepção do projecto arquitectónico, planta, desmatação do terreno, construção e comercialização.

Além da província de Luanda, a empresa pretende instalar e reforçar a sua presença no interior do país, com destaque para a província de Malanje.

A empresa prevê investir cerca de 150 milhões de dólares nos próximos três anos para a construção do edifício ‘Sical Towers’ bem como reabilitar grande parte do património imobiliário, a partir do segundo semestre de 2012.

### Facturação

Durante o exercício económico 2010, o grupo registou uma facturação de 20 milhões de dólares norte-americanos. Para o presente ano, a empresa prevê lucrar mais de 3S por cento em relação ao ano passado.

Actualmente, o grupo empresarial conta com um património imobiliário avaliado em 200 milhões de dólares. Entre as obras de referência do Grupo Sical, construídos no ano findo, consta o Edifício Kimpavita, composto por 20 pisos, 16 dos quais acima do solo, o edifício conta com 17. 842 metros quadrados de construção, com uma área de implantação de 1. 037 metros quadrados, num investimento de 56 milhões de dólares. Localizado no centro de Luanda, o edifício Kimpa Vita inclui habitação, comércio, serviços e estacionamento.

Além desta obra, o grupo destaca a construção do Estádio Nacional da Cidadela Desportiva e o edifício da Rádio Nacional de Angola.

Do património da empresa consta o empreendimento Kwaba, que se desenvolve num terreno com 45.000m<sup>2</sup>, onde será erguido um complexo habitacional, de comércio e serviços com 714 fogos de habitação que totalizam cerca de 75.000m<sup>2</sup> de área de construção, centro comercial com cerca de 25000 metros quadrados de área de construção, servido por posto de polícia, clínica médica e escola/ jardim de infância. Têm como público-alvo a população de média-renda

### **Agro-indústria**

Com vista à expansão do seu negócio, o grupo vai investir no sector agro-industrial onde pretende montar uma fábrica de vinagre no município de Cacuaco (Luanda), numa parceria com a empresa de águas Fonte do Bengo. Segundo o gestor da Sical, numa primeira fase, o empreendimento terá duas linhas de enchimento com capacidade para engarrafar duas mil garrafas de vinagre por dia. Grande parte da matéria-prima será importada, com destaque ao vinagre a granel que virá a partir de Portugal.

### **Manutenção**

Um outro segmento de negócio do grupo é o sector da manutenção de edifícios. Neste segmento a empresa presta serviço de manutenção em 10 edifícios localizados em Luanda, onde o foco principal vai desde a manutenção dos elevadores, geradores eléctricos, iluminação, escadas, bombas assim como gestão de edifícios.. Para conferir maior sustentabilidade do negócio de manutenção de edifícios, o grupo vai criar uma Sucursal neste segmento, medida que visa assegurar a manutenção de edifícios na primeira, segunda e terceira gerações. Segundo sublinhou para a manutenção de um edifício são necessários seis dólares por metro quadrado. (m<sup>2</sup>), no segmento da primeira geração (construída antes da independência do país). Para um edifício com um total de três mil m<sup>2</sup>, o preço é de até 18 mil dólares por mês. Já os edifícios da nova geração (construída no período pois independência), com sistemas de segurança, elevadores e outros serviços o valor da manutenção é até os nove dólares por metro quadrado. Actualmente o grupo emprega 500 trabalhadores, dos quais 98 por cento são angolanos

### **Historial**

A Sical foi fundada em Angola em 1956 por três irmãos: – Eng. ° Álvaro de Andrade Ferreira de Lima, Eng. ° Manuel Luís Pereira de Andrade e Dr. Augusto Mário Pereira de Andrade. O seu objectivo era o de criar uma empresa com capacidade de resposta a

obras de grande dimensão em Angola, nos sectores da Construção, Engenharia Civil, Estradas e desenvolvimento Imobiliário.

Dado o franco crescimento que a empresa registou nos primeiros anos da sua implantação, decidiram criar 10 novas empresas que respondiam a áreas especializadas e à intenção de diversificação em outros sectores, uma política que rendeu ao grupo a referencia entre as primeiras construtoras do país.

A família continua a ser a detentora da totalidade do capital e a liderar, garantindo que o Grupo persegue os seus objectivos originais através dos seus herdeiros, com 100 por cento de acções do grupo.

## **6.12 Construção de cidades é acelerada**

*Jornal de Angola*  
12 de Janeiro de 2012

O Ministério do Urbanismo e Construção vai, este ano, consolidar a edificação de oito novas centralidades com vista a melhorar as condições sociais, económicas e de habitabilidade da população.

As novas centralidades vão ser erguidas nas províncias do Bengo, Zaire, Malange, Kuando-Kubango, Namibe, Huíla, Benguela e Lunda-Sul. Actualmente, estão em construção quatro centralidades nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte.

Para este ano, de acordo com o plano, o Ministério do Urbanismo e Construção vai também trabalhar para o alargamento da mobilidade, valorização dos espaços naturais e rurais e no desenvolvimento das centralidades intermédias.

Quanto às infra-estruturas rodoviárias, estão em manutenção os eixos rodoviários luanda/MariaTeresa, Alto Dondo/Huambo e Ndalatando/Malange. Os trabalhos estão em curso desde o segundo semestre do ano passado.

Recentemente, o ministro do Urbanismo e Construção pediu empenho aos quadros do sector e anunciou medidas para a melhoria dos recursos humanos. Fernando Fonseca disse estarem em curso acções para divulgar a legislação relacionada com o sector.

Constam igualmente planos para reforçar e modernizar a capacidade dos departamentos que constituem o Ministério do Urbanismo e Construção, para a sua reestruturação numa perspectiva de médio e longo prazo.

## 6.13 Milhares de moradias para o Bié e o Huambo

*Jornal de Angola*

*14 de Janeiro de 2012*

Cerca de 1. 500 casas sociais serão construídas este ano na província do Bié, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, soube no Cuito a Angop, de fonte oficial. De acordo com o director provincial das Obras Públicas, Fernando Tachatuvela, 300 residências serão erguidas na capital da província, Cuito, e as restantes no interior. Fernando Tachatuvela disse que as reservas fundiárias estão a ser desminadas também nos municípios do Andulo, Kunhinga, Catabola, Camacupa, Nharea, Kuemba, Chinguar e Chitembo.

### Obras na comuna da Chipipa

Na comuna da Chipipa, província do Huambo, no âmbito do programa “Meu Sonho, Minha Casa”, que está a ser implementado, pelo Ministério do Urbanismo e Construção, vão ser construídas três mil moradias sociais, até ao final de 2013. Segundo um documento enviado à Angop, a empreiteira Kora Angola, responsável pelo projecto, refere que, no quadro do programa, estão a ser erguidas no Huambo casas sociais nos municípios da Caála (quatro mil), Bailundo (três mil) e Lossambo (duas mil), cujo prazo de execução é de três anos. O projecto abrange a construção de redes de abastecimento de água potável, drenagem de águas residuais domésticas, distribuição de energia eléctrica, iluminação pública e pavimentação de vias.

As três mil moradias da comuna da Chipipa são do tipo T3, em edifícios geminados de quatro pisos, numa área de 1 00 metros quadrados. Cada habitação está orçada em 55. 600 dólares norte-americanos, segundo o documento.

## 6.14 “Build Angola”acossada na Internet

*Semanário angolense*

*14 de Janeiro de 2012*

A empresa (Build Angola), do sector imobiliário, esta a ser vítima de crime cibernético (uma invasão do controlo dos comandos electromagnéticos e das transmissões electrónicas) desde o mês de Novembro do ano transacto, soube o *Semanário Angolense*, de fonte naquela instituição.

O presidente da referida instituição, Paulo Sodré tomou conhecimento de blogs com informações de falsas denúncias sobre a sua pessoa e a empresa que dirige.

Tais denúncias partiram de um indivíduo, que diz ser de nacionalidade britânica – por ter vivido muito tempo no Brasil e em Angola, fala fluentemente o português -, identificado como Mark Mc Green, nome que depois de

averiguado, se constatou que é falso, pois, o verdadeiro é Werther Mujalli.

A pessoa em causa reportou para um grande número de utilizadores da Internet a informação de que a “Build Angola” terá recebido dinheiro das vendas de empreendimentos sem, contudo, ter procedido à entrega de nenhum deles, alegando que o faz “para ajudar aqueles que aderiram aos projectos, de modo a evitar que inúmeras famílias sejam enganadas pelas mesmas pessoas que já enganaram muitos brasileiros.”

A denúncia apresenta “provas declaratórias” de uma “pessoa inventada” e que diz ser lesada, cujo nome é Matias Lukoki, alegando ser funcionário da multinacional Sonangol há mais de três anos. Assegura que tem amigos nas petrolíferas BP, Total e Esso, que também “aderiram aos projectos e até agora não receberam chaves de apartamentos.”

Estas declarações, feitas igualmente a partir de um correio electrónico, são consideradas as únicas e o principal suporte básico das acusações que o cidadão britânico tem para sua defesa.

Reagindo ao assunto, Paulo Sodré, que recebeu vários correios electrónicos do suposto criminoso, alega que tais factos narrados são totalmente falsos. Enquanto isto, Werther Mujalli insiste, dizendo que fez um “check Out.” de todas as informações antes de as publicar, por isso, não teria motivos para mentir.

“Não tenho mais nenhum documento guardado, mas lembro-me de vários problemas de Paulo Sodré, cujos arquivos devem estar à disposição de todos que queiram ver”, afirma Mujalli.

A empresa lesada contratou um perito em casos de crimes cibernéticos, Wanderson Castilho, de nacionalidade brasileira, no sentido de esclarecer o que foi divulgado, seguindo cada comentário postado no blogue. Este elaborou um pequeno dossier, a que o SA teve acesso, em que diz que, “não se tem um dado objectivo sequer corroborando a acusação-mãe feita pelo criminoso, mas ela é repetida como se fosse completamente verdade”.

Diante dos factos, o especialista, que é director da empresa “ENET SECURITY” (firma brasileira especializada em Investigação Forense Digital, Política de Segurança de Informação, Instalação e Configuração de Sistemas, Análise de Vulnerabilidade e solução em Crimes Electrónicos), concluiu que os e-mails partiram do Brasil, directamente do usuário Wether ou de seus comparsas. Depois de se averiguar a lista dos clientes da “Build Angola”, presume-se que Matias Lukoki não existe.

Este jornal tentou contactar presidente Paulo Sodré, o que, infelizmente, não foi possível, porque ele viajou, mas, no gabinete de comunicação e imagem da empresa, foi-nos dado a conhecer que a perícia feita pelo especialista supracitado deu entrada na justiça brasileira, movendo-se um processo judicial contra Wether, que se encontra detido e a responder pelo crime de calúnia e difamação.

### 6.15 Ministério da Justiça abre consulta pública para anteprojecto sobre venda de imóveis

*Jornal de Angola*  
17 de Janeiro de 2012

Numa nota distribuída à imprensa, o Ministério refere que os contributos e comentários ao anteprojecto de lei devem ser enviados até ao dia 20 para o correio electrónico [sg@minjus.gov.ao](mailto:sg@minjus.gov.ao), ou por escrito para o Ministério da Justiça, rua 17 de Setembro, Cidade Alta, bairro do Saneamento, Maianga, caixa postal n.º 2250, Luanda. Na elaboração do Anteprojecto de Lei pesou a necessidade de desenvolver a relação entre o sistema financeiro e o sector imobiliário para que ambos possam contribuir de forma mais significativa para a solução das grandes questões do país, em especial do crédito à habitação. O anteprojecto, afirma o comunicado, é um "mecanismo legal expedito que pretende responder, de forma eficaz, aos interesses dos adquirentes de bens imobiliários e dos operadores do mercado neste sector, contribuir para garantir, no domínio da sua aplicação prática, o crescimento económico vivido por Angola nos últimos anos e mitigar crónico défice de habitações".

A nota sublinha que os contributos devem ser entregues na secretaria-geral do Ministério da Justiça ou nas Delegações Provinciais da Justiça. Executivo assegura, assim, uma forma de os cidadãos poderem participar na resolução dos problemas nacionais e contribuir para a melhoria da qualidade, eficiência e exigência das leis produzidas no país, tornando-as mais acessíveis e transparentes.

Recentemente, o Ministério da Justiça realizou um seminário sobre "alienação fiduciária trocas de experiências com a República Federativa do Brasil". O seminário, que decorreu sob o lema "a justiça face ao desenvolvimento do sector imobiliário, abordou temas como "a estrutura do contrato de compra venda de imóveis para entrega futura", "acções judiciais para rescindir contratos imobiliários ou executar os créditos imobiliários e alienação fiduciária de um bem imóvel" e "apresentação do anteprojecto de Lei de Alienação Fiduciária em Angola. Aberto pelo ministro das Finanças, Carlos Lopes, no

encontro foram apresentadas as experiências de Angola e do Brasil, tendo sido recolhidos os contributos para o anteprojecto de Lei de Alienação Fiduciária no país. A ministra Guilhermina Prata encerrou o encontro.

### 6.16 Cidade do Kilamba já tem moradores

*Jornal de Angola*  
17 de Janeiro de 2012

O administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, afirmou ontem em Luanda que 40 apartamentos, a maioria do tipo T3, foram entregues aos primeiros moradores da urbanização do Kilamba. Paulo Cascão disse à Angop que os apartamentos começaram a ser entregues há duas semanas e a maioria dos proprietários já pagou o valor total.

O responsável deu a conhecer que a Delta Imobiliária registou mais de 70 mil pessoas interessadas na obtenção de uma residência no Kilamba.

A urbanização tem disponíveis, neste momento, 3.180 apartamentos, com preços que variam entre os 125 mil e os 200 mil dólares norte-americanos. Paulo Cascão salientou que o eventual comprador que não tiver capacidade financeira para comprar uma residência no Kilamba, pode optar por outras urbanizações, "visto que a Delta tem a base de dados para aqueles que desejam casas noutras centralidades". Além do Kilamba, o Executivo está a construir na província de Luanda novas urbanizações em Cacucaco, no Quilómetro 44, em Kapari e no Zango. Outras urbanizações estão projectadas para as restantes províncias do país.

A administração do Kilamba obedece aos princípios da legalidade, desconcentração, aproximação dos serviços às populações, eficiência, simplificação administrativa, responsabilidade e probidade administrativa.

### 6.17 Lei de Alienação Fiduciária Vai à AN em Fevereiro

*Jornal O PAÍS*  
20 de Janeiro de 2012

A figura da alienação fiduciária a ser introduzida no ordenamento jurídico angolano, de que o ante-projecto de lei encontra-se em consulta pública, poderá ser aprovada até ao final do mês de Fevereiro, revelou o assessor jurídico da ministra da Justiça, Bem-vindo Correia, quando explicava o procedimento aberto pelo seu pelouro. Na abordagem deste tema, o jurista classifica-o como premente, devido ao impacto que vai gerar na dinamização



do mercado imobiliário e, conseqüentemente, na economia angolana. Para tal sublinha que: “o sector imobiliário encontra-se estagnado, por conta da ausência de mecanismos legais, céleres e expeditos que protejam os investidores e os particulares carentes de habitação”.

A alienação Fiduciária, com “origem” no Código Civil Brasileiro, define-se como a transferência da posse de um bem móvel ou imóvel do devedor ao credor para garantir o cumprimento de uma obrigação. É um direito real, enquadrado dentro do direito de propriedade.

A iniciativa do Ministério da Justiça, em consultar os parceiros sociais e ministeriais visa futuramente diminuir a margem de ineficácia e inoperância da futura lei, procurando auscultar sugestões e críticas dos bancos, seguradoras, correctoras instituições de intermediação financeira, bem como especialistas que na 110 sector imobiliário encontra -se estagnado, por conta da ausência de mecanismos legais, céleres e expeditos que protejam os investidores e os particulares carentes de habitação” sua área de trabalho praticam actos ligados a transacção e registos de bens imóveis.

Da consulta aos parceiros ministeriais, o pelouro da Justiça aguarda por contribuições dos ministérios das Finanças, Economia, Obras Públicas, a Administração do Território, BNA e Associação dos Bancos.

O jurista sublinha que a adopção da referida lei, bem como outras de natureza “técnico-legislativas” vai influenciar positivamente na redução das taxas de juros do crédito bancário à habitação.

Na realidade, a prática da alienação fiduciária acontece, por exemplo, quando um comprador adquire um bem à crédito, sendo que o credor toma o próprio bem em garantia, de forma que o comprador fique impedido de negociar o bem com terceiros.

Por exemplo no Brasil, país onde esta modalidade de crédito é muito comum na compra de veículos ou de imóveis, no caso de veículo, a alienação fica registada no documento de posse deste, e no caso de imóvel, é comum que a propriedade definitiva, atestada pela escritura, só seja transmitida após a liquidação da dívida

### **A lei atrai mais capitais estrangeiros**

Na sua explanação, o jurista apontou as externalidades positivas a serem introduzidas futuramente na lei, que vão reflectir-se não só no sector imobiliário, assim como na economia, destacando, por exemplo, a maior atracção de investimento estrangeiro para o sector imobiliário. Avista de igual modo maior garantia nas operações imobiliárias, devido à rápida retomada e execução do bem,

em caso de incumprimento, facto que pode despertar o interesse em voltar ao financiamento das instituições financeira.

A diminuição drástica do incumprimento, a concorrência entre os bancos, bem como a conseqüente redução dos juros, são outras vantagens que poderão influenciar positivamente o mercado.

Facilitará a entrada de capitais externos para financiamento à habitação, tendo em conta que a lei facultará a segurança por intermédio de mecanismos que tornam a operação mais rentável e de fácil resolução em caso de incumprimento.

Além disso, vai isentar o Estado do, fardo pesado de fazer grandes. Volumes de subvenção aos financiamentos, libertando capitais públicos para outras realizações, bem como vislumbra-se aumento da arrecadação de impostos, bem como gerará da indústria sector Imobiliário e servira de um forte alento a formação profissional.

## **6.18 A imobiliária conta com mais de 70 mil pessoas inscritas**

*Jornal o independente*

*21 de Janeiro de 2012*

O administrador da Delta Imobiliária, Paulo Cascão, que pelo menos 40 apartamentos foram entregues aos primeiros moradores da Cidade do Kilamba. Em declarações ao Semanário O Independente, Paulo Cascão referiu que as moradias começaram a ser entregues há duas semanas, tendo na sua maioria sido vendidos apartamentos do tipo T3. Segundo ele, a maioria dos compradores efectuou o pagamento completo do valor do apartamento, enquanto outros através de crédito bancário. O responsável fez saber que alguns dos proprietários já estão a morar na nova centralidade, atendendo que as condições para sua recepção estão criadas. De acordo com Paulo Cascão, actualmente a imobiliária conta com mais de 70 mil pessoas inscritas, que concorrem para obtenção de uma residência.

A Cidade do Kilamba tem disponível neste momento três mil e 180 apartamentos, que começaram a ser comercializados 43 dias após a sua inauguração, com preços que variam entre 125 e 200 mil dólares. Segundo disse, o cidadão que eventualmente não tiver capacidade financeira de comprar na Cidade do Kilamba, pode optar por outras centralidades, visto que a Delta tem a base de dados de registos para aqueles que desejam casas noutras centralidades e outros projectos em curso. Além da Cidade do Kilamba, o Executivo está a desenvolver projectos na cidade do Cacucaco, no Quilómetro 44,

Kapari, entre outros, que poderão ter preços mais acessíveis em relação à nova centralidade. A Delta Imobiliária é a empresa responsável pela comercialização dos imóveis da Cidade do Kilamba.

Por sua vez o presidente da administração da Cidade do Kilamba, Joaquim Israel, assegurou que a centralidade vai contar com 218 novos edifícios, correspondendo a seis mil 820 apartamentos, até Janeiro de 2012. O responsável disse que os prédios correspondem a oito quarteirões e poderão beneficiar mais de 40 mil pessoas. Estes novos edifícios somam-se a outros 115 pronto a habitar existentes no local.

A zona a ser entregue comporta ainda oito jardins-de-infância, quatro escolas primárias e duas secundárias. Cada prédio conta com parques de estacionamento de viaturas. Já estão concluídos os equipamentos sociais como escolas primárias e secundária, com espaços desportivos, dotadas de quadras multiusos, campos de futebol e pista de atletismo.

A Cidade do Kilamba é um gigante urbano que está projectado para estar equipado com um total de 24 jardins de infância, 17 escolas entre primárias e secundárias, áreas de lazer e desportivas, hotelarias e restauração, zonas reservadas para o comércio, vias primárias e secundárias. Até Dezembro de 2012 estará concluída toda primeira fase, com a entrega de 20 mil e 02 apartamentos, a serem habitados por cerca de 120 mil pessoas.

A cidade do Kilamba está localizada a aproximadamente 20 quilómetros a sul do centro da capital Luanda, tendo como local de referência o Estádio Nacional 11 de Novembro. A cidade do Kilamba é administrada por um presidente e demais corpos gerentes, que obedecem aos princípios da legalidade, desconcentração, aproximação dos serviços às populações, eficiência, simplificação administrativa, responsabilidade e probidade administrativa. O acesso à nova cidade está facilitada pela primeira circular de Luanda, via com duas faixas de rodagem em cada sentido, cujo número pode ser aumentado, e separador central.

## 6.19 Centenas de casas sociais erguidas na vila do Dala

*Jornal de Angola*

*28 de Janeiro de 2012*

A construção de 200 casas sociais, inscritas no Programa Nacional de Urbanização e Construção (PNUC), na vila do Dala, a cerca de 160 quilómetros a Sul da cidade de Saurimo, província da Lunda-Sul, começou ontem. O soba da comunidade, André Txicolassonhi, disse que

a edificação de uma nova urbanização, até Junho, por três construtoras nacionais, atesta o engajamento do Governo angolano para melhorar a vida das populações. O chefe tradicional da vila do Dala considera que a nova urbanização vai incentivar a permanência de professores, enfermeiros e outros técnicos no município.

O projecto foi concebido dentro das normas definidas pelo Programa das Nações Unidas para a Habitação (PNUH), segundo o vice-governador da Lunda-Sul para a área técnica e infra-estruturas. António Teixeira apresentou a maqueta da nova urbanização, que inclui casas geminadas e individuais do tipo T3, áreas verdes e serviços de impacto social.

O contrato com os empreiteiros, acrescentou, prevê a realização das obras em seis meses, não obstante os previsíveis transtornos causados pela chuva e o péssimo estado da estrada entre Saurimo e Ndala, por onde circulam as viaturas com o material de construção.

O director do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Francisco Txiquendja, precisou que o município de Saurimo tem duas reservas fundiárias, cujos solos oferecem condições para a construção de casas e que os projectos incluem a implantação da rede eléctrica, abastecimento de água e saneamento básico.

### Novas infra-estruturas

Nos últimos três anos a vila ganhou equipamentos sociais, como uma escola do I ciclo, dez casas para funcionários públicos, incluindo uma protocolar, bem como a expansão das redes de distribuição de água potável e energia eléctrica, e terraplanagem de ruas.

Com a construção de salas, mais crianças foram inseridas no sistema normal de ensino, ao passo que os novos centros de saúde e postos médicos ajudaram a melhorar a assistência à população.

O encanto produzido pela paisagem junto ao rio Tchiumbue, à entrada da vila, é apenas uma parte do potencial turístico do município. A vila do Ndala enfrenta a ameaça das ravinas em três eixos.

O vice-governador da Lunda-Sul, António Teixeira, recomendou acções paliativas, como a cobertura, ra das áreas afectadas com terra proveniente das reservas fundiárias, enquanto as autoridades estudam a solução definitiva.

## 6.20 Governo constrói casas em todos os municípios

*Jornal de Angola*

*24 de Janeiro de 2012*

No âmbito do Programa de Urbanismo e Habitação, começam, em Março, a ser construídas 200 habitações em cada um dos 14 municípios da província da Huíla, anunciou no sábado, a porta-voz do governo provincial. Rosa Gonçalves, também directora provincial da Comunicação Social, disse, no fim da segunda reunião extraordinária do governo, que o projecto de construção de 2,800 casas sociais de tipo T3 foi aprovado pelo governo da Huíla, que recomendou aos administradores municipais a realização, nos próximos dias, de concursos públicos para adjudicação das obras. Nesta reunião, o governo provincial apreciou os Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento e Combate à Pobreza para este ano e a proposta de criação da Sociedade de Desenvolvimento Regional da Huíla, aprovou o orçamento para o Carnaval de 2012 e analisou o Orçamento Geral do Estado (OGE) para este ano económico.

## 6.21 O estado, de uma forma geral não é um bom gestor

*Novo jornal*

*27 de Janeiro de 2012*

Há quanto tempo a Delta imobiliária está no mercado? A Delta Imobiliária foi constituída em 2007. É uma empresa de direito angolano. Tem como principal foco de actuação neste momento a cidade do Kilamba. E isso já é muito trabalho, porque estamos a falar de 3180 apartamentos. Temos que ter uma equipa de trinta colaboradores para responder a este grande desafio. Aqui na Delta, todos os colaboradores são angolanos, o único que se pode considerar expatriado sou eu embora já esteja em Angola 12 anos. Demos formação a todos e temos conseguido com esta equipa desenvolver um bom trabalho.

*Como é gerir um projecto como o Kilamba?*

É complicado porque são muitos apartamentos e isso requer muito "know-how". E ainda muita paciência o que trás algumas reclamações, insatisfações, porque nunca está tudo bem para as pessoas.

Nós trabalhamos para que tudo fique bem. Mas por vezes as coisas não estão como nós queremos.

*Quais foram os trunfos usados pela Delta para que a Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), apostasse em vocês?*

Isso a Sonangol é que vos pode responder e não exactamente nós.

*Foi uma entrega directa ou participaram em algum concurso público?*

Isso não lhe sei responder exactamente. Penso que a Sonangol, para ter escolhido a Delta, de certeza que olhou para o currículo das pessoas que estavam à frente da imobiliária e achou que era a empresa que eventualmente lhe daria condições para gerir o processo. São conceitos que eu não quero abordar. Porque não tenho ideia que seja necessário concurso público porque a Sonangol Imobiliária e Propriedades é uma sociedade por quotas. O importante é a Delta prestar um bom serviço. Para além dos projectos ligados à Sonangol Imobiliária e Propriedades a Delta está envolvida em outros projectos? Não. Este é um mega-projecto e exige um grande esforço de nossa parte.

*Depois da corrida na fase inicial como é que a decorrer o processo de comercialização?*

Posso dizer que o processo tem-se desenvolvido em três fases: a primeira, foi a fase do conhecimento, onde as pessoas viam os prédios construídos e não sabiam como é que iria se desenrolar o processo. Quando se desenrolou o processo foi algo extremamente trabalhoso, trabalhava-se 10 a 12 horas por dia, atendíamos mais de duas mil pessoas por dia e obtivemos mais de 60 mil inscrições. A seguir o processo ficou praticamente parado e depois, por uma situação que não sei explicar bem, voltou novamente o "boom" de pessoas até que o promotor decidiu suspender as inscrições. Neste momento temos mais de setenta mil inscritos, que não são só para a cidade do Kilamba mas também para outros projectos onde a Sonangol Imobiliária está envolvida, mas que a Delta ainda não está.

*Quantos apartamentos já foram vendidos?*

Vendemos até agora 120 apartamentos. Porque grande parte das pessoas que foram se inscrever revelaram que não eram potenciais clientes para a cidade do Kilamba. Mas isso não implica dizer que não são potenciais clientes. São potenciais clientes. Se houver uma abertura, como me parece que está a acontecer, e uma negociação entre o executivo e os bancos para um mais fácil acesso ao crédito à habitação, logo estes clientes que estão na nossa base de dados vão nos contactar. Por outro lado ainda não houve muitos esclarecimentos sobre todos empreendimentos que o Estado está a desenvolver. Alguns deste outros empreendimentos certamente terão valores mais em conta, mais reduzidos do que os do Kilamba. Por exemplo, no Cacucaco acredito que os preços serão inferiores a( do Kilamba.

*Seis meses e apenas 120 apartamentos vendidos. Não são poucos?*

Admito que sim. E mais uma volta a dizer que tem a ver com crédito. Já muitas pessoas falara em renda reso-

lúvel, que também não deixa de ser um crédito porque vamos pagar uma renda, só que será ao banco.. A minha opinião particular é que quem deve emprestar dinheiro são os bancos, porque são eles que têm esta capacidade, de análise de risco. Aquilo que algumas pessoas falaram de ser o Estado a fazer rendas eu acho que não é o preferível porque o Estado transformar-se num senhorio gigante. Não resulta Nem para o Estado nem futuramente para as pessoas. Já vimos em outras sociedades que o Estado não é bom gestor. É natural. Isto não é só em Angola. O Estado de uma forma geral não é bom gestor. Transformar o Estado num senhorio gigante é matar o processo à nas-  
cença. Tenho a certeza que o executivo vai desenvolver o crédito à habitação. Para mim a melhor forma passava por criar um banco público e conseguir taxas de juros boas.

*Esta questão do crédito poderá provocar o insucesso de projectos como o do Kilamba?*

Não digo provocar o insucesso. O que vai provocar é uma venda mais lenta do que aquilo que eventualmente estaríamos a espera.

*Os preços praticados no Kilamba justificam-se?*

O que posso dizer é que a Cidade do Kilamba é uma cidade com muita qualidade. Os imóveis têm boa qualidade, têm boas áreas internas, têm escolas, creches, está bem distribuído.

É uma cidade que está pensada. Não se pode comparar a Cidade do Kilamba com um prédio isolado. Estamos a falar de uma cidade com administração completa.

No Kilamba vendemos área útil. O que não é normal no imobiliário, onde o normal é vender área bruta. Estamos a falar de 125 mil dólares com todos os emolumentos, para um imóvel de 110 metros quadrados. O que dá qualquer coisa como mil dólares o metro quadrado por área de construção. Com estas condições não existe nada igual em Luanda. Os preços que nos foram dados no Kilamba acho que são perfeitamente acessíveis.

Agora é necessário desenvolver o crédito à habitação e todas as suas nuances. Do meu ponto de vista o problema não é o preço do apartamento em concreto, mas sim o acesso ao crédito, porque a casa em si não está cara.

*Baixar o preço das casas no Kilamba não seria uma solução?*  
Muitas pessoas já têm falado sobre isso. Não me parece que esta seja a solução mais correcta. Vamos baixar o preço até que valor? Haverá sempre pessoas que não poderão comprar mesmo com preços reduzidos, então o princípio de igualdade vai ser sempre violado. O preço que foi estipulado penso que é um preço justo para aquilo que se está a atribuir.

*Como é que está a segunda fase do Kilamba?*

A informação que temos é que em breve os seis mil apartamentos previstos estarão em comercialização.

*Com os mesmos moldes da primeira fase?*

Não lhe sei dizer. As tipologias tanto quanto eu sei são as mesmas. O processo de comercialização não lhe sei avançar.

*Quanto é que a Delta ganha com a comercialização das casas no Kilamba?*

Como deve calcular este é um acordo confidencial entre a Delta e a Sonangol. O que lhe posso dizer é que não se aproxima sequer dos valores do mercado que são de 3% por apartamento vendido. A delta não funciona apenas como um mera vendedora. temos um protocolo com a Sonangol imobiliária que tem um conjunto de serviços para além da mera comercialização. Para ganhar é preciso vender. Estamos desde Agosto com trinta funcionários e até agora vendemos 120 apartamentos. Agora veja os custos que isto tem em termos operacionais. não sabemos quando é que vamos vender mais. temos lojas no Kilamba e na Mutamba, desde Agosto não estamos a ganhar nenhuns milhões.

**Também não vão perder ...**

Não sei. depende. Suponho que o credito habitação só sai daqui a um ano. uo seja, em um ano vendemos 300 apartamentos, com os custos correntes com funcionários seguros, por aí fora...com o número de fogos que vendemos que e o número de empregos que criamos não estamos a ganhar dinheiro. Estamos cá para dar o nosso melhor e assessorar a empresa que nos selecionou de da melhor forma. A delta não é um mera prestadora de serviços. É uma prestadora de serviços mas com alguma consultoria na are imobiliária que tem a ver com tudo o que envolve a compra do apartamento.

*Como é que olha para actual situação do imobiliário no país?*

O sector imobiliário teve um "boom" a partir de 2002 e as pessoas olharam para a área imobiliária como um sector onde poderiam enriquecer rapidamente. Aconteceu que muitos promotores começaram a comprar terrenos que eram relativamente caros e começaram a construir habitação dita sector médio-alto na cidade de Luanda. E não é aquilo que está construído, mas sim o que está por se construir. E o que está para se construir é que vai ser mais complicado de se vender porque o mercado tem a sua elasticidade mas não é eterno. Em outras províncias ainda será necessário desenvolver um pouco este sector, mas em Luanda, o futuro deve e sem desprimor para ninguém virar-se para a classe média-baixa. Penso que é esta a intervenção que se deve fazer. É necessário encontrar terrenos mais baratos, materiais de construção mais acessíveis, construir com qualidade, para que se possa vender a preços que as pessoas possam pagar.

## 6.22 Centenas de casas sociais erguidas na vila do Dala

*Jornal de Angola*  
28 de Janeiro de 2012

A construção de 200 casas sociais, inscritas no Programa Nacional de Urbanização e Construção (PNUC), na vila do Dala, a cerca de 160 quilómetros a Sul da cidade de Saurimo, província da Lunda-Sul, começou ontem. O soba da comunidade, André Txicolassonhi, disse que a edificação de uma nova urbanização, até Junho, por três construtoras nacionais, atesta o engajamento do Governo angolano para melhorar a vida das populações. O chefe tradicional da vila do Dala considera que a nova urbanização vai incentivar a permanência de professores, enfermeiros e outros técnicos no município.

O projecto foi concebido dentro das normas definidas pelo Programa das Nações Unidas para a Habitação (PNUH), segundo o vice-governador da Lunda-Sul para a área técnica e infra-estruturas.

António Teixeira apresentou a maquete da nova urbanização, que inclui casas geminadas e individuais do tipo T3, áreas verdes e serviços de impacto social.

O contrato com os empreiteiros, acrescentou, prevê a realização das obras em seis meses, não obstante os previsíveis transtornos causados pela chuva e o péssimo estado da estrada entre Saurimo e Ndala, por onde circulam as viaturas com o material de construção.

O director do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Francisco Txiquendja, precisou que o município de Saurimo tem duas reservas fundiárias, cujos solos oferecem condições para a construção de casas e que os projectos incluem a implantação da rede eléctrica, abastecimento de água e saneamento básico.

### **Novas infra-estruturas**

Nos últimos três anos a vila ganhou equipamentos sociais, como uma escola do I ciclo, dez casas para funcionários públicos, incluindo uma protocolar, bem como a expansão das redes de distribuição de água potável e energia eléctrica, e terraplanagem de ruas.

Com a construção de salas, mais crianças foram inseridas no sistema normal de ensino, ao passo que os novos centros de saúde e postos médicos ajudaram a melhorar a assistência à população.

O encanto produzido pela paisagem junto ao rio Tchiumbue, à entrada da vila, é apenas uma parte do potencial turístico do município. A vila do Ndala enfrenta a ameaça das ravinas em três eixos.

O vice-governador da Lunda-Sul, António Teixeira, recomendou acções paliativas, como a cobertura, ra das áreas afectadas com terra proveniente das reservas fundiárias, enquanto as autoridades estudam a solução definitiva.

## 6.23 Construir continua difícil

*Jornal de Angola*  
30 de Janeiro de 2012

O professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Adilson Fontoura, reconheceu em Luanda, que construir casa própria ainda é, para muitos jovens angolanos, um sonho difícil de realizar.

O académico, que falava durante uma palestra sobre “A problemática da Juventude e o Sonho da Casa Própria”, frisou que os preços dos materiais de construção não estão ao alcance de todos.

“Com a subida exorbitante das rendas de casa muitas as pessoas que procuram construir moradias próprias, mas nem sempre é possível por falta de recursos”, afirmou.

Referiu que é difícil uma pessoa sem emprego ou que trabalhe informalmente arrendar uma casa. “Na cidade um apartamento de dois quartos pode custar o equivalente a 600 dólares por mês, com a agravante de que o interessado tem de pagar, no mínimo, seis meses adiantados”, disse.

Este facto, realçou, leva a maioria das famílias a optar por erguer a sua própria casa, sem pensar na localização, “isto porque o mais importante é conseguir espaço para construir e safar-se do senhorio”. Sublinhou que ainda é mais difícil construir casa própria quando o espaço é adquirido a pessoas singulares que, contra todas as normas estabelecidas na lei, comercializam os terrenos a preços exorbitantes.

## 7 TERRA

### 7.1 Reservas estão livres de minas

*Jornal de Angola*  
04 de Janeiro de 2012

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD) na província da Lunda-Sul concluiu a limpeza de uma área com mais de 100 hectares dentro das reservas fundiárias criadas no município de Muconda, para viabilizar o programa de autoconstrução dirigida.

Em declarações a imprensa, o chefe de secção do INAD, Carlos Oliveira, explicou que durante a execução da empreitada que levou 11 meses, os sapadores, integrados numa equipa de 47 funcionários, removeram e destruíram uma mina anti-tanque, 20 anti-pessoal, 168 engenhos não detonados e 1. 844 munições do tipo AKM, além de terem sensibilizado um total de 3. 340 pessoas em distintas comunidades rurais sob o risco de minas.

Carlos Oliveira perspectiva, para este ano, a limpeza das margens sobre o rio Cassai, área que circunda a sede comunal de Cassai-Sul, para permitir que a população local possa lavar em condições de segurança. A actividade de desminagem no país conta com a contribuição de operadores e parceiros da Comissão Nacional de Desminagem.

### 7.2 Construção de casa em terraço provoca litígio entre vizinhos

*Jornal O PAÍS*  
06 de Janeiro de 2012

Os moradores do Prédio número 19, vulgo Prédio da Pinguim, localizado na rua do 1º Congresso do MPLA, na Ingombota, estão descontentes com a Administração Municipal e a Direcção Provincial de Fiscalização por não impedirem a construção de uma residência no terraço do edifício.

Segundo eles, as obras de construção do imóvel de madeira (com armação de ferro) de dois quartos, sala, cozinha e casa de banho começaram a ser realizadas há mais de 30 dias por um jovem, identificado apenas por Gama, que vive no 6º andar com os seus progenitores.

O coordenador da Comissão de Moradores do referido prédio, Alfredo Gonçalves, disse a O PAÍS que não foi consultado pelo proprietário da obra e que já apresentou queixa aos mais altos representantes do governo provincial a nível do município, mas nenhuma medida foi tomada.

A equipa de reportagem de O PAÍS constatou que para além de edificar a residência, o jovem Gama privatizou uma parte do terraço, transformando-o em seu quintal, ao aplicar um portão de entrada, cujas chaves só ele possui.

“Ele está a fazer ali uma residência para viver com a sua família e por não estar interessado em mudar do bairro onde cresceu”, disse um dos moradores do sétimo andar, que se encontrava a limpar as escadas.

Consta que existe m outro morador, identificado por Yavo, que transformou a casa do elevador em casa de banho do imóvel onde reside há mais de dois anos.

De acordo com o proprietário do apartamento 11-E, localizado no 11º andar, a construção de residência naquele terraço pode ser considerado um empecilho para os órgãos de segurança. É um dos locais onde se têm posicionado alguns efectivos quando algumas entidades deslocam -se à Assembleia Nacional.

“Tanto os moradores do 9º, 10º como os do 11º andar estão a sofrer com as consequências causadas pelas furações que o senhor Yavo fez no edifício para transformar a casa do elevador em parte do seu imóvel”, disse um dos mais antigos moradores daquele edifício.

O nosso interlocutor contou que na altura em que o seu vizinho estava a apoderar-se de forma ilícita do elevador, os moradores tentaram impedir que as obras prosseguissem, a mas ele recorreu-se ao facto de ser efectivo da Polícia para amedronta-los. Agastado com este situação, ele recorreu à lei que proíbe a construção de residências em terraços para manifestar o seu descontentamento em saber que o Governo não está a retirar as pessoas que vivem nestas condições e nem a impedir que novos focos sejam erguidos.

Na sua óptica, apesar de os apartamentos serem privados, adquiridos ao Estado, o Executivo devia aumentar a fiscalização para evitar que sejam modificados a bel-prazer dos moradores sem respeitarem as leis.

A outra preocupação do proprietário do imóvel prende-se ainda com o facto do senhor Gama ter destruído a base de betão armado que fizeram na época da chuva no terraço para impedir que a água das chuvas penetra -se no seu imóvel.

A equipa de reportagem de O PAÍS pode constar que o imóvel já tem luz eléctrica e que uma outra parte do terraço serve de ginásio e está totalmente coberta com chapas de zinco. No edifício que está por detrás do prédio da Pinguim a história se repete. Este tipo de construções constitui uma violação ao artigo 1º do Regulamento

nº 5 da Lei-quadro das Transgressões Administrativas que proíbe a realização de obras sem previa autorização em qualquer área comum dos prédios.

Por outro lado, o artigo 3º do Regulamento nº 9 da mesma lei, estabelece que “os proprietários que edificarem, reedificarem ou por qualquer modo alterarem as suas edificações sem obterem a aprovação do respectivo projecto, bem como os que na execução da obra alterarem o projecto aprovado, incorrem a multa de dez mil Kwanzas”.

No primeiro parágrafo deste artigo consta ainda que “independentemente desta pena, ós proprietários encontrados em contravenção são obrigados a demolirem o que tiverem construído, logo que para isso forem intimados sob pena de ser efectuada imediatamente a demolição à custa do transgressor”.

O PAÍS tentou contactar na quinta-feira, 5, os senhores Yavo e Gama mas não tivemos êxito. Eles não se encontravam em casa e não havia ninguém que pudesse prestar mais informações.

### 7.3 Administração da Ingombota Procura Solução para desalojados do Maculusso

*Jornal O País*

*13 de Janeiro de 2012*

Os irmãos Gorita, actualmente a residirem numa cabana de menos de metro e meio de altura, feita com um conjunto de lonas, panos e tábuas, foram convocados para comparecerem Quarta-feira na sede da Administração Municipal da Ingombota para se tentar encontrar uma solução no diferendo que os opõe à cidadã Isabel da Cruz, que alega ser a proprietária da residência onde viviam.

O encontro desta semana aconteceu depois de os Gorita receberem a visita de um alto responsável daquela instituição, que se sentiu inconformado com a situação que a família vive, numa casota construída com materiais rudimentares como panos, paus, ferros e cadeiras.

Segundo apurou O PAÍS, o encontro não surtiu os efeitos desejados pelos desalojados, mas a administração ficou em posse dos documentos apresentados pelos Gorita e também por Isabel da Cruz.

Os Gorita pretendem permanecer defronte à casa onde estiveram durante algumas décadas como forma de protesto, embora as condições aí existentes sejam precárias.

Zélia Silva, que é membro da família e que esteve presente na reunião, revelou que “o presidente da administração informou-nos que dentro de dias nos poderiam dar uma casa no Zango até que se encontre uma solução”.

A posição do presidente da administração terá esbarado, segundo Zélia Silva, numa decisão da directora da Habitação, Rosa Micoló, que prefere a( antes inspecionar minuciosamente os documentos em posse das duas famílias e depois tomar uma posição.

De acordo com alguns relatos prestados pela família desalojada, Isabel da Cruz, a quem não aceitam tratar de madrastra por nunca terem vivido com ela, partilhou a casa com o pai, Ernesto Gorita, a partir de 1976 e tiveram três filhos. Os desalojados garantem que depois de rompida a relação, a mulher procurou outra moradia, tendo ficado no Maculusso o inquilino legal do Estado, Ernesto João Francisco Gorita, que em 1986 começaria a coabitar com Rebeca da Silva, com a quem teve 10 filhos. O pai negociou a compra do imóvel com o Estado, tendo conseguido em 1993 com a concessão do Termo de Quitação, um documento que, segundo juristas contactados por O PAÍS, confirma a aceitação do Estado, faltando apenas a assinatura da escritura.

A celebração do acordo até ao Termo de Quitação atribui ao Estado a responsabilidade de ter apenas um titular, passando a venda posterior da casa a ser direito do “proprietário”.

Um dos advogados de defesa que esteve inicialmente com o caso da disputa da residência defendeu que a mesma ficasse como herança de todos os filhos do proprietário legítimo.

A apologia não agradou a Isabel da Cruz, que se engajou para ganhar a compra da casa por via do tribunal, sob a advocacia de Carlos Kavukila, ex-administrador do município de Cacuaco, agora nas vestes de director do Gabinete Jurídico do Governo da província de Luanda. Os advogados da família Gorita consideram que o acórdão da 3ª Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda (TPL) possui dois erros graves.

O primeiro tem a ver com o facto de o próprio Estado ter vendido uma só residência por duas ocasiões e a duas pessoas diferentes, nomeadamente a Ernesto João Francisco Gorita, em 1993, e a Isabel José Ricardo da Cruz, a menos de ano e meio”. A fonte observa que tal acção constitui burla por defraudação, de acordo com a lei em vigor.

Na segunda alegação, as fontes invocaram o ponto de vista da validade do contrato de compra e venda.

Questionaram como era possível o processo, que desembocou no despejo executado dos herdeiros da casa, ter durado menos de sete meses, quando a diligência do expediente implicava a venda, o cadastro do referendo na Conservatória do Registo Predial e outros procedimentos que o interlocutor preferiu não mencionar.

## 7.4 Arrendamento de imóveis termina em litígio

*Jornal O País*

*13 de Janeiro de 2012*

Marcelina António Vaz, 51 anos, acusa Ana Bela Valente, de se ter valido do papel de alta funcionária do Tribunal Provincial de Luanda (TPL) para tentar apropriar-se do seu imóvel, situado no Complexo da Logitecnica – UEE, vulgo Complexo da Samba.

A primeira conta que arrendou o imóvel de dois quartos, sala, dispensa e casa de banho ao preço de mil dólares/mês à funcionária judicial por um prazo de um ano. Mas diz que ela acabou por ficar um ano e sete meses há mais, por se ter recusado a devolver a residência dentro dos prazos estabelecidos.

“Na altura em que negociamos, acordamos que se deveria efectuar algumas obras de reabilitação do imóvel, o que não aconteceu. E no momento em que eu quis reaver a casa ela exigiu que fosse reembolsada em oito mil dólares pelas obras que teria feito”, explicou Marcelina Vazo Acrescentou que aquilo era uma aberração porque “a única coisa que ela fez foi construir o balcão que separa a cozinha da sala”.

A queixosa disse que a sua inquilina exigia o pagamento dos valores acima mencionados como condição para desocupar o imóvel e que havia contratado os serviços de uma empresa de segurança para a sua entrada na propriedade que diz lhe pertencer.

Ana abandonou o imóvel sem lhe ter comunicado directamente, após uma ordem judicial. Recordando o passado, Vaz contou que antes de travar esta “dura batalha”, mantinham uma relação saudável e dedicava-se à troca de moeda estrangeira na baixa da cidade. Atendendo a sua situação de invalidez, pediu aos seus familiares e irmãos em Cristo que continuem a apoiá-la. O clima de tensão que se instalou entre as duas famílias agravou-se ainda mais no dia 24 de Dezembro, quando um dos filhos de Marcelina Vaz se cruzou com Ana Valente num dos supermercados da rede Shoprit. O jovem é acusado de a ter ameaçado de morte, o que deixou Ana Valente com os nervos a flôr da pele e, em companhia de uma amiga, foi explicar à ex-senhoria o

que se passara. E que aconselhasse o rapaz a não praticar tal crime. Mas, para o seu espanto, a mãe não acreditou que o seu filho tivesse aquele comportamento e bateu-lhe com a porta na cara. Esta situação provocou uma briga que teve que ser apaziguada pelas autoridades policiais.

Segundo uma fonte ligada à família da funcionária do TPL, a acusada não teve interesse em se apropriar do imóvel e nem se quer exigiu oito mil dólares para desocupa-lo.”O que se passou foi que a senhoria estava a exigir a desocupação da casa sem ter cumprido os pressupostos legais, que é a emissão de um aviso prévio, contendo um prazo, para que o inquilino possa procurar uma nova residência”, explicou.

Por outro lado, a nossa fonte disse que a sua parente ficou preocupada ao notar que o imóvel está em nome da cidadã Domingas Pedro Vaz e quem assinou o contrato de arrendamento é um outro indivíduo chamado de Domingos Pedro Vaz.

Quanto a isto, a senhora Marcelina Vaz esclarece que o imóvel pertencia à uma das suas filhas que já faleceu e quem rubricou o contrato foi bum dos seus filhos. A morte da sua descendente tornou-a herdeira legítima.

## 7.5 Gestor público condenado a nove anos de prisão

*Jornal AGORA*

*14 de Janeiro de 2012*

O Tribunal provincial condenou, nesta quarta-feira, Rui Moçambique (R. M. ) a nove anos de prisão maior por ter considerado ilícita a venda de um terreno de 1.200m<sup>2</sup>, anexo ao jardim da Sé Catedral e indemnizar o ofendido em 17 milhões de kwanzas.

Segundo o acórdão, em 2006, o antigo chefe dos serviços de gestão e desenvolvimento urbano teria adquirido o direito de superfície sobre o terreno com o parecer favorável do ex-administrador do Lubango, Vigilio Tyova (V. T. )

Na posse do contrato, R. M. negociou com um empresário chinês que viria a pagar cerca de 150 mil dólares dos 3 milhões e 500 mil dólares inicialmente acordados. O tribunal considerou nulo o contrato de concessão entre R. M. e o antigo edil do Lubango, por ser uma zona urbana e não integrar o plano urbanístico.



Em face disso, o responsável seria advertido para a devolução dos montantes ao ofendido, mas não cumpriu, por alegadamente ter gasto o dinheiro no pagamento de dívidas e a construção de uma residência num dos bairros da cidade.

Para além disso, o tribunal considerou o espaço como um bem público, por conter jardins e urinóis, sendo que “o negócio feriu os princípios estabelecidos”.

A defesa do réu interpôs recurso ao Tribunal Supremo com efeito suspensivo, mas o juiz recusou-se, despachando-o com efeito devolutivo evitando, deste modo, que R. M. aguardasse em liberdade.

A audiência de mais de duas horas ficou marcada com forte presença policial, lágrimas, choros e desmaios de familiares próximos do arguido que arrisca cumprir pena superior a estipulada, por demonstrar dificuldades na devolução de valores extorquidos ao chinês.

Esta condenação agita vários círculos locais, por considerarem que por detrás da trama estará também o governador provincial Isaac dos Anjos, ávido de ver V. T. atrás das grades. Este jurista, porém, voltará a depor no julgamento de Gaudêncio Clemente, ex-chefe do gabinete do plano da administração municipal detido na Comarca há mais de um ano.

## 7.6 Obras de infra-estruturas na recta final de execução

*Jornal de Angola*  
20 de Janeiro 2012

O director do programa de requalificação urbana do distrito do Sambizanga afirmou ontem, em Luanda, que as obras de infra-estruturas nesta área estão executadas em 80 por cento.

Bento Soito, que também é responsável pela requalificação do município do Cazenga, afirmou à Angop que já estão realizadas, no distrito do Sambizanga, as obras relacionadas com as redes de drenagem, esgotos, rede viária, energia eléctrica, água e telecomunicações.

Referiu que, nos próximos dias, tem início a construção de escolas, centros de saúde e esquadras policiais. Explicou que foram realizadas consultas aos moradores para se identificar o tipo de equipamento social que devia ser implantado nas suas áreas de residência. “Concluído o levantamento, remeteu-se o programa aos projectistas, estando em fase de conclusão o projecto dos equipamentos sociais”, disse.

O director afirmou estar satisfeito com o ritmo de execução das obras. Segundo afirmou, se o programa prosseguir com o mesmo ritmo, o gabinete de requalificação pode cumprir à meta de dois anos, traçada para a conclusão das obras da primeira fase.

Bento Soito deu a conhecer que, no segundo semestre de 2011, o Gabinete de Requalificação do Cazenga e Sambizanga começou a implementar um programa de marketing interactivo, para permitir um maior contacto com os moradores.

## 7.7 Engenharia militar acelera desminagem na reserva fundiária da Carreira de Tiro

*Jornal de Angola*  
20 de Janeiro de 2012

A equipa de engenharia da 11 Região Militar das Forças Armadas Angolanas, em Malange, promete entregar, até Setembro, os 212 hectares da reserva fundiária do bairro Carreira de Tiro III Livres de engenhos explosivos, para facilitar o desenvolvimento do Programa habitacional do Executivo na província.

Do local, foram removidos e destruídos, durante o ano passado, sete minas anti -tanque, 21 anti -pessoal, 244 munições diversas e 229 engenhos não detonados. Em declarações ao Jornal de Angola, o chefe da repartição de engenharia daquela estrutura militar, tenente-coronel Luciano Sebastião, disse que as equipas estão a acelerar os trabalhos para permitir o arranque das obras nas datas previstas.

Além do bairro Carreira de Tiro III, está em curso a limpeza de 600 hectares no bairro da Cangambo e 2. 600 hectares na Catepa, onde se fez já um loteamento parcial dos projectos de habitação e outras infra-estruturas sociais. Já foram desminados 30 hectares no Bairro da Carreira de Tiro 11.

A província conta com 30 reservas fundiárias, espalhadas pelos 14 municípios, das quais 17 já estão aprovadas e publicadas em Diário da República, sendo que para as restantes decorre o processo de legalização pelos órgãos competentes do Estado.

as municípios de Malange (sede provincial) e Cacuso vão beneficiar de seis mil casas em 20 11 a serem construídas pelo Executivo no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Construção.

a município sede da província vai beneficiar de 5. 750 e 250 para Cacuso. A execução insere-se na primeira fase

do Programa, que vai estender-se às demais municipalidades. O governo provincial deu igualmente início a um programa para aumento e continuidade da oferta de terrenos aos cidadãos, para a autoconstrução dirigida em espaços já desmatados, fora das reservas fundiárias do Estado. Do plano do governo de Malange para este ano constam ainda acções. para dar solução à problemática dos prédios inacabados ou em mau estado de conservação e alguns sítios, além da reparação de ruas estruturantes que dão acesso aos bairros da Maxinde, Canâmbua, Carreira de Tiro, Camoma e Ritondo. Casas sociais no Bié a governo da província do Bié projecta construir este ano 200 casas sociais em sete municípios da província, num total de 1. 400 residências, informou na quarta-feira o governador Boa vida Neto.

Os outros dois municípios (Cuito e Andulo) não estão contemplados no projecto, por estarem abrangidos pelo Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que contempla sete mil casas nas duas localidades.

Até ao final deste mês vão estar concluídos os planos urbanísticos das reservas fundiárias, numa extensão de 25 hectares em cada município, garantiu o governador. a governo provincial abriu um concurso público para a execução de obras do plano urbanístico das reservas fundiárias nas vilas de Kunhinga e Nhârea (norte), Chitembo (sul), Katabola, Kamacupa e Kuemba (leste) e Chinguar, a sudoeste. Até Junho, vão ser construídas 300 casas no município do Cuito (Bié), na área de Chissindo, a cerca de seis quilómetros a sul da capital provincial. Estão também preparados 30 hectares, de um total de 180, para residências sociais, enquadradas na primeira fase do Programa habitacional do Executivo. Boavida Neto disse que, se tudo correr como preconizado, até ao final do ano vão ser erguidas 1. 200 residências sociais no Chissindo.

A para das residências, as autoridades estão a construir diversas infra-estruturas socioeconómicas, tais como Hospital Municipal, centro de formação feminina, escola de 12 salas de aula do Chissindo e moradias. O centro comunitário, o futuro lar da terceira idade, afecto à direcção da Assistência e Reinserção Social (Minars), Sé Catedral da Igreja Católica, parque infantil são outras obras que mereceram intervenção.

## 7.8 Litígio habitacional agita Benguela

*Jornal A CAPITAL*  
21 de Janeiro de 2012

Isto é, pelo menos, o que consideram fontes locais deste semanário, destacando que, desta vez, a situação atingiu a chefe de redacção da Delegação Provincial de Benguela

da Agência de Notícias Angola Press (ANGOP), Irma da Conceição Alves Mendes.

Jornalista há mais de 16 anos ao serviço do Estado angolano, vê-se agora deparada com o risco de poder vir a ser despejada com dois filhos menores. Tudo, porque, segundo nossas fontes, um "fazendeiro" quer transformar a residência dela, parte de um conjunto de outras, em armazéns.

No local residiam dois inquilinos, nomeadamente, Irmã da Conceição Mendes e José Manuel Sanches, este, entretanto, falecido em Junho de 2010 vítima de ataque cardíaco, supostamente, originado pela ordem de despejo que lhe foi dada pelo senhor António Manuel Monteiro (Nelito).

Tanto Irma de Mendes como José Sanches eram inquilinos da Direcção Provincial da Habitação. Só que, relatam nossas fontes, que quem recebia as rendas, mas de forma fraudulenta, é o presidente fundador do clube desportivo 1º de Maio, Nelito Monteiro, que, alegadamente, pela grande influência de que goza, nunca lhe foram pedidas contas pelos 70 mil dólares norte-americanos/mês que recebia até há pouco tempo.

Outrossim, um despacho do governador da província a favor de Nelito Monteiro, terá influenciado o juiz, António Jolima, a parar com o processo que corria os seus trâmites."Se o governador já assinou eu vou fazer mais quê", diz António Jolima.

A atitude do magistrado de não ouvir mais os intervenientes no caso, sustentam as fontes, terá provocado um grande alvoroço no seio da família de Irma da Conceição e do falecido José Morais.

O Juiz de direito do Tribunal Provincial de Benguela, junto da Sala do Cível e Administrativo, António Jolima, é acusado de ter agido de má fé ao decidir que já não julgaria o litígio, que envolve os senhores José Manuel Sanches de Morais, Irma da Conceição Alves Mendes, e o senhor Nelito Monteiro.

Aqui entra em cena o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação e Ambiente, Zacarias Camwenho Cassoma Chicumbo Henriques, tido como compadre de Nelito Monteiro, que, nessa condição, revoga o Contrato de Arrendamento de Irma da Conceição Alves Mendes.

Por seu turno, o governador da província é citado como tendo exarado o despacho nº 50001, datado de 07. 12. 11 em cujo teor lê-se:"aprovo as propostas e agir em conformidade".

Entretanto, outras testemunhas ligadas ao caso, defendem que o litígio deve-se ao facto de Nelito Monteiro pretender que os seus antigos vizinhos abandonem aquele local, para que ele, agora dono, apoderar-se do mesmo. Os outros discordam, pois, atestam, na verdade, Nelito Monteiro era apenas arrendatário de dois armazéns que fazem parte de uma loja localizada do outro lado da rua, a Fertiangola.

O espaço em disputa, localizado na Rua António José de Almeida, na cidade de Benguela, inclui três residências e três estabelecimentos comerciais na mesma travessa, conforme a Matriz Predial Urbana nº 989, designadamente, armazéns, um anexo com dois quartos, uma sala, uma cozinha e um WC, onde reside a senhora Irma da Conceição Alves Mendes, mais outros dois anexos habitados há mais de 30 anos, pelo falecido José Manuel Sanches de. Morais, cujos filhos estão sem eira nem beira.

Ao documento que apresentou, afirmam, Nelito Monteiro junta outro Termo de Aquisição que, alegadamente, carece de autenticação, datado de 25 de Julho de 2008.

Os reclamantes, porém, dizem que já tinham um contrato de arrendamento com a Direcção Provincial de Habitação que deveria ser dado à preferência de compra, tendo em conta que residem no local há mais de 30 anos, enquanto que Nelito Monteiro era apenas arrendatário de armazéns com pretensões de fazer deles depósito de pesticidas e outros materiais.

Um parecer do Gabinete Jurídico do Governo Provincial de Benguela, a que este jornal teve acesso, endereçado ao governador, assinado por Rosa da Conceição Njepele, diz, no seu ponto 07, que a aquisição do imóvel pelo senhor Manuel Monteiro não cumpriu os parâmetros previstos na lei, podendo-se arguir a nulidade do referido acto,”nos termos da alínea d), do artigo 76º do Decreto-Lei nº 16-N95.

O mesmo foi comunicado à sala cível do Tribunal onde decorre a acção, ao Cartório Notarial da Comarca de Benguela, bem como à Conservatória de Registos de Imóveis, à luz do n.º 2 do artigo 77º, do diploma acima mencionado.

### **Cruzada de despachos**

Entretanto, este jornal teve acesso a vários documentos relacionados com o caso. Um deles, endereçado ao governador provincial de Benguela, despachado pelo director do gabinete deste, José Filipe, destaca:”cumpre-nos comunicar para o conhecimento e cumprimento, a nota nº196/19/ GCDINH/2011, sobre o assunto em tópico, proveniente do Departamento Provincial do

Instituto Nacional de Habitação, (DPINH), datado de 03. 10. 11”.

Outro documento da Comissão Provincial para Venda do Património Habitacional do Estado (CNVPHE) contradiz:”O contrato não pode ser anulado porque existe já um processo aprovado pela CNVPHE, a favor da cidadã Irma da Conceição Alves Mendes”.

No seu despacho do DPINH, expressa (preocupação pelo episódio um tanto caricato que resultou na anulação do Contrato nº3031/2010 entre a DPOTUHA e a senhora Irma da Conceição Alves Mendes”.

Acrescenta que tal procedimento é para o DPINH, ilegal, porque é reservado ao Tribunal a competência de decretar rescisão de contratos nos termos previstos na Lei”.

“Não estando a inquilina em falta ou incumprimento com relação aos postulados no artigo 46º do Decreto nº43525, é deste modo considerado improcedente o acto e, como tal, desprovido de legalidade”, enfatiza ainda o texto endereçado ao governador provincial, com a data de 01 de Setembro de 2011. Estranho é que mesmo com estes documentos todos, os responsáveis de Benguela tentam fazer óleo de boi.

### **Alterou a matriz**

Nelito Monteiro é acusado de ter alterado a matriz inicial para conseguir autenticidade e reprovar os documentos todos que favorecem a cidadã Irma Mendes, e daí, ter, legalmente, em sua posse o imóvel.

Porém, como dizem as fontes, já existem documentos passados pelas mesmas entidades, a favor dos inquilinos. O director provincial da Habitação e coordenador da CPVPHE, Miguel Maiato, aparece como”facilitador de Nelito Monteiro.

“Nunca teve contrato de arrendamento dos imóveis” não tinha pelo menos nenhum documento que diz que ele pagava a renda dos imóveis que diz ser proprietário”, ressaltou uma fonte.

Os queixosos socorrem-se do artigo 18º da Lei Constitucional, segundo o qual, todos os cidadãos têm os mesmos direitos, sendo um deles, o à habitação.

Mas aqui, queixam-se, o Governo quer que o militante e membro do Comité Provincial do MPLA, Nelito Monteiro, resolva os seus interesses em detrimento dos seus vizinhos.

“É preciso que se ponha termo a este círculo vicioso que até já manchou demais a reputação que a província ostentara outrora”, acrescenta.

O A Capital tentou ouvir a redactora da Angop, mas não aceitou gravar entrevista. Contudo, numa conversa mantida com ela, deixou claro que precisa da casa e, já que o Juiz do Tribunal de Benguela não vai ouvir mais ninguém, já despachou, promete escrever à Assembleia Nacional ou ao Presidente da República.

Localmente a jornalista conta apenas com apoio da Comissão Nacional para Venda do Património Habitacional do Estado, até porque, tem há mais de dois anos, um processo de aquisição de terreno na Administração Municipal de Benguela.

## 7.9 Habitações em áreas de risco sob ameaça de desabar

*Jornal de Angola*

*21 de Janeiro de 2012*

A Direcção Provincial da Huíla do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros afirmou, ontem, através do seu porta-voz, que mais de cinco mil casas construídas junto a margens de rios, sopés de montanhas e ravinas, na cidade do Lubango, correm o risco de desabar.

João Saldanha disse que a instituição se inteirou da situação depois de uma aturada inspecção e avaliação que efectuou, na primeira quinzena deste mês, sobre o estado de conservação das moradias construídas em zonas de risco, na periferia da cidade.

A maioria das habitações em risco de desabamento localiza-se nos bairros Lucrécia, Agostinho Neto, Joaquim Kapango, Nambambe, Lalula, Mitcha e Dack-Doy. Os proprietários já foram aconselhados a abandonar as residências “para se evitar o pior”, frisou.

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros já endereçou um documento ao governo da província da Huíla, tendo em vista o realojamento das famílias em zonas de maior segurança.

As autoridades da província, disse João Saldanha, apelam constantemente à população para não construir em zonas de risco e desencoraja a compra de terrenos fora do circuito administrativo. Durante o ano passado, centenas de casas construídas em zonas de risco, na cidade do Lubango, desabaram em consequência das chuvas.

## 7.10 Administração esta preocupada com a ocupação ilegal de terrenos

*Jornal de Angola*

*25 de Janeiro de 2012*

Elementos desconhecidos estão a ocupar e a vender ilegalmente terrenos de camponeses do município de Belas, denunciou, ontem, em Luanda, a administradora municipal, Joana Quintas.

No final da visita de campo que efectuou à circunscrição, Joana Quintas explicou que os referidos elementos argumentam ser trabalhadores da ex-administração municipal da Samba e garantiu que vai apurar a verdade dos factos junto dos antigos responsáveis.

Disse não acreditar que os antigos responsáveis da samba tenham ordenado a ocupação e venda ilegal de terrenos dos camponeses.

A administradora municipal prometeu encaminhar os elementos que praticam estes actos para a justiça e proceder à devolução das terras aos camponeses.

“Temos de pôr ordem na situação que mancha o governo”, referiu, depois de visitar os bairros Tanque e Tanquel, e em resposta a uma denúncia dos camponeses.

## 7.11 Parlamento aprova o código Tributário

*Jornal de Angola*

*26 de Janeiro de 2012*

A Assembleia Nacional aprovou ontem por maioria o novo Código Geral Tributário, diploma que cria um regime tributário simplificado, capaz de integrar de forma rápida e menos onerosa, no sector formal da economia, os micro e pequenos negócios que existem no sector informal.

O diploma, que contou com os votos contra das bancadas parlamentares da FNLA e PRS, e a abstenção da UNITA, foi apresentado pela secretária de Estado das Finanças, Valentina Matias. O documento estabelece a cobrança de impostos e taxas a quem tenha maiores rendimentos, promovendo a equidade na redistribuição da riqueza nacional.

A Lei define que a sala do Contencioso Fiscal e Aduaneiros dos Tribunais Provinciais são competentes para julgarem as transgressões e os crimes tributários, determinando que enquanto não forem criadas e instaladas as salas do Contencioso Fiscal e Aduaneiro em todas as províncias do país, a sala do Civil e administrativo é competente para julgar as transgressões tributárias e a sala dos Crimes Comuns os crimes tributários.

O deputado da UNITA Raul Danda sugeriu a inclusão no diploma do pagamento de impostos por parte dos músicos, organizadores de festas, cantores e desportistas, e que o país avance para um sistema fiscal unificado, “uma tendência da maior parte dos países do mundo, incluindo os da região da SADC”. Na sessão, que contou com a presença dos membros do Executivo, os deputados também aprovaram a Lei de Autorização Legislativa sobre a Atribuição de Incentivos às Empresas Petrolíferas angolanas.

### Incentivos

O ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, que apresentou o diploma, disse que o objectivo é cidadãos angolanos e sejam estabelecidas as condições necessárias para o efeito.

Ontem, os deputados aprovaram ainda o Projecto de Resolução que aprova a Proposta de Alteração dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional Sobre a Reforma do Conselho Executivo e o Projecto de Resolução que aprova o texto do segundo Acordo de Cotonou Revisto.

A Proposta de Alteração dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional Sobre a Reforma do Conselho Executivo, diploma apresentado pela secretária de Estado das Finanças, Valentina Matias, diz que, no âmbito da reforma, os países membros têm sido convidados a pronunciar-se sobre a Ratificação da proposta de emenda aos artigos de acordos sobre a composição do Conselho Executivo.

Angola, na qualidade de membro de pleno direito do Fundo Monetário Internacional, foi convidada a pronunciar-se sobre a ratificação da proposta de emenda aos artigos de acordos desta instituição financeira internacional sobre a reforma do seu Conselho -Executivo.

O Projecto de Resolução que aprova o texto do segundo Acordo de Cotonou Revisto entre os países do ACP e a União Europeia foi apresentado pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço.

O documento, aprovado por unanimidade, esclarece que o acordo é o principal instrumento que regula as relações de cooperação entre o Grupo ACP e a União Europeia. O diploma tem como objectivo o desenvolvimento conjunto de esforços com vista aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, com destaque para a redução da pobreza, a sua erradicação e a interacção progressiva dos países de África, Caraíbas e Pacífico na economia mundial através da cooperação com a União Europeia.

## 7.12 Autoridades apostam no relançamento da actividade pesqueira e agro-pecuária

*Jornal de Angola*

*26 de Janeiro de 2012*

As autoridades do Kwanza-Norte estão prestes a concluir um estudo para o relançamento da actividade agro-pecuária e pesca continental na província, anunciou ontem ao Jornal de Angola, em Ndalatando, o governador provincial.

Henrique Júnior disse que as autoridades locais pretendem devolver ao planalto de Camabatela e às lagoas e rios existentes no município de Cambambe o seu verdadeiro papel no desenvolvimento económico do Kwanza-Norte.

No planalto de Camabatela, está em fase de conclusão um estudo para o relançamento da produção agro-pecuária, orientado pelo Ministério da Agricultura e que prevê o loteamento dos espaços e sua distribuição aos interessados, sem prejuízo para aqueles que já existem.. O planalto de Camabatela possui cerca de 800 mil hectares repartidos pelas províncias do Kwanza-Norte, Uíge e Malange, O governador da província lembrou que os estudos visam criar um ambiente propício para o desenvolvimento da agro-pecuária e pescas..

Em relação ao gado de corte, a estratégia das autoridades da província do Kwanza- Norte visa o resgate do papel que o planalto de Camabatela teve em finais da década de 70.”Este é um projecto que está de pé”, sublinhou, notando que já existem alguns cidadãos a trabalhar no município de Ambaca para a criação de gado e reposição das culturas tradicionais da localidade.

“Em função do estudo que está a ser feito no planalto de Camabatela, acreditamos que, este ano, o projecto de relançamento agro-pecuário dá os primeiros passos e vai devolver o seu papel fundamental na economia da província”, salientou.

O director provincial da agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas no Kwanza- Norte, Humberto Mesquita, reiterou a aposta do governo no meio rural, notando que tal passa pelo desenvolvimento do planalto de Camabatela. O planalto de Camabatela possui apenas 5. 508 cabeças de gado bovino, muito aquém das mais 70 mil que existiam até meados da década de 70.

O responsável admitiu que a situação resulta da falta de ocupação efectiva das fazendas pelos novos proprietários e dos escassos investimentos nas mesmas.

Humberto Mesquita acrescentou que a falta de estruturas básicas, sobretudo mangas de vacinação, inviabiliza, também, o crescimento da população bovina. “A maioria das fazendas está abandonada e não é visível qualquer intervenção das pessoas que as ocuparam”, disse, garantindo existirem no planalto condições para a assistência veterinária dos animais.

Em Dezembro de 2011, o governo iniciou a entrega das primeiras 1500 cabeças de gado bovino aos criadores do planalto de Camabatela, sob orientação do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MINDER).

Na altura, o ministro Afonso Pedro Canga alertara as pessoas que detinham grandes extensões de terra, mas incapazes de explorá-las, que perderiam os respectivos títulos de propriedade.

### **Novos proprietários**

Dos agricultores que trabalham nos espaços que o governo provincial e o MINDER atribuíram para a actividade agro-pecuária, Henrique Júnior reconheceu que têm tido êxito, pois, sublinhou, produzem muito. Além da mandioca, lembrou que as culturas do milho e da batata têm dado muitos rendimentos aos agricultores do Kwanza-Norte. “Os agricultores têm mostrado que, com o trabalho, querer e vontade, podem conseguir tudo” sublinhou. O estudo sobre o plano de desenvolvimento do planalto de Camabatela prevê, além de sanções, com a retirada dos títulos para as pessoas que não dão aproveitamento às terras, delimitar a extensão do território, que pode ser distribuído a cada empresário.

O governo do Kwanza-Norte projecta, também, a recuperação da produção horto-frutícolas no baixo Kwanza, como a banana, os citrinos, ananás e de outras frutas tropicais e semi-tropicais nos municípios do Cazengo e Lucala, bem como o apoio às pequenas empresas familiares para incremento da produtividade e promoção do desenvolvimento das respectivas comunidades e empresas.

O programa contempla o sector florestal, aliando uma correcta política de corte a um processo progressivo de industrialização local dos produtos florestais.

## **7.13 Casas construídas em cima de cemitério informal**

*Novo Jornal*

*27 de Janeiro de 2012*

Em meados da década de 90 registou-se a ocupação e venda desenfreada de terrenos em vários pontos dos arredores da capital, dando lugar aos bairros emergentes, alguns deles cúmplices de ilegalidades, das quais resultou a fixação de pessoas provenientes de zonas de guerra. Os novos “inquilinos” de Luanda vinham sobretudo do Huambo e do Bié. Juntos deram corpo ao crescimento dos novos bairros. De Benguela também vieram alguns, menos, é certo.

A anarquia é visível ainda na forma como se dispersam as casas, sem o mínimo cumprimento das normas de construção estabelecidas administrativamente. Afinal de contas, não havia quem fiscalizasse os “construtores”, originando a falta de planeamento urbano, com ruas tão apertadas que impossibilitam a circulação de duas viaturas, em sentidos opostos, ao mesmo tempo.

Foi desta maneira que nasceu o bairro do Grafani12 (mais conhecido como Fofoca, interior do Grafani1), um lugar que se tornou habitável há mais de uma década, registando um grande crescimento populacional em muito pouco tempo. Naquele lugar abundavam lavras. Hoje esse imenso espaço agrícola está ocupado por casas.

Jonas Carlos (nome fictício), um dos primeiros habitantes daquelas cercanias embora reconheça já ter encontrado outros moradores ali instalados, não quis ser identificado temendo retaliações por parte dos vizinhos. O homem recorda que ali, perto do lugar onde mora, existia um cemitério, mas ninguém consegue dizer ao certo onde é que foram parar os defuntos que jazem naquele monte de terra acastanhada invadida pelo betão das casas.

Com as dimensões inferiores a um campo de futebol, vedado artesanalmente, o referido “campo santo”, que existiu até pouco depois do ano 2000, tinha à volta apenas lavras para o cultivo de mandioca e manga, produtos que abundavam naquelas zonas, ante os olhos de quem passava por perto. Sepulturas sem descrição indicavam que estava a nascer um novo cemitério. Delas já não existe rasto visível, apenas vestígios que, com escavações, se tornam visíveis. Depois de vários anos, o cenário mudou e desapareceu, perdendo espaço para a ocupação desenfreada e a consequente construção de casas, que profanou os mortos ali enterrados. Há quem diga que eram familiares de camponeses que, sem muitas possibilidades, enterravam os seus entes queridos naquele espaço, de maneira informal.

### Sepulturas no quintal

A rua do Lopes (proprietário de um armazém conhecido que acabou por dar nome ao arruamento) e a rua do Embondeiro são os pontos de demarcação que confirmam a existência de um anterior cemitério e que deu à equipa de reportagem a indicação de estar no local certo. Segundo alguns inquiridos que moram no referido bairro, “há corpos ali enterrados, sim”.

Crianças atentas à nossa presença também confirmaram o facto. Com idades compreendidas entre os nove e os 15 anos de idade, os mais novos, divertindo-se com a situação, relataram casos em que algumas casas ainda tinham sepulturas no quintal. Facto que o Novo Jornal não conseguiu confirmar.

A procura de um morador “veterano” que nos pudesse relatar devidamente como o bairro cresceu, a ponto de invadir o espaço do cemitério, não teve sucesso, mas perto do local onde decorria a conversa com as crianças um buraco foi escavado para a construção de uma fossa. A cavidade, com perto de 10 metros de profundidade e aproximadamente dois metros e meio para cada um dos quatro lados, apresentava uma abertura num dos flancos, encontrada pelos homens que faziam a remoção da areia.

No momento da escavação, os trabalhadores depararam-se com algo que parecia ser uma urna, com madeira em estado avançado de decomposição. No seu interior foram encontrados, nada mais, nada menos do que ossos humanos. Depois desta história contada e assim que nos deslocámos ao local, só conseguimos encontrar o buraco com a cavidade que confirmava a existência de um objecto que foi de lá retirado.

Os vizinhos disseram ainda que os restos mortais foram depositados num saco e enterrados algures. Infelizmente, no local do achado – uma casa de quintal vedada com chapa de zinco – não encontramos ninguém. Os donos ou inquilinos estavam ausentes, deixando apenas o filho, que aparentava ter 11 anos de idade, que confirmou a descoberta, ajudando-nos, inclusive, a ver de onde saíram os ossos. Do lado de fora do muro era possível ter visibilidade para tirar fotografias, visto que era uma casa com vedação abaixo do pescoço. Nada mais.

### Chuva desenterra cemitério

“Vocês tinham que vir aqui no tempo chuvoso”, atirou um jovem que passava no local e que, com esta informação, pensou colaborar com a equipa de reportagem.

O que é acontece nessa altura? – perguntámos. “Durante as chuvas, quando são intensas, surgem buracos profundos nos quintais” – respondeu o rapaz que, com um carro de mão onde transportava dois bidões amarelos,

com os quais acarretava água, trabalho que faz parte da sua rotina diária, todas as manhãs, em dias alternados.

O jovem recordou ainda a “histórica” chuva que há alguns anos matou pessoas um pouco por toda a capital, deixando um rasto de luto e dor. Nessa altura, muitas verdades foram postas a descoberto porque, afinal, alguns moradores nem sequer sabiam da existência de um campo santo naquele lugar.

Outros até sabiam, mas alegavam não ter para onde ir, porque, segundo justificaram, “não é fácil encontrar uma casa”.

Ainda sobre este assunto, alguns moradores preferem entregar a responsabilidade aos camponeses que detinham os terrenos, sob a protecção de supostos coordenadores do bairro, acabando por os vender diante da inocência de quem apenas precisava de um terreno para erguer uma casa com as próprias mãos. Alguns questionavam: “Como foi possível existir ali uma coisa dessas quando nem sequer os pedreiros, na altura da construção, com as escavações, deram conta do cemitério”.

O bairro, também conhecido como da “Fofoca”, cresceu, sem quase ninguém dar pela “existência” de um sepulcrário nas redondezas.

O NJ ficou a saber de outro antigo morador, Estêvão Dionísio, que além da venda, registou-se uma invasão do espaço, dando origem a construções sem o respeito pelo então cemitério clandestino.

## 7.14 Infractores actuam Em grupos violentos

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

O chefe da repartição fiscal do município de Viana, Domingos Adriano, revelou que existem grupos de meliantes que se fazem passar por efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas para se apropriarem dos terrenos alheios, baseando-se nas denúncias escritas que a população apresenta ao seu departamento. Apesar de os funcionários dos serviços de fiscalização nunca se terem deparado com indivíduos trajados e armados, o responsável disse que têm encontrado uma resistência nas pessoas que se apropriam dos terrenos, facto que lhe leva a crer que estão diante de efectivos destes dois órgãos de segurança.

Normalmente, as “gangs” constituídas com cerca de 80 indivíduos actuam com meios violentos, depois

de alguns dos seus integrantes terem feito o levantamento sobre o tempo em que o terreno encontra-se baldio e quem é o seu proprietário.

“Os terrenos invadidos já deviam ter sido aproveitados pelos concessionários em concordância com o estipulado pela Lei de Terra, mas isso não justifica os esbulhos violentos praticados por esses indivíduos. É crime e deve ser punido”, explicou.

Naquelas situações em que existem vedações, os malfeitores actuam na calada da noite deitando-os por terra, causando sérios danos materiais aos verdadeiros proprietários.

Além destes, existem também pessoas que se fazem passar por representantes de associações de camponeses para fazerem arruamento de terreno para posteriormente comercializarem, sem terem sequer documentação atesta a veracidade das informações e muito menos o consentimento autoridades competentes.

Domingos Adriano contou que há casos em que conseguiram deter os supostos infractores em flagrante delito, fruto das denúncias da população, e outros em que foram infelizes.

A título de exemplo, mencionou que a Associação de Camponês Nguami Maka, sediada na comuna do Zango, que travou um litígio com a empresa SPI imobiliária por causa de uma parcela de terreno. Durante o processo de negociação, esta última apresentou o documento que comprova ser a titular do direito de superfície ao passo que a associação revia-se nos direitos dos camponeses.

“O que se propunha a dizer aí era o seguinte: faltou talvez uma negociação prévia entre ambos, no que toca a indemnização, mas a imobiliária defendia que este processo seria realizado de forma faseada”, contou.

Para o espanto dos funcionários da administração de Viana que intermediaram a negociação, os proprietários da imobiliária viram-se obrigados a solicitar novamente a intervenção dos efectivos da fiscalização para pôr fim ao processo de loteamento que estava a ser realizado.

“Não houve neste caso específico nenhuma confirmação de que a Associação estava a fazer o talhonamento do terreno e a comercializá-lo, porque não apareceu ninguém a denunciar tal acto”. Adriano diz ainda que “há pessoas que apareceram a dizer que a associação, em salvaguarda dos camponeses, conseguiu tal espaço por intermédio deles. O que no meu ponto de vista também não é legal porque quem deve fazer cedência de terreno é o Estado”.

Este litígio só não foi parar às barras do tribunal porque a organização comprometeu-se a não substituir o papel do Estado sem a devida autorização e a se limitar a trabalhar como seu parceiro.

Questionado se há ou não terrenos à venda no município de Viana, Domingos Adriano negou categoricamente, apelando a população que denuncie aquelas pessoas que estiverem a proceder deste modo, porque a administração municipal não vende. faz apenas a concessão de parcelas de terra.

Domingos Adriano disse também que não tem recebido denúncias dos populares em relação a fiscais das comissões de bairro que efectuam actividades de fiscalização. O nosso interlocutor explicou que só a direcção executiva do Programa de Habitação Social, incumbida da tarefa de erguer as residências para reassentar a população, está entre os organismos do Estado que têm a missão de fazer o talhonamento.

## 7.15 Militares na liderança

*Jornal o país*  
27 de Janeiro de 2012

Efectivos dos vários ramos das Forças Armadas Angolanas (FAA) constituem a maior parte de pessoas que se deslocaram à sede da Associação ansiosos para conseguirem uma parcela de terra para actividade agrícola.

No local, tanto os oficiais superiores como os praças deixavam de lado as regras militares e faziam de tudo para serem atendidos, empurrando-se uns aos outros na fila de reconfirmação da titularidade dos terrenos.

O oficial do Exército Manuel Salvador estava entre as mais de 100 pessoas que “abandonaram” os seus postos de trabalho, consciente de que seriam levados pelo presidente da Associação dos Camponeses para conhecerem as suas lavras, depois de mais de seis meses à espera.

O jovem apresentou-se como alguém que dedicou parte da sua vida a agricultura familiar no Kwanza Sul, sua zona de origem, e que teve que abandonar para cumprir o serviço militar obrigatório.

“Já estivemos aqui a semana passada e não conseguimos receber a terra porque o tempo não era oportuno, mas ficamos de ter o primeiro contacto com ela hoje para a partir de amanhã começar a fazer limpeza para posterior plantação”, disse o militar.

Manuel Salvador não estava preocupado em saber se a associação tinha legitimidade para fazer a distribuição



de parcelas de terra naquela localidade, manifestando apenas que acreditava cegamente no carácter do seu presidente.

O militar disse ainda que tomou conhecimento da existência desta associação por intermédio de um amigo que já se instalou no espaço.

## 7.16 Criadores tradicionais de gado libertados

*Novo Jornal*  
27 de Janeiro

A Polícia de Investigação Criminal da Huila, sob ordem do Ministério público, colocou nesta quarta-feira, dia 25, em liberdade os 10 criadores tradicionais de gado do município dos Gambos, envolvidos na polémica do rompimento de urna cerca colocada, alegadamente, pelo fazendeiro António Bicho, numa rota de Transumância da região.

A liberdade provisória foi concedida mediante caução, depois da intervenção da advogada Ana Celeste, que viajou de Luanda de propósito, enquanto decorre a instrução processual para um eventual futuro julgamento. Os 10 elementos queixaram-se dos maus-tratos que alegadamente teriam sofrido durante a sua estadia na cadeia, corno contou o, aparentemente saudável, mais velho Kakandi Kakolo, na casa dos mais de 60 anos. “Não fomos bem tratados, foram só castigos. Não tivemos comida, água e foi difícil”, descreveu.

Francisco Fingo, da Associação Construindo Comunidades, responsável pela contratação da advogada de defesa, Ana Celeste, numa primeira reacção, mostrou-se feliz pela libertação dos detidos e disse acreditar que os 10 criadores de gado venham a ser ilibados da acusação que, segundo afirmou, foi movida pelo Sr. António Bicho, da fazenda Kamphanda, nos Gambos Sul, Huila.

Francisco Fingo alertou as autoridades da província no sentido de facilitarem a reabertura do corredor de Transumância do gado, que está na origem da batalha judicial. “Eles foram detidos por terem defendido o seu espaço territorial” e isso só aconteceu, segundo Francisco Fingo, porque nunca foram ouvidos os apelos das comunidades.

## 7.17 GPL Precisa de tribunais arbitral

*Jornal o país*  
27 de Janeiro de 2012

O director do gabinete jurídico do Governo Provincial de Luanda (GPL), Carlos Alberto Kavukila, revelou a O PAÍS que a sua instituição carece de um Tribunal Arbitral para julgar os inúmeros casos de venda ilegal de terreno, como prevê a Lei de Terra.

Apesar da existência de muitos dos processos que chegam diariamente às administrações municipais e ao GPL serem dirimidos, Kavukila disse que há outros casos em que as partes envolvidas reclamam pela intervenção dos tribunais, mas estes nem sempre são céleres. O nosso interlocutor acha que a criação do Tribunal Arbitral seria uma “lufada de ar fresco”, independentemente da intervenção de reconciliação e mediação que deve ser feita pela Provedoria de Justiça.

O jurista considera ilegal o loteamento feito pelas associações que nos últimos tempos têm surgido em alguns municípios de Luanda, embora a lei permita que os cidadãos requeiram a parcela de terreno que pretendem.

No seu ponto de vista, para desencorajar estas acções será necessário que se tomem medidas de ordem policial, jurídica e administrativa para que os prevaricadores sejam e não que insistam em tais práticas. “Quase todos os dias recebemos queixas de cidadãos que compraram terreno nas mãos de quem não tem legitimidade para o fazer ou de pessoas que venderam o espaço a duas ou três pessoas”, frisou, mostrando uma enorme quantidade de processos empilhados sobre a sua secretária.

Kavukila adianta que o 43º artigo da Lei de Terra apresenta hierarquias na concessão de terreno. Estipula que os governos provinciais só podem conceder até dois hectares, nas áreas urbanas, e até cinco hectares nas áreas suburbanas. O 15º artigo desta lei estabelece ainda que a concessão e a atribuição de direitos fundiários só é possível desde que existam planos urbanísticos previamente aprovados.

Dimensões superiores são da competência do Ministério de Urbanismo e Construção (Minuc), até um certo limite, porque os superiores são da alçada do titular do Poder Executivo. As administrações municipais têm apenas autoridade para conceder mil metros quadrado no máximo.

“Neste caso, as pessoas que sentem a necessidade de obter uma parcela de terra para erguer a sua habitação devem requerer aos órgãos competentes, em função da localidade e dos limites ora apresentadas”, explicou.

Carlos Kavukila explicou que estas instituições só podem ceder as parcelas de terra que fazem parte de um loteamento para evitar a descaracterização urbanística das cidades, originando favelas. A ideia é ainda reforçada pelo Decreto Presidencial número 216, de 8 de Agosto, aos determinar que os órgãos que concederam parcelas de terras a margem destas instruções incorrem em crimes.

Para melhor esclarecer a sociedade, o nosso interlocutor declarou que “quando uma associação que nem se quer tem competência legal talhona uma determinada área, ao arrepio da lei e com total desconhecimento das autoridades incorre em responsabilidade criminal. Até porque o seu talhamento nem se emquadra nos planos urbanísticos da cidade, o que é mais grave”.

### **Camponeses incorrem a crime**

Quanto à venda de terreno por parte dos camponeses, Carlos Kavukila mencionou que os terrenos rurais comunitários não são concedíveis, ou seja, naqueles espaços onde habitam por um tempo perene, o mesmo pertence a colectividade e não a um único indivíduo.

O bem colectivo só pode ser cedido quando houver desafecção quer seja por iniciativa da própria comunidade rural, por notar que já não é propícia a sua actividade, recaindo titularidade para o Estado. Ou no caso do interesse público assim o determinar, mas só depois de ouvir os representantes das instituições tradicionais daquela comunidade e compensando-os de alguma maneira.

“É preciso termos em conta que existem também os terrenos rurais, sem nenhum envolvimento das comunidades. O Estado pode conceder terrenos, mais apenas direitos de superfície e não mais outro documento”, explicou.

Por outro lado, Kavukila disse que se o camponês conseguir obter o terreno para si próprio ao Estado estará em condições de cede-lo a outra pessoa, desde que solicite as autoridades competentes e não se limitando a passar uma simples declaração.

Analisando as formas como os terrenos são cedidos pelos camponês a terceiros em toda parte do país, Carlos Kavukila explicou que o mesmo pode ser visto de duas maneiras: substituição na concessão e transmissão de direito.

A primeira ocorre quando o terreno é conseguido a outrém, em quanto tiver a decorrer o processo de solicitação de espaço do Estado a favor do camponês. Neste caso o processo de ser previamente autorizado pelos órgãos do governo em função das delimitações a cima mencionadas.

A transmissão de terreno acontece quando o camponês já detém o direito de superfície e esta sujeito a previa autorização do organismo que o concedeu.

“Por tanto, os camponeses que têm estado arevelia de da lei a venderem terrenos nas áreas rurais estão a cometer infracções”, declarou. Apesar de não existirem dados cadastrados sobre o volume de ocupações ilegais, o director do gabinete.

Jurídico do GPL declarou que o seu elenco considera que os municípios de Viana, Belas e Cacucaco estão na linha da frente.

### **Anapula à lupa**

O jurista considera de suma importância as associações juridicamente reconhecidas, como a Anapula, desde que se inscrevam nas instituições pedindo autorização para executar os seus trabalhos e sejam feitos em concordância com o programa do Executivo.

“Não basta estar legalizada como instituição, porque isso decorre da liberdade associativa prevista pela Constituição, é preciso legalizar as suas actividades diante dos órgãos afins para receber o Alvará de Loteamento”, precisou. O jurista acrescentou que “por força do Decreto 2 de 2006, todas as pessoas interessadas em planeamento urbano devem inscrever-se nas instituições responsáveis pelo planeamento e gestão urbana existentes em todo território nacional”.

Carlos Kavukila pensa que a Anapula, enquanto associação de carácter nacional, deve legalizar a sua actividade primeiramente no Ministério de Urbanismo e Construção e dos Governos provinciais.

“Confesso que desconheço os estatutos desta associação e só tomei conhecimento da sua existência por intermédio de um artigo publicado no Jornal de Angola. Se ela estiver interessada em fazer o loteamento de uma determinada área para a autoconstrução dirigida, o que até a ideia é boa, deve obter a concessão urbana rematou.

Ele apela os cidadãos a pautarem-se pela legalidade e exercerem as suas actividades de forma formal, porque o GPL tem as suas portas abertas, visto que as suas acções podem ser bastante complementar e útil.

E quem quiser comprar terreno em mãos de terceiro deve certificar-se primeiro que o mesmo tem os respectivos documentos e que tem o aval da instituição do Governo que emitiu, caso contrário estão diante de uma burla.

### **Polícia dismantela rede**

O Comando Provincial de Luanda dismantelou um grupo de indivíduos se dedicava à invasão e venda ilegal de terreno na zona do Kikuxi, em Viana, em resposta as preocupações apresentadas pelo Governo Provincial de Luanda.

Segundo o porta-voz da Polícia, Nestor Goubel, os seus colegas detiveram seis cidadãos em flagrante delito, na manhã do dia 20, graças à colaboração da população que denunciou a ocorrência.

Apesar de não precisar o número de membros que compõem o grupo, Nestor Goubel disse que os mesmos se faziam transportar em cinco viaturas de diferentes marcas e igual número de motorizadas. O proprietário do terreno disse que lhe roubaram diversos bens, entre os quais três mil e 500 blocos”, concluiu.

## 7.18 Ocupações arbitrárias de terrenos no Quenguela Norte, em Luanda

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

A Associação de Amigos de Quenguela Norte (ASSOKEN), com sede no bairro com o mesmo nome, no actual município de Belas, divulgou esta semana um comunicado de imprensa onde denuncia que indivíduos desconhecidos estão a ocupar os terrenos dos seus filiados. A ambiente de paz e sossego em que viviam os camponeses terminou há dois anos quando os desconhecidos apareceram com supostas “ordens superiores” e manifestaram o interesse de ficarem com as parcelas de terra. O litígio atingiu o seu ponto mais alto no final do dia 31 de Dezembro último, quando eles regressaram de surpresa com máquinas, tractores e fizeram o loteamento dos terrenos.

A tesoureira da associação, Vladimir de Sousa, disse que os supostos invasores trabalham no período em que os funcionários das quintas já estão a descansar, fazendo o talhamento da terra e automaticamente a construção de casas de chapas. Perante a situação, os membros da associação preferiram não enfrentar.

Directamente os invasores e solicitaram explicações à Administração municipal de Belas e ao Ministério de Urbanismo, mas não conseguiram apurar quem são os proprietários das obras que estão a ser feitas.

Segundo Vladimir de Sousa, a administradora Joana Quintas reuniu-se com os membros da ASSOKEN há duas semanas e percorreu os locais invadidos para atender a preocupação dos munícipes.

A administradora regressou ao local no dia seguinte em companhia de efectivos da Polícia Nacional e apelou a população a parar com as construções por se tratar de uma zona que é reserva do Estado.

A presidente da associação, Ana Maria Pereira, desabafou que se a zona é efectivamente reserva do Estado, eles

se instalaram lá muito antes de a área ter sido classificada como tal e estão devidamente legalizados.

Já o advogado da associação, Inglês Pinto, assegurou que vão tomar todas as medidas possíveis tanto administrativas e jurídicas, em última instância, para impedir que haja desapropriação em benefício de outros e não do Estado.

“Temos que agir deste modo porque há interesses de outras pessoas, se for interesse público que notificam e negociem, pois o Estado é transparente. Caso for um projecto nobre e justo para dar sequência ou não. Está difícil contornar a situação, mas vamos ter uma solução”, disse o defensor.

A bairro Quenguela Norte está sob a responsabilidade do Soba Cipriano Olímpio e foi dividida em quatro cooperativas, nomeadamente, Kudissola, Tanque Serra, Kudiva e Quenguela Centro, com o consentimento do Estado, segundo a autoridade tradicional.

A secretário da cooperativa Kudissola, Lucas Cafebele, explicou que a população trabalha directamente com os coordenadores e estes, por sua vez, com o Estado, fazendo chegar as necessidades da comunidade.

“Existe um acordo feito entre as duas partes, segundo o qual as pessoas indicadas pelos coordenadores constroem as suas residências próximas das suas lavras e o lucro da venda dos produtos é repartido 50% para o Estado e outra parte é revertida para a população, e em gesto de compensação receberam uma parcela de terra no acto do loteamento das terras”, disse o secretário do coordenador.

Lucas Cafebele disse que naquele território está prevista a construção de uma nova centralidade, por esta razão ficaram surpresos com o talhamento e não acredita que estão diante de obras do Estado. Se assim fosse, segundo ele, teriam sido avisados previamente.

### **Queixas sobre a Assoken**

Dentro das suas responsabilidades, a cooperativa Kudissola recebeu em 2003 um grupo de pessoas que solicitaram autorização para integrar a cooperativa e trabalhar numa parcela de terra. Cedido o espaço, a comunidade local queixa-se de que o referido grupo ainda não fez nada em prol dos moradores da zona. A secretário da cooperativa Kudissola, Lucas Cafebele, contou que o grupo em causa é a Assoken. Por outro lado, Cafebele disse ainda que os invasores estão a construir casas a partir da via -expressa Cabolombo- Viana-Cacuaco. Algumas parcelas da cooperativa Kudiva também foram ocupadas por este grupo de indivíduos.

A falta de acesso em algumas partes, provocada pelo capim que até agora ainda cobre partes da via, que não lhes permite chegar com facilidade ao Benfica, não facilita um maior controlo sobre os garimpeiros que invadem territórios alheios.

Martinho Joaquim conseguiu uma parcela de terra de 20 metros ao quadrado pela coragem que teve dirigindo-se até às autoridades máximas da área, onde construiu a sua residência. “Nós aqui nos sentimos intimidados pelos invasores, a ameaçam-nos com catanas e ninguém pode aproximar-se até às suas casas”, testemunhou.

O bairro criado pelos invasores recebeu a denominação de bairro das Catanas, por ter sido com esses instrumentos que conseguiram desapropriar alguns nativos. A Associação de Amigos ASSOKEN está constituída por 58 membros, a mesma foi fundada em 2003 e cada membro tem a sua parcela de terra, devidamente autorizada pelas autoridades locais e pelo Ministério da Agricultura.

Após a constituição da ASSOKEN, têm sido desenvolvidas actividades de produção agrícola e criação de animais, que é controlada por funcionários e familiares de alguns membros da associação. Estes também sentiam-se intimidados por entidades supostamente com alguma influência naquela zona.

## 7.19 Um terreno dois clientes

*Jornal o país*  
27 de Janeiro de 2012

Conceição Domingos, 42 anos, ficou vários dias sem comer e dormir depois de descobrir que a parcela de terra que comprou em Viana, nas mãos de um indivíduo que dizia ser dono, foi vendida a duas pessoas.

O espaço de 20 metros de comprimento e 15 de largura, nas imediações da Universidade Técnica de Angola (Utanga), custou -lhe dois mil e 500 dólares, pago em três tranches.

Depois de ter honrado a última parcela, andou atrás do comerciante para que lhe passasse o documento de compra e venda. Mas este recusou-se, alegando que não era Necessário.

Dias depois encontrou uma carrada areia na sua propriedade, despejada pelo outro comprador.

“Lembro-me que fiquei em estado de choque por alguns minutos e solicitei de alguns vizinhos que foram bastante amáveis em fornecer o contacto do novo compra-

dor e tive assim a confirmação que estava envolvida num caso de burla” contou.

Diante de tal situação, a senhora apresentou queixa à polícia e com ajuda de um investigador conseguiu contactar as outras partes, mas ambos se recusaram a responder as notificações.

O comerciante entregou finalmente o comprovativo de venda do terreno por intermediário de uma terceira pessoa e 15 dias depois a senhora começou a erguer a sua residência.

Apesar de ouvir os constantes apelos do governos para não comprarem nas mãos de terceiros e se assim procedesse devia exigir um documento que comprove a sua titularidade, Conceição Domingos disse que não teve outra escolha devido a morosidade que se regista quando solicitam ao Estado. Ela conheceu o suposto proprietário por intermédio de um parente.

Conceição Domingos confessou que só conseguiu sair vitoriosa graças a forma que agiu logo de princípio.

## 7.20 Ana Paula aguarda orientações

*Jornal O PAÍS*  
27 de Janeiro de 2012

A Associação Nacional de Apoio aos Projectos de Urbanização e Loteamento de Angola (Anapula), a única do género legalizada, está neste preciso momento a concluir as matrizes teóricas de uma gama de projectos que serão implementados em todo o país, caso haja a aprovação do Executivo.

“Os projectos serão inicialmente apresentados ao Governo Provincial de Luanda e só vamos executá-los se tivermos autorização e nos for cedido uma parcela de terreno”, explicou o presidente da associação, João Domingos Trinta.

As matrizes teóricas contemplam vários serviços relacionados com a auto-construção dirigida, aplicadas em função dos solos e dos tecidos urbanísticos, com vista a contribuir no combate as construções anárquicas.

De acordo com os seus estatutos, esta organização filantrópica tem como um dos principais objectivos ajudar o Governo a solucionar os problemas das construções anárquicas e a venda ilegal de terreno.

Para materializar os seus programas a associação conta com a colaboração dos seus 216 filiados, entre os quais, topógrafos, arquitectos, engenheiros de construção civil e outros.

Desde a sua proclamação, a 13 de Maio de 2011, os seus membros estão empenhados em trabalhar no sentido de consciencializar a população para não construírem em zonas de riscos. Caso contrário que seja respeitando determinados pressupostos para que o Estado, com o passar dos anos, não encontre dificuldades para instalar os serviços básicos. No que diz respeito a invasão das reservas fundiárias do Estado, João Trinta é de opinião que devem punir os infratores de forma exemplar e realizar uma campanha, detalhando em cada província as zonas abrangidas, para que a população não seja induzida a erro.

A Anapula foi constituída por cidadãos formados nos mais variados ramos do saber e que ajudaram o GPL a urbanizar os bairros da Zona Verde, 1, 2 e 3, na comuna do Benfica e o bairro Kifica, no Kilamba Kiaxi. Está sedeada em Luanda.

## 7.21 Camponesa fica sem terra

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

Quem não teve a mesma sorte é a jovem Teresa Manuel que lhe foi retirada pela associação a parcela de terra onde desempenhava a actividade agrícola, em benefício de um novo filiado.

A jovem que está em estado de gestação encontrava-se a chorar no meio dos militares, implorando que lhe fosse devolvido o seu pedaço de terra. Ela que se apresentou como sendo membro da organização desde o ano passado, assegurou que tem trabalhado a terra com a ajuda da irmã com quem partilha a titularidade da mesma.

Para chegar à sede da organização, a nossa interlocutora teve que percorrer a pé os mais de três quilómetros da terra batida que a separa da estrada. Cansada e aflita em procurar um local para se refugiar do sol ardente, desabafou que não consegue compreender a atitude dos responsáveis da associação que ajudou a defender dos malfeteiros nos momentos difíceis.

“Fomos informadas que já não somos, as proprietárias da parcela de terra, depois de termos preparados mais de 50 metros quadrados para fazermos pequenas plantações”. referiu.

## 7.22 Casas construídas em cima de cemitério informal

*Novo Jornal*

*27 de Janeiro de 2012*

Em meados da década de 90 registou-se a ocupação e venda desenfreada de terrenos em vários pontos dos arredores da capital, dando lugar aos bairros emergentes, alguns deles cúmplices de ilegalidades, das quais resultou a fixação de pessoas provenientes de zonas de guerra. Os novos “inquilinos” de Luanda vinham sobretudo do Huambo e do Bié. Juntos deram corpo ao crescimento dos novos bairros. De Benguela também vieram alguns, menos, é certo.

A anarquia é visível ainda na forma como se dispersam as casas, sem o mínimo cumprimento das normas de construção estabelecidas administrativamente. Afinal de contas, não havia quem fiscalizasse os “construtores”, originando a falta de planeamento urbano, com ruas tão apertadas que impossibilitam a circulação de duas viaturas, em sentidos opostos, ao mesmo tempo.

Foi desta maneira que nasceu o bairro do Grafani12 (mais conhecido como Fofoca, interior do Grafani1), um lugar que se tornou habitável há mais de uma década, registando um grande crescimento populacional em muito pouco tempo. Naquele lugar abundavam lavras. Hoje esse imenso espaço agrícola está ocupado por casas.

Jonas Carlos (nome fictício), um dos primeiros habitantes daquelas cercanias embora reconheça já ter encontrado outros moradores ali instalados, não quis ser identificado temendo retaliações por parte dos vizinhos. O homem recorda que ali, perto do lugar onde mora, existia um cemitério, mas ninguém consegue dizer ao certo onde é que foram parar os defuntos que jazem naquele monte de terra acastanhada invadida pelo betão das casas.

Com as dimensões inferiores a um campo de futebol, vedado artesanalmente, o referido “campo santo”, que existiu até pouco depois do ano 2000, tinha à volta apenas lavras para o cultivo de mandioca e manga, produtos que abundavam naquelas zonas, ante os olhos de quem passava por perto. Sepulturas sem descrição indicavam que estava a nascer um novo cemitério. Delas já não existe rasto visível, apenas vestígios que, com escavações, se tornam visíveis. Depois de vários anos, o cenário mudou e desapareceu, perdendo espaço para a ocupação desenfreada e a conseqüente construção de casas, que profanou os mortos ali enterrados. Há quem diga que eram familiares de camponeses que, sem muitas possibilidades, enterravam os seus entes queridos naquele espaço, de maneira informal.

### Sepulturas no quintal

A rua do Lopes (proprietário de um armazém conhecido que acabou por dar nome ao arruamento) e a rua do Embondeiro são os pontos de demarcação que confirmam a existência de um anterior cemitério e que deu à equipa de reportagem a indicação de estar no local certo. Segundo alguns inquiridos que moram no referido bairro, “há corpos ali enterrados, sim”.

Crianças atentas à nossa presença também confirmaram o facto. Com idades compreendidas entre os nove e os 15 anos de idade, os mais novos, divertindo-se com a situação, relataram casos em que algumas casas ainda tinham sepulturas no quintal. Facto que o Novo Jornal não conseguiu confirmar.

A procura de um morador “veterano” que nos pudesse relatar devidamente como o bairro cresceu, a ponto de invadir o espaço do cemitério, não teve sucesso, mas perto do local onde decorria a conversa com as crianças um buraco foi escavado para a construção de uma fossa. A cavidade, com perto de 10 metros de profundidade e aproximadamente dois metros e meio para cada um dos quatro lados, apresentava uma abertura num dos flancos, encontrada pelos homens que faziam a remoção da areia.

No momento da escavação, os trabalhadores depararam-se com algo que parecia ser uma urna, com madeira em estado avançado de decomposição. No seu interior foram encontrados, nada mais, nada menos do que ossos humanos. Depois desta história contada e assim que nos deslocámos ao local, só conseguimos encontrar o buraco com a cavidade que confirmava a existência de um objecto que foi de lá retirado.

Os vizinhos disseram ainda que os restos mortais foram depositados num saco e enterrados algures. Infelizmente, no local do achado – uma casa de quintal vedada com chapa de zinco – não encontramos ninguém. Os donos ou inquilinos estavam ausentes, deixando apenas o filho, que aparentava ter 11 anos de idade, que confirmou a descoberta, ajudando-nos, inclusive, a ver de onde saíram os ossos. Do lado de fora do muro era possível ter visibilidade para tirar fotografias, visto que era uma casa com vedação abaixo do pescoço. Nada mais.

### Chuva desenterra cemitério

“Vocês tinham que vir aqui no tempo chuvoso”, atirou um jovem que passava no local e que, com esta informação, pensou colaborar com a equipa de reportagem. O que é acontece nessa altura? – perguntámos. “Durante as chuvas, quando são intensas, surgem buracos profundos nos quintais” – respondeu o rapaz que, com um carro de mão onde transportava dois bidões amarelos, com os quais acarretava água, trabalho

que faz parte da sua rotina diária, todas as manhãs, em dias alternados.

O jovem recordou ainda a “histórica” chuva que há alguns anos matou pessoas um pouco por toda a capital, deixando um rasto de luto e dor. Nessa altura, muitas verdades foram postas a descoberto porque, afinal, alguns moradores nem sequer sabiam da existência de um campo santo naquele lugar.

Outros até sabiam, mas alegavam não ter para onde ir, porque, segundo justificaram, “não é fácil encontrar uma casa”.

Ainda sobre este assunto, alguns moradores preferem entregar a responsabilidade aos camponeses que detinham os terrenos, sob a protecção de supostos coordenadores do bairro, acabando por os vender diante da inocência de quem apenas precisava de um terreno para erguer uma casa com as próprias mãos. Alguns questionavam: “Como foi possível existir ali uma coisa dessas quando nem sequer os pedreiros, na altura da construção, com as escavações, deram conta do cemitério”.

O bairro, também conhecido como da “Fofoca”, cresceu, sem quase ninguém dar pela “existência” de um sepulcrário nas redondezas.

O NJ ficou a saber de outro antigo morador, Estêvão Dionísio, que além da venda, registou-se uma invasão do espaço, dando origem a construções sem o respeito pelo então cemitério clandestino.

## 7.23 Infractores actuam Em grupos violentos

*Jornal O PAÍS*

*27 de Janeiro de 2012*

O chefe da repartição fiscal do município de Viana, Domingos Adriano, revelou que existem grupos de meliantes que se fazem passar por efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas para se apropriarem dos terrenos alheios, baseando-se nas denúncias escritas que a população apresenta ao seu departamento. Apesar de os funcionários dos serviços de fiscalização nunca se terem deparado com indivíduos trajados e armados, o responsável disse que têm encontrado uma resistência nas pessoas que se apropriam dos terrenos, facto que lhe leva a crer que estão diante de efectivos destes dois órgãos de segurança.

Normalmente, as “gangs” constituídas com cerca de 80 indivíduos actuam com meios violentos, depois

de alguns dos seus integrantes terem feito o levantamento sobre o tempo em que o terreno encontra-se baldio e quem é o seu proprietário.

“Os terrenos invadidos já deviam ter sido aproveitados pelos concessionários em concordância com o estipulado pela Lei de Terra, mas isso não justifica os esbulhos violentos praticados por esses indivíduos. É crime e deve ser punido”, explicou.

Naquelas situações em que existem vedação, os malfeitores actuam na calada da noite deitando-os por terra, causando sérios danos materiais aos verdadeiros proprietários.

Além destes, existem também pessoas que se fazem passar por representantes de associações de camponeses para fazerem arruamento de terreno para posteriormente comercializarem, sem terem sequer documentação atesta a veracidade das informações e muito menos o consentimento autoridades competentes.

Domingos Adriano contou que há casos em que conseguiram deter os supostos infractores em flagrante delito, fruto das denúncias da população, e outros em que foram infelizes.

A título de exemplo, mencionou que a Associação de Camponês Nguami Maka, sediada na comuna do Zango, que travou um litígio com a empresa SPI imobiliária por causa de uma parcela de terreno. Durante o processo de negociação, esta última apresentou o documento que comprova ser a titular do direito de superfície ao passo que a associação revia-se nos direitos dos camponeses.

“O que se propunha a dizer aí era o seguinte: faltou talvez uma negociação prévia entre ambos, no que toca a indemnização, mas a imobiliária defendia que este processo seria realizado de forma faseada”, contou.

Para o espanto dos funcionários da administração de Viana que intermediaram as negociações, os proprietários da imobiliária viram-se obrigados a solicitar novamente a intervenção dos efectivos da fiscalização para pôr fim ao processo de loteamento que estava a ser realizado.

“Não houve neste caso específico nenhuma confirmação de que a Associação estava a fazer o talhonamento do terreno e a comercializá-lo, porque não apareceu ninguém a denunciar tal acto”. Adriano diz ainda que “há pessoas que apareceram a dizer que a associação, em salvaguarda dos camponeses, conseguiu tal espaço por intermédio deles. O que no meu ponto de vista também não é legal porque quem deve fazer cedência de terreno é o Estado”.

Este litígio só não foi parar às barras do tribunal porque a organização comprometeu-se a não substituir o papel do Estado sem a devida autorização e a se limitar a trabalhar como seu parceiro.

Questionado se há ou não terrenos à venda no município de Viana, Domingos Adriano negou categoricamente, apelando a população que denuncie aquelas pessoas que estiverem a proceder deste modo, porque a administração municipal não vende. faz apenas a concessão de parcelas de terra.

Domingos Adriano disse também que não tem recebido denúncias dos populares em relação a fiscais das comissões de bairro que efectuam actividades de fiscalização. O nosso interlocutor explicou que só a direcção executiva do Programa de Habitação Social, incumbida da tarefa de erguer as residências para reassentar a população, está entre os organismos do Estado que têm a missão de fazer o talhonamento.

## 7.24 Presos por venda ilegal

*jornal o país*  
*27 de Janeiro de 2012*

O comando provincial da polícia nacional apresentou em Novembro último na divisão da samba, três supostos membros desta associação de camponeses que se dedicavam a burlas e venda ilegal de terrenos.

O grupo era liderado por um cidadão identificado por Basílio Cadete coadjuvado Victor Capar e Américo Fernandes, e João Ferreira, identificado pelas autoridades como o secretário executivo da associação dos camponeses.

Na ocasião, o porta voz do comando provincial, Nestor Gourgel, denunciou que a associação de camponeses para o desenvolvimento agro-pecuário e pesca Tala-Hady (ACDAPTH), dedicava-se a venda de terrenos ilegal a mais de cinco anos.

Em sua defesa, os detidos diziam que às administrações da samba e da Viana têm conhecimento da sua existência e actividade que exerciam, pelo facto de já terem lhe endereçados vários documentos informando as suas acções. Como não estavam a ter êxito e não agirem a margem da lei decidiram criar a associação. os detidos garantiram que os terrenos pertencem aos camponeses do bairro do Ramiro, município da samba que os autorizou a fornecer à população pelo valor simbólico de mil kwanzas. Era-lhe exigida a cópia do bilhete de identidade e uma fotografia tipo passe para os candidatos aos terrenos constarem na lista de beneficiários, que já ultrapassavam 300 inscritos.

O inspector Nestor Gourgel disse que, “os terrenos em causa são reservas fundiárias do estado e as pessoas não podem vir com meras cantigas para justificarem a sua actividade ilegal”.

## 7.25 Autoridades põem à disposição lotes para investimento privado Construções obedecem ao plano director da nova centralidade

*Jornal de Angola*

*30 de Janeiro de 2012*

A chefe de Repartição de Gestão Urbana da Cidade do Kilamba, Djamila Franco, anunciou, sexta feira, a existência de 6. 676 lotes infra-estruturados, na nova centralidade de Luanda, para a instalação de investimentos privados.

Djamila Franco frisou, em declarações à Angop, que ao lado das zonas residenciais, há espaços reservados ao investimento privado, onde vão ser edificados prédios, escritórios, centros comerciais, cuja construção vai obedecer ao plano director da nova cidade. A reserva dos lotes, acrescentou, surgiu para atender a uma eventual procura de terrenos para a concretização de projectos de iniciativa privada.

Djamila Franco sublinhou que toda a actividade comercial requer um licenciamento e a administração é a entidade competente para o efeito.

“Existem vários lotes infra-estruturados, identificados pela administração local em zonas que estão calculadas a nível de metros quadrados de área, previstos para as respectivas actividades”, explicou.

A alta funcionária do governo provincial de Luanda explicou que as pessoas interessadas vão comprar o espaço e a administração vai regular a actividade e definir que tipo de negócio deve existir em cada estabelecimento.

Os projectos habitacionais em curso no país integram casas sociais, sob a exclusiva responsabilidade de construção do Executivo.

A habitação de média e alta renda é concretizada através de parcerias público-privadas, enquanto a auto-construção dirigida conta com a participação individual do cidadão, com o apoio e orientação do Executivo.



## 8 SERVIÇOS BASICOS

### 8.1 Lixo enterra operadora

*Jornal AGORA*

*07 de Janeiro de 2012*

Administração do Cazenga respondeu finalmente aos apelos da população da zona dos Kwanzas que se viam a braços com os amontoados de lixo, ao contratar uma empresa para a sua recolha.

Trata-se da Beselias que há cerca de dois anos entrou no negócio, através da Elisal. Com a requalificação do município, muitas residências construídas junto da estrada principal foram demolidas e as instalações da empresa de lixo também não foi poupada. O móbil desta demolição é a reabilitação do troço rodoviário Refinaria / Arosfram.

“Isso preocupa-nos por não sabermos onde poderemos depositar o lixo”, lamentou a moradora Isabel da Silva, temendo o risco de contrair doenças.

Por sua vez, o administrador da empresa tranquilizou os moradores, garantindo que mesmo depois da demolição dos estaleiros eles moradores poderão depositar os resíduos sólidos nos locais a indicar para permitir a sua recolha. “Estaremos perto da comunidade. A recolha à porta vai continuar”, assegurou Benetido Elias

### 8.2 Distribuição de água abrange 60 por cento das populações das zonas rurais do país

*Jornal de Economia e Finanças*

*03 de Janeiro de 2012*

O Executivo angolano vai atingir em 2012 uma cobertura de abastecimento de água na ordem de 60 por cento, contra os 80 preconizados no quadro do programa água para Todos” em andamento em dezassete províncias do país, com excepção de Luanda.

A informação foi avançada, recentemente, pelo ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, durante a apresentação do programa preconizado para os próximos tempos no país, tendo, na ocasião, avançado que para se chegar ao objectivo inicial têm de ser cumpridos ainda 15 por cento do programa, facto que desafia a um empenho e organização dos quadros do sector.

“Neste momento, estamos a trabalhar em parceria com o Ministério do Planeamento e das Finanças para a alocação de valores para os programas que, conforme pretendidos, devem ser executados em 2012, dos quais

depende o cumprimento dos planos de trabalho já concebidos”, disse.

Entretanto,.. o secretário de Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva, encarregue da apresentação da execução do programa “Água para Todos”, disse que em 2011 foram concluídos 283 pontos de água e outros 117 pequenos sistemas de abastecimento, obras que permitiram abastecer a totalidade de 340.785 habitantes.

Segundo ainda o dirigente, actualmente, cerca de 3,4 milhões de habitantes das zonas rurais têm acesso ao abastecimento de água potável, o que se traduz numa taxa de cobertura de 45,5 por cento.

“O programa “Água para Todos” está a entrar na sua fase final. O ano de 2012 será um ano de extrema importância para o sucesso do programa, pelo que este é também o momento de se abordarem as iniciativas a desenvolver. Assim como há inúmeras obras em fase de construção e em fase de adjudicação e outras planeadas para este ano, deverá atingir-se uma taxa de cobertura superior a 60 por cento no final de 2012, disse.

Segundo o governante, até ao final do ano passado, foram desenvolvidas inúmeras acções no âmbito do programa, razão pela qual se torna necessária uma avaliação do seu impacto.

Luís Filipe da Silva disse, por outro lado, que durante o ano passado o orçamento para a implementação do projecto “Água para Todos” foi de 5,820 milhões de kwanzas e a alocação para projectos locais fixou-se em 4.475 milhões. Já a alocação para os projectos centrais foi de 1.345 milhões de kwanzas, enquanto os pagamentos centrais superaram os 882 milhões de kwanzas.

#### Taxa de cobertura

Em 2011, a taxa de cobertura no final do segundo trimestre foi de 52 por cento. No terceiro trimestre, estimou-se em 57 por cento, ao passo que no quarto trimestre rondou numa cobertura de 60 por cento.

Neste momento, existem diversas obras em construção e outras há que se encontram em fase de contratação, quer a nível do Governo central, quer a nível dos provinciais. Entre as obras em execução e de responsabilidade central, constam a construção de 245 furos distribuídos pelas províncias de Benguela, Huambo, Bié, Huíla e Uíje, cuja conclusão está prevista para 2012.

Conforme o governante, além das obras em fase de contratação, há ainda um vasto leque de obras planeadas para o próximo ano que após a conclusão permitirão o aumento das taxas de cobertura.

### Parque eólico

No que respeita ao sector energético, o ministro João Baptista Borges disse que o primeiro parque eólico-solar de Angola começa a ser construído no próximo ano na província do Namibe com uma capacidade para gerar 20 mega watts.

Falando na tradicional cerimónia de cumprimentos de final de ano, João Baptista Borges disse ainda que o objectivo do sector é explorar ao máximo as capacidades do empreendimento e garantir que este atinja os 100 megas watts que tem em vista.

Assim, está prevista para próximo ano a definição de uma estratégia para o desenvolvimento das energias renováveis, para permitir o acesso da população das áreas rurais e acelerar a distribuição de electricidade.

O ministro afirmou ainda que a actual cobertura energética no país é inferior a 50 por cento, razão pela qual será necessária a aceleração de vários projectos que visam a expansão e a reabilitação das potencialidades do sector.

## 8.3 Habitantes pagam fortuna na travessia para Luanda

*JORNAL DE ANGOLA*  
16 de Janeiro de 2012

Os sectores da saúde e da educação na ilha do Mussulo precisam de uma atenção especial das autoridades. Os edifícios apresentam uma imagem desoladora: há fissuras nas paredes e os tectos estão esburacados. Escolas e postos médicos precisam de uma intervenção urgente para o bem da comunidade.

No Mussulo, a assistência é assegurada por 32 enfermeiros que funcionam em três postos médicos: Pá Adão, Emílio Nkai e Zanga. Mas nenhum tem médico. Albertina Nanguende Tchissoca, chefe adjunta do centro de saúde do Mussulo, disse que apesar da falta de médicos, a unidade sanitária funciona normalmente. Às segundas e sextas-feiras são os dias que o centro de saúde regista maior fluxo de pacientes. "Os doentes mais graves são encaminhados para o Centro de Saúde da Samba e este por sua vez faz a transferência dos doentes para os hospitais de Luanda.

Albertina Tchissoca precisou que o fornecimento de energia eléctrica ao centro é garantido por um gerador. Mas lamentou a falta de água potável. Questionada sobre os métodos usados para a transferência dos doentes, Albertina Tchissoca disse que é feita em embarcações. Acrescentou que se os familiares dos doentes tiverem meios próprios podem ajudar, "mas nos últimos tempos

contamos com a colaboração do Serviço Nacional de protecção Civil e de Bombeiros".

Albertina Tchissoca explicou que o centro de saúde do Mussulo realiza por dia três partos. Ela é a parteira e lamentou o facto de muitas parturientes preferirem dar à luz em casa em detrimento da sala de partos, onde apesar da falta de médicos especializados é sempre mais seguro. As parteiras tradicionais auxiliam nos trabalhos. "Nós temos no Mussulo 15 parteiras tradicionais", disse a responsável do centro de saúde, que reconheceu o empenho das mulheres no programa de planeamento familiar.

Maria Teresa da Conceição, directora da Escola primaria nº 1011, disse ao Jornal de Angola, que no ano de lectivo 2011 foram matriculados 610 alunos e concluíram com êxito 570 alunos.

A escola registou pouca desistência de alunos devido ao empenho dos professores que fizeram um grande sacrifício para concluírem o ano lectivo, disse a directora da escola. Os professores residem muito longe do Mussulo: "temos professores que vivem em Viana ou no Ramiro e têm problemas para chegar a horas às aulas". Sublinhou que para o próximo ano lectivo a escola vai matricular mais alunos porque abre três turnos.

Teresa Conceição reconheceu que a ilha do Mussulo precisa de mais escolas para absorver todas as crianças que ainda estão fora do sistema de ensino. Os alunos do Mussulo, quando concluem a sexta classe têm de ir diariamente para Luanda a fim de darem continuidade aos estudos.

Teresa Maria da Conceição realçou que no Mussulo não há nenhuma escola do primeiro ciclo que possa absorver os alunos que terminam o ensino primário. Por isso, quem não tem possibilidades de ir todos os dias para Luanda, deixa de estudar.

### Travessia é cara

A travessia para o Mussulo é feita em pequenas embarcações que cobram 400 ou 500 kwanzas por viagem, que demora entre 11 a 25 minutos. Os habitantes e funcionários públicos do Mussulo enfrentam inúmeros problemas para se deslocarem porque os preços praticados pelos marinheiros são demasiado elevados. A travessia de ida e volta custa por passageiro o mínimo de 800 Kwanzas.

Fase às dificuldades, muitos funcionários chegam tarde ou faltam ao trabalho. Mas além dos preços incomportáveis para quem tem salários modestos, há igualmente uma grande carência de embarcações para a travessia.

### Combate ao lixo

Durante a quadra do Natal muitos luandenses decidiram passar as festas no Mussulo e por isso foram produzidas toneladas de lixo. A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) destacou 46 trabalhadores para recolherem todo o lixo até ao fim do mês de Janeiro. João Barros, responsável da Elisal no Mussulo, disse ao *Jornal de Angola*, que estes anos foram produzidos grandes volumes de lixo. Por isso foi necessário reforçar os meios técnicos e humanos para fazer fase à recolha dos resíduos sólidos porta a porta.

João Barros disse que todos os dias a Elisal realiza nove a 12 carregamentos de lixo via marítima. Mas louvou o comportamento cívico demonstrado pela população da ilha e pelos turistas durante a quadra festiva, que cumpriram o horário da deposição do lixo.

“Conforme as pessoas iam chegando ao Mussulo nós entregávamos os sacos para colocarem lá dentro os resíduos sólidos e isso facilitou o nosso trabalho”, disse João Barros, que sublinhou que neste momento a prioridade da recolha de lixo é nas praias: “demos prioridade à limpeza das praias porque estamos em plena época balnear e assim os turistas encontram tudo limpo”.

Logo que terminar o trabalho de limpeza nas praias a actividade da Elisal passa para o interior dos bairros. A falta de revendedores de materiais de construção faz com que os preços sofram aumentos substanciais no mercado informal do Mussulo.

Um saco de cimento que custa mil kwanzas, na ilha pode custar entre três e quatro mil kwanzas. Priscila Cristina Henriques José, 21 anos e mãe de duas filhas disse que a falta de energia e espaços de lazer impedem os habitantes do Mussulo de ver televisão e ir a recintos de diversão nocturna.

Como resultado da falta de espaços para ocupação dos tempos livres as jovens são mães muito cedo: “não temos energia nem divertimentos a única coisa que podemos fazer é ter filhos e é isso que estamos a fazer”, disse Priscila Cristina.

Rosaria Elisa Mateus, uma jovem de 17 anos, disse que todos os dias as pessoas dormem cedo por falta de energia eléctrica. “Aqui a partir das 19 horas as pessoas vão para casa sem saber o que fazer”, disse. Em tempos houve uma discoteca onde a juventude ia divertir-se mas um grupo de vândalos agrediu o proprietário e a discoteca nunca mais abriu. Agora no Mussulo só mesmo praia e dormir cedo.

## 8.4 Greve na EPAL com acordo

*Jornal de Angola*

17 de Janeiro de 2012

O acordo, segundo um comunicado de imprensa, foi obtido nas questões de ordem salarial e subsídios de transporte e alimentação. O presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonídio Ceita, afirmou que a entidade patronal e os trabalhadores chegaram à conclusão que “o que nos separava não era tão difícil de ser solucionado” e que “felizmente o sindicato apresentou soluções que foram ao encontro das nossas”.

Leonídio Ceita adiantou que a empresa que dirige está em crescimento e tem importância estratégica e acrescentou que a greve deverá ser considerada “a última”.

O representante dos trabalhadores, Raimundo António, garantiu que, uma vez solucionadas as questões que preocupavam o sindicato, “não teremos mais motivos para paralisações”.

Raimundo António salientou que, fruto de longas discussões com o patronato, foi encontrado o denominador comum que vai assegurar a melhoria das condições sociais e salariais. “O salário era o que mais nos preocupava. Antes da paralisação apontámos números à empresa, mas infelizmente ela dizia que não tinha capacidade de suporte. Hoje, felizmente, chegámos a um acordo que achamos favorável”, disse.

Leonídio Ceita escusou-se a avançar números relativos ao montante salarial acordado, frisando que “o I mais importante é que chegámos a um acordo. Os montantes dizem O apenas respeito à empresa. Somos gestores seniores e a garantia é a nossa palavra”.

## 8.5 Huila melhor a fornecimento de potável

*Jornal de Angola*

20 de Janeiro de 2012

O abastecimento de água potável na Huíla abrangeu, até ao final do ano passado, 51 por cento da população da provincla, estimada em cerca de três milhões de habitantes, informou, ontem, no Lubango, o director provincial da Energia e Águas, Abel da Costa.

O responsável destacou os investimentos realizados na construção de novas infra-estruturas de captação e distribuição em todos os municípios como factores que contribuíram para aumentar a quantidade de água fornecida à população.

“A cobertura ainda não é a desejada, mas o ano de 2011 marcou a viragem, para melhor, em termos de fornecimento de água potável. Atingimos a meta esperada, uma percentagem de 51 por cento, em termos de população

que hoje consome água potável”, frisou. O director Abel da Costa acredita que até finais deste ano a cobertura vai atingir os 80 por cento, em função da aposta nos Programas Municipais Integrados de Combate à Fome e à Pobreza e no aumento do volume de investimentos do programa “Água para todos”.

“Este sector é um dos que mais valor vai absorver em 2012. Temos cerca de 40 projectos no âmbito do programa, com financiamento assegurado”, garantiu Abel da Costa.

### Obras na rede do Lubango

As obras de reabilitação do sistema de distribuição de água potável da cidade do Lubango arrancam este ano, para substituição da tubagem, a partir das três estações de captação da Tundavala, Senhora do Monte e da Humpata. A primeira fase do projecto de reabilitação e ampliação do sistema de distribuição do Lubango vai abranger uma extensão de 70 quilómetros, num investimento de 90 milhões de euros. No entanto, Abel da Costa esclareceu que o estudo feito na cidade do Lubango demonstra que é necessária uma rede com 300 quilómetros, para contemplar as novas urbanizações.

Depois de concluídas as obras de reabilitação e ampliação do sistema de da cidade, o abastecimento de água vai aumentar de mil para 10 mil metros cúbicos. “Este é o ano da materialização do sonho de milhares de habitantes da nossa cidade, atendendo uma das principais necessidades básicas”, afirmou.

### Tratamento de águas residuais

O projecto de substituição das condutas, a cargo da empresa alemã Gauff, contempla também a realização do estudo para a melhoria do sistema de tratamento de águas residuais. A empreiteira, no mercado angolano há 10 anos, pretende partilhar a experiência acumulada no período pós guerra, na recuperação de infra-estruturas, para ajudar o governo da Huíla a melhorar a prestação de serviços sociais básicos, sobretudo o abastecimento de água potável, segundo Abel da Costa. O director provincial da Energia e Águas realçou que dos mil metros cúbicos produzidos actualmente pelas estações de captação de água do Lubango, cerca de 75 por cento são desperdiçados, devido ao mau estado das condutas. A cidade do Cristo Rei tem cerca de um milhão de habitantes. O projecto já foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Abril do ano passado e a previsão para o arranque da sua execução era o mês de Setembro, disse Abel da Costa.

### Vida nos municípios

Os projectos de abastecimento de água potável programados para os municípios estão concluídos, o que reforçou o aumento da cobertura, garantiu Abel da Costa. O município da Lamba tem mais de metade da rede de

distribuição reabilitada. A direcção provincial tem programado para este ano a construção de uma estação de tratamento de água e a conclusão das obras de reabilitação da rede, para a sua extensão aos bairros periféricos da cidade do Lubango.

No âmbito do programa “Água para todos”, foram instaladas estações de tratamento nas comunas de Caconda, Quipungo, Caluquembe e Quilengues, num investimento total de mais de 1,5 milhões de dólares, segundo Abel da Costa.

O objectivo das intervenções nestas infra-estruturas, acrescentou o director, é reduzir a distância percorrida pela população para obter água para consumo diário. Além de alargar a cobertura; a direcção provincial de Energia e Aguas aposta na melhoria da qualidade de água fornecida à população, em conformidade com os padrões exigidos. “Sabemos que muitas doenças derivam do consumo de água imprópria. Por isso apostámos na qualidade, de acordo com as exigências da Organização Mundial da Saúde”, esclareceu.

## 8.6 Angola cheio de rios

*Jornal angolense*  
20 de Janeiro de 2012

A população de Luanda em particular, e do país em geral, continua a padecer por falta de consciência e irmandade de alguns responsáveis do executivo. Só aqueles que de certeza não são “Angolanos” fazem vista grossa ao problema mais básico que está por resolver. Pessoas há que se dão ao luxo de lavarem as suas viaturas com mangueiras de pressão gastando litros e litros de água, outros ficam a ver o espectáculo. Meus senhores tenham piedade daqueles que vos elegem. Não prometam o que não conseguem cumprir.

## 8.7 A população de Viana enfrenta drama de falta de água

*Jornal Angolense*  
20 de Janeiro de 2012

A dura realidade que a população dos bairros Madeira, Km-12 e Mulenvos, em plena capital do país, demonstra isso mesmo.

Uma reportagem efectuada esta semana pelo Angolense nos referidos bairros ilustra o quão duro é conseguir o precioso líquido. Os proprietários de motorizadas de três rodas vulgo “Kupapatas” encontraram nova forma de fazer dinheiro, ao se tornarem em “tábua de salvação” para aqueles moradores. Por dia levam para casa cerca de 7.000 Kwanzas de lucro.

A água fica muito longe das residências dos cidadãos, e por isso, trocaram o transporte de pessoas e alguma mercadoria, para levar água ali onde não tem, ou seja, entrega ao domicílio.

No bairro dos Mulenvos, segundo nos contou Pedro José, um dos motoqueiros, a água é comprada num chafariz no bairro Calemba 11 (fica há longos quilómetros), a preço de 10 Kwanzas o bidõ de 20 litros que depois revendem ao preço de 50 Kwanzas, ficando com uma margem de lucro de 40 Kwanzas por recipiente, 2000 Kwanzas por cada viagem.

O jovem que diz estar no negócio há dois anos, revelou que por cada viagem a motorizada "Kupapata" pode transportar entre 25 a 50 bidõs, e quando a procura é grande chega-se a fazer três viagens por dia, o que torna possível ao fim da jornada levar para casa cerca de 7.000 Kwanzas.

"Aqui há chafarizes, mas estão secos, como o kota pode ver", disse Pedro José, indicando-nos um chafariz que na verdade não jorra água.

A mesma realidade vive-se nas 500 Casas, no bairro Mulenvos, onde no único chafariz encontramos mais de 10 motorizadas Kupapatas a carregar o precioso líquido. Domingos Agostinho, que se apresentou como porta-voz dos demais, disse que o serviço que presta não é apenas solicitado pelos moradores dos Mulenvos. "Temos muitos clientes e, quando estes não telefonam percorremos os bairros", explicou, salientando que por falta de emprego faz este negócio para sobreviver.

Quem também vê-se ajudada é Rosa Manuel, beneficiária do negócio da água. Disse ao Angolense que "se eu comprar 20 bidõs fico descansada durante a semana e já não pago 100 Kwanzas por banheira nos tanques".

O negócio que já se estende por Luanda a dentro, segundo o nosso guia, Estevão Mwanza, "ganhou fôlego" depois da operação da EPAL e Polícia Nacional que visou destruir e encerrou a tubagem onde camiões cisterna recorriam para buscar água, que depois era vendida aos proprietários de tanques nos diferentes pontos de Luanda.

De acordo com ela, as autoridades não apresentaram nenhuma alternativa. "Esqueceram que nós precisamos também de beber", disse. Noutro ponto de Luanda, no bairro Palmerinha, comuna do Ramiro também falta água. Segundo populares, até chegar ao local onde se vai buscar o precioso líquido gasta-se 300 Kwanzas, só para o táxi. Deste valor não consta a quantidade de bidõs ou tambor que é cobrado a parte. A rotina é diária e não se vislumbra uma solução, pelo menos, a curto prazo.

No Sambizanga, bem ao nariz da cidade, em algumas zonas, a água também há muito que deixou de jorrar nas torneiras. Em 2009, contaram alguns moradores, o governo montou 13 fontenários, no valor de 16 milhões de dólares cada, mas três meses depois os mesmos ficaram inoperantes, agora a solução da água está nas mãos dos jovens que com carros de mão vão buscar a mesma noutros bairros e comercializam ao preço de 100 Kwanzas o recipiente de vinte litros. Estes podem ser encontrados todas as manhãs na rua da família onde fizeram uma espécie de praça d'água.

O que aqui retratamos é apenas a ponta do icebergue numa situação desoladora que afecta sobretudo a capital do país. Porém, nos discursos oficiais, mais virados para o exterior do que para o cidadão nacional, "O país está a avançar e a vida dos angolanos também está a melhorar progressivamente. O Programa de Investimento Público triplicou em quatro anos, os índices de pobreza estão a baixar, o emprego está a aumentar, os índices de desenvolvimento humano estão a melhorar, o Produto Interno Bruto per capita subiu do equivalente em dólares a três mil e oitocentos em 2005 para oito mil e trezentos em 2009", disse José Eduardo dos Santos, este mês durante a cerimónia de cumprimentos de ano novo ao corpo diplomático acreditado em Angola.

### **Programa água para todos é uma farsa**

O Programa "Água para Todos", promovido pelo Executivo angolano, desde 2007, revela-se um fracasso e nalguns pontos do país o mesmo é inexistente. Porém, o executivo considerou de positivo os dados deste programa.

Os dados oficiais, apresentados em balanço no final de 2011, dão conta de que o país possui actualmente uma taxa de cobertura a nível de 45,5 por cento, o que representa três milhões e 400 mil beneficiários de água potável.

De acordo com o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, além dos projectos em fase de contratação, existe ainda um leque de obras planeadas para serem concluídas este ano, que beneficiarão um maior número de pessoas do fornecimento de água potável.

Como metas a serem cumpridas, o responsável indicou o alcance de uma taxa de cobertura de 48 por cento no final do primeiro trimestre de 2012, 52 por cento no final do segundo trimestre de 2012, 57 por cento no final do terceiro trimestre de 2012 e 60 por cento no quarto trimestre deste ano.

Refira-se que em Setembro de 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio, incluindo Angola, comprometeram-se a atingir um conjunto de objectivos específicos, os chamados

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que deveriam guiar os seus esforços colectivos no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável. O compromisso número de que o Estado angolano também se comprometeu, visa exactamente, reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável até 2015. Quando faltam pouco menos de três anos para a meta, a situação da água, a par da energia eléctrica continua a estar no centro das reclamações das populações.

## 8.8 Suspensa greve na Epal

*Jornal Continente*  
20 de Janeiro de 2012

O encontro teve lugar no quintalão da subestação de águas do Marçal, no município do Rangel, onde estiveram reunidos mais de uma centenas de funcionários. O acordo, segundo António Gaspar, segundo secretário da comissão sindical dos trabalhadores da EPAL, falando em exclusivo ao CONTINENTE, foi obtido nas questões de ordem salarial e subsídios de transporte e alimentação, fruto de longas discussões com o patronato. António Gaspar disse que os trabalhadores apresentaram um caderno reivindicativo com 24 pontos. “Três categorias com 21 alíneas serão discutidas a partir do próximo mês de Março”, explicou o responsável.

De acordo com o interlocutor, a questão dos subsídios de alimentação e transporte é dado para todos os trabalhadores, mas com algumas restrições para aqueles que actuam na área operativa, corpo de segurança e os operadores de bombagem das estações.

“Este acto realizado hoje em assembleia de trabalhadores visou a suspensão da greve e a partir de amanhã com o presente acordo. A greve que teve a duração de dois dias. Retomamos as nossas actividades”, anunciou.

Ainda segundo o responsável, ficou acordado que a entidade empregadora, até ao dia 25 do corrente, resolva todos os pendentes.

Os trabalhadores mostraram-se satisfeitos com o acordo saído da reunião e garantiram maior produtividade, no sentido de auxiliar a empresa no aumento das receitas, para que também possibilite o aumento salarial. António Gaspar lamentou o facto de muitos consumidores da EPAL se furtarem ao pagamento das suas contas no final de cada mês. “Esta situação tem estado a afectar significativamente o rendimento da empresa”, afirmou, acrescentando que, “estamos votados com a política de estarmos mais próximo do consumidor”.

Os trabalhadores dizem confiar nos seus responsáveis e prometem tudo fazer para que a empresa saia a ganhar, assim como também os seus funcionários.

A greve na EPAL foi adiada três vezes consecutivas. De recordar que no dia 15 de Dezembro último, realizou-se uma assembleia de trabalhadores que suspendeu a greve, e que neste acto o empregador se comprometeu a honrar o acordo firmado. Não tendo havido cumprimento dos pontos acordados (diferença salarial, subsídios de transporte e alimentação), os trabalhadores retomaram a greve, às primeiras horas do dia 16 do mês em curso que culminou com o presente acordo. A greve que teve a duração de dois dias.

## 8.9 Greve na EPAL termina em acordo fraudulento

*Jornal Folha 8*  
21 de Janeiro de 2012

O conselho de Administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e a comissão sindical chegaram a acordo verbal para solucionar as questões que até então Levaram à proclamação da greve, embora seja visto pelos funcionários como uma manobra “cavilosa” da entidade empregadora.

Depois de tantas paralisações e encontros, os funcionários adstritos àquela empresa não acreditam na palavra do PCA da EPAL, Leonídio Ceita, que se proclamou gestor sénior aquando do encontro com os funcionários, a 16 de Janeiro do corrente ano, na sala de conferências da respectiva organização. “Este e outros acordos verbais com a empresa nunca foram cumpridos, apesar de que este é em intermédio da greve não confiamos mais na palavra do PCA, porque como sempre não adiantaram números e nada foi selado por escrito ou documentado”, citaram.

A comissão sindical da EPAL, já tivera decretado greve, desde o passado dia 22 de Novembro e levantados nos dias 12 e 16 de Janeiro do corrente ano, através das discordâncias no ponto relativo ao aumento salarial de 120%. Apesar da greve, os trabalhadores da EPAL, asseguraram a distribuição de água à capital angolana até ao pretérito dia 16, pois que Luanda tem debatido nos últimos tempos com problemas de abastecimento de água e energia eléctrica.

O primeiro secretário do sindicato da EPAL, Raimundo António, garantiu que, uma vez solucionadas as questões que preocupavam o sindicato, não têm mais motivos para paralisações. Raimundo António salientou que, a suspensão ainda é incerta porque dos 24 pontos constantes no caderno reivindicativo só foram solucionados 3 que nem cobre 50% do mesmo.

“Bom fica aqui claro que tendo em conta a palavra da entidade patronal pensamos que já não há motivo para greve, mais ainda assim devemos dizer que este encontro ou acerto verbal é uma suspensão porque o nosso caderno contém 24 pontos. Estamos a tratar de 3 e pensa-se que estes são os mais importantes dos tantos que existem, no entanto cumprindo estes os três achamos que o restante por arrasto também pode ser solucionado e sem problemas nenhum, mais uma vez conforme disse garantiu o senhor PCA”, disse Raimundo António.

Na futurologia, do PCA da EPAL, Leonídio Ceita, nos encontros foi determinado o denominador comum que vai assegurar a melhoria das condições sociais e salarial. Prevê também o franco crescimento e estratégico do órgão que dirige.

No entanto, aquando da primeira paralisação da empresa, o PCA já tivera dito não existir razões para greve. Pois alegou que “a empresa que dirijo esta em melhores condições, os trabalhadores têm um salário base de 50 mil Kwanzas, um canalizador de 3”tem o vencimento de setenta mil Kwanzas (70. 000,00Kz), têm seguro de saúde, entre outros benefícios”.

Facto desmentido por alguns funcionários idóneos da empresa, que auferem na ordem de 30 mil Kwanzas como salário base, e a onda de manifestações exigindo subsídios de alimentação, transporte, saúde entre outros. Feito o acordo entre ambas, Leonídio Ceita escusou-se a avançar números relativos ao montante salarial acordado, frisando que “o mais importante é que chegámos a um acordo. Somos gestores seniores e a garantia é a nossa palavra”. *Se fosse assim com todos onde estaria Angola?*

## 8.10 Vila do Andulo dispõe de sistema de abastecimento

*Jornal de Angola*  
21 de Janeiro 2012

Mais de 142 mil habitantes dos bairros económicos Silva e Técnico, no município do Andulo, província do Bié, dispõem, desde terça-feira, de três pontos de água.

O administrador municipal adjunto, Fonseca Satula, pediu às populações para preservarem os pontos de água para o bem da comunidade e esclareceu que a construção das manivelas é fruto de uma parceria entre a CARE Angola e a Administração Municipal.

Fonseca Satula frisou igualmente que a obra se deve ao empenho do governo provincial, em levar os serviços essenciais às comunidades. O director nacional da CARE Angola, Robert Bultem, que testemunhou a entrada em funcionamento das referidas manivelas,

disse que a Organização Não-Governamental trabalha em parceria com os governos, em programas sociais.

O financiamento da construção dos três pontos de água é da empresa petrolífera Chevron que, em coordenação com o Executivo angolano, trabalha em projectos sociais. A obra custou cerca de 37. 500 dólares.

## 8.11 GPL

*Jornal agora*  
21 de Janeiro de 2012

Boa parte das praias de Luanda foram privatizadas, e o mais recente caso é da praia do Morro dos Veados para quem se dirige ao Museu da Escravatura. No local decorrem obras a cargo de uma empresa supostamente pertencente a um dignitário, a julgar pelo aparato de segurança montado para afastar os intrusos que queiram transpor a vedação. Sendo uma das poucas zonas balneares existentes na costa luandense, onde também crianças podiam nadar devido à pouca profundidade do mar, o seu encerramento para supostamente dar lugar a um projecto turístico deixa as pessoas com os cabelos eriçados. A alternativa dos jovens dos bairros periféricos da capital (já que a Ilha também está em obras) é o Futungo 11, cujas águas de tanta pressão humana estão cada vez mais sujas. Deitam-se garrafas e latas vazias de cerveja e refrigerantes e ninguém se digna recolher o lixo susceptível de perigar também a fauna marinha. Algo vai muito mal no governo provincial.

## 8.12 Habitantes da cidade de Ndalatando elogiaram actividades desenvolvidas

*JORNAL DE ANGOLA*  
21 de Janeiro de 2012

Moradores dos bairros periféricos de Ndalatando elogiaram as actividades de limpeza desenvolvidas em valas de drenagem, riachos e cacimbas, pelos agentes comunitários da Direcção Provincial de Saúde. As acções provocaram a diminuição, nos últimos tempos, dos índices de diarreias agudas nas suas comunidades. Os agentes realizam também palestras e ensinam normas de convivência comunitária, no seio das famílias.

As acções são desenvolvidas nos bairros de Catome de Baixo e de Cima, São Filipe, “Ndalatando”, Tala Hadi, Kilembeketa, Che Guevara, Pedreira, Sassa 11 e Cais. A essência deste trabalho consiste em passar informações sobre o uso adequado do mosquiteiro e a importância do tratamento da água.

Joana Martins, 34 anos, mãe de quatro filhos, reconheceu a importância da actividade de um agente comunitário.

Disse que hoje abre as portas da sua casa aos agentes, por saber que prestam informações precisas aos agentes de saúde e recebem informações para os cuidados da saúde da sua família. Lourenço Filomeno, estudante de 19 anos, residente na comunidade de São Felipe, em Ndalatando, ficou surpreendido positivamente com o trabalho levado a cabo pelos agentes comunitários, principalmente no que toca à remoção de grandes quantidades de lixo em valas, locais onde muitas crianças brincam, mesmo no tempo de chuva.

Gaspar Neto, um dos agentes comunitários, disse que os trabalhos foram executados conjuntamente com a Direcção Provincial da Saúde e dos sobas dos bairros envolvidos. Acrescentou que a população tem sido informada sobre os objectivos do projecto, durante o período de registo das famílias.

A nível das comunidades, foi realizado o levantamento das crianças que não aderiram aos últimos serviços de vacinação e àquelas que vivem sem cuidados médicos e hospitalares.

A coordenadora do projecto, Analu Correia, informou que os agentes comunitários da saúde já percorreram 13 bairros da cidade de Ndalatando, onde registaram 27.513 populares. O projecto "Agentes Comunitários" é dirigido para a prevenção de doenças e promoção da saúde, o que constitui uma importante estratégia de atenção primária para a redução da mortalidade materno-infantil.

### 8.13 Falta de água provoca choro e ranger de dentes nos zangos

*Jornal semáforo factual*  
23 à 30 de Janeiro

A profecia bíblica "choro e ranger de dentes" está a acontecer nos Zangos 1, 2, 3 e 4, onde o papel, da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) continua marimbado, desde que a água deixou de correr na tubagem que chega às residências há mais de sete meses.

O Pactual fez um périplo pelos Zangos 1, 2, 3, e 4 e pôde constatar que, na verdade, têm os moradores razão: Em algumas poucas casas, a água chega vagarosa, quase gotejante, enquanto, na maioria das centenas de outras moradias, o precioso líquido há muito desapareceu.

Domingos António, de 47 anos e morador no Zango 3 desde 2001, manifestou ao Pactual o seu descontentamento com a EPAL, lamentando que essa empresa nunca se tenha preocupado em verificar se a tubagem tem lixo que impede a chegada da água às residências. "É incrível ver que as Casas junto à estrada com destino a Calumbo recebam água, embora a conta gotas, mas nós, que morámos na parte de cima, é que sentimos de mais a sua falta", asseverou Domingos António, para quem va parece haver "desinteresse do pessoal da EPAL", cimentou a fonte.

Também moradores como Maura Faustino e Vivi Fontoura, de 30 e de 35 nos, respectivamente, e a fizeram saber ao Pactual que a água chegava às suas residências, mas há mais de sete meses que tal não acontece. "A tubagem é muito fina e, se calhar, está entupida, era preciso que a EPAL viesse verificar", propuseram as moradoras, sisudas.

Também Filipe Agapito, de 45 anos, afirmou não entender como as torneiras estejam secas e ninguém se digna cá vir

Ele diz-se agastado depois de ter vindo morar no Zango 3 desde finais de 2011, após ter sido retirado da zona da cacimba, no município do Cazenga.

Outros residentes fizeram saber que têm a ideia de ir até ao Governo Provincial de Luanda, para saber por que os Zangos não têm água com regularidade.

"Pensam? que é a única solução. E de mais, sete meses sem água corrente, dói", lamentaram as fontes, para quem só o desinteresse pode levar a essa situação.

João Gaspar, morador do Zango 3, explicou que junto à estrada com destino a Calumbo, no Zango 3, aconteceu uma rotura durante a qual muita água verteu. Em contrapartida, depois da reparação da avaria, quase dois meses a posterior, a sua zona continua, sem água.

"E de mais, ninguém faz nada. Se não fossem os camiões cisternas de alguns angolanos e cubanos, não sei como seria" acrescentou João Gaspar, descrendo que a crise será resolvida em breve."

O Factual procurou contactar o administrador dos Zangos, mas todas as tentativas foram goradas.



## 8.14 Mais água no Bengo

*Jornal de Angola*  
25 de Janeiro de 2012

O director do Bengo da Energia e Aguas anunciou, ontem, em Caxito, a entrada em funcionamento, já neste semestre, de oito sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável em Pango Aluquém, Dembos e Bula Atumba.

Com a entrada em funcionamento dos novos sistemas, de acordo com Bento Jacinto, sobe para 40 por cento a cobertura de abastecimento à população, que passa a dispor, diariamente, de 30 litros do precioso líquido por pessoa.

## 8.15 Desempregado

*Jornal Angolenses*  
27 de Janeiro de 2012

“O Município de Cacuaco está muito abandonado; desde o desvio da Cimangola até ao Hoji-ya-Henda, aquela estrada está muito rebentada.

Desde que o Aníbal P.”sha deixou de ser o Governador de Luanda, deixamos de ter luz e água mas estamos próximo da Empresa Pública de Água de Luanda – EPAL; vivemos junto ao Ambuila e a Sociedade de Fornecimento de Energia Eléctrica – SONEFE está aqui próximo, mas não temos energia, vivemos com geradores e a gasolina está cara. O administrador passa por ali mas não faz nada. Nós vivemos no Kikolo, caso a chuva caia, não sei como é que chegaremos no desvio da Cimangola.

Os taxistas pagam taxa de circulação, mas só enfrentam charcos de água. o administrador está mais apostado no negócio da venda de terrenos”.

## 8.16 Lixo origina processo Contra governantes em Benguela

*Jornal O PAÍS*  
27 de Janeiro de 2012

O vice-governador de Benguela para as Infra-Estruturas, Henriques Kalenga, e altos funcionários do executivo do general Armando da Cruz Neto, constam de uma queixa apresentada à Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), acusados de crime de extorsão de valores monetários.

Segundo a participação criminal, a que O PAÍS teve acesso, a empresa Sonauto, que detinha um contrato de prestação de serviço com o Governo Provincial de Benguela há cerca de cinco anos para os serviços de

limpeza em várias zonas da cidade, viu terminado o referido acordo sem o cumprimento das formalidades da sua rescisão. A participação criminal, assinada pelo advogado Sérgio Raimundo, aponta uma série de factos descritos como reais em que a rescisão contratual fora das normas estabelecidas, deveu-se ao facto de a direcção da Sonauto ter rejeitado pagar ‘luvas’ que lhes permitiria continuar o contrato que tinha com o Governo Provincial de Benguela.

Além da manutenção do acordo, as ‘luvas’ serviriam, segundo os seus proponentes, para agilizar o pagamento das dívidas pelos serviços já prestados. No grupo dos que exigiam os pagamentos em troca dos favores são apontados os nomes do vice-governador para as infra-estruturas, Henriques Kalenga, e altos funcionários do próprio Governo Provincial.

Segundo o documento em referência, os responsáveis visados utilizaram vários artifícios alguns dos quais imorais, para obrigar a parte contratada a falsificar dados contabilísticos em termos de volume de trabalhos prestados na recolha do lixo e outras actividades similares para benefícios financeiros dos visados em prejuízo do erário público.

Não tendo encontrado “compreensão” por parte da empresa em referência na satisfação dos apetites “comissionistas”, foram produzidas informações que atestavam incapacidade técnica e mau desempenho da Sonauto na sua actividade, incluindo algumas informações que se dizem forjadas pelas autoridades tradicionais, mas que foram levadas ao gabinete do governador provincial de Benguela, Armando da Cruz Neto, e ditou a rescisão contratual.

Contactado para se pronunciar sobre o caso, o vice-governador para as Infra – Estruturas, Henrique Kalenga, afirmou que não está metido na embrulhada e que não exigiu nenhuma comissão, mas confirmou ter em sua posse a participação apresentada pela direcção da empresa Sonauto à Direcção Provincial de Investigação Criminal de Benguela.

Segundo ainda o governante, a rescisão do contrato com a empresa queixosa decorreu do incumprimento contratual. Segundo Henriques Kalenga, o surgimento do caso na imprensa “é próprio de um animal ferido”.

O actual administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, e o engenheiro António Leão, funcionário da Direcção Provincial do Ambiente, também negaram a alegada extorsão de valores para a manutenção do contrato da Sonauto na recolha do lixo em Benguela.

## 8.17 Proprietários vendem água não potável

*SEMÁNARIO FACTUAL*

*28 de Janeiro de 2012*

Dada a carência de água potável nos Zangos 1, 2, 3 e 4, motoristas de camiões-cisternas aproveitam-se da situação para lucrar dinheiro, com a venda de água bruta, recolhida do rio Kwanza, na comuna de Calumbo, em Viana.

O Factual constatou que a água bruta é vendida ao preço de 500 Kwanzas por recipiente de 250 litros, a que os moradores não questionam, devido ao facto de as torneiras dos Zangos deixarem de jorrar água potável há mais de sete meses.

O caricato é que os moradores, mesmo sabendo da má qualidade da água, a utilizam para todos os fins, incluindo bebê-la sem ferver ou desinfectar, originando diarreias e outras maleitas, numa altura em que a Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) deixou de intervir na região para regularizar o abastecimento normal do precioso líquido.

## 8.18 Sistema de distribuição de água pronto a inaugurar em Cambondo

*Jornal de Angola*

*30 de Janeiro de 2012*

O sistema de captação, tratamento e distribuição de água da comuna de Cambondo, 16 quilómetros a leste do Golungo Alto, vai ser Inaugurado no próximo dia 4 de Fevereiro. O administrador municipal, Cirilo Mateus, referiu que a captação fica no rio Luinha e está dotada de bombas, incluindo alternativas, gerador de energia eléctrica e uma arrecadação para produtos químicos.

A conduta é em PVC e tem dez quilómetros de extensão. Tem uma estação elevatória para distribuição de água por gravidade com capacidade para 60 metros cúbicos, cinco chafarizes distribuídos pela periferia e ligações domiciliare.

O administrador Cirilo Mateus disse que depois de Cambondo, o melhoramento da rede da comuna da Cerca foi inscrito no Programa de Investimentos Públicos (PIP).

O fornecimento de água no município do Golungo Alto vai melhorar como resultado do investimento de 40 milhões de Kwanzas, no quadro do Programa Água para Todos, disse Cirilo Mateus.

O administrador salientou que estão contempladas novas perfurações em diferentes zonas e decorrem outras na aldeia de Canaúlo vai três chafarizes. Também vão ser feitas perfurações na sede municipal e nos bairros Tunda Sange e Bomba. As empreitadas têm fim previsto para o mês Março. Cirilo Mateus informou que estão em curso estudos para a captação de água no rio Zenza, que abrangem a conduta com extensão de 25 quilómetros, a central de armazenamento, tratamento e a rede de distribuição. Este projecto está a cargo da Secretaria de Estado das Águas. Situação do sector A situação actual do sector, disse Cirilo Mateus, caracteriza-se pela ausência da distribuição domiciliar e paralisação de alguns fontanários, devido à escassez de água provocada pela seca e redução nas fontes de Cangungo e Cacole. Cirilo Mateus disse que a fonte de Cacole e os fontanários estão a ser afectados pela estiagem, pelo que o recurso é o transporte de água em camiões cisternas.

O administrador referiu que o aumento do consumo também agravou a situação, uma vez que o Golungo Alto tem 18. 000 habitantes e a rede de distribuição de água foi concebida para 2. 000 pessoas.

### **Elefantes fazem estragos**

Produtos do campo estão a escassear, na comuna de Quilombo Kiaputu, 16 quilómetros a leste do Golungo Alto, devido à estiagem e à acção de elefantes, disseram os habitantes locais. Manuel de Sousa Buanzangala disse que os animais engolem bananeiras, devastam os campos de milho, devoram as mandioqueiras, destroem palmeiras e tudo o que encontram na sua rota. As lavras dos bairros de Sende, Kiluange e Bungo são as mais afectadas pela acção dos elefantes. Para além de Golungo Alto, nos últimos cinco anos, os elefantes têm provocado estragos nos municípios de Ngonguembo e Banga.

## 8.19 A administração traça acções para travar o surto de cólera

*Jornal de Angola*

*31 de Janeiro de 2012*

A administradora municipal do Andulo, na província do Bié, Maria Lúcia Ganja Chicapa, alertou para a necessidade da intensificação de acções que visam a contenção da cólera, face aos casos diagnosticados recentemente que resultaram na morte de duas pessoas”

Maria Lúcia Chicapa fez este apelo na primeira sessão ordinária do conselho de auscultação e concertação social que fez o balanço das actividades desenvolvidas em 2011, tendo manifestado a sua preocupação pelo surgimento dos novos casos da doença.

Disse que é necessário trabalhar no melhoramento das condições higiénicas, saneamento básico, tratamento da água para o consumo, entre outras medidas, visando prevenir a cólera na circunscrição.

Maria Lúcia Chicapa disse ser necessário criar mecanismos para que a doença não alastre para outros bairros da periferia. Sugeriu que sejam feitas palestras e sejam criadas medidas adequadas para a prevenção da cólera. A administradora do Andulo pediu a colaboração das autoridades tradicionais e dos líderes religiosos para passarem a mensagem às populações, explicando as medidas de prevenção como ferver água e desinfectar a água com lixívia, melhorar o saneamento básico do meio e a execução do programa de cuidados primários de saúde.

O município do Andulo é considerado de trânsito de muitas populações devido à sua posição geográfica. Por isso, a doença pode ter proveniência na vizinha província de Malange. A Administradora Municipal aconselhou os responsáveis da secção de saúde pública e da repartição dos serviços técnicos a mobilizarem as populações, passando mensagens sobre o perigo que a doença representa nas comunidades.

A cólera é uma doença causada pelo agente patogénico denominado vibrião colérico, que se multiplica rapidamente no aparelho digestivo do organismo humano, através do consumo de água não tratada e alimentos mal confeccionados ou não lavados.

A doença afecta apenas os seres humanos e a sua transmissão de um indivíduo para o outro é feita directamente pelos dejectos fecais de doentes e por ingestão oral, principalmente de água contaminada.

## 9 GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Policia Nacional registou 237 crimes na passagem de ano

*Jornal O PAÍS*

*06 de Janeiro de 2012*

A Polícia Nacional registou, entre 31 de Dezembro de 2011 e 1 de Janeiro, 237 crimes diversos, mais 12 comparativamente a igual período do ano transacto, de que resultaram a detenção de 226 cidadãos.

Os dados, referentes a todo país e revelados pelo segundo comandante-geral da corporação, comissário chefe Paulo de Almeida, avançam que 205 crimes foram esclarecidos, correspondendo a operatividade de 86 por cento. Luanda, a capital do país, liderou as estatísticas criminais com 33 delitos (menos 24 em relação ao período anterior), seguindo-se as províncias do Huambo, com 23 crimes (+9), Benguela e Huíla, 23 cada, (-3) igualmente. Quanto às ocorrências relevantes, Paulo de Almeida referiu quatro homicídios voluntários, resultantes de disparo de arma de fogo, espancamento e uso de arma branca, ocorridos nas províncias de Luanda (três casos) e Namibe (um).

A corporação registou ainda dois homicídios involuntários, por asfixia ocorridos nas províncias de Luanda e Huambo, vitimando dois menores, ambos de um mês de vida, praticados pelas respectivas progenitoras, por estado de embriaguez.

Do balanço policial da passagem de ano destacam-se ainda 12 violações, mais três em relação ao período anterior, das quais quatro a menores de dois, quatro, 12 e 13 anos de idade, em Luanda (3), Huambo (2), Namibe (2), Benguela, Huíla, Kwanza Sul e Zaire, com um caso cada.

A corporação realizou micro operações nas províncias de Luanda e Malanje, tendo sido detidos 54 elementos, implicados em diversos delitos.

Nesta actividade, apreendeu 10 armas de fogo do tipo AKM, 28 motorizadas, 4. 506 quilogramas de estupefaciente (liamba), dois gramas de cocaína, um fio de ouro, 38 mil Kwanzas, em notas, bem como procedeu a destruição de uma lavra, com 81 plantas de estupefaciente na província de Malanje.

No período em referência, a Polícia empreendeu ainda 15 acções de inspecção e fiscalização a diversos estabelecimentos comerciais, tendo sido detectadas

30 infracções, das quais 21 de contravenção e nove criminais.

Foram registadas quatro tentativas de violação de fronteira, tendo sido detidos 26 estrangeiros, maioritariamente da RD Congo, nas províncias da Lunda Norte, Cabinda e Cunene.

A Polícia Nacional assegurou ainda a 56ª Edição da Corrida São Silvestre, os locais de lançamento de fogo de artifício, festas e bailes de reveillon, bem como os locais de realização de actividades religiosas.

Por outro lado, o terminal 113 registou 15 mil 318 chamadas telefónicas, das quais 705 consideradas de interesse policial e 14 mil 613 sem qualquer interesse. Já o terminal 115 tocou 33 vezes, denúncias todas de interesse operacional.

Segundo o comissário-chefe Paulo de Almeida, o empenho das forças nesta actividade, conforme plano operacional concebido, foi satisfatório e correspondeu às expectativas, quer da direcção do Ministério do Interior, quer da sociedade em geral.

No total, estiveram engajados 82 mil 847 efectivos, apoiados em mil e 877 viaturas, 344 motos, 22 lanchas, oito helicópteros e 14 canídeos.

### 9.2 Angola com 113 crimes por dia

*Novo jornal*

*06 de Janeiro de 2012*

Angola registou uma média diária de 113 crimes, entre Janeiro e Setembro de 2011, segundo dados revelados pelo Comando Geral da Policia Nacional.

Durante aquele período, a Políia Nacional conseguiu esclarecer 82% dos crimes cometidos no território nacional e efectuou a detenção de 25. 295 pessoas.

No topo da tabela estão os crimes contra as pessoas, com 46% do total de delitos praticados, seguindo-se os crimes contra a propriedade, com 42%, contra a ordem e tranquilidade pública, com 12%, e os crimes económicos foram 17%.

Os homicídios voluntários praticados por espancamento foram 40%, por arma branca 32%, arma de fogo 19%, enforcamento 5% e por asfixia com 4%.

A Políia Nacional esclareceu durante os nove meses 4. 245 crimes na sequência de investigação e deteve 25. 295 elementos autores de diversos crimes, dos quais 629

roubos, 161 violações, 104 homicídios voluntários, 147 furtos e 21 homicídios frustrados.

Numa nota à imprensa lê-se que o aumento das estatísticas criminais não indica aumento da criminalidade real, porque a situação da criminalidade é estável. Contribuiu para esta estabilidade, particularmente em Luanda, o aumento das acções operativas, bem como o incremento de meios técnicos, razão pela qual mais crimes chegam ao conhecimento da polícia.

Segundo ainda os dados da polícia, grande parte dos homicídios voluntários registou-se em Luanda (33%) e as principais motivações da prática dos crimes foram ciúmes, desentendimentos, brigas/rixas entre autores e vítimas e uso excessivo de bebidas alcoólicas. Também foram esclarecidos 82%.

No balanço criminal do ano, o Novo Jornal recorda alguns dos crimes que fizeram manchete nos jornais.

### **Português morto**

David Ventura Fernandes Maia, de 45 anos, foi assassinado no mês de Novembro, no município da Samba, por elementos desconhecidos.

Segundo uma fonte da policial. O crime ocorreu na residência do malgrado, quando os marginais tentaram assaltar a residência, por volta das 21h30. A vítima foi atingida com tiros no abdómen e teve morte imediata. Relatos das testemunhas revelam que apareceram quatro indivíduos com armas de fogo, que se faziam transportar numa viatura de marca Toyota Hiace, azul e branca, que irromperam pelo portão. Passados quase dois meses, a polícia não sabe do paradeiro dos assassinos.

### **Jovem morto por agente da pn**

Francisco dos Santos, de 22 anos, foi baleado mortalmente, no dia 12 de Novembro, no município do Rangel, rua dos Estudantes, por um agente da Polícia Nacional que já está detido.

Segundo familiares da vítima, o crime ocorreu quando duas crianças brigavam na rua. "Os miúdos estavam a brincar e, de repente, começaram a lutar. O Francisco foi separá-los, mas um deles foi chamar o pai, dizendo que o Francisco o agrediu. O pai, sem mais nem menos, puxou da arma e fez dois disparos à queima-roupa contra o jovem".

António Sapalo, amigo da vítima, e que presenciou a cena, disse que quando o agente da polícia, identificado por Jaime Leitão Ribeiro, chegou ao local nem sequer perguntou o que se tinha passado. "Disse apenas que ele era chefe e que mandava, começou logo a fazer os

disparos e meteu-se em fuga. Não sei por que é que os agentes da polícia têm este comportamento. Ele tem de ser responsabilizado" frisou.

### **Pai mata filha**

O cidadão José Nbongo é acusado de ter morto a filha, de seis anos, por espancamento, no município do Cazenga. O suspeito só foi preso oito dias depois, tendo a morte da criança ocorrido depois de 10 dias devido aos ferimentos.

Segundo informações da polícia, a criança só foi levada a um posto médico dias depois da agressão, onde foi analisada por um enfermeiro, que detectou uma lesão nas costelas. A menina ainda foi encaminhada para o hospital de referência, onde acabou por morrer.

De acordo com a PN, José Nbongo nega as acusações e diz ter dado apenas uma bofetada como repreensão, por esta ter saído de casa sem autorização dos pais.

### **O flagelo das violações**

Durante os nove meses do ano, registou-se em todo país um total de 805 crimes sexuais, o que corresponde a uma média diária de três violações por dia. A província de Luanda lidera a lista, com 38% do total dos casos registados.

### **Nem crianças escapam ao flagel das violações**

Clara de, 5 anos, foi abusada sexualmente por um vizinho que vive há mais de um ano na mesma casa no Panguila. A mãe da menina explica que, desde que saíram da favela da nova marginal e foram levados para o Panguila, continuaram a viver três famílias na mesma casa. "Quando o meu vizinho violou a menina, eu o meu pai não estávamos em casa, só estava ela com a irmã, de dois anos. Este monstro estragou a vida da minha filha, não sei se um dia ela poderá ter filhos", lastimou a mãe da criança.

Ana Alberto, de sete anos, foi violada sexualmente pela quarta vez na manhã do dia universalmente dedicado às crianças, 1 de Junho, pelo seu padrasto, Marcos José, de 33 anos, que se encontra as contas com a justiça.

A pequena disse que foi interpelada pelo suposto pedófilo, na manhã de quarta-feira, quando se preparava para participar nas actividades festivas que decorriam na escola, onde frequenta a terceira classe.

"Estava a preparar-me para ir à escola, quando ele me chamou e mandou-me fazer aquilo que já tinha feito. Recusei, dizendo que estava atrasada, mas mesmo assim ele agarrou-me e, tapou a minha boca para não gritar e me atirou na cama" contou a criança.

“Depois dele fazer o que queria, ameaçou matar-me caso contasse a alguém o que havia acontecido” acrescentou a criança.

Apesar de não precisar o dia nem o mês em que foi abusada sexualmente pela primeira vez, Ana Alberto declarou que as violações ocorreram no período da noite, quando a sua mãe, Domingas Esperança Rodrigues, a deixou em casa, na companhia do padrasto para ir assistir à novela em casa de uma vizinha.

A vítima disse que ele chamou-a para ir dormir na cama do casal até que a sua companheira chegasse para não ficar sozinha. Indefesa e sem ver maldade no gesto, a criança aceitou o convite para se sentir segura na escuridão provocada pela falta de energia.

Segundo a PN, muitos dos casos ocorreram no interior de residências (57 %) e na via pública (43 %). A faixa etária mais afectada é entre os dois e 20 anos e o horário em que os crimes acontecem é das 18h00 às 00h00.

Os principais factores, segundo a Polícia Nacional, são a falta de atenção aos menores pelos pais, o uso excessivo de bebidas alcoólicas, circulação isolada na via pública a altas horas da noite e crença no feiticismo e práticas obscurantistas.

### 9.3 A vida no Lar

*Jornal A CAPITAL*  
10 De Dezembro de 2011

O pequeno Telmo tem 11 anos. Ele é uma entre as centenas de crianças que vivem no lar Kuzola. E porquê? Foi acusado de feiticeiro, segundo ele, pela própria tia, com quem vivia no bairro da Terra Vermelha, ao Cassequel. Depois da acusação, seguiram-se os maus-tratos. Foi assim que, preferiu abandonar a casa e ir viver na rua. “Vivia em casa da minha tia debaixo de pancada. Ela achava que sou feiticeiro, por isso, fugi”, desabafou o menino Telmo que tem, agora o Lar Kuzola, como o seu verdadeiro lar, ainda que não familiar, já que não tem outro sítio para morar.

Seu pai, de quem nunca mais teve notícias, vive na província do Kuando Kubango. “Todas as coisas que aconteciam de errado em casa da minha tia, diziam que eu era o culpado. Até os vizinhos me chamavam de “makumbeiro”, acrescentou, notando que, apesar das peripécias a que estava sujeito, fazia tudo para permanecer no seio familiar. “Todos estavam contra mim.

Com desespero, fugi de casa”, pois, frisou, “sentia-me desprotegido”. “Estava como que sozinho no mundo e sem protecção”, atestou. Marília Josefina tem apenas oito anos. Apesar das suas grandes limitações ao expressar-se, soube explicar ao A Capital o quanto era discriminada pela própria família. “Em casa, era olhada como se fosse um animal”, começou por contar, acrescentando que ninguém se importava com ela. “Batiam-me por motivos que eu não conhecia, por isso, fugi de casa”, onde habitava com os progenitores, até que, “fui encontrada na rua por uma madre que me trouxe para o lar Kuzola”. Aqui, ela disse que sente-se melhor que no seio familiar, porque está longe da gritaria e do desprezo dos seus próprios pais. Com 13 anos e acolhido pelo mesmo lar está João. Conta que perdeu a mãe muito cedo e que por conta disso, foi obrigado a viver com o meu tio, irmão da falecida.

“Sempre vivi com o meu tio”, que, no entanto, considerava-lhe “um preso”, até que o tio o expulsou de casa. De acordo com o garoto, seu, que ainda vive, tem conhecimento da situação pela qual ele está a passar até chegar ao lar de acolhimento.

“O meu pai sabe que vivo no lar. Esqueceu-se de mim”, lamentou. Ainda assim, para ele, antes viver no lar onde tem amigos e muito amor. “Gosto de estar aqui, porque tenho aprendido muita coisa”, regozijou-se. Entre as mais variadas histórias de crianças que vivem no lar, Kuzola encontramos, também a do pequeno Marcelino. Tem apenas, e apenas mesmo, 45 dias de vida. Como foi parar lá, santo Deus? Simplesmente foi abandonado nos braços de uma mulher “zungueira”, mercado dos Congolenses adentro. Segundo apuramos a mãe do bebé sofre de perturbações mentais. Mentiu que o bebé era gémeo, tendo então pedido à comerciante que seguisse o pequeno Marcelino para que ela fosse buscar o outro bebé. Verdadeira ou não, esta é triste história deste pequeno Marcelino, que, no entanto, disseram à nossa reportagem, não goza de boa saúde.

Máezinha de Fátima, 12 anos, é órfã de mãe. Viveu durante quatro anos com a madrastra, mas a experiência não foi boa. Ninguém queria saber da presença dela e da irmã. “Quem me trouxe para o lar foi a irmã da minha mãe. Só que não sei onde ficou a minha irmã”, deplorou, enquanto seus olhos se embaciavam de lágrimas. Máezinha chorava, porque, ao contrário dos outros, é a única que diz sentir saudades de casa, sobretudo pelos momentos que partilhou com a irmã. “Sinto muitas saudades da minha irmã”.

#### **Crianças o lugar delas e na família**

Conversámos com a directora do Lar Kuzola, Engrácia dos Céus, para quem a necessidade de se repensar o

papel da família é cada vez premente, sobretudo porque, disse ela, o lar alberga muitas crianças que lá vão parar transportando marcas muito chocantes.”Tem sido muito difícil receber essas crianças que foram rejeitadas pelas suas próprias famílias”, destacou, realçando que tal só acontece porque os valores, hoje, no seio das famílias está a desaparecer. Ainda assim, defende, que o papel da família é indispensável para a integração dessas crianças na sociedade.

A responsável manifestou preocupação quanto ao que considerou ser “um período de inversão de valores, marcado por cenas em que um filho é acusado de feitor, uma criança é negada por ser portadora de alguma deficiência pelos seus pais”. O lar para Dos Céus. É a última instância para a criança, porque na lógica, ela deve estar no seio familiar. É a família que tem o dever de proporcionar-lhe os direitos que lhe são inerentes.

“Não é fácil trabalhar com crianças que estiveram expostas a várias situações de pressão”, avançou, adiantando, por outro lado, que o trabalho do lar é integrar as crianças numa vida normal, pois, muitas delas viveram em contextos de extrema violência, cujas consequências se reflectem no comportamento.

“O lar não é lugar para uma criança. É uma alternativa. Fazemos um trabalho de formas a que essa criança se possa reencontrar”, elucidou.

Para o caso das crianças que atingem os 14 anos de idade, a directora disse que o lar Kuzola tem o papel de reintegrá-las na sociedade.

“Elas são encaminhadas para outras instituições que trabalham, também, no âmbito de protecção à criança para que possam garantir a continuidade do trabalho iniciado aqui”, informou, e sustenta que vão para centros onde há formação profissional, de onde, depois, são introduzidas na sociedade. Mas, segundo a responsável, nem sempre as coisas dão certo. Há no lar casos de crianças que se tentou reintegrar no seio familiar e que não se adaptaram.”Temos casos de muitas crianças que já estiveram em casa de famílias de tutela, e que acabaram por voltar. O nosso papel, aí, é saber as razões, e tentar arranjar uma solução, uma vez que saiu do lar”, concluiu.

## 9.4 Conflitos na família preocupam órgãos da Justiça

*Jornal de Angola*

*14 de Janeiro de 2012*

Os órgãos da Administração da Justiça vão, este ano, prestar especial atenção aos conflitos no seio das famílias, garantiu ontem em Luanda juiz presidente do Tribunal Provincial de Luanda, Augusto Escrivão.

Augusto Escrivão, discursando na abertura da reunião de coordenação dos órgãos da Administração da Justiça, destinada ao balanço das actividades realizadas no último trimestre do ano passado, disse que o exercício da autoridade paterna tem sido cada vez mais polémico, na medida em que têm surgido milhares de casos do género.

Augusto Escrivão frisou que outra especial atenção vai ser dada à indisciplina no trânsito automóvel, que tem originado muitos acidentes na cidade de Luanda, à superlotação das cadeias, delinquência juvenil, violência doméstica contra mulheres, homens, crianças e velhos.

O juiz presidente do Tribunal Provincial de Luanda disse estar convencido de que, com os esforços de todos, os órgãos da administração da Justiça estão em condições de diminuir a persistência das situações já mencionadas.

“Banir todas as situações anómalas não é tarefa fácil, é sempre um desafio que se coloca aos órgãos que intervêm na Administração da Justiça. A nossa actividade, quando executada com êxito, contribui de certa forma para a estabilização da sociedade em que todos estamos inseridos”, disse.

O juiz presidente do Tribunal Provincial de Luanda apelou aos participantes a continuarem coesos, de braços dados, devidamente sincronizados e que, apesar das especificidades do trabalho de cada um, o objectivo comum é a realização da justiça.

### Processos registados

No âmbito das acções desenvolvidas no último trimestre do ano passado, o Tribunal Provincial de Luanda registou a entrada de mais de 35 mil processos de diversa natureza nas salas de família, de trabalho e Julgado de Menores. Deste número, ainda estão em curso 31 mil. A Direcção Provincial de Investigação Criminal registou, no último trimestre do ano passado, 1.990 crimes de natureza diversa, sendo que 814 foram remetidos ajuízo, 208 aos tribunais municipais e 115 ao Julgado de Menores.

A reunião de coordenação dos órgãos da administração da Justiça da província de Luanda realiza-se trimestralmente. No encontro, participaram responsáveis do Ministério da Justiça, do Interior, responsáveis dos Serviços Prisionais, Investigação Criminal e magistrados judiciais e do Ministério Público.

## 9.5 A violência doméstica

*Jornal de Angola*

*16 de Janeiro de 2012*

Os casos de violência doméstica continuam a preocupar a sociedade, mas tem sido, felizmente, frequente a intervenção do Ministério da Família e Promoção da Mulher na resolução de conflitos que envolvem membros de uma mesma família, contribuindo para a pacificação de muitos lares.

Ficámos a saber que numa província angolana, o Kuando-Kubango, a maioria dos casos de violência doméstica foi resolvida extrajudicialmente, o que constitui um feito notável e é prova de que é possível por via da reconciliação e do aconselhamento dirimir conflitos intra-familiares. Segundo a directora provincial do Kuando-Kubango do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Florinda Catongo, dos 384 casos de violência doméstica na província, em 2011, 283 foram resolvidos pacificamente. De acordo com aquela responsável, dos 425 casos de violência doméstica registados em 2010, 300 tiveram solução fora dos órgãos judiciais.

Perante esses números, pode-se concluir que tem sido positivo o trabalho que instituições do Estado não judiciais têm realizado para resolver, por exemplo, casos que envolvam factos que, em sede de procedimento criminal, permitem à vítima de violência doméstica desistir de queixa.

A lei contra a violência doméstica prevê a desistência de queixa por parte da vítima de violência em qualquer fase do processo, quando os factos não constituem crimes públicos. Constituem nomeadamente crimes públicos a ofensa à integridade física ou psicológica grave e irreversível, a falta reiterada de prestação de alimentos à criança e a assistência devida à mulher grávida, o abuso sexual a menores de idade ou idosos sob tutela ou guarda e incapazes e prática de casamento tradicional ou não com menores de 14 anos de idade ou incapazes.

Em face dos inúmeros casos de violência que são resolvidos fora dos tribunais, convém pensar-se no aprimoramento das estruturas que já existem e que podem ao nível de todo o país dar solução a muitos problemas que têm a ver com os conflitos na família.

Se a lei contra a violência doméstica prevê a possibilidade de solução administrativa para os conflitos intra-familiares, era bom que se aproveitasse experiências acumuladas, quer por instituições públicas quer por entidades privadas, no tratamento de problemas que têm a ver com actos de violência que atentam contra sujeitos que sejam vulneráveis à agressão de natureza diversa.

O considerável número de casos resolvidos extrajudicialmente no Kuando-Kubango e noutras províncias deve levar os organismos que trabalham directamente em situações de violência doméstica a estudar com alguma atenção esse facto, para se ver em que medida é possível generalizar modelos estruturais, em termos de organização do aconselhamento e de técnicas de reconciliação.

Tendo em atenção a complexidade dos casos relativos à violência doméstica e dos efeitos muitas vezes traumáticos que dela derivam, é importante que as estruturas de aconselhamento criadas ou a criar possuam mecanismos de acompanhamento das situações que requeiram algum tratamento especial e sejam dotados de técnicos com formação específica em determinados ramos do saber.

Temos uma lei, a Lei contra a Violência Doméstica, mas este diploma por si só não resolve os problemas. É que os problemas não acabam ou diminuem só porque estão previstas penalidades em legislação especial contra os autores de violência doméstica.

Será necessário tomar uma série de outras medidas não legislativas e de natureza preventiva que permitam que haja estabilidade nos lares. Há um conjunto de medidas inseridas em políticas públicas que devem concorrer efectivamente para diminuir os problemas da violência doméstica. Impunha-se o agravamento das penalidades para inibir potenciais autores de actos de violência doméstica de condutas lesivas de bens que o legislador entendeu proteger por via da criminalização de certos factos. Um grande esforço deve ser feito para que as causas dos actos de violência doméstica sejam erradicadas por via da sensibilização e de campanhas de educação.

Que sejam realmente aplicadas as normas inseridas na Lei contra a Violência Doméstica relativas à prevenção e que estabelecem medidas para qual inibir o surgimento de actos violentos no seio familiar.

De entre essas medidas importa citar a inclusão em programas curriculares de ensino matérias que possam prevenir crimes de violência doméstica, a serem ministradas aos jovens e às crianças, a produção de produtos educativos para as famílias e a promoção do diálogo, da moral e dos valores reconhecidos pela comunidade que não atentem contra a dignidade da pessoa humana.



Enquanto houver muitos casos de violência doméstica, tem de se continuar a trabalhar para que esta deixe de ser um flagelo social desestruturante e um factor de instabilidade da família.

## 9.6 Índice de criminalidade em Viana dos mais altos da capital angolana

*Jornal de Angola*

*19 de Janeiro de 2012*

A mais alta patente da polícia angolana, que falava à imprensa, no final da visita à Divisão de Viana, exigiu às forças da ordem na localidade a alterarem o actual quadro para o reforço da segurança e tranquilidade públicas no município satélite de Viana.

Ambrósio de Lemos, que constatou o grau de funcionamento da corporação naquele município satélite de Luanda, considerou "muito preocupante" o índice de criminalidade em Viana, "que, neste momento, é dos mais altos comparativamente a outras circunscrições da província de Luanda".

O comando-geral da Polícia Nacional, disse Ambrósio que Lemos, vai melhorar as condições de trabalho dos efectivos, como veículos para patrulhas, de modo a que a actividade policial seja mais eficaz e se devolva o sentimento de segurança às populações.

Para que se melhore o quadro, a nível das estruturas físicas, estão a ser erguidas novas unidades, que vão ser inauguradas ainda este ano, garantiu Ambrósio de Lemos.

"Estamos aqui para poder melhorar as condições, aumentar a capacidade de resposta da polícia, de forma que haja uma circulação fluida da população durante as 24 horas do dia", sublinhou a mais alta patente da Polícia Nacional. O município debate-se, ainda, com um fenómeno relativo à ocupação ilegal de terrenos.

O comandante-geral da Polícia Nacional, durante a sua estada em Viana, esteve em duas unidades, a 443 e a 493, nos postos policiais do Mirú, do Quilómetro 9, localizado no bairro Fofoca, e da Vila Azul.

A visita do comissário-geral Ambrósio de Lemos ao município de Viana estendeu-se ao centro de formação de subchefes e agentes da Polícia Nacional e à Unidade Delta da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), ambas estruturas localizadas na comuna do Kikuxi, uma área tradicionalmente agrícola.

## 9.7 Interior analisa criminalidade no País

*Jornal Folha 8*

*21 de Janeiro de 2012*

O ministério do interior realizará entre os dias 23 e 24 o seu Conselho Consultivo Alargado que, entre outros pontos, analisará o grau de cumprimento das recomendações do conselho de 2011, assim como avaliar a situação da criminalidade no País e perspectivar as medidas de combater. A actividade a ser presidida pelo titular da pasta, Sebastião Martins tem ainda agendada uma palestra sobre a deontologia e ética dos órgãos do ministério: Polícia Nacional, Serviços de Bombeiros, Serviço de Migração de Estrangeiros e os Serviços Prisionais. Os participantes do conselho vão ainda analisar a proposta do projecto de Decreto Presidencial que aprova o regulamento sobre o ensino da condução e habilitação legal de conduzir, a problemática da regularização da situação dos oficiais das ex-FAPLA que não foram transitados para a FAA nem para a Polícia Nacional.

## 9.8 Polícia Nacional fecha 2011 com saldo de mais de mil detenções

*Jornal O INDEPENDENTE*

*21 de Janeiro de 2012*

Mil e quinhentos e trinta e cinco crimes de natureza diversa foram notificados pela Polícia Nacional no período de 10 de Dezembro de 2011 a 06 de Janeiro deste ano (referente a quadra festiva), em todo o território nacional tendo sido detidos mil e 487 elementos. Um relatório de balanço a que tivemos acesso, indica que a referida cifra representa mais 140 delitos em relação a igual período anterior, sendo que destes foram esclarecidos 1. 118 (mais 48), representando uma imperatividade de 73 por cento.

Os crimes que mais preocuparam a corporação foram as ofensas corporais com 142 casos (mais 18 em relação a igual período anterior), seguindo-se das violações com 19 (mais 12), furtos 75 (mais 31), roubos 21 (menos 5), crimes económicos 15 (menos 13) e homicídios voluntários com sete casos, menos 4 em relação a igual período anterior.

Quanto aos crimes praticados com armas de fogo, a capital do país liderou as estatísticas, com 18 casos, seguindo-se das províncias de Benguela, Quando Kubango, Lunda Norte e Moxico, com dois e um caso cada, respectivamente.

**Neste período, segundo o informe, as** Províncias que registaram aumentos nos índices criminais foram as da Lunda Norte, Benguela, Huíla, Lunda Sul

Huambo e Cabinda com 18,15, 14, oito e sete casos, respectivamente.

A Polícia Nacional assegurou ainda a 56ª edição da corrida São Silvestre, tendo sido empregue um total de 2. 252 efectivos, bem como os locais de lançamento de fogo-de-artifício, festas de bailes e locais de realização de actividades religiosas.

Relativamente às actividades de enfrentamento, a corporação realizou seis micros operações, tendo sido detidos 456 elementos por prática de diversos crimes e, ao mesmo tempo, foram desmantelados 13 grupos de marginais. Na actividade de enfrentamento foram apreendidas 25 armas de fogo, sendo 17 AKM, uma Mini-Uzi e sete pistolas, um carregador com 30 munições, oito viaturas, 44 motorizadas, um colete anti-bala e seis botijas de gás butano.

As forças da ordem apreenderam ainda 5,506 quilogramas de estupefaciente (liamba) e dois gramas de cocaína, duas motos bombas, 15 pás, quatro baldes e eis redes. Das actividades económicas destaque ainda para 79 visitas de fiscalização, tendo sido detectadas 93 infracções, sendo 81 contravencionais e 12 criminais.

Nesta operação, a corporação deteve 12 elementos, sendo nove por especulação, 01 por desobediência, 01 por peculato e o outro por contrafacção disco gráfica. Quanto às chamadas de emergência, o terminal 113 registou 21. 498 chamadas telefónicas, sendo 1. 306 solicitações de intervenção, quatro denúncias, 80 informações de utilidade pública, 30 ofensas à autoridade policial e 14. 811 sem interesse policial.

Das solicitações de intervenção, refere o informe, 50 por cento reportaram situações ocorridas de facto, que permitiram alcançar uma operatividade na ordem de 80 por cento, "embora uma parte significativa das ocorrências tenha sido resolvida entre as partes". Já o terminal 115 registou 332 chamadas, das quais 41 de interesse operacional, sendo que 21 destas foram reenaminhadas para os terminais telefónicos provinciais.

Foram, no total, empregues 82. 847 efectivos, 1. 877 viaturas, 344 motos, 22 lanchas, seis helicópteros que realizaram 24 voos operativos, 20 solípedes e 14 canídeos.

## 9.9 Uma missão para policiais honestas

*Semanário factual*

*28 de Janeiro de 2012*

É dado adquirido que funcionários do Estado continuam afectos às redes criminosas que facilitam a entrada ilegal de milhares de cidadãos estrangeiros que se dedicam ao tráfico de drogas, de armas e de seres humanos.

O pior de tudo é que milhares desses estrangeiros conseguem adquirir, de forma fraudulenta, o Bilhete de Identidade (BI) angolano. Nesse esquema, a instituição responsável por esse crime é o registo civil; é nesse sector onde nacionais e estrangeiros obtêm os documentos indispensáveis para tratar o BI e o passaporte.

Face à facilidade com que os criminosos tratam os documentos, afigura-se imperioso que os serviços de registo civil sejam supervisionados por órgãos de segurança de Estado, assim como os autores desses crimes devem ter penalizações mais graves do que os crimes comuns.

Estas práticas têm maior incidência nas províncias de Cabinda, Uíge, Zaire, Lundas e Moxico. Nessas regiões, sobas e outros cidadãos prestam falsas declarações aos serviços de registo civil, a troco de 50 ou 100 dólares.

É com base nesse comportamento criminoso que dezenas de milhares de estrangeiros estão a suplantar, em número, os nacionais nalgumas comunas fronteiriças. E, com o passar dos anos, esses imigrantes ilegais vão constituir-se em milhões de cidadãos nacionais e que, mais tarde, poderão reivindicar a independência desses territórios, tendo em conta que se encontram em maioria.

Por isso, a decisão do Ministério do Interior (MININT) pretender criar, este ano, um observatório sobre Terrorismo, Segurança e Criminalidade Organizada no País, é uma medida atempada e vem em boa hora.

A decisão consta das conclusões finais da Reunião do Conselho Consultivo Alargado desta instituição, encerrada na quarta-feira, 25, na capital do País, sob presidência do titular da pasta, Sebastião José António Martins. O órgão consultivo do MININT fez uma avaliação da situação da criminalidade e as perspectivas para o seu enfrentamento, enquanto, do ponto de vista metodológico, se decidiu a acelerar a criação do Observatório sobre Terrorismo, Segurança e Criminalidade Organizada.

A par disto, o conselho instou a Polícia Nacional na preparação de um Simpósio sobre a Criminalidade em Angola, ainda no primeiro semestre deste ano, de forma a colher a contribuição de toda a sociedade de um problema transversal e que a todos diz respeito.

E por dizer respeito a todos, é que os cidadãos honestos devem denunciar as pessoas que favorecem a criminalidade, sejam elas civis, polícias ou militares.

“nos dias que não temos energia as ruas voltam a ficar as escuras”, reclamaram, antes de lançarem um um lancinante apelo :”coloquem ao menos uma esquadra móvel psrs termos um pouco de protecção”.

## 9.10 Sossego volta ao bairro da pedra

*Semanário factual*

*28 de Janeiro de 2012*

O bairro da Pedreira, no município do Sambizanga, já vive clima de sossego e de tranquilidade, depois da detenção, sábado (22), do suposto meliante libwem e dos seus cúmplices que aterrorizavam a zona.

Libwem e os seus comparsas foram presos na rua “cidade de Deus” pela Polícia, através de denúncias dos moradores, quando criava desconforto às pessoas que, na altura, estavam a divertir-se numa maratona alusiva a 25 de Janeiro, dia da fundação da cidade de Luanda.

Moradores, que ansiavam a detenção do meliante libwem, há mais de dois anos, louvaram os esforços da Polícia que não poupou energias para garantir segurança e a integridade social.

O Factual soube de fonte policial que o alegado meliante já estava a ser procurado há muito, tendo sido detido com ajuda da população.

## 9.11 Polícia? só no binóculo

*Jornal a capital*

*28 de Janeiro de 2012*

Os populares, por outro lado, alegam que só muito raramente os agentes da ordem pública, quer apeiados quer auto transportados, são vistos naquele local. “Antigamente”, recordam “víamos os polícias em rondas frequentes, mas agora tudo mudou. os bairros estão cada vez mais desprotegidos e as pessoas e as pessoas a morrem como se fossem animais”, lamentou Adolfo Issenguele, um dos moradores abordados pela reportagem.

Uma outra moradora Mavila Joana, partilha as mesmas preocupações de Issenguele, mas foi mas foi mais longe, salientando que a situação só não esta ainda catastrófica, pelo de os moradores, agastados pelo crime terem se unidos e adquiridos lâmpadas fluorescentes, colocaram em postes de iluminação que circundam as ruas. “se não podemos combater-los ao menos procuramos iluminar as ruas para não ficarmos totalmente as cegas”, disse, sublinhando que a acção dos moradores encontra uma barreira, pelo facto do fornecimento de energia eléctrica ser uma raridade.

## 10 AMBIENTE

### 10.1 Camponeses lamentam a falta de chuva

*Jornal de Angola*  
14 de Janeiro de 2012

A primeira fase da campanha agrícola 2011-2012 na província do Kwanza -Norte está comprometida devido à ausência de chuvas que se regista desde Novembro, disse ontem ao Jornal de Angola o director da Agricultura, Pesca e Desenvolvi meto Rural.

Fernando Mesquita disse que a ausência de chuvas pode afectar a primeira fase da campanha agrícola, principalmente na parte sul da província, que é a mais privilegiada em termos de cultivo, esclarecendo que caso a situação prevaleça, a instituição que dirige vai trabalhar num programa de emergência que consiste em ajuda alimentar directa, entrega gratuita de sementes, instrumentos de trabalho e preparação de terras.

Nem todos os produtos foram afectados por falta da chuva, mas o responsável diz que os camponeses não vão poder colher o que previam nesta fase, o que deixa insatisfeitas muitas famílias que vivem do campo e admitiu que as mesmas têm sérias dificuldades em reembolsar o crédito de campanha agrícola. A direcção da Agricultura, os bancos e os camponeses vão ter de encontrar um meio-termo para o pagamento dos créditos, para que as partes envolvidas não saíam prejudicadas.

Em função disso, Fernando Mesquita pediu calma aos camponeses afectados, já que foi constituída uma equipa de trabalho para o caso e para ver a possibilidade de ajudar os homens que se dedicam ao campo. “Estamos esperançados de que a qualquer momento pode vir a chuva.

Por isso, não há razões de nos sentirmos desanimados. A desmatção, o fabrico de carvão, a má utilização dos solos, as queimadas têm muita influência no desaparecimento das chuvas”, disse.

#### **Inamet**

O responsável do serviço provincial do Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) no Kwanza-Norte, Pinto António Paka, disse ao Jornal de Angola que a problemática da falta de chuvas nesta região se deve às mudanças climáticas nos meses de Novembro e Dezembro e que se arrasta até Janeiro, porque se regista uma pequena estiagem.

“Estes casos acontecem em qualquer altura do ano, devido às constantes transformações que ocorrem. A má utilização da natureza pode ser um factor primordial da ausência da chuva nessa província”, disse.

O delegado da Associação Ex- FAPLA (ASCOFA), Botelho Diogo, lamenta a ausência de chuva, sublinhando que vários colegas seus dependem do campo para o seu sustento e com a situação vigente não têm meios para reembolsar o Crédito Agrícola de Campanha.

### 10.2 Chuvas desalojam famílias

*Jornal de Angola*  
12 de Janeiro de 2012

Mais de 200 famílias ficaram sem abrigo. nos bairros do Aço e 4 de Fevereiro. na cidade do Luena; em consequência das chuvas que se abateram, na sexta-feira e no sábado, sobre a região, onde chove quase todos os dias. “Além da destruição de casas, as chuvas do último fim-de-semana provocaram também o aumento de ravinas e deixaram as zonas residências alagadas”, disse o vice-administrador do Moxico, Bento Paulino Luembe, acrescentando que as zonas periféricas da cidade do Luena são as mais afectadas. A população das referidas zonas, esclareceu, diz estar insegura, pela dimensão dos estragos causados pelas constantes quedas pluviométricas.

A Administração municipal do Moxico montou 60 tendas para acudir os sinistrados, mas o número é ainda insuficiente, tendo em conta o aumento constante de casos de pessoas afectadas pelas chuvas.

Augusta Chilombo, de 49 anos, tem 11 filhos. Perdeu a casa e outros bens na última enxurrada e disse à nossa reportagem que a tenda que lhe foi atribuída pela Comissão Provincial de Protecção Civil não chega para albergar toda a família. Na sua opinião, as condições de alojamento disponibilizadas pela administração municipal são precárias, devido à falta de postos médicos, centros de saúde e escolas nas zonas onde estão acampados os cidadãos afectados.

Jóia Gonçalves, residente no bairro do Aço, disse à nossa reportagem que vive a escassos metros de uma ravina e caso as chuvas continuem com a mesma intensidade a sua casa pode desabar. “Estou sem saber o que fazer. Quando imagino o local onde estão a ser alojadas as pessoas e as condições existentes, prefiro manter-me na minha casa, independentemente das situações que possam advir”.

Bento Paulino -Luembe, depois de visitar as zonas consideradas de risco, disse que as próximas chuvas podem deixar mais famílias sem casa, por isso pediu mais apoio às estruturas superiores. em termos de tendas, bens alimentares e material de construção, para ajudar a minimizar a situação dos sinistrados.

### 10.3 Falta de chuva na região compromete agricultura

*Jornal de Angola*

*26 de Janeiro de 2012*

A falta de chuva, que se regista desde Novembro, pode comprometer a presente campanha agrícola, afirmou, ontem, em Cabinda, a vice-presidente da UNACA.

German Vuézolo disse que os campos cultivados na primeira fase da campanha, iniciada em Outubro, com culturas de jinguba, milho, feijão macunde e mandioca estão a secar, mas que se "chover nos próximos dias, os prejuízos são minimizados pelas colheitas da segunda fase, entre os meses de Fevereiro e Abril".

A falta de chuvas, frisou, põe também em risco o programa do governo de combate à fome e à pobreza por afectar o rendimento das famílias rurais. Apesar da situação reinante, disse, os camponeses não devem ficar desanimados, pois "acreditamos que a qualquer momento pode vir a cair chuva na nossa província".